

RICARDO DE LORENZO

“E AQUI ENLOQUECEO”:

A alienação mental na Porto Alegre escravista, *c.* 1843 - *c.* 1872

Porto Alegre – RS
OUTUBRO DE 2007

RICARDO DE LORENZO

“E AQUI ENLOQUECEO”:

A alienação mental na Porto Alegre escravista, c. 1843 - c. 1872

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Lima Xavier

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora em 11/10/2007.

Porto Alegre – RS
OUTUBRO DE 2007

RICARDO DE LORENZO

“E AQUI ENLOQUECEO”:

A alienação mental na Porto Alegre escravista, c. 1843 - c. 1872

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Lima Xavier (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Salgado Pimenta
Fundação Instituto Osvaldo Cruz
Universidade Federal da Bahia

Prof^ª. Dr^ª. Nikelen Acosta Witter
Universidade São Francisco de Assis

Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À memória de meu pai.

Ao avô que tive.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e às minhas irmãs, Letícia e Cíntia. Uma família agitada, mas sempre presente.

Aos amigos, antigos e recentes, que me “agüentaram” nas diversas épocas dessa dissertação: Carine Bajerski, Cristiane Pinto Bahy, Dante Lisandro de Oliveira Melero, Élvio Antônio Rossi, Fabiana Souza Bumbel, Flávio Augusto Pagarine Silva, Hugo Hruby, Igor Salomão Teixeira, Janaína Cunha e Jaime Valim Mansan, Jonas Moreira Vargas, Marcione Rodrigues Nunes, Marisângela “Nina” Martins, Simone Lima de Jesus e Zeli Company. À Carine, ao Hugo, ao Marcione e à Zeli sou mais do que agradecido por suas presenças e incentivos inestimáveis.

Aos colegas da turma de mestrado do ano de 2005 que me proporcionaram um prazeroso convívio.

Aos historiadores que gentilmente me cederam informações sobre fontes de pesquisa e bibliografia: Gabriel Santos Berute, Gláucia Lixinski, Jonas Moreira Vargas, Nikelen Acosta Witter, Thiago Leitão Araújo e Vinícius Pereira de Oliveira.

Às pertinentes impressões e sugestões de Ana Maria Oda, Ângela Pôrto e Nadia Maria Weber Santos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que permitiu o desenvolvimento de meu trabalho numa instituição pública e de qualidade.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que concedeu a bolsa de estudos que me permitiu dedicação exclusiva ao mestrado. Um privilégio num país que ainda exclui de igual oportunidade a imensa maioria de seus cidadãos.

Aos prestimosos funcionários do Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, do Arquivo Histórico do Estado, do Arquivo Público do Estado, da Biblioteca Pública do Estado e do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

À banca composta por Helen Osório, Nikelen Acosta Witter e Tânia Salgado Pimenta sou grato pela disposição em ler e analisar o meu trabalho. Essa gratidão se estende à professora Sílvia Regina Ferraz Petersen, que compôs a banca do Colóquio 2006 e contribuiu sobremaneira com as sugestões originadas de uma leitura acurada do primeiro esboço desta dissertação.

E, de modo incondicional, sou agradecido a Regina Xavier, orientadora comprometida, paciente e atenciosa. Professora exigente e, por isso mesmo, amiga.

- Ah! homens sensatos! – exclamei sorrindo. - Paixão! ebriedade! vesânia! Vós vos conservais tão distantes, tão indiferentes, tão alheios a tudo, vós, homens morigerados e moralizadores. Censurais o ébrio, abominais o insensato, e seguis vossa sêmita, como um antiste, e como os fariseus agradeceis a Deus porque Ele vos fez diferente desses infelizes.

*Os sofrimentos do jovem Werther,
Johann Wolfgang Goethe*

RESUMO

O objetivo desta investigação foi analisar o universo daqueles indivíduos internados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre entre os anos de 1843 e 1872 com o diagnóstico de “alienação mental”, ou outro análogo. Para isso, examinei a regulamentação da cidade através das funções normativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal e do Código de Posturas. Fiz uma leitura das discussões dos parlamentares provinciais acerca do trato com os inválidos e os vadios, e procurei traçar o perfil da população da capital rio-grandense, cidade escravista e hierarquizada. A Santa Casa, especialmente a partir da criação do seu Asilo de Alienados, foi apresentada como *locus* principal de recolhimento desses indivíduos, numa atuação muitas vezes associada ao poder policial. Políticas que envolviam a caridade e o controle dos grupos sociais marginalizados, nos quais cativos, libertos e pobres eram os alvos preferenciais. Nesse sentido, ficou evidente que os confinamentos muitas vezes se apresentavam como repressão ao não-trabalho e aos indivíduos insubmissos. Por outro lado, a definição do que era loucura implicava em diferentes níveis de prevalência dos diagnósticos dos médicos. As variações entre as concepções acadêmicas, o entendimento popular sobre as artes de curar e as disputas entre os médicos e as diversas instâncias de poder - como a policial e a judicial – foram aspectos considerados nas observações dos episódios de confinamento. Finalmente, por se tratar de uma sociedade escravista, e a ainda que as fontes analisadas não permitissem uma resposta aprofundada, busquei o entendimento possível sobre a circulação das concepções de africanos e seus descendentes a respeito da doença e da cura.

Palavras-chave: *Alienação mental. Doença e cura. Escravidão. Rio Grande do Sul.*

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the universe of those interned at the Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre between the years of 1843 and 1872 with a diagnosis of "mental alienation", or other analogue. For this, examined the regulation of the city through the regulatory and supervisory functions of the City Council and the Code of Posturas. I have read the discussions of the provincial parliamentarians about the deal with the invalid and idles and I tried to draw the profile of the population from Porto Alegre, proslavery and hierarchical city. The Santa Casa, especially from the creation of its Asylum of Alienated, was presented as a main *locus* of collection of these individuals, in a performance often associated with the police power. Policies involving the charity and control of marginalized social groups, in which captives, and poor freed were particularly targeted. Thus, it was clear that confines often presented as if the prosecution does not-work and unsubmitive individuals. Moreover, the definition of what was meant madness on different levels of prevalence of diagnoses of doctors. The variations between the academic ideas, the popular understanding of the arts to heal and disputes between doctors and the various bodies of power - such as Police and Justice - aspects were considered in the remarks of episodes of confinement. Finally, as a proslavery society, and even if the sources analyzed not allow a response depth, sought the understanding on the possible movement of conceptions of Africans and their descendants about the disease and cure.

Wordkeys: *Mental alienation. Illness and cure. Slavery. Rio Grande o Sul.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de internações por alienação mental e diagnósticos afins na Santa Casa de Porto Alegre - 1843 / 1872 - p. 105

Gráfico 2 - Número de internações por cor e gênero na Santa Casa de Porto Alegre - 1843 / 1872 - p. 109

Gráfico 3 - Variações nas internações em duas épocas: ao final do tráfico de escravos e criação do Asilo de Alienados - p. 112

Gráfico 4 - Número de remetidos pela Polícia para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1853 - 1872) – p. 117

Gráfico 5 - Perfil dos remetidos pela Polícia para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - 1853 / 1872 – p. 118

Gráfico 6 - Perfil dos Remetidos pela Polícia para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - 1861 / 1867 – p. 119

Gráfico 7 - Porcentagens das faixas etárias por gênero e cor dos internados na Santa Casa de Misericórdia - 1843 / 1872 – p. 122

Gráfico 8 - Entradas por enfermidades na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - 1843 / 1872 – p. 165

Gráfico 9 - Demonstrativo de gênero, cor e origem dos internados na Santa Casa de Misericórdia - 1843 / 1872 – p. 208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População escrava de Porto Alegre 1856, 1858, 1860 e 1872 - p. 69

Tabela 2 – População de Porto Alegre nos anos de 1856, 1858, 1860 e 1872 – p. 71

Tabela 3 – Presença de indivíduos sem profissão dentre os internados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1843 / 1872 – p. 125

Tabela 4 – Médicos, cirurgiões e boticários atuantes na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1844 / 1874 – p. 157

LISTA DE ABREVIATURAS

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ALERS – Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (Arquivo do Solar dos Câmara)

APRS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul

ASCVPA – Atas das Sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

ASMP – Atas das Sessões de Mesa da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia

BPRS – Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

CEDOP – Centro de Documentação e Pesquisa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

CVPA – Câmara de Vereadores de Porto Alegre

ISCMPA – Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

MGE – Matrícula Geral dos Enfermos

SCM – Santa Casa de Misericórdia

SUMÁRIO

Introdução	13
Parte I – “Quando não se achão em estado de quietação”	51
1 – Porto Alegre: regulamentação e população	52
2 – A Santa Casa de Misericórdia numa sociedade escravista	74
3 – O perfil dos alienados	104
Parte II – “Rogo a V. Sa. se sirva mandar recolher”	136
4 – As disputas pelo controle das artes de curar	137
5 – A formação dos diagnósticos dos médicos	163
6 – Doença, cura e os africanos	204
Considerações Finais	233
Fontes	240
Bibliografia	244
Anexos	257

INTRODUÇÃO

Entre nove e dez horas do dia 3 de janeiro de 1859, Benedicto, que diziam estar alienado, era preso pelo Corpo Policial da capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul¹.

Nos últimos três meses daquele mesmo ano de 1859, Florisbella Maria Joaquina apareceu várias vezes nos registros do Corpo Policial. Em meados de setembro ela já havia passado pela Santa Casa de Misericórdia. Ficara uma semana internada com o diagnóstico de *delírio nervoso*. Em 3 de outubro foi recolhida à prisão do Quartel do Corpo Policial por ordem do Chefe de Polícia. No dia seguinte foi novamente transferida para a Santa Casa. Desta vez, já ao ser detida, o diagnóstico anotado nos registros da polícia passava a ser o de *alienação mental*. Liberada, poucos dias transcorreram até que retornasse ao Quartel e depois à Santa Casa. Em meados de dezembro a pernambucana casada de 30 anos mais uma vez voltava a ser remetida para a Santa Casa, agora por ter sido presa ao fazer distúrbio durante um leilão realizado junto à Igreja Nossa Senhora da Conceição.²

João Santa Cruz, viera para a Província de São Pedro num dos Batalhões dos chamados Voluntários da Pátria “e aqui enloqueceu”. Vagueava pelas ruas de Porto Alegre em agosto de 1866. Conforme a solicitação de internação que o Chefe de Polícia enviava à Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, dado ao vício da embriaguez, João insultava várias famílias e o Bispo Diocesano. A intenção da Polícia era retê-lo até que fosse enviado para o Rio de Janeiro, e dali para a sua província, no primeiro vapor que saísse de Porto Alegre³.

¹ AHRS – Corpo Policial – 3/1/1859.

² ISCMPOA – CEDOP – MGE – Livro 2 – fl. 74 – n. 486 – 15/9/1859; fl. 75 – n.525 – 3/10/1859; fl. 76 – n. 578 – 31/10/1859; fl. 78 – n. 649 – 15/12/1859. AHRS – Corpo Policial – 3/10/1859, 4/10/1859, 31/10/1859, 1/11/1859, 9/12/1859, 10/12/1859.

³ AHRS – Polícia – Códice 247 – p. 92v. – 21/8/1866.

Os irmãos Henriqueta Maria da Conceição e Antônio, este alienado, foram presos em Porto Alegre no dia 21 de fevereiro de 1860 pela patrulha do 1º. Quarto das ruas do Ouvidor, Nova e do Poço. A irmã agredia o outro, “dando-lhe bolos depois de o ter amarrado, fazendo com isso grande motim das 7 horas da noite para as oito”. No dia seguinte foram soltos.⁴

Benedicto era preto. Florisbella era uma branca sem recursos. João Santa Cruz era pardo. E os irmãos atritados eram pardos e forros. Todos tinham em comum o fato de estarem incluídos entre a população pobre que circulava na capital da Província de São Pedro, o alvo preferencial da atuação policial. Os diagnósticos de *alienação mental* que constavam dos seus registros de prisão a rigor identificavam comportamentos que perturbavam a ordem social, atributo que os igualava aos demais desordeiros.

Este trabalho se refere a situações semelhantes àquelas vivida por Benedicto, Florisbella, Henriqueta e Antônio. “Alienação mental”, confinamento e percepções sobre a cura na sociedade escravista da capital da Província de São Pedro Rio Grande do Sul do século XIX serão assuntos aqui desdobrados e discutidos.

Em meados de 2003 passei a integrar o projeto de pesquisa **Escravidão no Rio Grande do Sul: Percepções Historiográficas e Guia Bibliográfico**, orientado pela professora Dra. Regina Célia Lima Xavier no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Meu trabalho, inicialmente como voluntário e, posteriormente, como bolsista de iniciação científica vinculado ao CNPq, consistia em auxiliar no levantamento dos títulos produzidos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul a fim de se compilar um manual de referência. Pude me aproximar dessa historiografia e identificar empiricamente a exigüidade de trabalhos. Não tão resumidos em números, mas, de fato, pouco circulantes entre a academia brasileira.

Ao cursar na graduação, também nesse período e com a mesma professora, uma disciplina eletiva sobre a historiografia da escravidão produzida entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul, a idéia de uma pesquisa afim foi tomando vulto. Na verdade, eu sabia que o assunto “escravidão” seria trabalhado, mas ainda não tinha sequer um recorte temático mais específico.

⁴ AHRS – Corpo Policial – 21/2/1860 e 22/2/1860.

Foi a partir de algumas conversas com a historiadora e arqueóloga Zeli T. Company, que então trabalhava as práticas de medicina popular a partir de material vítreo coletado no município de Bom Jesus – RS, que comecei a idealizar a possibilidade de levar adiante um tipo de pesquisa direcionada à saúde e à doença dos cativos. Minha amiga me emprestara o livro em que Nikelen Acosta Witter relatou um processo criminal que tinha por réu uma negra forra. Era a história de Maria Antônia, que fora denunciada por envenenamento durante uma prática de curandeirismo na Vila de Santa Maria da Boca do Monte. Aquele trabalho, ao transitar entre as décadas de 1850 e 1880, apontou para uma articulação entre o discurso oficial e as visões e ações dos diversos tipos de agentes responsáveis pela cura (médicos ou não) e as expectativas e reações da população em suas relações com todos estes. A autora compreendeu que as práticas populares de cura não se identificam automaticamente com o charlatanismo, mas que se relacionavam com uma certa tradição cultural. Destacou ainda que dentre todos os envolvidos no caso daquela curandeira que resultou na denúncia, a única indiciada foi a própria Maria Antônia, o que se explicaria pela prevenção derivada do preconceito⁵.

Após essa leitura prévia, que me direcionaria para uma abordagem social da saúde e da doença, surgiria a idéia mais específica do problema de pesquisa. A primeira possibilidade aventada se relacionou com a prática do suicídio entre os escravos. Vários autores já haviam feito referências ao tema, geralmente apontado como um ato de desespero final frente ao cativo. Cheguei a recolher algumas referências esparsas naquela bibliografia lida para a compilação do guia, mas quase que imediatamente já estava mais interessado nos tais “atos de desespero” de forma mais ampliada, ou seja, no conjunto de comportamentos que seriam considerados como “insanidade”.

O primeiro passo que dei rumo às possíveis fontes me direcionou ao Arquivo Público do Estado. Eu pretendia verificar alguns processos judiciais referentes a Porto Alegre. Desejava encontrar nestes “os negros loucos”. Minha pouca experiência de pesquisa me intuía inicialmente a verificar as fontes pela ordem que eu imaginava ser a mais lógica: aquela que direcionava do processo oficial à internação. Foi um momento de absoluta frustração. Seria como procurar a famosa “agulha no palheiro”.

⁵ WITTER, Nikele Acosta. **Dizem que foi feitiço**. As práticas de cura no sul do Brasil. 1845-1880. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

Não lembro onde eu havia recolhido a informação, mas alguém me dissera ou eu lera alguma indicação de que a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre fora responsável pelo recolhimento dos loucos da cidade antes da fundação do Hospício São Pedro em 1884. E eu queria justamente chegar até esses sujeitos. Resolvi recomeçar, então, pela ponta da pesquisa que imaginava ser a final. Saí do Arquivo Público do Estado, percorri toda a Rua Riachuelo, a Praça Conde de Porto Alegre, a Praça Dom Feliciano e entrei na Santa Casa. No Centro de Documentação e Pesquisa daquela instituição tive de cara uma nova decepção. Não existiam prontuários médicos para o século XIX, mas apenas os livros que registram as entradas e saídas dos pacientes da Santa Casa desde o mês de outubro do ano de 1843, a despeito do atendimento ao público ter sido aberto em 1826. Solicitei um daqueles livros para uma perscrutagem e fiquei desolado. Havia “apenas” informações seriadas sobre os atendidos, mas não o material qualitativo que eu imaginava. Essas informações diziam respeito ao nome do indivíduo atendido (e do senhor, no caso dos escravos), sexo, idade, naturalidade, cor, filiação, estado civil, profissão, a enfermidade que sofria e se era atendimento realizado a um pobre ou particular. Lembro que o dia estava insuportavelmente abafado e eu pensei em largar a idéia por completo. Achei que os dados eram insuficientes para desenvolver uma dissertação de mestrado como eu intencionava. Mas possuir amigos é fundamental. Da mesma maneira que ocorrera em cinco anos de graduação, um conselho de meu amigo Hugo Hruby foi de grande valia. E, assim, esperei “a poeira assentar” antes de me decidir.

Novas conversas com a professora Regina Xavier - que me demonstrou as possibilidades que poderiam emergir daquele conjunto de dados áridos e esparsos -, e uma nova leitura das fontes realizada de forma mais calma, modificaram em definitivo a minha opinião. De fato, ainda que de forma fragmentária, a documentação da Irmandade Santa Casa de Misericórdia lança luzes sobre o perfil e a multiplicidade dos comportamentos dos ditos insanos, bem como sobre as implicações advindas de tal estado.

Quando no segundo semestre de 2004 apresentei o projeto que resultou nessa dissertação de mestrado, o título preliminar do trabalho era auto-explicativo: “Sobre a insanidade mental entre os cativos e os libertos que circulavam em Porto Alegre durante a segunda metade do século XIX”. As palavras iniciais de minha proposição ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul aparentavam que eu tivesse determinado previamente um objeto de análise bem definido:

Partindo de uma leitura prévia sobre a discussão política e sobre as fontes médico-institucionais, policiais, judiciárias e jornalísticas, procurei cercar o universo de *alienados*, *decreptos* e *suicidas* que circularam pelas ruas e pelas instituições de acolhimento de Porto Alegre durante a segunda metade do século XIX. Meu objeto de estudo se recortou sobre os escravos, africanos ou crioulos, e sobre os negros livres ou libertos nestas condições, ou seja, identificados como *insanos* pelas diversas autoridades públicas ou pela incipiente medicina.

Efetivamente naquele momento eu acreditava saber muito claramente os meus objetivos, sobre o que iria apresentar, sobre o recorte temporal, espacial e, especialmente, sobre as fontes que utilizaria. Mas já no início da operação historiográfica, o recorte temporal foi reduzido drasticamente. Percebi que não conseguiria dar conta em tempo hábil de tamanhas transformações sociais e, especialmente, médico-acadêmicas, como aquelas que deveria contemplar se expandisse a análise para além da década de 1870. O próprio “universo de alienados, decreptos e suicidas” foi diminuído e acabei por me concentrar no tema da alienação mental. Tratar sobre a velhice e sobre aqueles que ceifavam a própria existência, por seu turno, demandaria um renovado esforço de pesquisa, além de abrir demasiadamente o leque de assuntos tratados. O esforço de investigação sobre a alienação mental também teve de ser redimensionado. As pesquisas sobre as fontes da Santa Casa de Misericórdia e sobre o material da Polícia tomaram mais de um ano de trabalho. As fontes judiciais que eu pretendia a princípio investigar de modo seriado acabaram não sendo contempladas dessa forma. No primeiro reordenamento do projeto concluí que as respostas às minhas questões seriam obtidas no entendimento da relação entre a Santa Casa e as autoridades policiais. Entretanto, os poucos processos-crime aos quais tive acesso, por indicação de colegas, contribuíram sobremaneira para a análise. Uma necessária investigação pormenorizada sobre esses fundos documentais fica em aberto. De igual modo, parece-me evidente que um déficit apresentado pela dissertação diz respeito às fontes jornalísticas. Pude realizar apenas uma pesquisa pontual. Lamentavelmente, os arquivos de Porto Alegre, até pelo menos o final do ano de 2006, não estavam disponibilizando a maioria dos números remanescentes dos jornais publicados em Porto Alegre durante o período focado por meu trabalho. Foram retirados de circulação por motivo de desgaste físico do material. Quando não mais, essa carência denota a falta de recursos alocados na preservação de nossa memória documental.

Todavia, acredito que a maior alteração em relação aos meus objetivos originais diga respeito à necessidade de expandir o foco para além daqueles indivíduos sobre os quais eu previamente pretendia analisar. Um trabalho que seria, conforme o exposto em meu projeto

original, “sobre os escravos, africanos ou crioulos, e sobre os negros livres ou libertos nestas condições, ou seja, identificados como insanos”. De fato, pesquisa empírica e a leitura da historiografia me apontaram inexoravelmente para uma fundamental observação da sociedade sobre a qual incidiam os processos que envolviam a alienação mental e as manifestações afins. Não podia simplesmente isolar cativos e libertos face a presença dos brancos, especialmente os pobres, e muito menos empregar menor ênfase na análise das investidas do poder público e da medicina acadêmico-institucional.

Desta forma, a minha análise pôde verificar as preocupações dos parlamentares e da administração pública em regular o convívio social, resultando na proibição da circulação de alienados, tomados junto a um amplo conjunto que incluía os inválidos, os desocupados e os desordeiros. De igual modo contemplou as gestões relacionadas às tentativas de controle sobre as artes de curar. Igualmente evidente ficou a imbricação das ações caritativas de instituições asilares como a Santa Casa de Porto Alegre em relação à repressão policial através dos processos de confinamento dos alienados.

Em meio a uma população eminentemente não-branca, a Santa Casa de Porto Alegre, criada sobre os princípios das misericórdias européias, adaptava-se ao contexto local. Ao mesmo tempo em que tinha por função o tratamento da massa desvalida também apresentava as características de um regime senhorial e escravista ao fazer uso corrente da mão-de-obra cativa ou de libertos condicionados ao trabalho, inclusive em atividades ligadas aos processos de cura.

Diversos eram os caminhos que levavam ao confinamento por alienação mental: o da polícia, o da Justiça⁶, o do diagnóstico médico ou mesmo aquele originado de uma decisão senhorial. No interior do chamado Pio Estabelecimento a sociedade provincial encontrava o espaço de recolhimento privilegiado para os marginalizados sem condições de retorno às ordens laborais. A inauguração do Asylo de Alienados no interior da Santa Casa no ano de 1863 foi o ápice da política que há cerca de trinta anos demandava àquela instituição de foro privado, mas de função pública, o recolhimento dos considerados loucos. Não obstante, a disponibilização do espaço de confinamento ensejou também o recrudescimento de conflitos entre os poderes constituídos acerca das definições sobre quem poderia definir os destinos dos alienados. Autoridades administrativas e policiais tentavam impor seus envios daqueles

⁶ Durante o império a autoridade policial confundia-se com a judiciária na solução de certas modalidades processuais. LIMA, Roberto Kant de. Tradição inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: da devassa ao inquérito policial. **Religião e Sociedade**, v. 16, n. 1 / 2, 1992, p. 94-113.

indivíduos que perturbavam a ordem social, ou que apenas eram desvalidos, para uma Santa Casa cuja Provedoria reiteradamente reclamava ter atingido o limite para admissão de novos internos. Isso quando também não tinha de se contrapor à ingerência externa e/ou não-médica sobre os diagnósticos dos confinados. É fundamental levar em consideração a atuação das autoridades médicas e estatais. Ao identificar um modelo de afastamento do convívio social baseado na prevenção ou resposta ao comportamento considerado anômalo, interessa saber quais os mecanismos utilizados e em que grau esse controle prendia-se ao arbítrio da autoridade “de plantão” ou adotavam-se os preceitos médicos que no decorrer do século XIX passaram a ser considerados “científicos”. Na análise daqueles que detinham alguma autoridade para recolher os indivíduos percebidos como fator de perturbação, torna-se relevante saber qual era a sua percepção em relação ao problema específico dos cativos e dos libertos, como ela se alterou, ou não, ao longo do período e o quanto isso influenciou na trajetória dos “enquadrados”.

Ainda que exíguas, as informações sobre a formação do corpo médico da Santa Casa demonstram que era díspar e nem sempre pacífica quando do convívio entre os facultativos. Além do mais, a presença de escravos e libertos em meio às atividades de cura leva a entender a associação das práticas acadêmicas em convívio com o entendimento popular sobre a doença e a cura, especialmente aquele de origem africana que envolve aspectos religiosos.

O alvo principal das internações eram aqueles indivíduos que estavam em idade produtiva, especialmente aqueles que deixavam de cumprir suas funções de trabalho. A população internada por alienação mental ou diagnósticos afins era, em números absolutos, majoritariamente branca. Entretanto, o número de negros confinados foi de 34% para a média do período entre 1843 e 1872. Ainda que por vezes esse índice os sub-representasse frente à eminência da população não-branca de Porto Alegre e do restante da província, o fato é que o Rio Grande do Sul internava os negros em números semelhantes aqueles verificados no Rio de Janeiro antes da inauguração do Hospício de Pedro II em 1852. E nos anos seguintes a essa inauguração, enquanto na Corte o índice de negros internados declinava acentuadamente, a Santa Casa de Porto Alegre observou a permanência e mesmo um recrudescimento da incidência de confinamentos entre este grupo.

A historiografia tem demonstrado o quanto os negros foram alvos de diversas formas de repressão. Thomas Holloway constatou que desde os seus primórdios, quando a polícia da Corte pautava-se mais fortemente pelo personalismo de sua chefia, um dos critérios para que

se decidisse a perseguição ou não a alguma pessoa incidia sobre a sua cor.⁷ Por seu turno, Sidney Chalhoub, ao analisar a relação entre trabalho e repressão no século XIX e nos primeiros anos do XX, discorreu sobre a associação entre “classes pobres” e “classes perigosas” no Brasil. Conforme o autor, já na década de 1840, a inglesa Mary Carpenter afirmava as *classes perigosas* como aquelas que obtinham o seu sustento pelo não-trabalho através de estratégias que as colocavam à margem da norma estabelecida⁸.

O debate parlamentar brasileiro da parte final do XIX reconhecia como virtude do cidadão o trabalho e a poupança. Não acumular riqueza e viver na pobreza tornava o indivíduo suspeito e desprovido de virtude social. A polícia passava a cumprir seu papel em meio à suspeição generalizada. E certamente algumas pessoas se apresentavam como mais suspeitas que outras: “Na verdade, o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de ‘classes perigosas’ no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais.”⁹

Ao tratar das políticas de contenção dos negros no período posterior à abolição, Sidney Chalhoub demonstrou as idéias e atitudes tomadas de crescente ojeriza que se levantavam contra os negros. Acredito que em boa medida essa concepção possa ser recuada para a sociedade escravista do século XIX, onde além da manutenção do controle sobre os cativos, havia a preocupação com os libertos. Conforme o leitor verá ao longo do trabalho, os processos sociais envolvendo a alienação mental se imbricavam sobremaneira com as políticas repressivas.

Por outro lado, a reflexão sobre as práticas médico-institucionais sugere indagações sobre se, e como, os alienados reagiam ou se articulavam de modo que lhes permitisse amenizar ou superar esse enquadramento. Desta forma minha intenção foi também investigar as situações nas quais os considerados loucos se envolviam quando seus comportamentos eram considerados anômalos em relação a um determinado contexto social. Perceber a existência de lógicas próprias que se explicariam pelas experiências sócio-culturais. E se estas extrapolariam o diagnóstico circunstancial da autoridade, seja pública ou médica, ou mesmo se estariam em contraposição a outros grupos sociais que também sofriam o apartamento social por alguma manifestação de insanidade mental. Essas questões ressaltam os aspectos

⁷ HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997. p. 51.

⁸ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20.

⁹ *Ibid.*, p. 23.

que permitem confrontar a repressão e o confinamento com a tradição cultural dos sujeitos, ou seja, com o entendimento do “louco” como um agente também dotado de sentidos.

Em síntese, o meu problema de pesquisa foi definido, então, a partir do objeto que seria trabalhado: analisar o universo daqueles indivíduos que foram confinados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre entre os anos de 1843 e 1872 com o diagnóstico de “alienação mental”, ou outro análogo. O objetivo proposto foi saber sob quais termos a alienação mental era identificada como um problema social. Conhecer o tipo de discussão na qual o dito problema se inseria e quais interdições eram propostas. Investigar como as instituições públicas e privadas se articulavam para efetivar políticas neste sentido. E conhecer quais motivações e critérios pautavam os confinamentos. Uma hipótese que perpassou a pesquisa imbricou uma relação entre doença, mendicidade e vadiagem a partir de um ponto em comum que permitisse a comparação entre problemas que a princípio podem parecer diferentes. E este ponto em comum é o da repressão ao “não-trabalho”, presente seja na atuação de instituições públicas, como a polícia, mas também no discurso médico que ao longo do século XIX pregava uma sociedade ordenada. Por sua vez, o objetivo em relação aos sujeitos alienados foi compreender as suas características e seus comportamentos a partir das especificidades dos grupos sociais nos quais estavam inseridos, fossem escravos africanos ou crioulos, negros livres ou libertos, brancos pobres ou não. Importou saber qual era o perfil sócio-cultural e comportamental dessa população.

Primeiras leituras

Maria Tucci Carneiro, apoiada na documentação sobre o Asilo dos Alienados São João de Deus, fundado em Salvador em 1874, apresentou em seu texto **Negros, loucos negros**, uma “proposta de se estudar com mais detalhes, este mundo da loucura e da miséria que, nos bastidores do século XIX, confundia-se com o mundo marginal da sociedade escravocrata”¹⁰.

A leitura preliminar das fontes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre levou-me a concordar em parte com esta demanda da autora, que vinculou a loucura dos escravos

¹⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Negros, loucos negros. **Revista USP**, n. 18, jun. – ago. 1993, p.144-151, p. 151.

com a miséria e a marginalidade reprimida. Até porque, conforme desenvolverei ao longo do trabalho, acredito que em boa medida o confinamento dos loucos relacionava-se com a repressão ao “não-trabalho”.

Entretanto, Tucci Carneiro limitou-se a descrever os cativos e libertos como párias sociais quando não mais serviam ao sistema escravista, pois “identificados pelo seu modo de vida desregrado e complexo, estes indivíduos traziam uma imagem manchada, aparentemente desconectada com o mundo do trabalho e com o ritmo da vida urbana”¹¹. Conforme a autora, os proprietários que internavam seus escravos eximiam-se da responsabilidade de sustentar a sua mão-de-obra já doente e improdutiva. O asilo psiquiátrico cumpria a função de “ordenar o mundo da miséria produzido pela sociedade escravocrata” e permitia-se, assim, “ao senhor-branco elitista e racista, eliminar da sociedade os elementos rotulados de ‘perigosos’ e ‘nocivos’”.¹²

Essa leitura não permitiu que autora apresentasse outros significados para o estudo da loucura que não aquele vinculado à repressão. Quando propôs uma análise do cotidiano dos asilos do século XIX, o fez na perspectiva de comparação com as instituições atuais a fim de identificar “o equilíbrio das forças sociais”, com a substituição dos postulados caritativos por aqueles adequados aos “tempos de modernidade”. Mesmo quando definiu os sujeitos como objeto de pesquisa, expondo “através da análise dos diagnósticos e das profilaxias, as diferentes interpretações do mundo, da vida e da sociedade”, essa afirmação foi feita na perspectiva do reconhecimento dos estigmas e das formas de exclusão¹³.

A maioria das questões às quais me proponho responder não foram contempladas pelo trabalho de Maria Tucci Carneiro. A insuficiência dessa leitura preliminar levou a uma necessária revisão bibliográfica, inicialmente sobre a historiografia da loucura. E esta demonstra que durante as duas últimas décadas do século XX, a maioria dos estudos sobre a história da loucura no Brasil se aplicou às instituições psiquiátricas e a sua função normativa¹⁴. Esses trabalhos dialogaram muito diretamente com Michel Foucault¹⁵, Robert

¹¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Negros...*, *op. cit.*, p. 147.

¹² *Ibid.*, p. 151.

¹³ *Loc. cit.*

¹⁴ MACHADO, Roberto, LOUREIRO, Ângela, LUZ, Rogério, MURICY, Kátia. **(Da)nação da norma.** Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral.** Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Editora da UNESP, 1999 e VENÂNCIO, Ana Teresa A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n.3, set.- dez. 2003, p. 883-900.

Castel¹⁶ ou Erving Goffman¹⁷, autores que em seus escritos tinham os sujeitos menos em foco do que a institucionalização do saber médico-psiquiátrico e dos locais de acolhimento aos alienados. Os três autores referenciais, considerando as especificidades de suas abordagens, teorizaram sobre a idéia de um saber a serviço da disciplinarização e da normatização. Para Erving Goffman, autor da tese sobre a *instituição total*, a infração à regra é conhecida pela sistematização do sentido da regra, no que propõe um conhecimento sistemático sobre o quadro das coerções da conduta pública aprovada. Robert Castel tratou de perceber as vias de institucionalização do sistema asilar, que separa os suscetíveis de beneficência, repressão e “tratamento moral”. Para este autor a loucura passou a ser entendida como especificidade dentro do conjunto de ameaças à ordem social¹⁸.

Sobre Michel Foucault, é no reconhecimento da importância ascendente do discurso médico-cientificista ao longo do século XIX que se justifica a pertinência de um diálogo crítico sobre a sua influência na historiografia brasileira. Esta, reproduzindo as preocupações de Michel Foucault em sua fase “genealógica”, posterior à **História da Loucura**, inclusive transpondo para os seus recortes espaciais e temporais a questão das “estruturas essenciais”, enfocou o que seriam os discursos geradores dos poderes e dos saberes atuantes sobre as margens da sociedade.¹⁹ E, assim como o autor, os estudiosos brasileiros por ele influenciados silenciaram a respeito dos sujeitos históricos. A loucura e os seus interditos surgem-lhes enquanto percepção anterior ao próprio sujeito que é definido como louco.

¹⁵ FOUCALT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978 [1961]. FOUCALT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975 [1962]. FOUCALT, Michel. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980 [1963]. FOUCALT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982 [1973]. FOUCALT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

¹⁶ CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro da psiquiatria**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

¹⁷ GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. In: **Manicômios, prisões, conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987 e GOFFMAN, Erving. Sintomas mentais e ordem pública. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (Coord.). **Sociedade e doença mental**. Rio de Janeiro: Campos, 1978.

¹⁸ Também os sociólogos tiveram por tema a loucura. Preocupados com os atores sociais em relação à “loucura”, ainda que não privilegiassem as instituições de controle, sugeriram em grande medida que esses problemas advêm do desconforto com a norma, que se origina da inadaptação ao meio que se impõe. São exemplos: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Ordem social e desordem mental. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (Coord.). **Sociedade e doença mental**. Rio de Janeiro: Campos, 1978; CHAMMÉ, Sebastião Jorge. Doença mental e contágio social. In: D’ INCAO, Maria Angela (Org.). **Doença mental e sociedade**. Uma discussão interdisciplinar. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 197-200; HIRANO, Sedi. Sociologia e doença mental. In: D’ INCAO, Maria Angela (Org.). **Doença mental e sociedade**. Uma discussão interdisciplinar. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 289-298; WHITAKER, Dulce C. A. Cultura e doença mental. In: D’ INCAO, Maria Angela (Org.). **Doença mental e sociedade**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 177-196; VIANA, Nildo. Cérebro e ideologia. **Estudos Goiânia**, v. 29, n. 3, mai. – jun. 2002, p. 837-866.

¹⁹ RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, Revista de Sociologia USP, São Paulo, v.7, n. 1-2, outubro de 1995, p. 67-82, p. 68.

De fato, a despeito de sua preocupação em historiar a instituição dos saberes, da coerção e da punição, desde as primeiras críticas recebidas o trabalho de Foucault foi cobrado pelo que seria uma ausência da “voz dos vencidos”²⁰. Para os autores brasileiros que seguiram a sua linha, a chamada da crítica não foi menos enfática, ainda que atenta às suas especificidades. Nem sempre relegada a essa ausência dos vencidos, mas também questionadora de leituras que levam à homogeneização dos discursos produzidos ao longo do século XIX.

Pioneiro e de grande ascendência sobre a história da medicina brasileira, o livro **(Da)nação da norma**, de Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy, lançado em 1978, inseriu-se nos preceitos foucaultianos ao ser definido como um “estudo de história dos saberes”. Ao analisar os conceitos básicos do que seria a gênese da medicina social e da psiquiatria no Brasil - a partir do processo que levou à criação do Hospício Pedro II no Rio de Janeiro -, daria conta das características dessa medicina na sociedade capitalista, tomada como parâmetro de ruptura em relação à medicina progressa. A reflexão desses saberes se daria em sua percepção como prática social. Conforme Machado, a idéia seria estabelecer

uma relação entre as teorias e as práticas políticas não em termos de exterioridade ou de justaposição, em que o poder se apropriaria de uma neutralidade científica e a utilizaria segundo objetivos que lhe são extrínsecos, mas de imanência: a dimensão política é constitutiva da existência dos discursos. Não se trata, portanto, de julgar da cientificidade da medicina, mas de analisar que novo tipo de saber ela representa e que novo tipo de poder ela implica necessariamente.²¹

De forma incidente, o saber médico conceberia e organizaria um modelo em composição com o Estado, sempre em vigilância, prevenção e combate aos males da sociedade, transformando o desviante diagnosticado em um ser sob a norma²². Desde as primeiras linhas os autores não se propuseram em ir além da verificação dos ideários e da sua relação direta ou indireta com o Estado²³. Ressalta-se que o diálogo teórico foi pouco efetivo

²⁰ RAGO, Margareth. O efeito-Foucault..., *op. cit.*, p. 72.

²¹ MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação da norma...**, *op. cit.*, p. 11.

²² *Ibid.*, p. 156.

²³ *Ibid.*, p. 11.

ao longo do trabalho, sendo esse silêncio intencional²⁴. Mesmo a evocação de Foucault se deu pela citação dos termos mais recorrentes ao senso comum surgido a respeito de sua produção intelectual: *saber, poder, discurso*. Sob a leitura das leis, regulamentos, ofícios, cartas, jornais, teses e panfletos Roberto Machado e seus co-autores procuraram historiar a gênese “de um discurso e de uma prática dominantes”²⁵.

Parece inegável que a observação dos discursos conforme surgem em Machado se coaduna com a proposta foucaultiana de “pensar como haviam sido instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento”²⁶. Entender sob quais práticas discursivas ou não os objetos e os sujeitos são constituídos e tomados como naturais pode ser papel do historiador. Mas sabemos que o próprio Foucault, ao cabo de sua trajetória intelectual, retomava a proximidade com o indivíduo. Nos dois volumes finais da sua **História da sexualidade**, ao recuar à Antigüidade Clássica, procurou recuperar as formas como os sujeitos se relacionavam com a produção de si mesmos, no que diferiam da Modernidade, com as suas normatizações e instituições repressivas. Assim, a história agora surgiria “das práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo”²⁷.

Conforme apontou Margareth Rago, essa virada tomava ares de um certo ajuste de contas do autor com aquela historiografia que vinha ressaltando a ação dos sujeitos, que fazia emergir do silêncio os protagonistas da “história de baixo”.

De uma certa maneira, Foucault respondia aos seus críticos para os quais havia dado demasiada ênfase aos modos de sujeição na constituição dos sujeitos, deixando, como os *Annales* anteriormente, os indivíduos aprisionados, sem possibilidade de ação e, fundamentalmente, de resistência e mudança. O filósofo voltava-se para o sujeito, apontando para as possibilidades de construção de novas formas de subjetivação [como os sujeitos se constituem e são constituídos enquanto subjetividades], a exemplo das que haviam vigorado no mundo grego. A questão da autonomia individual era retomada por Foucault, após ter apresentado nos trabalhos

²⁴ MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação da norma...**, *op. cit.*, p. 14.

²⁵ *Ibid.*, p. 14.

²⁶ RAGO, Margareth. O efeito-Foucault..., *op. cit.*, p. 72.

²⁷ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. 2v. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p.15.

anteriores as formas de sujeição, como ele mesmo explicou, através das práticas disciplinarizantes e das redes discursivas.²⁸

Certos autores vêm criticando a aplicação dos conceitos foucaultianos para a realidade da produção médico-acadêmica brasileira. Flávio Edler ao estudar o debate sobre o estabelecimento da medicina experimental – dita “científica” – no século XIX, rebateu as proposições que confundem os métodos da ciência com a sua essência. Os primeiros seriam tomados como um ente autônomo, cujo projeto subsistiria em si. Edler também criticou a aplicação dos preceitos foucaultianos sobre a sociedade brasileira do XIX - patriarcal e escravista. Especialmente aquela idéia de firmação unívoca da ciência conforme um saber aceito por toda sociedade. A carência da base empírica de muitos trabalhos permitiria tomar “como dado relevante da realidade o que não passava de um projeto defendido por segmentos da corporação médica e com expressão apenas residual nas instituições que sustentavam o poder da classe senhorial”²⁹. Conseqüentemente surge o questionamento à divisão do conhecimento médico em compartimentos estanques e a contraposição desses blocos. Sobre a necessidade de considerar as mediações entre os entendimentos médico-acadêmicos afirmou Flávio Edler:

Igualmente equivocada é a suposta divisão do saber médico entre dois modelos apresentados como estanques e contrapostos, representativos de dois tipos de mentalidades: o miasmático (metafísico), e o apoiado no paradigma da etiologia específica (científico). Tal contraposição falseia a complexa constelação de problemas práticos e teóricos que envolvia a medicina acadêmica no século XIX. Ainda que aceita, seria necessário esclarecer que tal divisão reportava-se a uma das questões afetas aos esculápios: a que se referia à explicação sobre a origem, patogenia e etiologia das doenças.³⁰

Não deixarei de reconhecer e de me apropriar desse discurso médico produzido no século XIX como aspecto fundamental para a construção de minha argumentação. Mas, ao mesmo tempo, tentarei extrapolar aquela seara de conhecimento, procurando entender se, e como, entre os “alienados”, e entre os responsáveis “não-médicos” pela cura, emergem

²⁸ RAGO, Margareth. O efeito-Foucault..., *op. cit.*, p. 79.

²⁹ EDLER, Flávio Coelho. O debate em torno da medicina experimental no segundo reinado. **História, Ciências Sociais, Saúde – Manguinhos**, ano III, v. 2, jul.-out. 1996, p. 284-299, p. 286.

³⁰ *Ibid.*, p. 288.

padrões da sua tradição cultural que no espaço de uma sociedade escravista permanecem ou se transformam como estratégia de vivência / sobrevivência.

Assim, meu interesse incide menos sobre a categoria *sujeito* conforme foi trabalhada por Foucault - a partir da idéia de constituição discursiva sob relações de saber e poder e, depois, como subjetivação - e mais sobre os *indivíduos* e os *processos* sob os quais produzem, assimilam, refutam ou reprocessam práticas e discursos. Mesmo porque essa racionalidade “refletida e voluntária” que a constituição do sujeito adquire em Foucault merece a relativização possível à vida corriqueira das pessoas, eivada de imprevistos, incompletudes, frustrações e mudanças de planos.

Em contraposição às colocações de Michel Foucault e seus seguidores é possível evocar uma história social da loucura. Esta foi apontada por autores como Roy Porter, para quem “o que o louco diz é esclarecedor porque apresenta um mundo através de um espelho, refletindo a lógica (e a psico-lógica) da sociedade sã. Focaliza e testa a natureza e os limites da racionalidade, da humanidade e a ‘compreensão’ do normal”³¹. Em **Crime e Loucura**, Sérgio Carrara³², a partir do acervo do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, conseguiu discutir a insuficiência do conceito de instituição total defendido por Erving Goffman, pois as complexidades de um espaço de funções múltiplas, ao mesmo tempo prisão e hospital, onde os indivíduos se auto-definiam inocentes ou culpados, obriga a se investigar as diferentes perspectivas e as disputas acerca do que se entendia por loucura e quais os critérios para enquadrar os indivíduos nesses conceitos.

Não obstante, sob essa égide de pensamento tornou-se fundamental para a formulação do problema de pesquisa dessa dissertação a leitura dos livros **O espelho do mundo**, de Maria Clementina Pereira Cunha e **O delírios da razão**, de Magali Gouveia Engel. Ambos os trabalhos foram inspiradores aos objetivos aqui propostos, e que pretendem encampar à análise da alienação mental em Porto Alegre os significados e conflitos que ela adquiriria e ensejava para diferentes grupos sociais.

³¹ PORTER, Roy. **Uma história social da loucura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 9. E também: PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992 e BAUMANN, Thereza de B. Da iconografia, da loucura, da história. **Revista de História Regional**, v. 2, n. 1, 1997, p. 69-113.

³² CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro / São Paulo: Eduerj / Edusp, 1998.

Em **O espelho do mundo** rompeu-se com a tendência de abordagem da loucura apenas pela via da história médico-institucional. Ao mergulhar nos arquivos do Juquery, o estigmatizado hospital psiquiátrico de São Paulo, seu trabalho intencionou

estabelecer as relações que definiram o seu perfil – sobretudo no que diz respeito à sua articulação com a problemática urbana -, tanto quanto perceber suas formas concretas e cotidianas de “operação”, no âmago da relação asilar, enquanto instrumento de disciplinarização.³³

Na problematização do seu objeto, não houve rechaço a uma certa influência foucaultiana. Clementina Cunha estava atenta para o uso dos saberes e das práticas médicas como engendração da ordem burguesa. Reconheceu o quanto isto estava na origem da psiquiatria, que mesmo passando por atualizações teóricas, manteve seu sentido de tecnologia disciplinar.³⁴

Mas por outro lado, a autora mudou a perspectiva sobre a temática da “loucura” na academia brasileira ao mergulhar nos prontuários médicos. Não deixando de historiar a instituição e as teorias alienistas, abriu espaço para a “experiência dos sujeitos”, mesmo que panoramicamente, pois

apesar do esforço para aniquilar sua presença e apagar sua voz, os registros do asilo denunciam a presença dos “loucos”, resgatam ao menos em parte sua fala e sua experiência, evidenciam sua resistência surda e constante, permitindo o estabelecimento de relações [...].³⁵

Estruturando o trabalho de modo a realizar uma leitura do alienismo e da sua aplicação numa cidade como a de São Paulo - que vivia um processo de rápido crescimento entre a virada dos séculos XIX e XX -, subjazem em sua argumentação as políticas preventivas de higiene mental, de cunho eugenista e voltadas ao proletariado. Mas é especialmente na terceira parte da obra, intitulada *O outro lado do espelho* - numa analogia às perspectivas invertidas de médicos e pacientes observadas ao longo da análise -, que encontrei as maiores contribuições para o modelo que pretendo empreender em meu trabalho. Em sua introdução, a

³³ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**. Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17.

³⁴ *Ibid.*, p. 15.

³⁵ *Ibid.*, p. 16.

autora já sintetizava a vinculação daquele capítulo à pretensão de um resgate dos agentes envolvidos no mundo próprio do asilo:

identificar os habitantes do espelho, conhecer suas histórias de vida, as circunstâncias e os significados de seu internamento; surpreender o alienismo em sua operação concreta no interior do mundo fechado do asilo – e, para além dos modelos científicos de inteligência da “doença” que compõem o arsenal teórico do saber, evidenciar determinações e injunções históricas e sociais que moldam e diferenciam a construção da loucura de ricos e pobres, homens e mulheres, etc.³⁶

Magali Gouveia Engel em **Os delírios da razão**³⁷ também procurou não desconhecer quem estava envolvido nos processos sociais. Ainda assim, a sua pretensão básica era, como em trabalhos análogos, avaliar a construção, via medicalização, que levava a “loucura” a ser considerada doença mental e a implicação disso na criação de interditos sociais com os hospícios e manicômios judiciários na cidade do Rio de Janeiro. Dentro de um marco temporal que transitava entre 1830 e 1930, recuou ao período anterior ao domínio do saber médico e resgatou o que era ser louco no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, através das percepções sociais e dos tratamentos dados ao problema naquele período.

Mais uma vez a influência foucaltiana surgiu, e mais uma vez ela foi ponderada:

Procurou-se, contudo, relativizar e redimensionar o caráter absoluto dos desdobramentos efetivos da relação saber-poder, levando-se em consideração as intrincadas redes que, tecidas no cotidiano das relações de dominação, revelam cumplicidades, sujeições, rebeldias, enfim, um colorido múltiplo e, muitas vezes, inusitado.³⁸

Quando pertinente, realizarei o cotejo de minhas informações com os dados estatísticos apresentados no trabalho de Magali Engel, bem como em relação àqueles

³⁶ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho...**, p. 18.

³⁷ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830 – 1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. Esta edição é a publicação de grande parte de sua tese de doutoramento defendida em 1995 na Unicamp sob a orientação da Dra. Maria Clementina Pereira Cunha. Outro trecho deste seu trabalho acadêmico encontra-se em: ENGEL, Magali Gouveia. As fronteiras da “anormalidade”: psiquiatria e controle social. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, nov. 1998 – fev. 1999, p. 547-563.

³⁸ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 12.

disponibilizados por Walter Fraga Filho, que retratou a mendicidade e a vadiagem conforme ocorriam em seu cotidiano e eram vistas pela sociedade baiana do século XIX³⁹.

No caso específico da historiografia concernente ao Rio Grande do Sul, Yonissa Marmitt Wadi e Alexandre Schiavoni abriram caminho para uma produção sobre a institucionalização da loucura sob o saber médico. A proposta de Yonissa Wadi em seu primeiro trabalho não seguiu a linha de preocupação com os sujeitos internados. O problema da autora estava no processo de constituição do Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre a partir de sua gênese dentro da Santa Casa de Misericórdia⁴⁰. Sua linha argumentativa identificou uma diferenciação em relação ao Rio de Janeiro. Enquanto na Corte o hospital psiquiátrico se erigira por pressão médica, em Porto Alegre a Provedoria da Misericórdia local pleiteara sua ramificação:

Em momento algum, nos primórdios da luta que leva à criação do hospício, percebe-se a presença de médicos como protagonistas da iniciativa [...] só é possível atribuir aos médicos papéis coadjuvantes naquele momento histórico, ainda que muitos dos argumentos da crítica constituída pela medicina social nascente estivessem presentes na argumentação dos provedores⁴¹.

O problema que Wadi apresentou foi o da crescente disputa entre a autoridade dirigente e os grupos médicos pelo controle institucional. Os médicos precisaram “construir alianças de nível político, nomear os inimigos de seu saber, desconstruindo outros discursos que ocupavam um mesmo espaço social e, além disso, demonstrar cotidianamente a eficácia da psiquiatria”⁴². A autora não privilegiou nesse primeiro momento de sua produção historiográfica a análise da “clientela” alienada, não investigando os fatos que ensejaram as

³⁹ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo / Salvador: Hucitec / EDUFBA, 1996.

⁴⁰ WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos**. Uma história das lutas pela constituição do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996. 302 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996; WADI, Yonissa Marmitt. Um palácio para guardar doidos: a construção do Hospício São Pedro e o surgimento da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Mauch, Cláudia *et alii*. **Porto Alegre na virada do século XIX**. Cultura e sociedade. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Canoas: Editora da Universidade Luterana do Brasil, São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio do Sinos, 1994, p. 43-62; WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos**. Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. 256p.; WADI, Yonissa Marmitt. Aos loucos, os médicos: a luta pela medicalização do hospício e construção da psiquiatria no Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 6, n. 3, nov. 1999 – fev. 2000, p. 659 – 679.

⁴¹ WADI, Yonissa Marmitt. Aos loucos, os médicos..., *op. cit.*, p. 662.

⁴² *Ibid.*, p. 664.

reações das autoridades médicas e políticas, preferindo a discussão pelo cume da pirâmide social, pelo ato administrativo.

Alexandre Schiavoni, em dissertação defendida em período próximo ao trabalho de Yonissa Wadi, tomou a relação entre a institucionalização da loucura no Rio Grande do Sul entre 1880 e 1920 e os discursos e práticas que constituíram para a psiquiatria do período a figura do louco e da loucura enquanto doença. Seu foco centrou “na trama dos objetivos e funções de duas instituições – a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e o Hospício São Pedro – as relações de poder que o saber psiquiátrico coloca em jogo na sua constituição”⁴³.

Zelinda Scotti analisou quantitativamente os imigrantes alemães internados em Porto Alegre no Hospício São Pedro entre os anos de 1900 e 1925, dando especial ênfase às mulheres⁴⁴. Mas foi Yonissa Marmitt Wadi quem modificou a perspectiva da abordagem sobre a loucura no Rio Grande do Sul a partir de trabalho defendido como tese de doutoramento em 2002⁴⁵. A autora analisou as cartas escritas pela paciente psiquiátrica codinominada Pierina Cechini, internada entre 1909 e 1911 no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre, após ter matado por afogamento sua filha de dezessete meses na região colonial de Garibaldi – RS, habitada por imigrantes e descendentes de italianos em sua maioria. Na leitura que realizou, Yonissa Wadi identificou as articulações de Pierina junto às rotinas de vivência e à terapêutica do hospício. Num primeiro momento, os escritos de Pierina dão a entender que ela rejeitava a internação. Até podia admitir a prisão por seu crime, mas não se acreditava louca. Posteriormente sobrevém a acomodação ao espaço, tratado por imagens positivas e elogiosas. Yonissa Wadi acreditou que tenha sido provável que as terapias tenham demovido a resistência e a rebeldia de Pierina. Contudo, diferentemente de sua dissertação de mestrado, Yonissa Wadi contrapôs a documentação institucional ao cotidiano dos internos. A inferência sobre o uso do trabalho como “terapia moral” através da reprodução no espaço do hospício de habilidades forjadas como próprias à natureza feminina,

⁴³ SCHIAVONI, Alexandre. **A institucionalização da loucura no Rio Grande do Sul: o Hospício São Pedro e a Faculdade de Medicina**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p. 1; SCHIAVONI, Alexandre Giovanni da Costa. O corpo insano. **Saúde**. Revista do NIPESC, v. 1, 1996, p. 29-42; SCHIAVONI, Alexandre Giovanni da Costa. Corpo e loucura na Porto Alegre do final do século XIX. In: LEAL, Ondina Fachel (Org.). **Corpo e significado**. Ensaios de Antropologia social. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2001. p. 323-342.

⁴⁴ SCOTTI, Zelinda Rosa. **Loucas mulheres alemãs**. A loucura visitada no hospício São Pedro (1900 – 1925). Porto Alegre: PUCRS, 2002. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

⁴⁵ WADI, Yonissa Marmitt. **Louca pela vida: a história de Pierina**. São Paulo: PUCSP, 2002. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002; WADI, Yonissa Marmitt. “Um lugar todo seu?” Paradoxos do viver em uma instituição psiquiátrica. **Varia Historia**, n. 32, jul. 2004, p. 75-101.

conforme aparecem nos relatórios administrativos, é algo especulado pela autora. Entretanto, através da leitura das cartas de Pierina destinada à Justiça, aos médicos e aos familiares, percebeu que aquela mulher continuava não aceitando ser definida como louca. Ao propor servir remuneradamente ao hospício, Pierina almejava o que Yonissa Wadi chamou de “um lugar para si”, tendo em vista que o espaço hospitalar lhe parecia menos penoso do que aquele contexto em que se dera o crime pelo qual fora internada, marcado pela violência do marido e pela miséria de recursos. Ultrapassando a lógica dos médicos, a leitura dos escritos de Pierina nos informa sobre o contorno social e cultural de suas experiências.

Nádia Maria Weber Santos, em sua dissertação de mestrado, amparou-se nos pressupostos da chamada Nova História Cultural e da Psicologia Analítica de Carl Jung. Propôs analisar através de um exercício de interdisciplinaridade e de um estudo de casos as representações encontradas nos imaginários dos doentes de forma cotejada com aquelas que determinavam as terapias vigentes no Hospital Psiquiátrico São Pedro entre 1937 e 1950. Este período foi marcado pelo recrudescimento das internações, pela passagem do regime ditatorial do Estado Novo e pela atuação do emblemático Dr. Jacintho Godoy, diretor do hospital. Ao levar em consideração sua trajetória de atuação na medicina psiquiátrica anterior aos estudos históricos, a autora pretendeu considerar a loucura não somente do ponto de vista institucional mas também sob o prisma daqueles que a vivenciavam direta ou indiretamente. Por isso lhe interessou as razões e percepções sobre a loucura apontadas pelos familiares ao enviarem seus parentes para a internação, assim como as compreensões dos próprios internados⁴⁶.

Em sua tese de doutorado, Nadia Weber Santos continuou amparada nos pressupostos teóricos da chamada Nova História Cultural, mas agora destacando a análise das sensibilidades. Considerou a loucura, em suas formas e diagnósticos possíveis, como manifestação narrativa da psicologia dos sujeitos. A autora resgatou três produções literárias de gêneros distintos mas transpassadas de algum modo pelo contato com o diagnóstico de loucura e pela vivência em hospícios. O romance **No hospício** (1905), obra de cunho simbolista escrita por Rocha Pombo e caracterizada por ser uma narrativa da internação sem que o autor a tenha experimentado. O **Diário do hospício**, redigido por Lima Barreto a partir das suas memórias e reflexões relatas durante sua internação no Hospital Nacional de Alienados do Rio de Janeiro entre fins de 1919 e início de 1920. E doze cartas de cunho

⁴⁶ SANTOS, Nádia Maria Weber. **A tênue fronteira entre a saúde e a doença mental**: um estudo de casos psiquiátricos à luz da nova história cultural. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

peçoal, mas de manifestas pretensões literárias, escritas em 1937 pelo paciente denominado TR, interno do Hospital Psiquiátrico São Pedro em Porto Alegre, e que já haviam sido trabalhadas preliminarmente na dissertação de mestrado da autora⁴⁷. Sua abordagem além de considerar os escritos como de diferentes gêneros, entende-os como produções de época diferentes realizadas sob condições sociais diversas, ainda que a autora se abstenha de aprofundar o perfil biográfico dos autores. Nádia Weber Santos, a parte reconhecer o distanciamento, afirma que seus relatos expressariam sensibilidades comuns, sendo reveladoras de uma determinada historicidade que deve ser entendida além dos rótulos resultantes dos diagnósticos atribuídos aos sujeitos pela medicina. A autora se posiciona em defesa da “lucidez” e da capacidade analítica dos autores que analisa. Atribui ao caráter do que entende por loucura uma expressão de processos normais perturbados, razão pela qual se recusa a perpetuar em suas colocações os conceitos aplicados sobre os personagens em suas experiências com a loucura. De fato, a autora não se propõe a realizar um estudo que considerasse os condicionamentos que pautaram a definição e a aplicação de tais conceitos sobre a loucura.

Também objetivando entender as falas de seus personagens, Viviane Trindade Borges seguiu um caminho específico em meio a toda essa produção. Abordou as formas de controle médico e as táticas de resistência que se interpunham por parte dos internados no Centro Agrícola de Itapuã (Viamão – RS). O seu interesse se voltou para as relações conflituosas, mas não apenas aquelas resultantes da relação de médicos e pacientes. Viviane Borges observou o tensionamento interno ao grupo de pacientes, pois se aproximou das relações entre os moradores remanescentes do antigo Hospital Colônia, portadores de hanseníase que ocupavam aquele espaço desde 1940, e os pacientes do setor psiquiátrico, alocados no centro agrícola a partir de transferências oriundas do Hospital São Pedro desde o ano de 1972. Para tanto, além de fazer uso da documentação institucional, amparou-se teoricamente nos escritos sobre a memória e na metodologia da história oral de vida, a partir de um critério que entende por verdade o relato do depoente, sem que haja análise contestatória em termos de “verdade” e “mentira”. Por essa metodologia se aceitam os possíveis silêncios, as recusas, os erros e as distorções dos relatos, que afinal não reproduzem o passado, mas o reprocessam. Das falas

⁴⁷ SANTOS, Nádia Maria Weber. **Histórias de sensibilidades**: espaços e narrativas da loucura em três tempos. Brasil 1905 / 1920 / 1937. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 763 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005; SANTOS, Nádia Maria Weber. **Histórias de vidas ausentes**: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005; SANTOS, Nádia Maria Weber. Nas ‘entrelinhas’ da história: sensibilidade e exclusão em narrativas da loucura. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 80-90.

desses indivíduos, então, além das disputas e entendimentos sobre uns e outros, emergem as memórias sobre o rompimento muitas vezes forçado do convívio social precedente e a acomodação da vida destes pacientes no espaço institucional⁴⁸.

Acredito que o diferencial de meu trabalho em relação a toda essa produção, especialmente aquela referente ao Rio Grande do Sul, esteja nos tipos de fontes que utilizei. Em virtude do período ser recuado em relação aos trabalhos anteriores, não tive acesso a prontuários médicos – algo inexistente para o período anterior a fundação do Hospício São Pedro – e muito menos pude manter contato direto e entrevistar meus personagens. É certo que repassei em arquivo muitas das referências anteriormente pesquisadas por Yonissa Wadi, mas como os meus objetivos eram outros, tive de constituir um corpus documental diversificado. Por vezes longas séries foram pesquisadas resultando em pouco aproveitamento. Noutras, uma pequena observação anotada à beira de um livro de internações ou de algum documento policial teve importância fundamental.

Fontes

Comecei por pesquisar sistematicamente os livros de portaria numerados de um a cinco existentes na coleção do Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Esse material registra a data de entrada e de saída do enfermo, o seu nome, o sexo, a idade, a filiação, o seu local de nascimento, a cor da pele, se era casado ou solteiro, o estatuto jurídico dos cativos e dos libertos, o nome do senhor dos cativos, a profissão do internado, a enfermidade, se a internação era de um pobre ou de um particular e alguma outra observação que por ventura se achasse pertinente deixar escrita⁴⁹.

⁴⁸ BORGES, Viviane Trindade. Câmbio final: exercícios de história oral com pacientes portadores de sofrimento psíquico internados no centro agrícola de reabilitação de Viamão / RS. **História em Revista**, Pelotas, v. 11, dez. 2005, p. 99-134; BORGES, Viviane Trindade. **Loucos (nem sempre) mansos da estância**. Controle e resistência no Centro Agrícola de Reabilitação. Viamão / RS, 1972 – 1982. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006; BORGES, Viviane Trindade. A loucura herda um espaço deixado pela lepra: fragmentos de história oral com os pacientes-moradores do Hospital Colônia Itapuã. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 99-105.

⁴⁹ A característica desse tipo de fonte não é desconhecida pela historiografia. Análise sobre o papel da prática médica e das terapêuticas realizadas na Santa Casa de Misericórdia de São João Del-Rei durante a primeira metade do século XIX utilizou, junto ao balanço da botica e ao livro de fórmulas, o *Livro de Entrada e Saída de Pacientes* atendidos entre 1817 e 1838 naquela instituição. O livro continha o nome do atendido, as datas de entrada e de saída, a condição, o nome do proprietário se escravo, a origem, a cor, a naturalidade, a ocupação, a doença e o diagnóstico. De um total de 3.480 registros, os autores objetivaram mapear o perfil dos internados, a

Fiz a transcrição de todos os registros de entrada de pacientes que tivessem algum “sintoma mental” referenciado. Posso afirmar que em média a enfermaria da Santa Casa de Misericórdia recebia por volta de mil pacientes por ano. Para o período que compreende os livros citados, que vão de 1843 a 1888, recolhi os dados de 1389 internações, que englobam indistintamente homens e mulheres, brancos e negros, livres, cativos e libertos. Entretanto, para utilização neste trabalho, selecionei os três primeiros volumes, que registram as 865 internações efetuadas entre 1843 e 1872. Minha intenção foi centrar a análise sobre o período que permitira a geração da discussão parlamentar rio-grandense (apresentada no primeiro capítulo) e a implantação do Asilo de Alienados nas dependências da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Para o marco final de meu recorte temporal, defini o início da década de 1870, onde dois processos me parecem fulcrais. Localmente, a discussão interna da Santa Casa se voltava a uma crescente medicalização e ao início da demanda sobre a construção do Hospício São Pedro, obra que seria inaugurada em 1884. Pretendo então focalizar justamente o período anterior, sobre qual a historiografia ainda não lançou luzes aos seus agentes. Num contexto mais amplo, há a necessidade de se estar atento ao momento em que o país readequava suas relações com o chamado “elemento servil”, após todo o processo que resultou no fim do tráfico negreiro nos anos 1850, nas pressões contrárias e favoráveis à Abolição que emergiam no início da década de 1870, especialmente após a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 e da realização do censo e da matrícula escravos de 1872, que serviram para regulamentação da “instituição servil” após a legislação aprovada no ano anterior.

Não obstante, a análise sobre essas fontes indica a necessidade de sua leitura ser realizada em permanente crítica, pois ao longo do recorte temporal, percebe-se a variação nos critérios de sua elaboração e escrita, o que pode indicar desde a alteração do responsável pelo registro até a mudança nos critérios da administração do Pio Estabelecimento. Trabalhar com os dados quantitativos extraídos dos livros de portaria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre deixou clara a necessidade de principiar historiando a própria instituição. Recuperar a sua rotina funcional serviu para depreender o contexto imediato de confecção daquela documentação que serviria de fonte histórica ao pesquisador. E dado o caráter variado e fragmentário do conjunto de fontes compiladas, o verossímil e o plausível muitas vezes

conduta dos médicos no tratamento dos enfermos e quantificar a incidência das doenças. RESENDE, Maria Leônia Chaves de; SILVEIRA, Natália Cristana. Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso da prática médica nas Minas Gerais oitocentista. *História Unisinos*, v. 10, n. 1, jan.-abr. 2006, p. 5-13.

podem ser evocados na forma de argumentação dentro do trabalho de problematização e escrita da história⁵⁰. Todavia, sempre o conjectural estará aqui a serviço de uma idéia de realidade que se assenta na prova documental. Jean-Yves Grenier, ao responder afirmativamente à questão acerca da necessidade de existência de uma história quantitativa, lembrou que a sua necessidade não é mais evidente, mas deve ser um recurso justificado. Seu interesse epistemológico consiste em controlar a força e o valor do discurso histórico⁵¹. Ao evocar Thomas Holloway creio poder sintetizar a intenção dos números neste trabalho:

As pessoas, seu comportamento e suas intenções com outras são também aqui agregados e expressos em totais, percentagens, concepções quantitativas, colunas de gráficos. O uso dos registros estatísticos existentes e a criação de novas categorias são apenas técnicas para fazer generalizações na sociedade e no tempo, que os casos individuais ilustram e personalizam. A quantificação ajuda-nos a entender os indivíduos propiciando um contexto para a sua experiência. Não implica prova, verdade ou expressão matemáticas, nem desumaniza a história. A verdadeira despersonalização do registro histórico é o fato de que a esmagadora maioria das pessoas torna-se inteiramente esquecida, e a sua memória, irrecuperável.⁵²

Ainda na Santa Casa de Misericórdia deparei-me com os compromissos que regiam o funcionamento da Irmandade, com relatórios remanescentes da administração destinados à Presidência da Província, e, especialmente, com as Atas das Sessões de Mesa da Provedoria. Nesses encontros dos Irmãos da Misericórdia, os principais assuntos discutidos versavam sobre: a admissão de novos membros na Irmandade, a obtenção e aplicação dos recursos obtidos com doações, esmolas, heranças, verbas públicas, loterias e rendas de bens de raiz como o aluguel de casas, a questão dos expostos, a realização de obras de manutenção e infraestrutura nas instalações, a construção do cemitério extra-muros na colina da Azenha, as relações com os funcionários e as petições gerais da população. Um conjunto de informações imprescindíveis para o conhecimento do cotidiano da Santa Casa e do diálogo da instituição com a sociedade. Ainda assim, deve certamente ser considerado o fato de que a anotação se

⁵⁰ GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de 'Il ritorno de Martin Guerre', de Natalie Zemon Davis. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1989. p. 179-202. p.183.

⁵¹ GRENIER, Jean-Yves. A história quantitativa ainda é necessária?. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos**. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-192. p. 183 e 191.

⁵² HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio...**, *op. cit.*, p. 31.

dava após a decisão que filtrava aquilo que deveria ser registrado ou omitido nos relatos documentados.

Fundamentalmente associada à questão asilar aparece a repressão policial. Thomas Holloway, ao descrever o contexto político-ideológico que envolvia a atividade da polícia da Corte no contexto de abdicação de Dom Pedro I, afirmou que essa atividade envolvia o exercício do poder, que incluía o controle das massas⁵³. Nos anos que se seguiram, na medida em que o heterogêneo grupo de despossuídos composto por cativos, libertos, negros livres e brancos pobres se expandia e ganhava mobilidade, a demanda pela função repressiva da Polícia foi sendo recrudescida e complexificada. O leitor verá ao longo da dissertação que a entrada de alienados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre muitas vezes se deu pelo braço armado do estado tendo em vista a preservação da ordem. Em meu levantamento sobre as fontes policiais concentrei-me sobre a correspondência entre a Chefia de Polícia e as chamadas “Autoridades Diversas”, que incluem a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ficou de fora da pesquisa a correspondência exclusiva da Chefia de Polícia com a Presidência da Província e com os Delegados de Polícia. Justifica-se esta escolha pela relação tempo / objetividade. Nas Correspondências Diversas encontrei uma triangulação que indicou a mediação da Chefia de Polícia em relação ao executivo provincial e a Santa Casa no que diz respeito às solicitações de internações, aos conflitos de competência e às demais providências em relação aos alienados.

Serial foram as pesquisas sobre os relatórios da Presidência da Província apresentados entre os anos de 1843 e 1874 e sobre os sete livros que registram em ata as sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre entre os anos de 1836 e 1872. Em ambos os casos o recuo temporal em relação ao marco proposto se deveu a necessidade de observar como se dava o controle e as relações que envolviam as práticas de cura no contexto porto-alegrense e provincial. Também vinculada à atividade de normatização e fiscalização exercida pela Câmara Municipal estava a leitura do livro que registra as posturas municipais formuladas entre 1829 e 1888. Por outro lado, foram pontualmente direcionadas as leituras de alguns processos judiciais envolvendo cativos e os inventários e testamentos de médicos e senhores escravistas.

Escravidão, doença e cura

⁵³ HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio...**, *op. cit.*, p. 107.

Tendo em vista que os personagens que compõem o meu objeto de pesquisa estavam inseridos numa sociedade escravista e que grande parte deles eram cativos, negros livres ou libertos, também se tornou essencial uma aproximação à historiografia da escravidão no que concerne as concepções sobre a doença e cura⁵⁴.

Ao final da segunda parte de **(Da)nação da norma**, após dissertar sobre a aplicação dos preceitos da medicina social em seu caráter preventivo na sociedade, Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy escreveram um tópico específico para tratar da presença dos negros no pensamento médico a partir da leitura das teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em sua congênere baiana e em artigos publicados nos periódicos médicos. Preceitos associados ao mesmo princípio que permitiria a intervenção do saber médico no hospital, no cemitério, na escola, no quartel, na prisão, no bordel e na fábrica.

Para Roberto Machado e seus co-autores, o discurso médico do século XIX voltado à disciplinarização dos indivíduos em prol de uma sociedade civilizada esbarraria na condição dos escravos. Sob seu estatuto, não haveria como articular o contrato social e o indivíduo sujeito à disciplina, pois a cidadania não poderia ser evocada na relação com os cativos. Ao espaço urbano, lugar privilegiado ao anúncio do projeto médico-político não caberia, então, a presença dos escravizados. Sua remoção ou a abolição da escravidão surgiria como proposta. O argumento para o rechaço da presença de escravos se justificaria numa pretensa insalubridade inerente aos costumes dos cativos. A hereditariedade de seus males e a suas atitudes licenciosas eram tomadas como obstáculo mesmo ao tradicional papel da ama-de-leite. O desenvolvimento físico e moral dos lactantes, sob o discurso médico, jazia ameaçado pelo contato com os escravos. Inclusive certas vertentes teorizavam a possibilidade do leite dessas amas sofrerem alterações sob influências do sistema nervoso a ponto de se refletirem nos comportamentos dos amamentados. A degenerescência física e moral resultante da presença dos escravos era também enunciada pelo discurso médico ao tratar da formação familiar como aspecto de uma sociedade saneada. O convívio com os negros pressuporia um ambiente pernicioso, onde palavras como perversão e depravação eram adjetiváveis. Por outro

⁵⁴ Uma aproximação inicial sobre a historiografia “clássica” referente ao tema da saúde e da doença em geral, bem como sobre os tipos de fontes disponíveis ao pesquisador pode ser realizada a partir da leitura de SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. 2v. São Paulo: HUCITEC / Edusp, 1991 [1976].

lado, quando se volta ao campo, o olhar médico criticava ainda o mau tratamento dispensado pelos senhores e a ausência de uma formação cristã direcionada aos escravos. Tais críticas embasavam uma proposição pela transformação do escravo em bom trabalhador. Este, desde que bem constituído física e moralmente através da instrução ao trabalho, não representaria ameaça política ao sistema através de revoltas.⁵⁵

A década de 1980 marcou um salto definitivo sobre a idéia de se tomar a escravidão meramente a partir de seu caráter coercitivo. Os cativos, negros livres e libertos passaram a ser reconhecidos como “agentes sociais” pela produção histórica brasileira. Seja como resultado das relações econômicas ou das estratégias culturais para melhor sobreviver dentro do regime, o escravo passou a ser resgatado pela historiografia a partir de suas ações e identidades. Os autores procuraram demonstrar que os negros escravizados “agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e que seus movimentos estão firmemente vinculados a experiências e tradições particulares e originais – no sentido que não são simples reflexo ou espelho de representações de ‘outros sociais’”⁵⁶. Se o projeto imediato de cada escravo era atendido ou não e em que proporção se dava o sucesso de suas estratégias é algo que deve sempre ser percebido no estudo empírico das fontes documentais. De qualquer forma, a possibilidade de articulação cotidiana e mesmo a revolta parece-me atrelada à capacidade de posicionar-se melhor ou pior à contrapartida senhorial, o que ajuda a desenhar a multivariabilidade da experiência escrava, como comprovam os trabalhos historiográficos que relacionam a revolta à variáveis diversas, que vão da solidariedade a partir da identidade étnica e da experiência africana, ao aparelho repressivo disponível, ou não, aos senhores. Não se pode, ademais, descartar os ideais filosóficos advindos das revoluções européias e de revoltas como a do Haiti, que ecoavam muitas vezes entre os escravos, e o direcionamento de seus interesses não pela revolta violenta, mas, inclusive, pela possibilidade de reivindicações através das “brechas judiciárias”.

No que se refere às enfermidades e às práticas de cura, as doenças endêmicas e de origem africana, as epidemias e seu impacto na mortalidade escrava, o aborto e os estudos sobre como se percebiam as doenças dos cativos são alguns exemplos de temas abordados⁵⁷.

⁵⁵ MACHADO, Roberto et. al. **(Da)nação da...**, *op. cit.*, p. 354-362.

⁵⁶ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 42.

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril...**, *op. cit.*; MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, jan. – jun. 1989, p. 85-96 e EUGÊNIO, Alisson. As doenças dos escravos como problema médico em Minas Gerais no final do século das luzes. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 23, jul. 2000, p. 154-163.

No geral esses trabalhos nos informam que as práticas médicas tradicionais, de origem acadêmica, se encontravam mais disponíveis no trato dos grandes contingentes de escravos. Um atendimento “privatizado” a cargo dos senhores melhores instalados e guarnecidos, em contraposição às demandas cidadinas pelos atendimentos das Santas Casas. Na outra ponta, a presença dos agentes de cura populares. Presença que, materializada primordialmente nos variados tipos de curandeiros - muitos deles recrutados em meio à própria população negra -, indicava práticas não estanques, mas recorrentemente imbricadas entre o acadêmico e o costumeiro.

Mary Karasch em seu estudo sobre os escravos do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX discorreu sobre as doenças dos cativos a partir do levantamento dos registros de sepultamentos realizados pela Santa Casa de Misericórdia da Corte e da literatura médica então corrente. Reconheceu que senhores e escravos muitas vezes tinham explicações sobrenaturais para as causas das doenças, mas afirmou que “a perspectiva do século XX explica que os cativos morriam devido a uma correlação complexa entre descaso físico, maus-tratos, dieta inadequada e doença”. Quando enfraquecidos e imersos em ambientes insalubres, padeciam frente às doenças de origem endógena ou exógena: moléstias infecto-parasítica (em especial a tuberculose), doenças dos sistemas digestivo, respiratório e nervoso e aquelas próprias da primeira infância⁵⁸.

Seguindo os caminhos de Mary Karasch, alguns trabalhos posteriores se voltaram para a perspectiva da história quantitativa. Maria Luiza Marcílio, por exemplo, no início da década de 1990 associava a questão da saúde e da doença dos escravos aos estudos demográficos. Seu trabalho fazia uso de fontes oficiais provenientes dos relatórios que o império brasileiro publicava acerca dos números populacionais da cidade do Rio de Janeiro, bem como sobre o movimento sazonal das mortes registradas e das doenças relacionadas a estas mortes. Também recolhia alguns relatos de médicos contemporâneos. Através do cruzamento destes dados recolhidos, os registros de doenças infecto-contagiosas e das epidemias que assolavam a Corte Imperial ao longo do século XIX eram confrontados aos registros dos anos ditos “normais”, sem crises epidêmicas, em sua relação entre nascimento e óbito dos habitantes⁵⁹. Há uma explícita preocupação metodológica em perceber, através da crítica das fontes, a acuidade dos registros, especialmente a partir do ano de 1869, quando ocorre a adoção de uma

⁵⁸ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000 [1987]. p. 207-209.

⁵⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 127-128, ago. – dez.1992 a jan.-jul. 1993, p. 59.

Classificação Internacional de Causa-mortis. Nesta perspectiva, refere a dificuldade em se definir um sentido único ao nome das doenças que mudam de frequência e de natureza.⁶⁰ E problematiza a possibilidade de determinação de um período em que uma doença pode ser referida como epidêmica.

Miridan Falci, por seu turno, procurou apresentar um esboço das doenças que acometiam os cativos a partir das causa-mortis anotadas nos livros de óbitos da freguesia do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro. Sua idéia era “questionar as interpretações acerca das doenças dos escravos e o nível de aptidão física dos mesmos”⁶¹. A análise partia da premissa que os fenômenos sociais, ambientais e culturais incidem sobre o grau de mortalidade de uma determinada população. Entretanto, a autora ressalta a dificuldade em se definir o peso dessas variáveis para as sociedades progressas⁶². As discussões entre os membros da Academia Imperial de Medicina indicam a falta de acordo sobre a paridade ou a diferença da mortalidade escrava em comparação às populações livres e marginalizadas européias. Falci, então, para afirmar a má-nutrição, as baixas condições de saúde, os trabalhos excessivos e os maus-tratos como causa da alta mortalidade entre os cativos, amparou-se no já citado trabalho de Mary Karasch sobre a escravidão no Rio de Janeiro e no uso que aquela autora fez dos índices de mortalidade e dos relatórios de saúde.⁶³ Metodologicamente, Miridan Falci procurou delimitar o espaço geográfico da freguesia do Santíssimo Sacramento e quantificar a sua população, levando em conta as alterações através dos desmembramentos da freguesia, das transformações urbanas e do deslocamento populacional. Também observou a incapacidade do espaço em atender à demanda de água potável suficientemente à necessidade da população.⁶⁴ Ademais, o clima e as condições sanitárias inadequadas sob o elevado aporte de pessoas à capital do Império são apresentados como razões às epidemias e endemias. Problemas verificados numa época em que a medicina ainda se atinha à noção dos humores e dos miasmas como responsáveis pelas doenças e sobre os quais se deveria incorrer o tratamento⁶⁵.

⁶⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade..., *op. cit.*, p. 61.

⁶¹ FALCI, Miridan, Britto K. Doenças dos escravos. **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica Anais da XVII Reunião**, São Paulo, 1997, p. 229.

⁶² *Loc. cit.*

⁶³ *Loc. cit.*

⁶⁴ *Op. cit.*, p. 230.

⁶⁵ Destaca-se ainda o trabalho empreendido na Casa de Osvaldo Cruz do Rio de Janeiro (COC – FIOCRUZ). Ângela Porto e sua equipe vêm desenvolvendo um grande banco de dados sobre a saúde e a doença entre os escravos, o que tem dado ensejo a produção de bibliografia correlacionada às pesquisas. Dentre as publicações: PÔRTO, ÂNGELA. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas

Outras vertentes de trabalhos têm se preocupado com a administração dos escravos conforme foram propostas pelos manuais agrícolas publicados nas Américas entre os séculos XVII e XIX. É o caso de Rafael de Bivar Marquese em **Feitores do corpo, missionários da mente**, publicado em 2004. Marquese recortou seu interesse especificamente sobre o Caribe, Cuba, o sul do Estados Unidos e o Brasil.

Tratados morais e de história natural, memórias econômicas, artigos e manuais de agronomia integraram o seu *corpus* documental.⁶⁶ Nos referidos compêndios, as políticas que pautaram a lida com os escravos são resgatadas. A partir de sua leitura as práticas futuras são propostas tendo em vista o melhor aproveitamento da mão-de-obra cativa.⁶⁷ Para Marquese, a situação que o moveu à pesquisa foi a variação contextual da produção destes textos. Escreveu o autor:

A análise dos textos prescritivos sobre a administração de escravos permite examinar o quadro mental e material envolvido no ato de elaboração das idéias sobre o assunto, pois esses textos foram organizados com base em concepções formuladas em redes de conhecimento historicamente distintas e pretenderam intervir em contextos materiais específicos, isto é, buscaram responder aos problemas das sociedades escravistas a que pertenciam seus autores.⁶⁸

Seu aporte teórico-metodológico para este início de análise foi lastreado nas sugestões de Quentin Skinner e John Pocock no concernente à história das idéias, especialmente sobre a

terapêuticas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 4, p. 1019-1027, 2006; PÔRTO, Ângela. O pensamento médico de Alexandre Rodrigues Ferreira. **XI Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Angela%20Porto.doc>. Acessado em 28/9/2006 e PÔRTO, Ângela. A saúde dos escravos na historiografia brasileira. **XII Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrj/Anais/2006/Simposios%20Tematicos/Angela%20Porto.doc>. Acessado em 15/3/2007.

⁶⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660 – 1860. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p. 12. Outro trabalho sobre os tratados voltados à administração da escravaria foi realizado por Alisson Eugênio, que enfocou o compêndio médico intitulado “Observações sobre enfermidades de negros: suas causas, seus tratamentos e os meios de prevenir”. Escrito pelo médico francês Jean Berthelemy Dazille a partir de observações realizadas em São Domingos, foi publicado na França em 1772 e em tradução portuguesa em 1801. Tradução esta realizada pelo cirurgião-mor Antônio José Vieira de Carvalho, que em fins do século XVIII praticou em Minas Gerais. O problema central que apresenta é o da busca de uma explicação para o patrocínio dos estado monárquicos à investigação médica curativa e preventiva sobre os escravos de suas colônias, diferentemente do que ocorreria em relação aos pobres europeus. Então, através da leitura que realizou do referido compêndio, Eugênio inferiu a adoção dos preceitos indicados a uma possível dificuldade de acesso à mão-de-obra escrava e à premente necessidade de reprodução endógena desta. EUGÊNIO, Alisson. *As doenças de escravos...*, *op. cit.*

⁶⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo...**, *op. cit.*, p. 12.

⁶⁸ *Loc. cit.*

necessidade de se atentar ao contexto intelectual e social em que o escrito foi gerado.⁶⁹ Importou para Rafael Marquese, objetivamente, conhecer as concepções intelectuais aportadas por este textos, “as convenções sobre ‘oikonomia’ e agronomia do mundo greco-romano, o discurso bíblico das obrigações recíprocas, e as convenções da economia política e da nova agronomia dos séculos XVIII e XIX”⁷⁰. De igual modo, intencionou depreender as tensões políticas, sociais e econômicas e a representação destas nos textos sobre as administrações dos cativos surgidas nos espaços delimitados. A relação entre escravidão e modernidade econômica e política foi considerada e, assim, o trabalho também seguiu o objetivo de verificar como a necessidade crescente de eficiência produtiva e o conflito entre a soberania doméstica dos senhores e as formações liberais ascendentes se manifestavam nos compêndios sobre o trato com os escravos⁷¹.

Em seu tronco argumentativo o autor fez uma atenta leitura da estrutura dos tratados sobre a lida com os escravos. Assinalou o trabalho - através da extração de maior produtividade -, a disciplina - com os incentivos ou os castigos pelas faltas -, e as relações familiares e paternalistas como as formas administrativas arroladas e apontadas pelos escritores dos manuais agronômicos como adoções necessárias à administração da escravaria. Ao se referir às aplicações da administração da escravaria no século XVIII, Marquese encampou de forma direta o discurso foucaultiano sobre o período. A função médica apresentar-se-ia amparada no caráter impositivo de um poder administrativo. Diferentes percepções sobre as formas de solucionar os problemas de saúde da escravaria ao longo do tempo eram referidas nos manuais. Formas de adaptação dos cativos ao meio como resposta à mortalidade, às doenças, à necessidade de impor castigos e ao alto número de suicídios identificados no período após o desembarque foram preocupação constante. Eram listadas, então, as necessárias gestões dos senhores com as vestimentas, a limpeza dos alojamentos, as inspeções de saúde, os banhos, a alimentação adequada e em quantidade suficiente, e com a adaptação paulatina ao trabalho. Haveria inclusive uma preocupação crescentemente pedagógica, fazendo valer a mescla de grupos nos quais os trabalhadores mais experientes orientavam aos recém aportados. E a toda essa necessidade cotidiana da administração dos cativos, impôs-se a complementar lida “psicológica” das relações, com a adoção de regras dotadas de incentivos e punições para se fazerem valer. A preservação da saúde dos escravos

⁶⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo...**, *op. cit.*, p. 12.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 13.

⁷¹ *Ibid.*, p. 13-14.

aparecia em estreita relação com a doutrinação moral voltada ao trabalho disciplinado e para a obediência ao senhor.⁷²

Todavia a relação entre o discurso e a prática não aparece de modo tão evidente no trabalho de Rafael Marquese. Fica a impressão de que as reelaborações dos discursos e as especificidades contextuais, conforme apontadas para o período compreendido entre meados dos séculos XVI ao XIX, não foram suficientes para forçar uma drástica alteração na lida com os escravos. As citações dos manuais agrícolas contendo as determinações aplicáveis à administração dos escravos indicam para as relações cotidianas certos aprimoramentos na pretensão de maior produtividade e preservação do braço trabalhador. Contudo o que se observa na argumentação de Marquese remete mais a uma semelhança reiterada das práticas administrativas que deveriam ser aplicadas no dia-a-dia das *plantations* do que à dinâmica das transformações da lida com os cativos ao longo do tempo.

Outro ponto a ser conferido é a aplicação efetiva dos ensinamentos dos manuais. O único momento em que Marquese se propõe a fazer essa reflexão ocorre ao citar a existência de respostas e de relatos enviados pelos senhores aos periódicos que os publicavam nos Estados Unidos⁷³ Pautando-se pela leitura dos manuais agrícolas que prescreviam as políticas administrativas sobre a massa escrava, sua recepção e aplicação de fato ao longo do tempo é quase que infimamente referenciada na pesquisa. O contexto sócio-econômico muitas vezes é apresentado como ilustração e não em sua relação direta com as idéias apresentadas.

Em outra vertente, a atuação dos curandeiros, em especial aqueles de origem ou ascendência africana, tem sido um tema bastante recorrente nos estudos que enfocam as concepções das camadas populares. Mas não apenas destas, pois as práticas dos curandeiros conseguiam agregar pessoas que compartilhavam as mesmas crenças e confianças depositadas sobre os agentes de cura, independentemente do seu posicionamento social. Esses estudos indicam que as lógicas das crenças religiosas africanas e de fundamentação cristã apareciam imbricadas e associadas às práticas de cura que ao mesmo que poderiam causar alívio também suscitavam o medo. O poder atribuído a quem fazia a cura também incluía reconhecer nesses agentes uma igual capacidade de causar a doença. Em boa parte das vezes o registro das

⁷² MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo...**, *op. cit.*, p. 136.

⁷³ *Ibid.*, p. 373-374.

atividades desses indivíduos nos chega a partir do estabelecimento de conflitos com a formação médico-acadêmica e da reiterada repressão dos poderes instituídos.⁷⁴

Não obstante toda essa produção, creio que o trabalho ao qual devo a maior parte de minha inspiração seja mesmo **Cidade febril**. Sidney Chalhoub fez uso da documentação oficial de órgãos públicos também citada no trabalho Maria Luiza Marcilio. Somando a leitura de discursos parlamentares, teses médicas, materiais da polícia e da imprensa, além de realizar um fecundo diálogo com a historiografia, Chalhoub advogou uma história capaz “de reconstituir na longa duração a experiência dos habitantes do Rio de Janeiro”⁷⁵.

A investigação empírica se apresentou como norteadora do trabalho. O discurso oficial sobre a saúde pública e o tratamento dispensado às “classes perigosas” foram cotejados com a perspectiva da “recuperação das concepções populares sobre doença e cura”⁷⁶. E como a sua questão encontrou no choque do saber médico ocidental com a tradição africana um caminho

⁷⁴ CALAINHO, Daniela Buono. Médicos e curandeiros no Brasil colonial. **XI Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004/Mesas/Daniela%20Buono%20Calainho.doc>. Acessado em 27/9/2006; CALDAS, Glícia. Doença – Castigo de Deus? Doenças e curas na escravidão carioca oitocentista. **XI Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Glicia%20Caldas.doc>. Acessado em: 22/8/9/2006; DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos de cólera. Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 355-385; FIGUEIREDO, Betânia G. **A arte de curar**. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002; KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos...**, *op. cit.*, p. 352-354; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Feiticeiros, venenos e batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre – século XIX). In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2004; PIMENTA, Tânia Salgado. **Artes de curar**. Um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Campinas: Unicamp, 1997. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 1997; PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney, et. al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 307-330; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura** - As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp / CECULT-IFCH, 2002; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios. Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUB, Sidney, et. al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 387-426; SILVA, Roger Costa da. **Muzungas**. Consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828 – 1888). Pelotas: Editora da Universidade Católica, 2001; MAGGIE, Yvone. **Medo do feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1986; WITTER, Nikele Acosta. **Dizem que...**, *op. cit.*; WITTER, Nikelen Acosta. Dos cuidados e das curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos (Rio Grande do Sul, século XIX). **História Unisinos**, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 14-25; XAVIER, Regina Célia Lima. Dos males e de suas curas. Práticas médicas na Campinas oitocentista. In: CHALHOUB, Sidney, et. al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 331-354; XAVIER, Regina Célia Lima. **Tito de Camargo Andrade**: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista. Campinas: Unicamp, 2002. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2002.

⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade...**, *op. cit.*, p. 9.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 10.

investigativo, justificaram-se os “pulos na África” aos quais o autor se lançou ao longo de sua jornada.

Conforme Sidney Chalhoub, a questão da “natureza intrínseca” do negro se apresentava como prévia às teorias racistas. Às epidemias de doenças endêmicas que assolaram boa parte do país a partir da década de 1850⁷⁷ somava-se a crise da oferta de mão-de-obra resultante do fim do tráfico naquele mesmo período. O contexto favorecia a propagação de um ideal que destacava o mal da permanência dos negros no Brasil e professava o embranquecimento da população,

ou seja, a configuração de uma ideologia racial pautada na expectativa de eliminação da herança africana presente na sociedade brasileira. Tal eliminação se produziria através da promoção da vinda de imigrantes, do incentivo à miscigenação num contexto alterado pela chegada massiva de brancos europeus, pela inércia, e também pela operação de malconfessadas políticas específicas de saúde pública.⁷⁸

A reordenação das relações de trabalho dava o ensejo para que as políticas coercitivas incidissem de forma crescente sobre a parcela da população que paulatinamente se marginalizava do processo produtivo.

No que tange às questões da saúde e da doença, o discurso da intelectualidade médica pregava contra os males das “classes perigosas”. A ideologia da higiene em fins do XIX se fortaleceria com a idéia que ao longo do tempo os costumes dos marginalizados, em especial os negros, eram incompatíveis com o processo civilizatório e férteis às doenças e aos vícios. Observando o combate aos cortiços que abrigavam em grande parte os libertos que viviam no Rio de Janeiro, Chalhoub percebeu na rotulação destes espaços como centros de doenças o interesse em se restringir a autonomia dos grupos subalternos e o entendimento de sua presença como um fator desagregador à escravidão ainda existente. Contudo a questão sanitária foi apresentada não mais como uma relação de causas e efeitos que permitisse uma definição esquemática do estado físico de cativos e libertos. Ela aparece na obra de Chalhoub problematizada num campo de disputa social. Projetos civilizatórios de cunho “branqueador” da sociedade são contrapostos às divergências entre os corpos médico-burocráticos e aos

⁷⁷ A despeito dos registros de época identificarem os negros como menos suscetíveis à doenças como a febre amarela, a discussão médica e política girava em torno do tráfico como responsável pela propagação de epidemias no Brasil. CHALHOUB, Sidney. **Cidade...**, *op. cit.*, p. 71-78.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 62.

interesses associados à propriedade privada e ao lucro - seja pela posse de cativos, seja pela especulação imobiliária. Sob essa perspectiva, os discursos e conceitos que neles se apresentavam são sempre relativizados, pois, nos diz Sidney Chalhoub,

insistir na importância de conceitos como “civilização”, “ordem”, “progresso” e outros afins – os correlatos como “limpeza” e “beleza”, e os invertidos tais como “tempos coloniais”, “desordem”, “imundície” etc. – não nos leva muito além da transparência dos discursos, da observação da ordem como eles se estruturam e daquilo que eles procuram afirmar na sua própria literalidade, e através da repetição *ad nauseam*. O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização européia nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história.⁷⁹

Quando entrou no estudo do contexto das epidemias que grassaram no Rio de Janeiro ao longo do período imperial, o autor não se limitou a traçar uma cronologia e os demonstrativos dos índices de incidência das doenças, mas sim procurou entender a significação que essas epidemias adquiriam para os atores sociais e o quanto influíam em suas práticas.

Dialogando com a antropologia, Chalhoub sinalizou que o peso dos costumes dos africanos, e, conseqüentemente, as doenças dos escravos, se passavam pela identificação e pelo “tratamento” indicado pela autoridade branca, poderiam ter uma percepção própria entre os negros – diferente em origem e solução:

O que interessa reter nesse contexto é que os escravos e negros livres pobres no Brasil podiam achar que determinadas doenças eram utilizadas como armas pelos senhores para atingi-los. [...] O flagelo causado pelo sortilégio mágico era apenas uma possibilidade, pois havia doenças provocadas pela violação de uma tradição, por erro ritual, ou pelo descumprimento de deveres para com os deuses. De qualquer forma, os negros – mas não só eles no Brasil do século XIX – acreditavam que a doença não era uma coisa natural; as moléstias eram sempre causadas por causas sobrenaturais – causas estas que poderiam ou não ter sido evocadas por feiticeiros -, sendo a cura [...] prioritariamente ritual.⁸⁰

⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade...*, *op. cit.*, p. 35.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 136-137.

Nesse sentido, é certo que, para o problema que formulei, conhecer os alienados e suas ações possibilita conhecer um aspecto pouco trabalhado a respeito da sociedade rio-grandense do século XIX. Busca alcançar uma interpretação que dê conta dos vários indivíduos envolvidos no processo social. Mas o interesse sobre os “agentes” - proposta já transformada em lugar comum da historiografia -, também consiste em ir além do binômio dominação / resistência no que ele pode surgir como generalização estereotipada. Interessam as expectativas que se cruzam numa sociedade escravista e os apontamentos ou especulações sobre formações identitárias que possam surgir, ou não, a partir das afinidades ou das diferenças étnicas e sociais.

Plano de Capítulos

Dividi meu trabalho em duas partes. A primeira, cujo título é **Quando não se achão em estado de quietação**, é composta por três capítulos onde procurei definir o espaço sobre o qual se dará a análise e os personagens sobre os quais falarei. No primeiro capítulo, chamado *Porto Alegre: regulamentação e população*, falarei sobre as características da capital da Província de S. Pedro no século XIX e sobre a regulamentação da cidade através da Câmara Municipal e dos Códigos de Posturas. Observarei as discussões parlamentares acerca do problema social envolvendo o abandono de mendigos, doentes e inválidos, e traçarei o perfil estatístico da população porto-alegrense. O segundo capítulo, intitulado *A Santa Casa de Misericórdia numa sociedade escravista*, versará sobre a presença da Santa Casa de Misericórdia e sua atuação na cidade e na província. Definirei a função asilar da instituição a partir da história de suas congêneres, retomarei os passos de sua construção e identificarei o perfil dos componentes da irmandade que a administrava, bem como as funções que exercia. Ao discutir a formação do patrimônio da Santa Casa, darei ênfase à presença dos cativos em seu quadro funcional, bem como a recepção de libertos condicionados à prestação de serviços. Analisarei as demandas provinciais que resultaram na construção de um asilo de alienados no interior da Santa Casa após vários anos de atendimento da loucura no espaço comum às demais doenças. E observarei a presença cotidiana da polícia na conflituosa divisão de responsabilidades sobre a condução e resolução dos casos de alienação mental. No terceiro capítulo, aquele que finaliza a primeira parte da dissertação, apresentarei justamente *O perfil dos alienados*. Observarei a distribuição das internações ao longo do período compreendido

entre 1843 e 1872, a proporção das internações a partir do sexo e das cores dos indivíduos (negros e brancos) e discutirei uma possível relação da dinâmica de internações com o final do tráfico transatlântico de cativos após 1850. Voltarei a tratar sobre a participação da polícia, desta vez destacando o perfil específico de suas detenções que resultavam em alienação⁸¹. Verificarei a associação entre os confinamentos por loucura e o trabalho, ou melhor, e o não-trabalho. A idade produtiva e a ausência de profissão dos alienados será considerada. Por fim discutirei as questões referentes à pobreza, à mortalidade e às fugas dos internados, bem como as concepções dos senhores sobre o papel da Santa Casa como “depósito” para aqueles escravos considerados problemáticos ou já sem serventia.

Na segunda parte da dissertação, chamada **Rogo a V. Sa. se sirva mandar recolher** - e que também está dividida em três capítulos -, privilegiarei as concepções sobre o que é entendido por loucura. Apresentarei as disputas entre médicos e policiais a respeito da autoridade sobre a alienação mental, a formação e o caráter dos diagnósticos médicos e uma especulação sobre a concepção de doença e cura concernente aos internados de origem africana. No quarto capítulo, no qual discorrerei sobre *As disputas pelo controle das artes de curar*, reconstituirei a atuação da Câmara de Porto Alegre em relação às autorizações emitidas para os praticantes das artes de curar e a sua ação fiscalizadora, sempre acompanhada da ingerência policial, bem como retomarei a discussão bibliográfica sobre o papel da Fisicatura-mor como pioneira nessas funções. Os embates entre a polícia e a autoridade médica desnudam os conflitos sociais que envolvem os objetos dessas discussões: os loucos em seu cotidiano. O tópico final desse capítulo tratará dos médicos que trabalhavam na Santa Casa, protagonistas nos processos de definição dos diagnósticos de alienação mental. Ainda associado a essa temática, o quinto capítulo tratará d'*A formação dos diagnósticos dos médicos*. O capítulo pormenorizará os diagnósticos médicos a partir de sua presença percentual na população de internados e discutirá o conteúdo da formação dos facultativos, os manuais médicos de circulação popular, as teses sobre a alienação mental e as práticas alienistas, levando em consideração que esse grupo profissional não deve ser tratado como uma corporação teoricamente coesa. No trecho final do capítulo estudarei três casos de aplicação do pensamento médico. Os conflitos sociais que cercavam esses processos de alienação mental resultavam em diferentes graus de prevalência do pensamento médico-

⁸¹ Não somente a loucura era alvo potencial das detenções. A estigmatização em torno da lepra sustentou por longo período o seqüestro e o confinamento de seus portadores. CABRAL, Dilma. Lepra, morfêia ou elefantíase-dos-gregos: a singularização de uma doença na primeira metade do século XIX. **História Unisinos**, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 35-44, p. 43.

acadêmico. Serão estudados os casos do dramaturgo Qorpo Santo, do escravo Pascoal e do liberto Thimothio. E é por considerar incerta a vigência do diagnóstico acadêmico numa sociedade escravista, onde o saber médico não estava consolidado e as crenças eram multivariadas, que no último capítulo desta dissertação tratarei de especular sobre *Doença, cura e os africanos* inseridos no universo de internados que analiso. Para essa tentativa de aproximação, dialogarei com a historiografia que analisa os aspectos da diáspora africana em relação aos limites da transposição das crenças religiosas, crenças estas profundamente vinculadas às formulações dos negros ultramarinos sobre a doença e a cura.

Antes de iniciar o primeiro capítulo quero definir uma questão de método em relação à nomenclatura. Os termos referentes às enfermidades sobre as quais disserto são variados: loucura, alienação mental, delírio nervoso, mania, monomania, desarranjo mental, idiotia, insanidade, etc. De forma corrente, ou seja, quando não estiver me referindo a algum conceito emitido por outro autor, farei uso alternado da expressão *alienação mental*, a mais presente na bibliografia e nas fontes do século XIX, e do termo *loucura*, de uso universal desde a Antigüidade⁸².

⁸² Sobre a utilização do termo *loucura*, acompanho-me das ponderações de Roy Porter: “[...] referi-me aos ‘loucos’ como nome genérico para toda a gama de pessoas consideradas, de uma maneira ou de outra, anormais nas idéias ou no comportamento. O rótulo é obviamente insatisfatório. Espero que o próprio fato de não ser satisfatório ajude a chamar atenção para as suas dificuldades e mostrar que está sendo utilizado meramente como taquigrafia coletiva.” PORTER, Roy. **Uma história...**, *op. cit.*, p. 13.

PARTE I - “QUANDO NÃO SE ACHÃO EM ESTADO DE QUIETAÇÃO”⁸³

⁸³ RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1ª. Sessão da 10ª. Legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typ. do jornal A Ordem, 1862. p. 26. Disponível em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 4/10/2005.

1 – PORTO ALEGRE: REGULAMENTAÇÃO E POPULAÇÃO

N’esta segunda-feira á noite andou um doido de formão na mão a correr pelas ruas fóra. Talvez pensasse, vendo tantos collegas d’elle na rua, que todos tinham a cidade por promenagem. Enganou-se: os policiaes sahirão atraz d’elle, e fugindo o corpo, não fosse o doido pensar que era pão, e o falqueja-se, achárão modos e geitos de segurar no carpinteiro ambulante, e o levarão ao quartel.⁸⁴

Anos depois de ter registrado esse episódio cotidiano que indicava a interdição da cidade de Porto Alegre aos loucos, o mesmo cronista contava aos leitores sobre o seu contato com a Santa Casa de Misericórdia, que, mais do que os quartéis, era o destino preferencialmente indicado àqueles indivíduos que eram alienados. Ao lermos esse relato, conseguimos depreender os contrastes que caracterizavam a sociedade local e que dariam mote às discussões e gestões voltadas ao controle da população.

Na opinião do cronista *O Estudante*, o ano de 1859 principiara bem em Porto Alegre, com “festas a mais”. A primeira delas fora a da Santa Casa de Misericórdia, cujas edições anteriores o periodista já havia tido ocasião de descrever pelas páginas do jornal **O Mercantil**⁸⁵.

Pelo que se deixa perceber através do tom irônico do redator, o conteúdo da comemoração não se alterara em relação aos outros anos em que freqüentara o evento. Encontrara, deitados sobre suas camas, os mesmos doentes vistos anteriormente, “a serem passados em revista pela curiosidade banal, ou pela indiferença risonha”. Não escapavam ao olhar do cronista as figuras dos expostos da Casa da Roda, que demonstravam com seus olhos

⁸⁴ CHRONICA de Porto Alegre. Coleção de artigos críticos sobre costumes e fatos locais publicados semanalmente no Mercantil, pelo colaborador O Estudante (1852-1859) 3v. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, s/d. V. 2, 2ª. época, 34ª. remessa, 1852, p. 563. BPRS

⁸⁵ CHRONICA..., *op. cit.*, v. 3, 1859, p. 5. As atas da Santa Casa registram os convites enviados ao Presidente da Província e demais autoridades para a festa de passagem do ano e visitação ao hospital. ISCMPA – CEDOP – ASMP – 9/12/1850 – p. 2v.

arregalados certo estranhamento frente “aquelle barulho de gente que descia porque tinha subido, ou subia por ter motivo de descer”. Reconhecia os “mesmos doidos”, que por entre as grades de suas celas olhavam os seus “collegas, que andavão soltos e até com ajudante de ordens ao lado”⁸⁶. Note-se que loucura era apresentada aos convidados enquanto espetáculo, permitindo tanto a diversão quanto os possíveis insultos de quem o acompanhava. Uma falta de isolamento em relação aos doentes que há muito tempo já era criticada por ser prática não medicalizada⁸⁷.

Por trás do pseudônimo *O Estudante* estava a conhecida figura de José Cândido Gomes, deputado provincial pelo Partido Liberal Progressista entre os anos de 1856 e 1859⁸⁸. Talvez fosse justamente a sua inserção política que lhe desse o conhecimento e o traquejo necessários para que satirizasse as práticas da elite provincial. E essa observação se confirma na descrição atenta e mordaz com a qual o cronista ambientaliza a festa que misturava o regramento e a confusão:

Erão ondas de povo, que tentando sahir esbarravão nas ondas que procuravão entrar, e do choque surgia o fallar das pretas, o chilido dos rapazes, os berros das crianças. Passeiando no meio de tudo isso, graves, solemnes, magestáticos vião-se os irmãos de serviço da Santa Casa, franqueando com generosidade seus dominios ao exame, ou simples curiosidade publica.⁸⁹

Para *O Estudante*, de qualquer modo, a festa da Santa Casa de Misericórdia era uma festa cidadã, aristocrática, vestida de damasco, com rico toucado, modos pausados e aspecto solene. Contrastava com as festas populares, como a do *Menino Deos*, cuja frescura, num sentido de ausência de empolgação, acabava por vencer o aspecto majestoso da Irmandade⁹⁰. Outrossim, pelo que se percebe, a abertura da Santa Casa dava ensejo para um desfile da sociedade porto-alegrense que não deixava de denotar as suas contradições. Ao invés de servir plenamente ao ordenamento da sociedade, a Santa Casa, conforme veremos, encampava em suas diversas esferas de atuação, lógicas diferenciadas e conflituosas. Já na festa em questão, ainda que sob a égide da futilidade dos convidados e de sua indiferença para com os internados - comportamentos referidos pelo cronista como característica da festa -, ao menos

⁸⁶ CHRONICA..., *op. cit.*, v. 3, 1859, p. 5.

⁸⁷ ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios...*, *op. cit.*, p. 193.

⁸⁸ BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986. p. 104.

⁸⁹ CHRONICA..., *op. cit.*, v. 3, 1859, p. 5.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 5-6.

por alguns momentos a parcela mais favorecida da população dividia espaço com aqueles ocupantes das alas de assistência da Santa Casa: escravos – enfermos ou trabalhadores da própria instituição -, menores abandonados, doentes em geral, e os alienados. Pessoas que constituíam o grupo marginalizado daquela sociedade e que, sob este estatuto, encontravam algum abrigo na instituição asilar, ou que, no mesmo espaço, mas por outra via, eram confinadas à força pelo julgamento de quem detinha alguma forma de poder. Autoridades que provavelmente se faziam presentes àquela festa do início de 1859 e que, no resto do ano, ministravam ora a caridade, ora a repressão. Nem sempre nessa ordem.

Nesta parte inicial da dissertação falarei a respeito de Porto Alegre no século XIX. Interessa aqui ampliar a percepção esboçada pelo cronista *O Estudante* sobre os contrastes de uma cidade que crescia e se urbanizava⁹¹ em relação aos seus problemas sociais, dentre os quais se incluía a necessidade de controle sobre os alienados. Retomarei, então, as tentativas de regulamentação do convívio urbano por parte Câmara Municipal através da publicação dos Códigos de Posturas. Farei uma leitura sobre as discussões parlamentares que pleiteavam uma solução ao abandono de mendigos, doentes e inválidos. E discorrerei ainda sobre o perfil estatístico da população porto-alegrense que, eminentemente não-branco e em especial negro, tornava-se crescentemente passível de políticas de ordenação e controle.

Na primeira metade do século XIX, Porto Alegre⁹² tomou forte característica comercial. Mesmo antes de ascender à condição de Vila em 1810, a então freguesia centralizava uma rede comercial que a ligava à importação de produtos da Bacia do Rio Jacuí e à exportação através da Lagoa dos Patos e da saída marítima pela barra portuária de Rio Grande. Em 1804 a importância das transações comerciais locais implicou na instalação da alfândega. Um pouco antes iniciara a instalação da Santa Casa de Misericórdia. Em volta do

⁹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999. p. 252-256.

⁹² As informações gerais sobre Porto Alegre foram colhidas em: FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983; FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1988; MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968; MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1993; SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1967 e WEBER, Beatriz Teixeira. **Código de Posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 1992. 167f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. p. 47-55.

cais floresciam atividades comerciais que mais intensidade obtiveram a partir da abertura dos portos em 1808. A cidade construía os seus primeiros equipamentos.

Com a Independência política do país declarada em 1822, Porto Alegre tornou-se cidade e capital da Província de S. Pedro. Seu crescimento geográfico, que a princípio ficara restrito ao núcleo central, passou a se expandir na forma de um “leque” direcionado para cinco direções: o Caminho Novo (atual Voluntários da Pátria), a Estrada dos Moinhos (Avenida Independência), o Caminho do Meio (Av. Osvaldo Aranha), o Caminho da Azenha (o entorno das atuais avenidas João Pessoa e da Azenha) e o Caminho de Belas (Av. Praia de Belas). Essa expansão da cidade foi acompanhada de tentativas de regulamentação social e hierarquização dos espaços. Os Códigos de Posturas Municipais, inicialmente chamados “Posturas Policiais”, podem ser tomados como “um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade”⁹³, surgidos como instrumento de articulação dos poderes administrativos com os problemas e as forças de cada região onde eram aplicados.

A regulamentação imperial publicada em 1828 a respeito do funcionamento das câmaras municipais atribuía aos vereadores função acerca do provimento e constituição das posturas públicas. Dentre os temas tratados constava a “cautela contra a divagação dos loucos, embriagados, animais e outras pessoas” e ainda sobre os “vozerios nas ruas em horas de silêncio, injúrias e obscenidades contra a moral pública”⁹⁴.

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre existia desde 1773, quando a capital foi transferida de Viamão. Dentre outras, a promulgação do seu Código de Posturas teve a intenção de “promover a ocupação do solo, o arruamento, a regulamentação das edificações e prover o saneamento da cidade”⁹⁵. A administração pública buscava uma regulamentação para o seu convívio humano através da disciplinarização do espaço urbano. Determinavam-se normas de saúde pública através da indicação dos locais onde era possível coletar água, despejar os detritos e demarcar os limites da cidade. Tratava-se da regulação do comércio, das autorizações para o exercício profissional e dos horários das atividades urbanas.

Beatriz Weber afirmou para o Código de Posturas aprovado em Porto Alegre no ano de 1829, e passivo de sucessivas alterações e complementações nas duas décadas

⁹³ WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas...**, *op. cit.*, p. 57.

⁹⁴ AHRs – Legislação – Leis e Decretos do Império – 1828 – L042 – p. 192-196v.

⁹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2001. p. 114.

subseqüentes, a ausência inicial de uma intenção de regular a atividade dos escravos além da dicotomia campo / cidade, regulando os poderes de intervenção sobre um espaço em que os escravos viveriam longe de seus senhores. Segundo a autora, a princípio a legislação local não procurava regular novas relações de trabalho, mas preocupava-se com o próprio escravo enquanto alvo do controle social.⁹⁶

As posturas municipais de Porto Alegre do século XIX primaram pela contenção do que se consideravam excessos da população cativa. Em 1829 o capítulo que proibia que se corresse a cavalo pelas ruas da cidade era mais rigoroso com a figura dos cativos que incorressem contra essa norma. Deveriam permanecer presos até que a multa de seis mil réis fosse paga pelo seu senhor. Entretanto, quando da nova inscrição das posturas realizada no ano de 1837 a fim de consolidar os artigos, essa penalização sobre os cativos foi eliminada⁹⁷.

Os legisladores geralmente impuseram o toque de recolher a certas horas. Em Porto Alegre, todo o escravo ou escrava encontrado pelas ruas em horas impróprias sem um bilhete de autorização seria conduzido de volta para casa a fim de confirmar se o trânsito se dava a mando do senhor. Caso contrário, o cativo seria conduzido à prisão até que a sua soltura fosse solicitada pelo responsável⁹⁸. Essas disposições eram direcionadas aos vagabundos e arruaceiros, legitimando a intervenção sobre aqueles que não se enquadravam. Dava-se, do ponto de vista legal, uma resposta ao problema que no cotidiano era recorrentemente evocado⁹⁹.

O fortalecimento do setor agrícola e a forte relação com a região de colonização alemã, povoada desde 1824, levaram a capital a se transformar em ponto de escoamento daquela produção, concentrando grandes estabelecimentos comerciais e uma iniciante industrialização. À época da Guerra dos Farrapos (entre 1835 e 1845), os imigrantes alemães estabelecidos no Vale do Rio dos Sinos supriram a capital da Província nos períodos de sítio¹⁰⁰.

⁹⁶ WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas...**, *op. cit.*, p. 68.

⁹⁷ AHPAMV – Código de Posturas Municipais - 1829 – Capítulo 27 – p. 6 e 1837 – Capítulo 26 – p. 13.

⁹⁸ AHPAMV – Código de Posturas Municipais - 1829 – Capítulo 36 – p. 7v e 1837 – Capítulo 35 – p. 14.

⁹⁹ Em relação ao restante da Província de São Pedro, ao longo dos anos as posturas municipais confirmaram a preocupação em relação aos marginalizados e seu trânsito livre pelos caminhos. Em Santana do Livramento, as posturas de 1869 indicavam diretamente as situações em que “vagarem pelas ruas os loucos furiosos”, no que incorreria em “multa de 4 a 12\$000 réis ao cônjuge, pai ou filho, que tiverem a seu cargo e se for escravo, ao senhor”. ALERS – Coleção de Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Santana do Livramento - Lei 691, de 6 de setembro de 1869; aprovada pela câmara em 1866 - cap. II, art. 31.

¹⁰⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário...**, *op. cit.*, p. 253.

Ao final dos conflitos em 1845, a situação da capital era precária em relação à sua urbanização. Sem calçamento e saneamento, a lama, a poeira e as deficiências no abastecimento de água e na coleta do lixo, das águas servidas e dos esgotos davam a tônica do cotidiano da capital, que não tinha uma separação completa do meio rural, pois este “penetrava cidade a dentro, com carretas de bois a percorrerem as ruas e frades de pau (ou pedra) em frente aos prédios para os viajantes amarrarem os seus cavalos”¹⁰¹.

A configuração do crescimento urbano nas décadas de 1850 e 1860 fez com que a cidade crescesse desordenadamente para além dos limites centrais, estabelecendo-se “arraiais, zonas suburbanas onde se erguiam olarias, moinhos, matadouros e pequenas fábricas”¹⁰². A relação social oriunda desse crescimento era conflituosa, em especial no Centro da cidade. Os notáveis de Porto Alegre apontavam a promiscuidade do convívio face a face das populações ricas e pobres. Sobre a reconfiguração dos espaços na região central de Porto Alegre a partir da metade do XIX nos diz Sandra Pesavento:

Os velhos sobrados e casarões, que haviam sido moradas de baronesas e brigadeiros, passaram a atestar a diversificação social da Porto Alegre do século XIX. Enquanto seus donos se retiravam para a Duque de Caxias ou para a Independência construindo novos palacetes, as antigas construções, sublocadas, passaram a abrigar nos seus porões uma população pobre que se tornava cada vez mais numerosa¹⁰³.

A leitura das atas da câmara de vereadores de Porto Alegre entre as décadas de 1830 e 1870 confirma que a tentativa de delimitação dos espaços e a regulamentação das atividades humanas era corriqueira. Entretanto, uma questão que pode ser levantada diz respeito à aplicabilidade factual das disposições fiscalizadoras dos Códigos de Posturas. Até pelo menos 1890, a transgressão das posturas municipais era tida apenas como contravenção, um ilícito menor, não constando do Código Criminal vigente. Para Porto Alegre, existem orçamentos realizados pela Câmara de Vereadores e enviados para a Assembléia Provincial onde a arrecadação com as multas de infração às posturas são presumidos. Todavia esses registros não apontam o quanto foi arrecadado ao longo do tempo¹⁰⁴. Para Sandra Pesavento as

¹⁰¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário...**, *op. cit.*, p. 253.

¹⁰² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**. Vida e trabalho. 1880 – 1920. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994. p. 86.

¹⁰³ *Loc. cit.*

¹⁰⁴ WEBER, Beatriz Teixeira. **Código de posturas...**, *op. cit.*, p. 85.

medidas fiscalizadoras tomadas pelas autoridades municipais eram passíveis de rechaço por boa parte da população, pois aquilo “que era entendido como medida normativa pelas autoridades, era considerado desordem para os usuários e praticantes de socialidades já arraigadas”¹⁰⁵. Beatriz Weber, ainda assim, acredita que a aplicabilidade das Posturas surtia efeito sobre a sociedade:

[...] pelas reclamações, pelas diversas reformas, pela existência das multas e pela organização de uma rede de controle que obrigasse a população a obedecer as posturas, é possível verificar o quanto tal legislação foi fundamental para o processo de ordenamento da sociedade que se desenvolvia e urbanizava.¹⁰⁶

Muitas transgressões ao Código de Posturas eram efetivamente reprimidas pelos fiscais encarregados desta função. Escravos apanhados eram multados e mesmo recolhidos pela polícia, e seus senhores chamados à responsabilização. Em 10 de março de 1859, por exemplo, um Fiscal da Câmara prendeu por infração às Posturas as pretas Celestina, escrava de João Adolpho da Fontoura, e Caetana, de Dona Florinda Maria Felicidade. Somente foram libertadas após o pagamento das multas correspondentes¹⁰⁷. Entretanto, a atividade daqueles indivíduos não era pacífica e a sua autoridade sofria questionamentos. Em 14 de janeiro de 1864 um fiscal apresentava uma lista de infratores do Código de Posturas que haviam sido soltos por um delegado de polícia sem que a multa fosse recolhida. Quatro dias depois, um escravo preso por mais uma contravenção à norma municipal era solto pela mesma autoridade sem o recolhimento do valor pecuniário devido pelo seu senhor¹⁰⁸.

Mesmo na imprensa o prestígio dos fiscais municipais não era dos melhores. Ao fazer o registro de uma sessão da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o cronista do jornal **O Mercantil**, pseudochamado *O Estudante*, pregava providências a respeito da atuação dos agentes públicos:

Na sexta-feira reuniu-se a *Illustrissima*, tendo á frente um *Machado* que não se descuida de ir cortando de raiz quanto abuso vai crescendo pela cidade.

¹⁰⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade...**, *op. cit.*, p. 254-255.

¹⁰⁶ WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas...**, *op. cit.*, p. 85.

¹⁰⁷ AHPAMV – ASCVPA – Livro 12 – 13/10/1838; Livro 14 – 21/1/1850; Livro 15 – 19/4/1861, 4/9/1861, 25/4/1862. AHRS – Polícia – Corpo Policial – 10/3/1859.

¹⁰⁸ AHPAMV – ASCVPA – Livro 16 – 14/1/1865, 18/1/1864.

Não seria mão que elle cortasse algumas plantas inuteis chamadas *fiscaes*, que tomão o terreno de outras melhores.¹⁰⁹

Adeline Daumard, ao analisar a urbanização francesa entre 1815 e 1914, chamou atenção para o fato de que o crescimento das cidades pode ser considerado dentro de um contexto de apogeu da civilização burguesa “fundado sobre um liberalismo institucional, econômico e intelectual bem temperado e sobre um individualismo combinando o princípio da igualdade diante da lei com o reconhecimento de muitas hierarquias de fato”. Para nós que estamos tentando levantar considerações sobre uma sociedade escravista ainda que inserida em redes capitalistas, torna-se fundamental levar em consideração a lembrança de que se trata de “uma época de mutações materiais profundas, de tensões sócias e ideológicas”¹¹⁰. A cidade que se construía naquele período não universaliza os seus equipamentos. A divisão social se acentuava no acesso ou não aos recursos disponíveis no meio social. A intervenção do poder público, seja nas obras ou nas discussões políticas, se impôs frente ao chamamento à resolução dos tensionamentos.

Nesse sentido, a observação de alguns trechos dos discursos parlamentares da segunda metade da década de 1850 indicam o quanto a questão da invalidez, sempre associada à mendicância e à vadiagem, era tratada como tema relevante pela elite política rio-grandense. Tratava-se de um tipo de discussão que “respingava” sobre a Santa Casa na medida em que a instituição, a partir de sua perspectiva caritativa e não terapêutica, encamparia a obrigação de assumir o acolhimento dos desvalidos. Comprometimento que ao longo do tempo ocasionaria a superlotação de suas dependências e até mesmo algumas situações de constrangimento frente a grande demanda proveniente das mais diversas autoridades de toda a Província.

Em fins de outubro de 1857, os deputados provinciais do Rio Grande de São Pedro realizavam sessões em assembléia. Em parte de seus discursos, era evocado o problema do conjunto de marginalizados que necessitariam de amparo direto das instituições públicas. A polêmica principal das sessões subjazia na necessidade ou não de se construir um asilo para a mendicidade, que englobaria pobres e inválidos por doenças. Também se percebe que a presença dos cativos e dos libertos nesse conjunto ensejava um desdobramento dos discursos.

¹⁰⁹ CHRONICA..., *op. cit.*, v.2, 2ª. época, 19ª. remessa, p. 223.

¹¹⁰ DAUMARD, Adeline. Cidade e sociedade no século XIX. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Curitiba, n. 15, 1998, p. 103-112, p. 103.

O assunto estava sendo discutido pelos parlamentares provinciais numa época em que o próprio Código de Posturas de Porto Alegre, datado de 1829 e reinscrito em 1837, sofria reformas pela Câmara de Vereadores da Capital a fim de adequá-lo às novas necessidades de organização da cidade¹¹¹.

José Antônio do Valle Caldre e Fião, renomado médico, ao discursar na Assembléia da Província, chamou atenção para o grande número de escravos abandonados nas províncias do norte do país. Foi contestado por Israel Barcellos sob o argumento de que isso não ocorreria, pois ele próprio seria conhecedor de algumas daquelas províncias. Barcellos acreditava que os poucos casos de abandono acabariam repelidos pela sociedade.¹¹²

Caldre e Fião reafirmou as críticas, mesmo que praticamente isentasse a província rio-grandense de um postura desumana quanto aos cativos sem condições de trabalho. Porém, não deixou de reclamar a ausência de preocupação do poder público em realizar estatísticas confiáveis que dirimiriam as dúvidas sobre os mendigos nas respectivas regiões do Império.¹¹³

Certas falas questionavam a pertinência do acolhimento específico dos cativos e excativos que se apartavam das normas sociais, assunto que se mesclava à questão dos mendigos e dos inválidos. Quanto aos escravos e aos seus senhores a pedir amparo público, a razão apontada pelo deputado José Cândido Gomes (que conhecemos como o cronista *O Estudante*) para a capital da Província possuir somente “quatro ou seis escravos, talvez, nessas circunstâncias de abandono” se dava justamente pela ausência de tal estabelecimento a fomentar os falsos necessitados¹¹⁴.

Também se verifica neste discurso a permanência da tendência em se eximir os proprietários de escravos de qualquer pecha por abandono. Cândido Gomes foi explícito nessa defesa moral, pois para ele “os srs. destes escravos têm uma espécie de remorso prévio de abandonar seus antigos servidores à miséria e à fome, e também porque receiam incorrer no estigma da sociedade por tal procedimento”.¹¹⁵

¹¹¹ AHPAMV – ASCVPA – Livro 15 – 21/10/1857 e 23/10/1857.

¹¹² CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. Discurso na sessão de 30 de outubro de 1857. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992. v.1. p. 268

¹¹³ *Loc. cit.*

¹¹⁴ *Loc. cit.*

¹¹⁵ *Loc. cit.*

Apartando o colega, Felipe Betbezé de Oliveira Nery, defendia com veemência a propriedade das instituições asilares ao relatar os casos de desamparo que identificou pela cidade, pois, de acordo com a sua opinião, “basta consignar que desgraçadamente temos a necessidade de criar esse amparo para os desvalidos, porque esse grau de miséria não somente existe, porém se perpetua na Província”¹¹⁶.

Ao prosseguir em longa descrição de casos observados, o relato de Nery, que aos olhos de hoje pode parecer melodramático, de fato expõe-se um panorama que indica bem mais do que os citados “quatro ou seis escravos” que estariam a vagar sob a situação de mendicância:

a Santa Casa de Misericórdia desta cidade reúne 15 indigentes, homens que, a não estarem ali, andariam a mendigar pelas ruas e praças, e como esses têm-nos todos as casa de Misericórdia em maior ou menos número. Além desses, temos por toda a parte um certo número de mendigos que não estão recolhidos em nenhum albergue, que não encontram, nem tem o menor abrigo, e dos quais não haverá quem diga serem daqueles que escaparam à polícia do Sr. Dr. Gavião Peixoto. Há por exemplo um negro cego, que além das suas enfermidades e abandono, arrastado pelas conseqüências da mendicidade, pelo desprezo geral a que sua situação sujeita-o por esse isolamento completo da família, e amigos, horrível corolário daquela situação misérrima, caiu nas últimas fezes da crápula e do escândalo, e que constantemente achamos, ou a dormir pelas ruas e vielas ou acordado a escandalizar o ouvido com as obscenidades mais abjetas, ou maltratando as crianças, que dele fazem seu juguete, aprendendo no truão da miséria a desprezar a santa majestade da velhice, e os últimos andrajos do infortúnio. Depois temos ainda uma negra, em condições inteiramente idênticas; depois uma desgraçada mulher branca, vítima de uma enfermidade óssea, tolhida de ação nos membros inferiores e que do óbolo da caridade paga quem a conduza em uma carrocinha a esmolar de porta em porta quando, se achasse asilo, e amparo conveniente, teria ainda forças que utilizar para si, e os outros. Entretanto, essa desventurada teve de abandonar o último resquício do pudor do seu sexo, de alardear um luxo de corrupção infrene, para obter de taverna em taverna pela simpatia do escândalo o aviltante vintém que não lhe teria dado a lástima e que, se lhe salva a fome, corrompe-lhe, Sr., os últimos brios da alma, deixando à infância, à mesma mocidade, as terríveis lições do seu exemplo. Existe ainda um outro sem ventura, vítima da mesma enfermidade, e que eu, que nós todos mesmo conhecemos, ainda são e válido, bom e valente soldado da legalidade, e um dos mais arrojados bombeiros do coronel Ourives. Hoje apresenta-se aqui, de vez em quando, montado num cavalo, sobre o qual a compaixão o lança como uma carga inerte, e que, ainda forte no seu infortúnio, mostra-se folgazão e dizedor, correndo de rua em rua, de praça em praça, para pedir sustento à tardia e precária caridade dos particulares. Ainda podia citar outro

¹¹⁶ NERY, Felipe Betbezé de Oliveira. Discurso na sessão de 31 de outubro de 1857. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). *Coletânea de discursos...*, *op. cit.*, p. 282.

pobre moço, vítima em anos muito novos da mesma e singular enfermidade óssea, a que me referi a pouco, e outros, outros ainda nas mesmas e duras circunstâncias, homens, aliás, todos úteis e aproveitáveis, e que poderiam viver do seu trabalho se houvesse alguém que os puxasse a si, e que suprindo aquilo que lhes falta, dando-lhes matéria-prima e a reciprocidade de serviço de que necessitam, fizesse convergir para bem de todos a quota útil que possuem todos. [grifos meus]¹¹⁷

O que disse o parlamentar é emblemático, pois denota uma concepção que congrega a chamada pela caridade de seus pares, juntamente com o desejo de que se acionassem mecanismos de controle sobre certas parcelas da população. Os casos citados se referiam a negros, pobres e ex-soldados, todos despossuídos e desvinculados do trabalho. No início da fala de Felipe Nery, o papel das Santas Casas em acolher a indigência é admitido e justificado, pois se naquelas instituições não fossem recolhidos, estariam os mendigos a circular pelas ruas. E esse trânsito, a despeito do sentimento de comiseração que pudesse despertar, era apontado, sobretudo, como motivo de desordem e mácula social. Verdadeiros casos de polícia. E por essa razão, ao fazer entender o mal que advém do não-trabalho, apresenta como solução a reversão deste para atividades úteis que servissem aos indigentes de benefício “para si, e os outros”. O mote do discurso passa a transcender a premissa caritativa ao propor o enquadramento daqueles que estivessem fora da ordem social proposta.

Outrossim, também parece relevante ressaltar que apesar de atentas ao seu contexto imediato, as palavras de Felipe Nery não deixam de aprofundar a defesa moral dos senhores que abandonam seus escravos, dando-lhes uma razão econômica: o “ferver vividor [sic] do nosso século, que tanto gasta homens e coisas”¹¹⁸. Ainda que defina tais casos como exceção à regra, Nery argumenta e justifica sua impressão sobre a boa vontade dos senhores solapada pelos custos de manutenção de cativos sem serventia:

[...] aqueles que nascidos no tempo da opulência, e um dos elementos produtivos desta, caíram em a idade, e os achaquez da robustez primeira, para se converterem em causa concomitante da pobreza, de que, por força, são as primeiras vítimas. Velhos, doentes, inválidos, esses escravos não podem concorrer com a mesma soma de trabalho para aumentar a produção da Casa; continuaram, porém, a fazer o consumo que faziam; augmentaram-no mesmo pelas suas enfermidades, e então a essa família, a quem faltam os

¹¹⁷ NERY, Felipe Betbezé de Oliveira. Discurso na sessão de 31 de outubro de 1857. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). *Coletânea de discursos...*, *op. cit.*, p. 282.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 283.

meios para sustentar-se, como havemos de lhe exigir o estoicismo incrível de se deixar morrer de fome, ela, e o seu escravo? [grifo meu]¹¹⁹

Walter Fraga Filho encontrou nos discursos parlamentares da Província da Bahia preocupações parlamentares semelhantes às verificadas na Província de São Pedro, pois também se observa nos discursos baianos a ênfase sobre a invalidez dos internados.

Em meados de 1855, a assembléia de representantes daquela província debatia com vigor a questão da mendicância e da invalidez. A temática surgira a partir da votação sobre as posturas elaboradas pela Câmara Municipal de Salvador, que propunham em um de seus artigos a obrigatoriedade dos mendigos circularem com um atestado de incapacidade para o trabalho. Assim como na Província de São Pedro, os parlamentares da Bahia debatiam o sentido e a necessidade da caridade, mas sempre de modo que ela incidisse sobre os que realmente necessitavam e não sobre os vadios.¹²⁰

Para Fraga Filho, o sentido de relacionar mendicância e ociosidade refletia o que ocorria em outras regiões do país, posto que “a discussão girou em torno da formação de mão-de-obra livre mediante adoção de medidas repressivas tendentes a remover o homem livre pobre de um estado que a elite definia como de indolência e preguiça”¹²¹. Mas não somente os livres pobres, pois o próprio autor afirmou que muitos senhores internavam seus escravos doentes e os alforriavam a fim de obter a isenção dos custos com diárias e tratamentos.¹²² Forma pela qual a liberdade adquiria o sentido de um alívio para o senhor e jogava o ex-cativo inválido na mendicância, isso se sobrevivesse ao período de internação.

Através da leitura de outros trechos dos discursos pronunciados pelos parlamentares rio-grandenses na continuação daqueles debates do ano 1857 somos informados sobre o quanto a repressão ao não-trabalho dos indivíduos fazia parte das idéias em discussão.

Félix Xavier da Cunha ao discursar na Assembléia Provincial dava seu entendimento sobre a mendicidade e afirmava a sua impressão contrária acerca do projeto de construção de um asilo que não separasse os válidos dos inválidos:

¹¹⁹ NERY, Felipe Betbezé de Oliveira. Discurso na sessão de 31 de outubro de 1857. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). **Coletânea de discursos...**, *op. cit.*, p. 283.

¹²⁰ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos...**, *op. cit.*, p. 138-139.

¹²¹ *Ibid.*, p. 140.

¹²² *Ibid.*, p. 70.

De um lado, seduzido pelo sentimento religioso da caridade, eu compreendi que a mendicidade, sendo muitas vezes o abandono em que deixam as circunstâncias naturais, ou extraordinárias de uma sociedade mal organizada, grande número de seus membros, torna-se digna de nossa atenção; compreendi que a Assembléia Provincial, sendo um ramo dos poderes públicos, devia, como uma mão caritativa, correr em auxílio de seus filhos que lutassem com a miséria, abrindo-lhes seu seio para que neles encontrassem alívio às dores e padecimentos por que passavam. Porém, Sr. Presidente, que o projeto determinasse claramente qual a classe dos mendigos a que ele queria abrir as portas de um asilo, a que queria dar trabalho, a que queria dar os meios necessários para a sua subsistência: infelizmente não vi que se especializasse nada no projeto. Tudo se englobou; as necessidades, e os que não o são; englobam-se os válidos, e os inválidos; colocaram do lado da desgraça e do infortúnio, a ociosidade e a preguiça, que são males de natureza diversa e que pedem outros remédios que não a criação de uma asilo de medicidade.¹²³

Partindo de uma premissa profilática em relação ao mal social da vadiagem, sua proposição era de que ficassem bem diferenciados aqueles que gozassem plenamente de suas faculdades intelectuais e físicas daqueles que se achassem inválidos por velhice, doença ou outra razão:

porque é necessário que nós, na mendicidade, distingamos aqueles que têm o uso pleno de suas faculdades intelectuais e físicas, e que podem com a aplicação destas mesmas faculdades, colher o fruto de um trabalho honesto e suficiente para a sua subsistência, daqueles que se acham inválidos, já pela velhice, já pelas enfermidades e já por fim por outras quaisquer circunstâncias, que possam atuar sobre o exercício da capacidade individual, e fazer com que ela não se preste a proporcionar-lhes os precisos recursos.¹²⁴

Reforçando esse argumento, Félix Xavier da Cunha não aceitava a transferência dos que fossem identificados como válidos para um asilo onde seu trabalho seria suave, preferível até ao invés da vida exterior. Se fosse o caso de internação, que o fosse sob trabalhos pesados e assíduos. Propunha como solução a repressão policial - como a que ocorrera em ano anterior sob as ordens do então chefe de polícia Dr. Gavião Peixoto -, o recrutamento militar ou a criação de escolas agrícolas. A experiência da atuação policial, conforme a lembrança do

¹²³ CUNHA, Félix Xavier da. Discurso na sessão de 20 de outubro de 1857. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). **Coletânea de discursos...**, *op. cit.*, p. 262.

¹²⁴ *Loc. cit.*

parlamentar, fora responsável pelo fato de que aqueles indivíduos em vias de recrutamento procurassem trabalho.¹²⁵

O discurso de Félix da Cunha informava a dificuldade que havia para se distinguir as diversas formas de invalidez em relação à vadiagem. Essa ambigüidade se refletia na atuação do poder público no que diz respeito às políticas que se achavam necessárias à resolução do problema. Assim, percebe-se o quanto a caridade e a repressão andavam *pari passu*.

Um novo diálogo pode ser travado aqui com o trabalho de Walter Fraga Filho. Sua intenção era saber sobre os livres e libertos que sobreviviam de trabalhos incertos, da mendicância e do crime na Salvador do século XIX¹²⁶. Para tanto, traçou o perfil destes em relação com os “bem-nascidos” e recolheu suas estratégias de sobrevivência e organização sobre uma territorialidade própria. A partir de fontes quantitativas semelhantes às minhas definiu as características dos asilados baianos.

Em diversos momentos tanto as fontes de Walter Fraga Filho, quanto as que arrolou, relacionaram invalidez, mendicidade e vadiagem. Os discursos parlamentares baianos evocados por aquele autor e os que, por meu turno, recuperei sobre a província rio-grandense referenciam esta afirmação. Ademais, encontrei em muitas ocasiões nos registros de entrada de enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre a associação dos diagnósticos de alienação mental com os de invalidez. Em Porto Alegre, conforme veremos, a disposição física do asilo de alienados, construído em princípios da década de 1860 na Santa Casa, constituiu-se de forma a englobar num mesmo espaço a insanidade e a mendicidade. Pensou-se para ambos uma solução que não reconhecia como impróprio o seu encontro. Outrossim, para a Bahia, Walter Fraga Filho, argumentando a partir do já referido texto de Maria Tucci Carneiro, também reconheceu uma crescente associação entre mendicidade e alienação mental, o que se cristalizaria com a construção do asilo de alienados de Salvador:

¹²⁵ CUNHA, Félix Xavier da. Discurso na sessão de 20 de outubro de 1857. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). **Coletânea de discursos...**, *op. cit.*, p. 264-265.

¹²⁶ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos...**, *op. cit.*, p. 18.

É preciso salientar que em 1874 foi inaugurado o Asilo de Alienados de São João de Deus que pode ser visto como uma das pontas da política de se retirar das ruas e enclausurar elementos considerados “perigosos” à ordem urbana. Por sinal a maioria dos recolhidos no Asilo de Alienados eram negros em estado de completa indigência. Nesse caso, o perigo se desdobrava em mendicância e loucura.¹²⁷

Em seu estudo, Fraga Filho tornou possível compreender como essa tomada da mendicância, da invalidez e da vadiagem como caso de polícia refletia um discurso mais amplo que se fazia presente na sociedade brasileira. O autor recordou a crescente incidência repressiva a partir da década de 1830, especialmente a partir da vigoração do Código Criminal do Império em 1830:

A legislação contra a mendicância apoiava-se na distinção entre mendigos “válidos” e mendigos “inválidos”. A capacidade para o trabalho passava então a ser medida para definir a mendicância como transgressão, ou melhor, para distinguir entre o “verdadeiro” e o “falso” mendigo. Essa classificação desde então passaria a nortear a ação das autoridades, tanto na repressão como no encaminhamento dos mendigos apreendidos. Para os “inválidos” a legislação recomendava ação assistencial, obrigando as municipalidades a se ocuparem de seu recolhimento em hospitais e asilos; os “válidos” eram criminalizados como vadios e como tais penalizados com trabalhos forçados ou recrutamentos para a Marinha e Exército. A intenção era tornar a mendicância em meio desvantajoso de sobrevivência para os pobres.¹²⁸

Para a Província de São Pedro a associação entre caridade e repressão ficava evidente na medida em que o Estado do mesmo modo que fomentava a repressão policial, contribuía assiduamente para a construção e manutenção de instituições asilares e assistencialistas como a Santa Casa de Misericórdia, ainda que nem sempre em valores considerados suficientes.

Outrossim, veremos que a relação entre a repressão policial ao “não-trabalho” é plenamente observável no momento em que o poder público atuava sobre aqueles que, por abandono ou fuga, vagavam pela cidade. Através da leitura dos livros de entrada de enfermos na Santa Casa de Misericórdia, dos maços que contém o movimento diário do Corpo Policial nos anos de 1859 e 1860 (os únicos cujas fontes são remanescentes¹²⁹) e dos códices que

¹²⁷ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos...**, *op. cit.*, p. 159.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 145.

¹²⁹ Em sua ampla pesquisa sobre a polícia do Rio de Janeiro no século XIX, Thomas Holloway também se deparou com o limite das fontes disponíveis sobre as ocorrências policiais. O autor registra e faz uso do

contém a correspondência da Chefia de Polícia com a Santa Casa, nota-se a efetiva associação de muitas das interações com a atuação policial. Mas antes precisamos saber sobre essa população que vivia em Porto Alegre e na Província. Para isso, levo o leitor aos censos da população rio-grandense.

Medir a representatividade de uma população de cores e estatutos jurídicos diferenciados, como aquela inserida no regime escravista brasileiro, exige a capacidade de se lidar com dados escassos e pouco precisos, quando não inexistentes. A própria Província de São Pedro viveu durante o período da Revolução Farroupilha a paralisação dos serviços estatísticos¹³⁰. Deste modo, quando o deputado Caldre e Fião reclamava em sessão parlamentar no ano de 1857 sobre a despreocupação do governo em formular estatísticas confiáveis¹³¹, refletia uma efetiva dificuldade técnica que não escapava à percepção de seus contemporâneos.

No relatório que apresentou ao parlamento em 1856, o Presidente da Província, Jeronymo Francisco Coelho, dava seu relato sobre as dificuldades de se obter dados estatísticos, objeto sobre o qual afirmava que “nada possuímos”. Ao invés da composição de um “mecanismo orgânico e administrativo” que levasse a cabo o levantamento de informativos populacionais, o que se verificaria seria a ausência de harmonia entre as localidades da nação brasileira, considerada como “de ontem”, muito atrás daquelas civilizadas. Essa era a razão apontada para o déficit na produção de estatísticas¹³².

Não existindo um mapa geral sobre a população da província, Jeronymo Coelho, tentou então aplicar o mesmo dispositivo que utilizara em sua administração do Pará, “organizando em cada freguesia uma comissão estatística, composta do delegado ou subdelegado, do parocho, e do juiz de paz”¹³³.

remanescente livro da delegacia central de polícia da Corte que se refere ao ano de 1850. Cf. HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio...**, *op.cit.*, p. 177.

¹³⁰ DE PROVÍNCIA de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803 – 1850. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981. p. 58.

¹³¹ CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. Discurso na sessão de 30 de outubro de 1857. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). **Coletânea de discursos...**, *op. cit.*, p. 268.

¹³² RELATÓRIO do presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1856. p. 101. Disponível em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 4/10/2005.

¹³³ *Ibid.*, p. 101-102.

Naquele ano de 1856, 30 das 54 freguesias da província já haviam enviado suas informações, mesmo que algumas não tivessem realizado o trabalho com muito zelo.¹³⁴ Para Porto Alegre, foram identificadas 19.820 almas para um total estimado de 272.000 que deveriam cobrir a província. As duas freguesias da capital que remeteram seus dados, a Madre de Deos e a do Rosário, o fizeram sem a distinção entre os livres e os escravos, “por não ter sido possível obter os precisos esclarecimentos”¹³⁵.

Entre 1822 e 1872 o governo imperial havia deixado o trabalho de recenseamento da população a cargo das administrações provinciais, que em sua maioria se mostraram pouco zelosas quando comparadas aos levantamentos realizados no período colonial tardio. Se não bastasse esse desleixo, também foi menor a preocupação no pós-Independência em relação à manutenção das listas censitárias. Robert Slenes, amparado em ampla pesquisa empírica e bibliográfica, ponderou:

Suspeito que essa mudança nas atitudes dos governantes se deva a duas razões. Primeiro, com a abolição de taxas diretas sobre a produção agropecuária, que seguiu, mais cedo ou mais tarde, à Independência, os censos não mais serviam como meios de identificar os pagadores em potencial de impostos e de gerar receitas governamentais. Como resultado, era mais difícil justificar despesas para a sua realização. O mesmo vale em relação à manutenção de manuscritos censitários, que certamente perderam boa parte de seu valor, para os governos, quando estes deixaram de ter um interesse fiscal na economia da unidade doméstica. Segundo, a experiência colonial convencera muitos brasileiros, ricos e pobres, a encarar os recenseamentos com desconfiança: como evidência da intenção do governo de onerá-los com impostos, de exigir a prestação de serviço militar, ou de se intrometer de um modo geral em assuntos particulares.¹³⁶

Os censos do Segundo Reinado tiveram um caráter eminentemente estatístico e voltado à identificação de eleitores, em detrimento de fins administrativos ou fiscais declarados. Entretanto, em 1872, dois levantamentos praticamente concomitantes alteraram essa ordem: a Matrícula Especial de Escravos e o Censo Nacional. O primeiro foi aprovado pela Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, e regulamentado pelo Decreto 4.845, de 1º de dezembro de 1871, surgia da necessidade de se regulamentar a “instituição servil” após a Lei do Ventre Livre. Sua função seria a de fiscalizar o uso e a transmissão da propriedade da mão-

¹³⁴ RELATÓRIO do presidente da Província..., 1856, *op. cit.*, p. 103.

¹³⁵ *Loc. cit.*

¹³⁶ SLENES, Robert Wayne. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, jan.-abr. 1983.

de-obra escrava. O censo, por seu turno, mantinha entre os seus objetivos um teor eminentemente estatístico.¹³⁷

Ao estudar a criminalidade de escravos e forros na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX, Maria Cristina Wissenbach afirmou que a visibilidade destes “nas formações sociais urbanas provinha não tanto da extensão numérica de tais indivíduos no cômputo da população cidadina, mas de atributos que lhes eram conferidos pela organização do trabalho e da vida social”¹³⁸. No que se refere a Porto Alegre, além dos atributos que dariam visibilidade aos escravos e forros, é possível afirmar que a população não-branca, majoritariamente formada por escravos e forros, tinha uma grande presença numérica em comparação ao total dos habitantes da cidade e da província. A historiografia e os dados que colhi comprovam essa assertiva.

Paulo Staudt Moreira fez referência à dificuldade em se aproximar do número de escravos existentes na Província do Rio Grande ao longo do século XIX, especialmente antes do censo de 1872. Ainda assim, Moreira recolheu os dados do levantamento realizado em 1856 pelo Chefe de Polícia interino Luís Alves Leite de Oliveira Belo, do censo local de 1858, do Relatório do Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão para o ano de 1860 e do próprio censo de 1872, que o autor daquelas linhas reconheceu como duvidoso “principalmente quanto ao plantel de escravos”¹³⁹. Eis, *ipsis literis*, os dados informados:

**Tabela 1 – População escrava de Porto Alegre
1856, 1858, 1860 e 1872**

	1856	1858	1860	1872
Total	17.226	18.538	31.339	43.998
Livres	12.080	12.820	21.167	
Libertos	-	648	1.514	
Escravos	5.146	5.070	8.658	8.155
Porcentagem	29,9	27,4	27,6	18,6

Fonte: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos...**, p. 29.

¹³⁷ SLENES, Robert Wayne. O que Rui Barbosa não queimou..., *op. cit.*, p. 119-124.

¹³⁸ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850 – 1880). São Paulo: Hucitec, 1998. p. 64.

¹³⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre, 1858 – 1888. Porto Alegre: Est Editores, 2003, p. 29.

Moreira, que deu ênfase aos escravizados, afirmou ter oscilado entre retirar ou não do somatório a indicação sobre os libertos, preferindo ao final referi-los quando possível. E justifica:

Os libertos estavam imersos em variadas situações de vida que os aproximavam do mundo do cativo, com o qual muitas vezes estavam presos por condições variadas. Isso pode ficar mais claro quando percebemos que os próprios encarregados das estatísticas compartilhavam das nossas dúvidas, pois em alguns (como o de 1858) os libertos não aparecem, provavelmente inseridos entre os “livres”. Naquele ano, somando escravos e libertos, tínhamos 30,85% da população total e, em 1860, 31,7%.¹⁴⁰

Note-se que há uma grande variação entre o total da população de Porto Alegre apresentada pelos censos em curto espaço de tempo. Teria crescido 7,61% entre 1856 e 1858 e saltado 69% nos dois anos seguintes. É possível que em 1856 e 1858 apenas algumas freguesias da capital tivessem seus dados incluídos nos levantamentos¹⁴¹. Por meu turno, tendo em vista que a população que transitava pela Santa Casa de Porto Alegre era formada por uma variação de tipos sociais bem mais complexa do que o binômio “livre / escravo”, optei por apropriar a tabela apresentada apenas parcialmente. Com relação ao censo de 1872, adotarei uma metodologia diferente daquela utilizada por Moreira. Aquele autor preferiu trabalhar com a categoria que a estatística de então referiu ser a “População legal”, ou seja, os indivíduos de ambos os sexos tomados em suas condições de livres ou de escravos. Uma análise mais pormenorizada do censo, que disponibiliza os números sobre a presença de caboclos, pardos e pretos entre a população livre, pode indicar a presença dos negros livres entre a população livre em geral. Não é possível definir com certeza quantos destes eram libertos. Ainda assim, é bem plausível considerar serem as cartas de alforria responsáveis por grande parte dos índices que indicam a presença de negros livres.

Elaborei uma nova tabela a partir do material coligido por Moreira para os anos de 1856, 1858 e 1860, e de uma outra leitura do recenseamento brasileiro de 1872. Nessa tabela incluí os negros livres, e desconsidereei a população flutuante (aqueles que não eram domiciliados na província) e os indivíduos ausentes em 1872 (os domiciliados na província, mas em viagem à época do cômputo). Apresento, então, as seguintes informações:

¹⁴⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos...**, p. 29.

¹⁴¹ Agradeço essa observação a historiadora Nikelen Acosta Witter.

Tabela 2 – População de Porto Alegre nos anos de 1856, 1858, 1860 e 1872

INDIVÍDUOS \ ANOS	1856	1858	1860	1872 Capital	1872 Província
Total de Livres	12080	12820	21167	35843	367022
<i>Livres Brancos</i>				22933	258367
<i>Livres Pardos</i>				6046	48666
<i>Livres Pretos</i>				4764	34272
<i>Livres Caboclos</i>				2100	25717
Total de Libertos		648	1514		
Total de Escravos	5146	5070	8658	8155	67791
<i>Escravos Pardos</i>				2957	22591
<i>Escravos Pretos</i>				5198	45200
TOTAIS	17226	18538	31339	43998	434813
Participação percentual dos não-brancos na população	29,9	30,8	32,5	47,9	41%

Fontes: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos...*, *op. cit.*, p. 29 e Recenseamento do Brasil em 1872 – Rio Grande do Sul, disponível em *fac-simile* em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso realizado em 30/1/2007.

Primeiramente, chama a atenção o quanto o cômputo de libertos e livres negros influi na percepção da magnitude da presença negra na cidade de Porto Alegre. Reagrupando os dados da Tabela 1 conforme fica indicado na Tabela 2, para os anos de 1858 e 1860 denota-se uma diferença que permite acrescentar respectivamente 12,4% e 18% no total de indivíduos considerados não-brancos. Paulo Moreira havia reconhecido a possibilidade desse acréscimo se os libertos fossem incluídos no cômputo. Mas para o ano de 1872, quando pretos, pardos livres e mesmo os caboclos são distinguidos, a diferença salta para um acréscimo de 120%. E também é preciso destacar que Porto Alegre suplanta o índice encontrado naquele mesmo ano para os não-brancos que habitavam na província. Por isso, parece ser bem plausível considerar que a presença dos negros no seio da população da cidade surgisse ainda com maior evidência se tivéssemos disponíveis os dados sobre as cores dos indivíduos livres nas estatísticas anteriores a realizada em 1872. Quando isso é possível os dados confirmam essa hipótese. Corcino Medeiros dos Santos nos informa que os negros e pardos (livres e escravos) cresceram de 28,5 para 41.4% em sua participação na população da Capitania do Rio Grande

de São Pedro do Sul entre os anos de 1780 e 1802.¹⁴² Neste último ano, cativos e libertos já compunham 47,8% da população de Porto Alegre.¹⁴³

Outrossim, também não constituía uma informação necessariamente nova para as autoridades provinciais esse grande número de cativos, negros livres e libertos existentes entre a população apontada pelas estatísticas, mesmo que esses números não fossem de pleno aceitos como válidos. Em 1859, o então presidente do executivo, Joaquim Antão Fernandes Leão, além de repetir as queixas acerca da dificuldade em se compilar adequadamente os dados censitários, não acreditava nos resultados auferidos que lhe foram apresentados, chegando inclusive a desdenhar de um resultado que apontasse o alto número de escravos em comparação à população livre:

Compreendeis, senhores, as dificuldades com que entre nos se luta para a confecção dos mais insignificantes trabalhos desta especie: por maiores que sejam os esforços, sempre ficam lacunas por preencher, e o que se faz é cheio de imperfeições. E pois não direi que tenho feito o exato conhecimento de nossa população: o trabalho que tenho à vista, e vos será presente, pecca em meu entender, por nos dar uma população livre inferior por certo á que temos, e por exagerar talvez o censo da população escrava. Com todo o que está feito é sempre de algum proveito, e servirá de base para os futuros trabalhos.[grifo meu]¹⁴⁴

Apenas em relação aos cativos, os dados sobre o Censo de 1872 com os quais estou trabalhando indicam a existência de 67.791 indivíduos escravizados na Província de São Pedro, mas nem todas as paróquias tiveram suas pesquisas processadas, pois várias listas foram extraviadas ou inutilizadas¹⁴⁵. Robert Slenes, em sua tese de doutorado e no artigo citado sobre os levantamentos de escravos realizados em 1872, contabilizou 83.370 cativos

¹⁴² SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul**. Século XVIII. Cia. Editora Nacional, 1984. p. 33.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 36.

¹⁴⁴ RELATÓRIO apresentado á Assembléa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1859. p. 76. Disponível em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 30/1/2007. Ao que parece os dados criticados pelo presidente provincial, e que indicavam mais de um quarto de escravos entre a população, dizem respeito a uma contagem prévia sobre aquelas informações que seriam divulgadas no ano seguinte e que estão incluídas nas Tabelas 1 e 2.

¹⁴⁵FALLA com que o exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moares, presidente da província, abriu a 1.a sessão da 15.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.o de março de 1873. Porto Alegre: Typ. do “Constitucional”, 1873. p. 35. Disponível em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 30/1/2007.

registrados pela matrícula especial¹⁴⁶. Justifica no mesmo artigo a diferença apresentada nos valores intra-censo de 1872, os quais corrige para 69.685 escravos no Rio Grande do Sul, por ter considerado os reajustes apresentados em trabalho de Oliveira Vianna. Aquele autor não discriminou escravos e livres em sua correção dos cálculos, o que foi realizado por Slenes, “supondo que sua proporção na população reajustada era a mesma que na população incompleta”¹⁴⁷.

Slenes afirmou confiar mais nas matrículas do que no censo no que se refere ao cômputo de escravos.¹⁴⁸ Ainda que a matrícula envolvesse o pagamento de uma taxa, a sua não realização implicava na liberdade do cativo não registrado no prazo especificado. Somando-se a isso, talvez o principal ponto a ser considerado pelos senhores de escravos era o fato do comprovante de matrícula ter adquirido o valor de confirmação de propriedade da mão-de-obra escrava, legitimando a sua transação.¹⁴⁹

Associando-me a essa fidúcia depositada por Slenes, considero então que a diferença de 20% encontrada a mais nas matrículas de escravos em relação às informações do censo sobre o número de cativos, fortalece a argumentação sobre a elevada participação dos não-brancos nos índices populacionais da província, idéia que também pode se amparar na consideração da incompletude dos registros paroquiais do levantamento censitário de 1872.

Note o leitor que mesmo demonstrando incredulidade quanto às informações colhidas no levantamento censitário, Fernandes Leitão expressou um condicional “talvez” ao se referir ao exagero que apontou para estimativa sobre a população escrava. “Talvez” o Presidente da Província, já naquele ano de 1859, não conseguisse deixar escapar de sua fala a importância do contingente populacional não-branco (destacadamente negro) que o cercava na capital. Contingente esse que era passível de grande parte das políticas coercitivas que se aplicavam ou viriam a se desenvolver, inclusive com a inauguração do Asylo de Alienados da Santa Casa de Misericórdia.

¹⁴⁶ SLENES, Robert Wayne. **The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Tese (Doutorado em História) - Standford University, 1976. p. 691 e SLENES, Robert Wayne. O que Rui Barbosa não queimou..., *op. cit.*, p. 126.

¹⁴⁷ SLENES, Robert Wayne. O que Rui Barbosa não queimou..., *op. cit.*, p. 126. O trabalho citado: VIANNA, F. J. Oliveira. Resumo histórico dos inquéritos censitários, realizados no Brazil. **Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920**. Rio de Janeiro, v.1, 1922, p. 401 – 483.

¹⁴⁸ SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava**. Brasil sudeste século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 268.

¹⁴⁹ SLENES, Robert Wayne. O que Rui Barbosa não queimou..., *op. cit.*, p. 127.

2 - A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NUMA SOCIEDADE ESCRAVISTA

Desde as minhas primeiras aproximações às fontes de pesquisa, a Santa Casa de Porto Alegre apareceu como o espaço sobre o qual convergiam os diversos aspectos envolvidos nos processos sociais que resultavam em internação por alienação mental. Sua importância residia em atender às demandas que vinculavam caridade, assistência aos enfermos e controle social, aspectos que se ressaltam ainda mais quando o foco recai especificamente sobre a loucura.

Neste capítulo veremos as demandas pela construção da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, a sua instalação, o público alvo e as funções do estabelecimento, assim como a presença de escravos e negros livres em seus quadros, não apenas como enfermos, mas também como trabalhadores. Em relação ao espaço institucional, destacarei a construção do asilo de alienados após vários anos de atendimento à loucura no espaço comum às demais doenças atendidas no interior da Santa Casa. E farei referência à participação da autoridade policial na condução e resolução dos casos de alienação mental, o que implicava em recorrentes conflitos com a autoridade médica.

A Santa Casa de Misericórdia em sua função asilar

Em 1943 foi publicado o livro **Panteão médico riograndense**, que propunha ser uma síntese cultural e histórica do progresso e evolução da medicina no Rio Grande do Sul. Dentre os artigos coligidos naquele compêndio, estava o escrito por dois médicos que historiaram a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, de sua gênese até a década de 1870. Um deles era o Dr. Isidro Heredia, então diretor geral do Serviço Sanitário e Mordomo da Farmácia daquela instituição. O outro era o Dr. Tasso Vieira de Faria, assistente de clínica propedêutica

cirúrgica da Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre e cirurgião da Santa Casa¹⁵⁰. A argumentação dos autores seguia em muito a de uma publicação institucional que comemorara em 1926 o centenário da inauguração solene das operações da Santa Casa¹⁵¹. Posteriormente passaria a ser apropriada em outros trabalhos cuja história da Santa Casa fosse tema transversal¹⁵².

Contaram Isidro Heredia e Vieira de Faria que em fins do século XVIII (1780-1801) era Governador Geral da Capitania do Rio Grande o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, quando um homem chamado José Antônio da Silva, vestido com um balandrau ou capa preta, saía pelas ruas de Porto Alegre para recolher esmolas a fim de preparar um caldo que levava nos domingos aos presos da Cadeia. Após o seu falecimento, Ângela Reiuna, uma preta que morava em casa contígua a sua, fundou um asilo no qual recolhia enfermos, em sua maior parte marítimos. Foi sucedida por Antônio José da Silva Flores e Luiz Antônio da Silva, que edificaram a enfermaria para pobres e forasteiros em pilares de tijolo no largo da Forca, na colina do Alto da Bronze¹⁵³. Quando chegou a Porto Alegre o Irmão Joaquim Francisco do Livramento, juntou-se às obras de caridade que se desenvolviam. Anteriormente o Irmão fundara o Hospital de Caridade de Desterro (atual Florianópolis) e os seminários de Itu e de Sant'Anna em São Paulo, de Jacareacanga no Rio de Janeiro, e o de Órfãos de São Joaquim da Bahia. Sob os auspícios da Câmara, que em 1802 encampou a necessidade de reivindicar um estabelecimento hospitalar em Porto Alegre, o Irmão Joaquim partiu para Lisboa. Junto ao governo do Príncipe-Regente Dom João pediu autorização para a construção de um hospital de caridade na Vila de Porto Alegre.

Autorizada a construção em 1803, ficaram as custas de edificação a cargo da voluntariedade da população e sob fiscalização da Câmara local. Em 19 de outubro do mesmo

¹⁵⁰ HEREDIA, Isidro; FARIA, Tasso Vieira de. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. In: FRANCO, Álvaro e RAMOS, Sinhorina M. (Orgs.) **Panteão médico riograndense**. Síntese cultural e histórica. Progresso e evolução da medicina no Rio Grande do Sul. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.

¹⁵¹ SANTA CASA de Porto Alegre. **Publicação comemorativa do centenário da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre organizada pela atual mesa administrativa (1826 – 1926)**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1926.

¹⁵² WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para...**, *op. cit.*; GERTZA, Jurema Mazuhy. **Infância em perigo**. Assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre. Porto Alegre: PUCRS, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1990 e SCHIAVONI, Alexandre. **A institucionalização...**, *op. cit.*

¹⁵³ Sérgio da Costa Franco e Ivo Stigger afirmaram que as informações sobre esses precursores da história da Santa Casa são provenientes de velhas crônicas sobre as quais não há “nenhuma prova documental a respeito”. FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. **Santa Casa: 200 anos**. Caridade e ciência. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003. p. 14.

ano a comissão de construção de hospital de caridade foi eleita pela Câmara¹⁵⁴. As obras iniciaram ainda em 1803 sob planta e direção do Brigadeiro Francisco João Rocio. Continuaram até 1814, quando para que fossem mais bem dirigidas, foi solicitado ao então Governador Dom Diogo de Souza a eleição de uma Mesa Administrativa. Em 5 de janeiro de 1815, em sessão da Câmara Municipal, seria então eleita a primeira Provedoria, presidida pelo Marquês do Alegrete, secundada pelo Tenente General Joaquim Xavier Curado e tendo como escrivão o Marechal Miguel Lino de Moraes.

À essa época duas enfermarias já funcionavam para o atendimento dos pobres. Quando o Marquês do Alegrete se atritou com o restante da administração do Hospital por intensionar para lá transferir os enfermos do Hospital Militar, os fiéis que contribuía para a construção do dito hospital, contrariados com a transformação do espaço num calabouço, suspenderam o envio de esmolas, o que resultou na paralisação das obras. A situação perdurou durante o governo do Conde da Figueira, que, após perder a causa a partir de um parecer da Junta da Fazenda, deixou de gestionar a favor do prosseguimento da construção do hospital de caridade¹⁵⁵.

Desde 1819 o segundo pavimento do hospital passou a contar com uma enfermaria e uma cozinha provisórias. Neste mesmo ano teve início a construção da capela que receberia a Imagem do Senhor dos Passos, padroeiro e orago da Santa Casa. Em 28 de maio de 1822, o Príncipe-Regente Dom Pedro confirmou a Santa Casa como Irmandade de Misericórdia. Em 1º de janeiro de 1826, quando o Visconde de S. Leopoldo era Provedor, depois de ter sido o primeiro a ocupar o cargo de Enfermeiro-mor, foi solenemente inaugurado o hospital destinado ao recolhimento dos enfermos pobres. No ano seguinte, sob a provedoria de João Marcos Vieira de Araújo Pereira seria a vez da botica ter a sua inauguração. Mas apenas no ano de 1844 a construção do hospital seria finalizada¹⁵⁶. Da mesma época data o primeiro livro a conter os registros de entrada e saída de enfermos do Pio Estabelecimento. Conforme

¹⁵⁴ No dia 23 de outubro de 1803, o primeiro provedor do “novo hospital” foi empossado pela Câmara Municipal. Era o Governador da Capitania, Paulo José da Silva Gama. FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. *Santa Casa...*, *op. cit.*, p. 20.

¹⁵⁵ Os hospitais militares foram os primeiros a serem instalados no Rio Grande de São Pedro. Em 1779 estavam estabelecidos no Rio Grande, em Rio Pardo e em Porto Alegre, sendo proibidos de dar assistência aos enfermos civis, aos quais restava o tratamento doméstico com cirurgiões ou sangradores. Conforme Sérgio da Costa Franco e Ivo Stigger, eram “o resultado do grande deslocamento de tropas para a Capitania, ocorrido a partir de 1775, para expulsar de Rio Grande os invasores espanhóis”. Para estes autores, a importância e *status* dos militares no contexto de fundação da Santa Casa se deve à guerra contra Artigas. FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. *Santa Casa...*, *op. cit.*, p. 13-14 e 22. Além da Santa Casa de Porto Alegre, foram fundados hospitais de misericórdia em Rio Grande - atuante desde 1832 -, e em Pelotas, cuja operação iniciou por volta de 1848.

¹⁵⁶ HEREDIA, Isidro; FARIA, Tasso Vieira de. *A Santa Casa de Misericórdia...*, *op. cit.*, p. 88-99.

afirmei na introdução, dentre os atendimentos realizados do início de 1844 até 1872, foi dessa fonte que recuperei os registros de 865 indivíduos internados por algum diagnóstico afim à “loucura”.

Até 1824 o custo da obra do hospital e da capela anexa consumira 32:476\$578 réis, oriundos de esmolas doadas pela população, pela terça parte dos legados *post-mortem* e de um adiantamento do tesouro público. Além destes aportes, as finanças da Santa Casa eram sustentadas pela renda auferida através da exploração de bens recebidos em doação ou herança, o que incluía escravos. Em 1828 a Santa Casa foi autorizada a adquirir bens de raiz e, em 1850, obrigada pela Assembléia Geral Legislativa a reverter seus bens de raiz em Apólices da Dívida Pública¹⁵⁷. Mas ainda que o poder público nunca tenha se distanciado demasiadamente da rotina administrativa da Santa Casa, na verdade a Irmandade era regida por um tipo de norma denominada Compromisso. E Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre teve dois Compromissos que se sucederam durante o período abordado este trabalho, sendo que o segundo passou por uma reforma.

O primeiro destes Compromissos é datado de 1827. Aquela disposição, que vigorou até 1857, tinha gravada na capa de seu volume a indicação: “Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre 1827”. Entretanto o seu conteúdo era uma cópia apensada do Compromisso da Misericórdia de Lisboa, reimpresso em 1818. Datada originalmente de 1516, a disposição lisboeta sobre as Misericórdias foi reformada em 1618 a fim de restringir a entrada dos membros à irmandade.

Ao final do mesmo livro que registrou aquele primeiro Compromisso da Santa Casa de Porto Alegre em 1827, também está reproduzido o alvará expedido em 18 de outubro de 1806 pelo Príncipe-Regente Dom João, que determinava que todas as Santas Casas existentes no reino português e em seus domínios fossem reguladas pelo Compromisso de Lisboa¹⁵⁸. Regidas por esse compromisso, as instituições congêneres dentro do império lusitano foram erigidas com a premissa da caridade e da assistência e adaptadas às características locais. Ao menos no princípio, a essência do compromisso lisboeta pareceu atender às necessidades da capital da Província de S. Pedro, pois além da administração do hospital em construção desde o início do século, à Misericórdia porto-alegrense atribui-se o atendimento dos condenados ao

¹⁵⁷ HEREDIA, Isidro; FARIA, Tasso Vieira de. A Santa Casa de Misericórdia..., *op. cit.*, p. 92-94.

¹⁵⁸ ISCMPA – CEDOP - Compromisso da SCM - 1827 – Anexo: Alvará Régio de 18 de outubro de 1806.

patíbulo e a construção de um cemitério. Entretanto, com o tempo as peculiaridades da sociedade escravista de Porto Alegre ensejaram alterações nesta regulamentação institucional.

Em 1968 A. J. R. Russell-Wood publicou sua tese sobre a Misericórdia da Bahia entre os séculos XVI e XVII. Neste trabalho, que se tornou ponto de referência para a historiografia, descreveu as misericórdias como instituições comuns a Portugal e ao Brasil. O enfoque do estudo estava nas relações da sociedade da Bahia de São Salvador com a sua Santa Casa, a principal do período colonial ibérico nas Américas e modelo para as que se seguiram¹⁵⁹.

Conforme afirmou o brasilianista, a compreensão da história dessas irmandades se dá a partir da história pregressa da assistência caritativa em solo europeu. Os surtos de fome e de peste em associação com aumento da população da Europa Ocidental e da migração aos centros urbanos que cresciam em importância entre os séculos X e XIV recrudesceram os níveis de pobreza. Nas cidades, os grupos de artesãos formavam sociedades a fim de proteger os interesses de seus membros e auxiliá-los socialmente. O aspecto religioso era algo ressaltado, pois cabia aos membros dessas organizações assistir a missa junto à igreja mantida pela corporação e comparecer aos festejos anuais em honra do santo padroeiro. Doações e esmolas constituíam os fundos assistenciais, que às vezes podiam inclusive financiar hospitais próprios. Já as confrarias, que também se caracterizavam por sua observância religiosa, eram compostas por homens e mulheres leigos, não originários necessariamente de um mesmo grupo social. Todas essas irmandades deviam em suma prover o bem-estar social de seus irmãos e de seus familiares através de dotes, esmolas, auxílio-encarceramento, tratamento hospitalar e funeral¹⁶⁰.

Em Portugal, no século XI já se registravam as hospedarias (*albergarias*), que, fundadas pela Coroa ou pelos mosteiros, atendiam aos peregrinos, e em certos casos davam assistência aos pobres e mantinham um rudimentar serviço hospitalar.

A palavra “hospital era usada frequentemente como sinônimo de “albergaria” mas nem sempre significava assistência médica, pois o grau de filantropia social variava de uma hospedaria para outra.¹⁶¹

¹⁵⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia. 1550-1755. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981 [1968]. p. XIV e XV.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 1.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 6.

No Compromisso da Misericórdia de Lisboa impresso em 1516, quatorze Obras se impunham aos membros da irmandade, sendo divididas em Espirituais e Corporais. As primeiras se referiam ao ensino dos ignorantes, ao bom conselho, à remissão compreensiva dos transgressores, ao consolo dos infelizes, ao perdão aos injuriosos, ao suporte das deficiências dos próximos e à oração a Deus pelos vivos e pelos mortos. Já as obras corporais se atinham ao resgate dos cativos e à visita aos prisioneiros, ao tratamento dos doentes, ao vestimento dos desnudos, à alimentação dos famintos, ao sacio dos sedentos, ao abrigo dos viajantes e dos prisioneiros e ao sepultamento dos mortos¹⁶².

A expansão comercial para a Índia e o Extremo Oriente foi acompanhada pela colonização portuguesa nas cidades em que se estabeleciam. O declínio dessas investidas comerciais foi compensado pela ascensão do interesse pela exploração do território da colônia brasileira, “onde a fundação das misericórdias freqüentemente coincidiu com o estabelecimento das primeiras cidades”. Sobre a atuação desses colonos, descreve Russell-Wood:

Esses homens seguiam o modo de vida tradicional das comunidades em Portugal. As irmandades haviam desempenhado importante papel na vida comunitária das vilas e cidades de Portugal. Os soldados e artesãos que haviam ido para o Leste fundaram novas filiais dessas irmandades, com estatutos calcados nas matrizes de Portugal. Estabeleceram-se Misericórdias em todo o Oriente, seguindo o Compromisso de Lisboa, com modificações mínimas ditadas pelas condições locais. As atividades dessas irmandades e dos missionários jesuítas contradizem a imagem pouco edificante da expansão portuguesa, que facilmente, e muitas vezes com razão, pode ser reduzida a uma luta pela supremacia comercial a oeste de Málaca e à desenfreada pirataria no Mar da China e mais além.¹⁶³

Cláudia Tomaschewsky, em **Caridade e filantropia na distribuição da assistência**¹⁶⁴, onde disserta sobre a irmandade da Santa Casa de Pelotas entre 1847 e 1952, além de uma revisão historiográfica sobre o caráter das misericórdias, elaborou uma comparação entre as instituições congêneres fundadas em Porto Alegre, Rio Grande e

¹⁶² RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos...**, *op. cit.*, p. 14 e 15.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 20.

¹⁶⁴ TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência**: A irmandade da Santa Casa de Pelotas - RS (1847-1952). Porto Alegre: PUCRS, 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

Pelotas¹⁶⁵. Conforme a autora, algumas das características próprias às Santas Casas podem ser sintetizadas. Verificou que, além das Obras apontadas pelo Compromisso de Lisboa:

As Santas Casas eram normalmente associações fechadas. Tinham em muitos casos um número máximo de irmãos e “qualidades” que os candidatos ao ingresso deveriam ter, restringindo o acesso aos nobres e mestres de ofício que não trabalhassem por suas mãos, ou a uma parcela mais rica e de bom “conceito” das populações locais. Tinham como objetivos explícitos a assistência material aos pobres e a assistência espiritual aos irmãos e benfeitores. Eram irmandades de imediata proteção régia (decisão do Concílio de Trento) tendo, de forma geral, os seus compromissos aprovados pelo poder temporal, devendo submeter à Igreja apenas os capítulos que se referissem diretamente à devoção. A assistência prestada foi em muitos casos semelhante, dependendo do lugar e tempo de organização, sendo que era prática corrente adotar-se o compromisso da irmandade de Lisboa, ainda que cada irmandade pudesse organizar um estatuto próprio ou adaptar àquele às especificidades locais. Por estarem sob imediata proteção régia, estas irmandades possuíam privilégios no que diz respeito ao financiamento e monopólio da assistência¹⁶⁶.

Não obstante, a atuação dessas irmandades tem sido matizada por outros historiadores. Edward Palmer Thompson apontou a necessidade de se historiar a caridade levando-se em consideração os ideais de prestígio, subordinação e controle social, ou, como prefere, controle de classes. Para o autor, a edificação da auto-imagem e a justificação ideológica são em muito professadas pelos beneméritos¹⁶⁷. Caio Boschi atentou para a antecipação com a qual as classes dominantes investem sobre “as manifestações coletivas contestatórias dos menos favorecidos”. Se por um lado atendem aos mendigos, inválidos, velhos e órfãos, por outro procuram trazer “ao seu trabalho a colaboração da igreja, particularmente no que diz respeito à legitimação mesma desse trabalho”¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Cláudia Tomaszewski realizou um alentado levantamento historiográfico sobre a história das misericórdias e do assistencialismo. A autora desconhece trabalhos sobre as misericórdias portuguesas durante o século XIX e aponta uma ausência de interesse dos historiadores sobre as misericórdias brasileiras. Destaca a crescente produção sobre as irmandades organizadas ao todo ou em parte por indivíduos pobres e escravizados, o interesse pelas sociedades de socorros mútuos – destinadas ao auxílio dos associados –, e, no que diz respeito às Santas Casas de Misericórdia, observou que os interesses de estudo acadêmicos são pontuais ou transversais a outros temas – como os interessados nas práticas de cura, nas doenças e nos hospitais-, a despeito da profícua produção patrocinada pelas próprias instituições em caráter comemorativo ou aquela de origem dileitante. TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia...**, *op. cit.*, p. 30-42.

¹⁶⁶ TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia...**, *op. cit.*, p. 28-29.

¹⁶⁷ THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 248.

¹⁶⁸ BOSCHI, Caio C. As misericórdias e a assistência à pobreza nas Minas Gerais setecentistas. **Revista de Ciências Históricas**, n. XI, 1996, p. 77-78.

O Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre de 1827, conforme já afirmei, reproduzia o Compromisso da Misericórdia de Lisboa. Aquela regulamentação determinava que os membros da Irmandade seriam recrutados entre 300 nobres, 300 oficiais e 20 Letrados. Seriam aceitos “homens de boa consciência e fama, tementes a Deos, modestos, caritativos e humildes”. Além disso, precisavam acumular sete qualidades. Deveriam ser “limpos de sangue”, ou seja, sem vínculos com a “raça” moura ou judaica. Não poderiam ter caído em infâmia, através do envolvimento em delitos escandalosos ou passivos de castigos. Os solteiros menores de 25 anos não seriam aceitos. Não poderiam servir por salário. Deveriam possuir posição social que não implicasse em trabalhos com as próprias mãos. Necessitavam ter bom entendimento, saber e escrever. E tinham de ser abastados a ponto de poderem auxiliar a Irmandade sem caírem em necessidade ou serem alvos de suspeita de má utilização dos recursos que controlassem¹⁶⁹.

Os Irmãos reconheciam que em tempos anteriores as disposições do Compromisso de Lisboa teriam sido apropriadas, mas após trinta anos sob a orientação daquela normatização, em 1857 a Santa Casa substituíra o seu Compromisso por orientações mais adequadas ao seu contexto¹⁷⁰. Certamente alguns dos pontos do compromisso original eram apenas orientações. A recusa explícita à participação de judeus e mouros fora vetada pelo Marquês de Pombal já no século XVIII, ainda que de fato muito provavelmente a atuação prática das instituições os proibisse de ingressar nos quadros de membros das Irmandades. E o próprio recrutamento entre seiscentos nobres, oficiais e letrados era de difícil execução na afastada província sulina.

Deixando claro que a Irmandade era regida sob a proteção imperial e um patrimônio dos pobres, de fato, algumas alterações colocadas em 1857 ficavam bastante evidentes, em especial as que diziam respeito ao recrutamento e às qualificações do quadro de irmãos. Surgiam indicativos que permitiam a ampliação do leque dos passíveis de aceite. Poderiam os irmãos ser aceitos em número ilimitado, fossem nacionais ou estrangeiros, desde que católicos. A idade mínima para o aceite baixava para os 21 anos. E a disposição que impedia a admissão dos que trabalhassem com as próprias mãos cedia lugar para a aceitação daqueles indivíduos abastados ou que tivessem emprego, ofício rendoso ou comércio que os permitisse servir à Irmandade. Associada ao desaparecimento do obstáculo explícito aplicado aos mouros e judeus, essa disposição aumentava as possibilidades econômicas do chamado Pio Estabelecimento, também permitindo que um grupo mais amplo acumulasse prestígio ao se

¹⁶⁹ ISCMPA - CEDOP – Compromisso da SCM - 1827 – cap. 1.

¹⁷⁰ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 8 – 5/11/1857.

vincular à esfera dirigente da Irmandade. Entretanto, a forte presença dos negros na sociedade fica evidenciada no impedimento da aceitação de Irmãos que tivessem sido escravos, ou daqueles casados com pretas¹⁷¹. Em 1867 esse Compromisso seria parcialmente reformado, sem alterações emblemáticas, e publicado na forma de lei provincial (Lei n. 602, de 10 de janeiro de 1867). O recrutamento dos Irmãos ficava simplificado. Poderiam continuar sendo admitidos em número ilimitado os nacionais e os estrangeiros católicos, de bons costumes, moralidade e dedicação. Entretanto, por razões criminais os irmãos seguiam passíveis de exclusão¹⁷².

A presença de cativos e negros livres a serviço da Santa Casa

O Compromisso da Misericórdia de Porto Alegre datado de 1857 impedia explicitamente a incorporação de novos irmãos que tivessem sido escravos ou que fossem casados com mulheres de cor preta. Enlaces matrimoniais com negras ocorridos após a incorporação dos irmãos arrazoariam a exclusão destes dos quadros da Irmandade. Mas antes disso, o primeiro compromisso da Santa Casa de Porto Alegre, aquele de 1827 que reproduz o publicado em Lisboa, silencia, sequer cogita que um negro pudesse pleitear uma posição na Irmandade. Certamente na segunda metade do século XIX, ao incorporarem referências às possíveis pretensões dos negros, os irmãos da Santa Casa estavam atentos aos aspectos de uma sociedade em que se tratavam relações que transcendiam a antítese “cativo *versus* senhor”. A elite administrativa da Misericórdia sabia que o casamento entre brancos e “a gente de cor” era algo plausível de ocorrer e que uma vez ascendendo economicamente, esses indivíduos reivindicariam o reconhecimento de um novo *status*. Na Misericórdia da Bahia, as disposições que impediam a ascensão de grupos não-brancos já eram adotadas desde o Compromisso de 1616. Naquela província não se admitiam irmãos de misericórdia que fossem judeus, mouros e muito menos negros. Ao longo do tempo passaram a ser incluídos os ricos grupos de comerciantes judeus, a despeito do preconceito corrente na sociedade. Contudo nunca se abriu igual brecha para os negros. De acordo com Russell-Wood, havia

¹⁷¹ ISCMPA - CEDOP – Compromisso da SCM - 1857 – cap. 2º, arts. 8 e 9; cap. 5º.

¹⁷² ISCMPA - CEDOP – Compromisso da SCM - 1867 – cap. II, art. 8.

naquele primeiro momento uma associação dos preconceitos de classe aos preconceitos religiosos, que por sua vez atrelavam-se aos raciais¹⁷³.

Ademais, os negros eram assistidos por suas próprias irmandades sem a necessidade de se candidatarem à admissão nas irmandades brancas. E ainda que muitas destas últimas se tornassem mais flexíveis à medida que os mulatos adquirissem posição social e até cargos administrativos, o fato é que a Misericórdia continuou sendo uma fortaleza da elite branca.¹⁷⁴

Rejeitados na administração do também chamado Pio Estabelecimento, por outro lado a presença cotidiana dos negros na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é algo que as fontes indicam em abundância. E não estou falando apenas de sua recepção em caso de doença, o que era fato corriqueiro e volumoso, conforme indicam os livros de registro de entrada de enfermos daquele hospital. O Compromisso da Irmandade de 1827 fazia referência à possibilidade de recebê-los patrimonialmente, na condição de escravos doados ou herdados¹⁷⁵.

Outrossim, no Compromisso de 1857 incorporava-se às disposições a preocupação com o custo de manutenção daqueles indivíduos. A Provedoria da Santa Casa deixaria de aceitar que se expedisse carta de liberdade aos escravos recolhidos a menos que fossem pagas as despesas que o mesmo enfermo tivesse realizado. A questão da defesa patrimonial da instituição ficava igualmente marcada com a proibição de que se aceitasse a doação de escravos com a condição de que não pudessem ser vendidos ou permutados¹⁷⁶.

Esse último tipo de condicionamento aparecia até então freqüentemente entre as doações de cativos à Santa Casa. Joaquim da Silva Garcez ofereceu como esmola o escravo cabinda Joaquim, desde que a Irmandade assumisse a responsabilidade de curá-lo, vesti-lo e castigá-lo¹⁷⁷. Vindo do Rio de Janeiro como esmola oferecida por João Alves de Souza Guimarães, ao preto Felipe estava proibida a sua venda ou libertação¹⁷⁸. O senhor do escravo Elisário, que aos doze anos era repassado à Santa Casa, deixava acordado que havendo alguma tentativa futura de se transferir a posse do cativo, isso implicaria na anulação da doação e na volta do mesmo ao seu domínio, o único em que poderia ocorrer a concessão de

¹⁷³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos...**, *op. cit.*, p. 95.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 109.

¹⁷⁵ ISCMPA - CEDOP - Compromisso de 1827 - Caps. IX, p. 16 e X, p. 18.

¹⁷⁶ ISCMPA - CEDOP - Compromisso de 1857 - Cap. XXXV, fl. 43v

¹⁷⁷ ISCMPA - CEDOP - ASMP - Livro n. 3 - 16/11/1831, fl. 40v.

¹⁷⁸ ISCMPA - CEDOP - ASMP - Livro n. 3 - 20/1/1832, fl. 59.

liberdade¹⁷⁹. Saturnino de Souza e Oliveira, que chegou a ser Provedor da Irmandade, enquanto Presidente da Província foi outro a doar um escravo com a observação de que a Santa Casa não poderia se desfazer do mesmo¹⁸⁰.

Possivelmente estavam incluídas dentre as razões para esses condicionamentos formas de restrição aos cativos. Em fins de 1841 a Santa Casa aceitava doação do escravo Marcos incluído na herança de José Ignácio Teixeira. Havia a sujeição de que não pudesse ser vendido para as províncias ao norte da Bahia¹⁸¹. Por outro lado, certas doações visavam desonerar o doador. Quando transferida à Santa Casa, a posse da escrava Maria fora condicionada à liberação de sua proprietária sobre as despesas que a escrava havia computado durante o tratamento que recebera¹⁸². Por outro lado, Joaquina, de 30 anos, escrava de Aritanda Maria Fogaça, foi oferecida como moeda de troca. Sua senhora pretendia ser aceita como pensionista da Santa Casa e assim receber o tratamento que solicitava¹⁸³.

De qualquer modo, o dispositivo sobre o não aceite dessas doações condicionadas parece ter sido aplicado. Em maio de 1863 um escravo vindo da cidade de Rio Grande fora oferecido em doação para Santa Casa, que não poderia dispor dele de forma alguma. Além do mais, a Irmandade deveria assumir uma despesa de 278\$500rs. que sequer estava especificada. Prontamente a Mesa Administrativa indeferiu a doação, amparada na proibição regimental¹⁸⁴.

Ainda conforme o regimento da irmandade elaborado em 1857, os cativos de sua propriedade deveriam estar aptos a algum tipo de trabalho¹⁸⁵. Nesse ponto o Compromisso apenas chancelava uma prática que já vinha sendo vinculada ao aceite de cativos. Em 1844, ao receber a doação de uma escrava, a Mesa Administrativa da Santa Casa resolveu que não seriam aceitas doações de escravos antes de serem examinados pelos facultativos da instituição a fim de que se confirmasse a sua capacidade para prestação de serviços¹⁸⁶. Dias depois o aceite à doação daquela mesma cativa era anulado por ter sido identificada a sua impossibilidade em exercer alguma ocupação¹⁸⁷. A incapacidade para o trabalho, por doença

¹⁷⁹ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 5 – 15/12/1847 – fl. 142v.

¹⁸⁰ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 3 – 14/7/1839, fl. 84v.

¹⁸¹ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 4 – 28/11/1841, fl. 192v.

¹⁸² ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 5 – 29/5/1847, fl. 126v.

¹⁸³ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 5 – 11/12/1849, fl. 210.

¹⁸⁴ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 6 – 23/5/1863, fl. 59v.

¹⁸⁵ ISCMPA – CEDOP - Compromisso de 1857 – Cap. I, fl. 1.

¹⁸⁶ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 5 – 6/10/1844, fl. 32v.

¹⁸⁷ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 5 – 24/11/1844, fl. 34v.

ou maus hábitos, servia de justificativa, inclusive, para que a Mesa Administrativa da Santa Casa solicitasse a algum proprietário a revogação da disposição que impedia a sua venda¹⁸⁸.

Antes da adoção de um regimento autônomo em relação ao antigo Compromisso de Lisboa, e mesmo antes do início de seu funcionamento integral a população, a Santa Casa já atribuía funções aos cativos que estivessem sob o seu jugo. Em março de 1822 a Mesa Administrativa conferia ao Mordomo dos Presos o poder de vigiar a conduta dos cativos, indicando-lhes qualquer serviço que aprovesse a lide com os presos da cadeia e no interior do próprio Pio Estabelecimento¹⁸⁹.

Através da leitura das atas das reuniões administrativas é possível observar que ao longo dos anos a Santa Casa se valeu enormemente dos serviços de cativos não apenas doados, mas também adquiridos ou alugados. Cozinheiros, serventes, auxiliares de enfermeiros e de botica figuravam entre as aquisições. A partir da segunda metade de 1847 a aquisição de escravos boleiros (condutores de carroças) rendeu várias discussões que bem exemplificam a demanda da instituição e a sua inserção no mercado de cativos.

A Santa Casa havia deliberado pela compra de duas carroças para a realização dos enterros de pobres e de escravos no cemitério extra-muros que estava sendo construído e seria inaugurado em 1850. Os primeiros cativos que foram entregues em consignação para essa função não foram aprovados, um pelo seu estado de saúde e o outro pelo preço. Em fevereiro do ano seguinte a premente necessidade de alguém para operar as tais carroças voltava à baila durante as sessões deliberativas. Mas até o final de 1848 continuavam sendo recusadas propostas de senhores que apresentavam escravos que não atendiam as aptidões para o exercício da função. Em agosto de 1849 o Irmão José Pereira Coimbra oficiou do Rio de Janeiro sobre a impossibilidade de identificar e adquirir um escravo boleiro conforme as especificações informadas. Mais de um ano depois, o Mordomo do Cemitério ficava autorizado a pagar 700\$000rs. por uma aquisição. Outrossim, se fosse o caso também poderia alugar algum boleiro.

Nota-se nessas discussões que não apenas o preço era condicionante para a compra, mas a verificação da moralidade do escravo escolhido. Em novembro um escravo foi finalmente adquirido por 750\$000rs. Em fevereiro de 1851 outro cativo, definido como moço e sem vícios, era alugado por 12\$000rs mensais. Tempos depois, quando o cemitério já se

¹⁸⁸ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 5 – 30/6/1848, fl. 163.

¹⁸⁹ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 1 – 24/3/1822, fl. 18v.

encontrava em operação, a Mesa Administrativa decidiu pela redução do quadro de boleiros de quatro para três escravos, resguardando apenas os de baixo custo.¹⁹⁰

Não se tornando possível que escravos fossem adquiridos ou alugados – e o caso dos boleiros comprova essa dificuldade –, também os africanos livres eram passíveis de inclusão no quadro funcional da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Antigo Provedor do Pio Estabelecimento e ex-Presidente da Província, Saturnino de Souza e Oliveira foi incumbido em 1843 de comprar no Rio de Janeiro quatro escravos para atender aos serviços da instituição. Essas aquisições seriam efetuadas caso não fosse possível contar com as funções de 8 ou 10 africanos livres¹⁹¹. A incorporação de africanos livres satisfazia as determinações que implicavam no emprego por concessionários particulares ou instituições públicas daqueles que ilegalmente haviam sido reduzidos à escravidão após a primeira proibição do tráfico em 1831. Ainda que ascendessem à condição de “africanos livres”, deveriam prestar serviços até que obtivessem a liberdade definitiva.

A mais notória inclusão de africanos livres ao serviço da Santa Casa de Porto Alegre ocorreu após o registro daquele que foi considerado o último desembarque clandestino de negros aprisionados na África ocorrido no Rio Grande do Sul. O incidente se deu na praia de Tramandaí - área que nominalmente abarcava a costa norte da Província de São Pedro - quando do encalhe de um navio no dia 11 de abril de 1852. Episódio que explicita a inserção da Santa Casa como instituição inserida num regime escravista e que foi reconstituído e analisado pelo historiador Vinicius Pereira de Oliveira em seu livro **De Manoel Congo a Manoel de Paula**¹⁹². A perspectiva do autor foi a de seguir a trajetória de vida Manoel Congo, um dos desembarcados ilegalmente, nos doze anos que se seguiram, não no sentido de uma biografia histórica, mas como recurso narrativo que permitisse adentrar a sociedade na qual Manoel se inserira ao desembarcar¹⁹³. E tanto Manoel como os seus colegas de travessia atlântica encontraram formas explícitas ou veladas de escravização ilegal na Província de São Pedro.

Em meio a uma disputa sobre o controle da mão-de-obra do africano Manoel vinha à tona uma percepção sobre as condições dos trabalhadores da Santa Casa. Ao entrar como

¹⁹⁰ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 5 – 27/7/1847, fl. 128; 21/11/1847, fl. 137v.; 24/11/1847, fl. 140v.; 1/2/1848, fl. 152; 12/10/1848, fl. 167; 25/8/1849, fl. 203; 14/7/1850, fl. 253; 13/10/1850, fl. 272v.; 11/11/1850, fl. 278. ASMP n. 6 – 12/1/1851, fl. 20; 23/2/1851, fl. 45; 28/2/1851, fl. 48; 9/3/1851, fl. 50.

¹⁹¹ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 4 – 8/1/1843, fl. 234v.

¹⁹² OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula**. Um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: Est Edições, 2006.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 20-21.

trabalhador “livre” na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no último terço de novembro de 1961, o africano “compartilhava esse *status* jurídico com outros 32 indivíduos que também serviam ao estabelecimento, alguns dos quais haviam sido seus companheiros de travessia atlântica”¹⁹⁴.

Manoel encontrava não apenas parte daqueles antigos colegas, mas também outros cujo destino tornara-se semelhante. Dentre os quais cerca de 20 africanos que haviam sido contratados após terem passado pela Casa de Correção da Corte¹⁹⁵. Inicialmente atuando como servente, nos meses seguintes Manoel passaria a trabalhar na botica da Santa Casa de Misericórdia. A última possibilidade de registro de sua trajetória ocorreu em de janeiro de 1864, quando deixou de constar na listagem de africanos livres naquele local empregados¹⁹⁶. Para nós, fica ainda ressaltado o fato de que Manoel, ao acabar prestando seus serviços à botica da Santa Casa, inseria-se entre as tantas esferas nas quais brancos e negros dividiam participação nos processos de cura.

A Santa Casa como o espaço de recolhimento aos alienados

Outrossim, tratar genericamente das características das Misericórdias, no que concerne a sua privilegiada atuação caritativa e de atendimento hospitalar dentro do império português, não implica em deixar de focalizar outros aspectos da constituição dos espaços asilares. Para efeito dessa dissertação, interessam especialmente aqueles que se referem ao atendimento dos chamados vesanos.

Em referência à alienação mental em Porto Alegre em seus primórdios, as fontes são extremamente limitadas. Durante a década de 1830, ao expandir seu leque de assistência, a Santa Casa de Misericórdia ao que parece adequava seu vínculo à tradição do Compromisso de Lisboa juntamente com as novas demandas e preocupações pontuadas pela legislação que se implantava. Em 1837 a Assembléia Provincial impusera-lhe, não sem contrariedades, o acolhimento aos infantes abandonados – os chamados expostos¹⁹⁷. Três anos antes, o Pio Estabelecimento fora incumbido a dar abrigo aos alienados, a fim de se evitar os custos com

¹⁹⁴ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **De Manoel...**, *op. cit.*, p. 123.

¹⁹⁵ ISCMPA – CEDOP – ASMP - Livro n. 6 – 6/1/1852, fl. 136v.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **De Manoel...**, *op. cit.*, p. 123.

¹⁹⁷ GERTZA, Jurema Mazuhy. **Infância em perigo...**, *op. cit.*, p. 93.

uma edificação para os indivíduos recolhidos e outros com uma administração própria à instituição¹⁹⁸.

Provavelmente o parlamento da província regulamentava um aspecto que Magali Engel já observou em relação ao Código Penal de 1830. Este determinava que os loucos presos por crimes cometidos não poderiam ser responsabilizados. De acordo com as disposições do décimo segundo artigo daquelas normas, seriam recolhidos em casas próprias a eles destinadas ou entregues à família, conforme conveniência judicial.¹⁹⁹ No Rio de Janeiro a maioria dos alienados foi concentrada na Santa Casa de Misericórdia da cidade, a despeito da existência de outros locais onde isso era possível, como o Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, que recebia como sócios “qualquer ‘católico branco’ respeitável”²⁰⁰.

As péssimas condições de salubridade dos espaços destinados seriam motivo de queixas desde os primórdios dos confinamentos realizados na Corte. Reproduzindo um relatório da comissão criada em 1830 pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro a fim de que se desse conta das condições das prisões, Magali Engel nos informa o estado em que viviam os “doidos” na Santa Casa da Corte. Ocupando juntamente com duas enfermarias de cirurgia e a casa dos inválidos o pavilhão inferior do edifício, os alienados permaneciam:

[...] em uma sala, a que chamam xadrez, por onde passa um cano que conduz as imundices do Hospital. Aqui vimos uma ordem de tarimbas, sobre que dormem aqueles miseráveis, são mais nada do que algum colchão podre, algum lençol e travesseiro de aspecto hediondo: também vimos um tronco, que é o único meio que há de conter os furiosos... Há alguns quartos em que metem os mais furiosos em um tronco comum, deitados no chão, onde passam os dias e as noites, debatendo-se contra o tronco e assoalho, no que se ferem todos, quando ainda não vem outro, que com eles esteja e que os maltrate horrivelmente com pancadas.²⁰¹

Os anos posteriores a 1830, a partir das denúncias sobre o destino dado aos alienados, “marcariam [na Corte] o início das tentativas de implantar o projeto de medicalização da loucura no Brasil”²⁰². Formulada pela Academia Imperial de Medicina em consonância com as reclamações da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, a solicitação

¹⁹⁸ WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para...**, *op. cit.*, p. 34-35.

¹⁹⁹ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 184.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 187-188.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 188-189.

²⁰² *Ibid.*, p. 190.

para a criação de um hospital de alienados seria atendida pelo Imperador em comemoração à sua sagração. Assim, pelo Decreto n. 82, de 18 de julho de 1841, Dom Pedro II criava e recebia o nome do futuro hospício, que entretanto somente seria colocado em efetiva operação em fins de 1852, ao receber os enfermos da Santa Casa da Corte e da enfermaria provisória de alienados instalada na Praia Vermelha. Considerado à época adequado às suas necessidades, o prédio do Hospício Pedro II possuía enfermarias amplas, suas alas eram arejadas e claras, voltadas para a segurança, para os tratamentos a base de banhos e para servirem de moradia aos “doidos” furiosos²⁰³. No aspecto arquitetônico, podiam ser amenizadas as críticas acerca das condições miseráveis nas quais viviam os alienados do Rio de Janeiro. Não obstante ter se transformado inclusive numa atração recreativa dominical pela beleza que o circundava, o hospício da Corte repetia o hospital da Misericórdia ao expor seus alienados à visão pública. Algo semelhante ao que se criticara anteriormente, e que anos depois em Porto Alegre daria subsídios para que o cronista *O Estudante* satirizasse a sociedade porto-alegrense. Mas aqui, a razão desse contato passava a ser justificada:

O convívio com parentes e amigos, situado fora dos limites circunscritos pelo olhar vigilante do médico era visto [...] como algo pernicioso. No entanto, os contatos proporcionados pela visita ao hospício, submetidos, em tese, ao controle médico, eram vistos até mesmo como um instrumento capaz de contornar algumas falhas do próprio sistema asilar. [grifo meu]²⁰⁴

Em Porto Alegre, após anos funcionando através de enfermarias improvisadas, finalmente o Hospital da Santa Casa foi inaugurado de forma oficial em 1844. Um pouco antes, por volta de outubro de 1843, os livros com as matrículas de enfermos começaram a ser escriturados. O relatório da Provedoria da Santa Casa relativo ao ano compromissal de 1855 informa que existiam então cinco enfermarias em atividade, uma dedicada aos homens, inclusive os praças do Corpo Policial, uma para as mulheres, uma para os menores do Arsenal

²⁰³ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 202. Desde maio daquele mesmo ano funcionava em São Paulo aquele que após a inauguração do Juquery seria conhecido por “hospício velho”. Com escala menor que o do Rio de Janeiro, enviava os seus “excedentes” àquela cidade às expensas do governo provincial. Ainda que as informações sobre a sua existência sejam sumárias, os primeiros relatórios enviados pela direção ao presidente da Província no ano de 1859 informavam a existência de 39 internos divididos pelos sete aposentos. Constituído por um terço de estrangeiros, sobretudo italianos, essa população também possuía “um contingente significativo de negros, em sua maioria ex-escravos alforriados, como forma de evitar o pagamento da correspondente diária a cargo de seus proprietários” [grifo meu]. CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho...**, *op. cit.*, p. 60.

²⁰⁴ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 204.

de Guerra, uma para os sócios da Sociedade Beneficência Portuguesa e uma para os presos civis pobres²⁰⁵.

Por volta de meados do século XIX, era crescente a demanda da província pelos préstimos da Santa Casa de Porto Alegre, razão que a obrigava expandir ainda mais as suas atividades:

Concebida para atender os pobres na doença, nos anos de 1850 já administrava o abandono e um Cemitério. Não havia na Província um hospital para doentes mentais e a Santa Casa os acolheu; tão pouco havia asilo para velhos e inválidos e a Santa Casa também prestava-lhes assistência e lhes dava abrigo. As baixas hospitalares incluíam também os imigrantes e os escravos; tratava dos presos pobres e dos meninos do Arsenal de Guerra.²⁰⁶

Durante a gestão de João Rodrigues Fagundes na Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, um asilo de alienados foi inaugurado “com toda a solenidade” dentro da planta daquela instituição²⁰⁷. O relatório de 1864 sobre o estado da Santa Casa enviado à Presidência da Província informava que a inauguração do Asylo de Alienados em 2 de dezembro de 1863 ocorrera em homenagem à data de nascimento do Imperador Pedro II. Sua existência era tratada como “humana e caritativa”. A parte destinada às mulheres estava pronta desde dezembro de 1862, sendo inaugurada no primeiro dia de 1863. O Provedor reconhecia que o edifício construído ainda estava longe do grau de perfeição a fim de bem preencher sua destinação, mas ressaltava que foi o possível conseguir em benefício de “nossos infelizes Irmãos alienados”, a quem se pretendia melhorar a sorte com os poucos recursos disponíveis²⁰⁸.

Disposto de forma a atender separadamente as mulheres no primeiro e os homens no segundo pavimento, o abrigo para os “vesanos” ainda possuía um piso térreo destinado a atender às moléstias dos mendigos inválidos e a alojar aos escravos libertos que trabalhavam

²⁰⁵ RELATÓRIO da Santa Casa da Misericórdia..., 1856. Na esteira das exéquias pela morte da Rainha de Portugal Dona Maria II, a Sociedade Beneficência Portuguesa havia sido fundada em 26 de fevereiro de 1854 durante reunião realizada nas instalações da Santa Casa de Misericórdia. A sua finalidade era dar assistência aos súditos de Portugal estabelecidos em Porto Alegre. Até 2 de fevereiro de 1859, quando seu primeiro hospital foi inaugurado, os sócios da Beneficência Portuguesa eram atendidos de forma conveniada pela Santa Casa. SPALDING, Walter. **A Beneficência Portuguesa**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha, 1954. p. 20-28.

²⁰⁶ GERTZA, Jurema Mazuhy. **Infância em perigo...**, *op. cit.*, p. 70.

²⁰⁷ RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província..., 1864, p. 38.

²⁰⁸ AHRS – Assuntos Religiosos – Caixa 3 - Maço 6 - Cópia manuscrita do Relatório do Estado da Santa Casa – 1864.

no hospital²⁰⁹. Mais de trinta anos depois, Porto Alegre reproduzia a geografia da alienação verificada no Rio de Janeiro. Lembremos que em 1830 os loucos da Corte também estavam recolhidos junto aos inválidos e que os furiosos eram tratados presos a um tronco, que também servia aos castigos aplicados aos escravos pertencente à Santa Casa daquela cidade²¹⁰.

A partir desse novo edifício estabelecido dentro do Hospital da Santa Casa, a loucura, a mendicidade e os alforriados, que estavam presentes de forma relacionada dentro dos problemas apontados nas citadas falas parlamentares de 1857, eram agora ajustados num mesmo espaço. Entretanto, ainda que vivendo separados dos demais doentes, os alienados continuavam sendo registrados nos mesmos livros de enfermos escriturados desde fins de 1843.

A inauguração do Asylo parece ter atendido inicialmente a uma disposição do Compromisso da Irmandade escrito em 1857. Neste fica bem delimitada a obrigação em se atender os alienados. Desde o princípio parece ter havido consciência por parte dos irmãos responsáveis pela aprovação do estatuto de que a função a qual se propunham acarretaria em pesados custos à instituição:

Serão igualmente recolhidos á Santa Casa os velhos, decrepitos, inválidos, alienados e idiotas que não tiverem quem os amparem, logo que as rendas das mesma Santa Casa permittão socorrê-los com alimentação vestuário, curativo.²¹¹

Não obstante, já no primeiro Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, datado de 1827, a questão dos inválidos encontrava uma referência primitiva entre as obrigações de atendimento. Devia-se acolher os mendicantes e não os deixar vagar sem autorização, velando-se para que se ocupassem e não abusassem da caridade oferecida:

²⁰⁹ RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província..., 1864, p. 38.

²¹⁰ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 192. Após 1852, seria um obstáculo “a presença de pessoas e de serviços que nada tinham a ver com a assistência a alienados mentais no interior do edifício do Hospício de Pedro II”. A clientela que vivia próxima ao estabelecimento tinha a sua disposição um consultório para atendimento em seu interior. O local ainda recebia algumas meninas filhas de internas pobres do Hospital da Misericórdia, que eram alfabetizadas e realizavam trabalhos têxteis em agulha. p. 207.

²¹¹ COMPROMISSO da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre. 1857. Manuscrito. Cap. 1; Art. 5. ISCMPA – CEDOP.

E a despeito dos que são mendigos, os não deixara vagar de umas Terras pa. Outras, fem pela Meza fe lhes conceder carta de Guia; e requererá as Justiças a obfervancia do Alvará de 9 de Janro. de 1604; procurando que ante fe occupem em algum trabalho honesto, em que adquirão a fua fustentação, e proveniente de maneira que nem se abuze, nem fe falte á caridade que elles merecem.²¹²

A disposição do Compromisso de 1857 sobre os alienados talvez tenha sido diretamente inspirada pelo debate parlamentar contemporâneo. Dado a diferença de seis anos entre a discussão e o fim da edificação do espaço, até se pode pensar em não tomá-lo como resposta imediata àquela problematização pública. Mas o fato é que o Asylo de Alienados passaria a cumprir pioneiramente a função há tempos reivindicada, e assim confirmava a necessidade material ressaltada nos discursos.

Miseráveis e interioranos

No mês de setembro de 1854, a Câmara Municipal de Porto Alegre recebeu ofício da Comissão de Higiene Pública enviando artigos a respeito do trato de pobres e esmoleiros para serem transformados em Posturas. Na ocasião o legislativo porto-alegrense respondeu já existir ordenamento a respeito nas Posturas publicadas. Em dezembro do mesmo ano a Câmara recebeu uma portaria da Presidência da Província acompanhada de um aviso do Ministério da Justiça e de um requerimento que solicitava a fundação de um asilo de mendicidade. Pediu-se, então, o levantamento dos mendigos existentes na cidade e a avaliação da proposta²¹³. Entre julho e outubro de 1855, os subdelegados distritais da capital enviaram à Câmara Municipal mapeamentos dos cegos, aleijados e mendicantes²¹⁴. Lamentavelmente somente nos restou o indicativo de que essas listagens existiram. Contudo, o fato é que antes mesmo da implantação do até hoje existente Asilo de Mendicidade do Padre Joaquim Cacique de Barros (o *Pão dos Pobres*), datado de 1864, e cuja aprovação já existia em decreto assinado por Dom Pedro II desde 1845, o Asylo de Alienados da Santa Casa se caracterizaria por atender aos alienados em situação de indigência, muitas vezes recolhendo indivíduos cuja

²¹² COMPROMISSO da Santa Caza da Misericórdia de Porto Alegre. 1827. Manuscrito Art. 11 [Em apenso ao Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1818. Impresso.] ISCMPA- CEDOP.

²¹³ AHPAMV – ASCVPA – Livro 14 - 27/9/1854 e 11/12/1854; Livro 23 das Correspondências Passivas – 5/12/1854.

²¹⁴ AHPAMV – ASCVPA – Livro 15 – 27/7/1855 e 9/10/1855.

real enfermidade parecia dúbia, mas cuja carência de recursos era explícita. Isso se observava não apenas na miserabilidade manifestada no abandono pelas ruas, mas também em parte dos casos de alienação mental que se davam em âmbito doméstico. Era o caso do alienado Delfino Joaquim Marmontel Filho. Vindo de Rio Pardo, a Chefia de Polícia o entregou aos cuidados da Santa Casa, afirmando que o mesmo era miserável e que vivia com sua mãe paupérrima²¹⁵. As situações limites de pobreza a partir das quais a intervenção policial era ativa ou solicitada podem inclusive descortinar os laços familiares de negros cativos, libertos e livres. A crioula alienada de nome Bazilia, de igual modo remetida pelo Delegado de Rio Pardo, foi apresentada pelo Chefe de Polícia à Santa Casa. Bazilia era apontada como de condição miserável, não podendo o seu pai, por sua avançada idade, sustentá-la nem mantê-la em casa, pelo que constantemente vagueava sem asilo pelas ruas da cidade²¹⁶.

Grande parte das entradas nas enfermarias e, depois, no Asylo de Alienados da Santa Casa de Porto Alegre eram provenientes do interior da Província, o que ocasionava reiteradas reclamações em virtude da exigüidade de recursos capazes de atender a grande demanda pelos préstimos da Irmandade.

A verificação de uma série de ofícios enviados pela Chefia de Polícia da capital à Provedoria da Santa Casa permite tipificar as características dos internamentos por alienação mental com origem no interior da Província. A ênfase na década de 1860 reflete a maior quantidade de informações qualitativas que as fontes policiais daquele período apresentam. Estes casos demonstram o quanto a presença dos alienados perturbava o cotidiano das localidades. Do ponto de vista das autoridades interioranas, a incapacidade ou desinteresse em manter os alienados, o vaguear daqueles pelas ruas – por vadiagem ou abandono-, os casos de violências que cometiam contra a população e mesmo em âmbito doméstico, eram motivos que justificavam as solicitações de envio para a capital.

As autoridades do interior da Província procuravam deixar claro a sua incapacidade em manter os retidos por alienação. Martiniano da Silva foi enviado à Santa Casa de Porto Alegre tendo em vista que a Casa de Rio Grande não possuía cômodos que pudessem comportá-lo²¹⁷. A Casa de Caridade de Rio Pardo, não tendo condições de atender ao preto forro João, acabou por remetê-lo à Santa Casa de Porto Alegre, conforme o aceite expedido

²¹⁵ AHRS – Polícia – Códice 247 – p. 87 e 87v. – 4/8/1866.

²¹⁶ AHRS – Polícia – Códice 247 – 24/10/1866.

²¹⁷ AHRS – Polícia – Códice 248 – 20/3/1868.

em 29 de maio de 1868²¹⁸. Este aceite tornara-se um instrumento comumente utilizado pela Irmandade para evitar a superlotação de suas dependências. Pelo menos desde 1849 as Câmaras Municipais estavam obrigadas a realizar consulta antes de enviar alienados para Porto Alegre²¹⁹. Em nova tentativa de impor essa regra, em 7 de novembro de 1867 a Chefia de Polícia informava à Santa Casa que havia remetido circular aos delegados de polícia de todos os termos da Província solicitando que não enviassem alienados sem antes consultar a instituição asilar. Afirmava o mesmo ofício que a continuidade daqueles envios desregrados se dava pela “constante mudança das ditas autoridades, que ao mais das vezes não passam aos seus sucessores os officios que recebem”²²⁰. Entretanto, no segundo dia de 1868 uma alemã miserável cujo nome se ignorava já era enviada de Rio Pardo com um pedido da Chefia de Polícia para que se abrisse uma exceção à circular anteriormente expedida.²²¹

Por vezes as autoridades clamavam pela caridade dos administradores da Santa Casa. Manoel Antônio, demente, foi remetido de Pelotas em agosto de 1865, “por ser miserável e não poder continuar abandonado”²²². No mês seguinte, a Chefia de Polícia oficiou a Santa Casa, a partir de uma comunicação do Delegado de Polícia de Taquary, por ter recebido um indivíduo do subdelegado do distrito de Santo Amaro, “um alienado que não pode ser conservado na respectiva cadêa, e que por ser miserável não tem quem o ampare”²²³. Em 1868, tendo aparecido na cidade de Bagé uma mulher alienada sem que se soubesse qual era o seu nome, filiação e estado, aquela foi recolhida, sob a alegação de humanidade, junto à respectiva cadeia da cidade. Rogava-se ao Provedor da Santa Casa da capital que recebesse a mulher²²⁴. Pormenorizar o estado lastimável em que se encontrava um alienado talvez servisse para comover e embasar um pedido de transferência em benefício de um atendimento adequado:

Existe em Caçapava um allemão de nome Henrique Nieman, de condição miseravel e que padece em suas facultades intellectuaes, o qual utlimamente se internou pelo mato onde foi encontrado moribundo até com bichos no nariz e conduzido para a caza que serve de Quartel do respectivo destacamento onde é tratado pela caridade de alguns moradores. Não podendo porem continuar a permanecer na referida caza, peço a V. Exa. se

²¹⁸ AHRS – Polícia – Códice 248 – 12/6/1868.

²¹⁹ AHPAMV – CVPA - Livro 33 das Correspondências Passivas – 14/4/1849.

²²⁰ AHRS – Polícia – Códice 248 – 7/11/1867.

²²¹ AHRS – Polícia – Códice 248 – 2/1/1868.

²²² AHRS – Polícia – Códice 246 – p. 150 – 23/8/1865.

²²³ AHRS – Polícia – Códice 246 – p. 155 – 23/9/1865.

²²⁴ AHRS – Polícia – Códice 248 – 9/3/1868.

sirva dizer-me se posso mandar conduzi-lo para ser tratado na Santa Caza de Misericordia desta capital isto no cazo de não ter succumbido visto ser milindrozo o estado em que ficou²²⁵.

A agressividade dos alienados era argumento recorrente nos pedidos de transferência. O alienado Feliciano Lemos da Silva Filho veio remetido de Pelotas em janeiro de 1865. “Este infeliz”, nos termos que o reconheciam, era morador de Bagé. Tendo mulher e filhos, afendia-os “por ocasião de iniciar acesso de seu mal.”²²⁶ Um ano depois a Santa Casa voltava a ser consultada sobre a possibilidade de recolher o mesmo sujeito que, detido em Bagé por homicídio, servia “de flagello aos outros presos”²²⁷.

A pretensão que envolvia a construção do asilo parece ter sido dar abrigo a todos os alienados remetidos ou recolhidos pela Província²²⁸. Desde o final da década de 1850, quando o Hospício Pedro II no Rio de Janeiro deixou de receber os alienados enviados pelas outras regiões do Império, ofícios e relatórios enviados ao Presidente da Província de S. Pedro e outros trocados entre as Santas Casas de Pelotas, Rio Grande e São Gabriel solicitavam a construção de um asilo específico em Porto Alegre²²⁹.

Desde o primórdio de sua edificação, em 7 de janeiro de 1861, procurou-se fomentar a obra recolhendo esmolas vindas dos municípios do interior²³⁰. Em 1862, a despeito do avançado estágio da construção, o relatório do Presidente da Província fazia referência à necessidade de nova dotação orçamentária, tendo em vista terem sido recolhidas poucas esmolas²³¹. De fato, Cláudia Tomaschewski observou que os dirigentes da Santa Casa de Pelotas reconheciam a necessidade das subscrições de esmolas para a construção do Asylo de

²²⁵ AHRS – Polícia – Códice 249 – 23/12/1868.

²²⁶ AHRS – Polícia – Códice 246 – p. 80 – 10/1/1865.

²²⁷ AHRS – Polícia – Códice 247 – p. 198v. – 11/1/1866.

²²⁸ SCHIAVONI, Alexandre. **A institucionalização...**, *op. cit.*, p. 86.

²²⁹ TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia...**, *op. cit.*, p. 180-181.

²³⁰ RELATÓRIO com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao exmo. Sr. Vice-presidente, Commendador Patrício Corrêa da Câmara. Porto Alegre: Typ. do jornal A Ordem, 1861. p. 15. Disponível em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 4/10/2005.

²³¹ RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1ª. Sessão da 10ª. Legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typ. do jornal A Ordem, 1862. p. 29. Disponível em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 4/10/2005.

Alienados da capital e que para isso contribuía, mas que à época da edificação os doadores pelotenses se mobilizavam prioritariamente em torno das obras de um novo hospital local²³².

A despeito da certeza que seus realizadores tinham sobre a edificação ter sido “construída com as necessárias proporções”²³³, o modesto tamanho do espaço projetado tornava impossível a plena consecução da finalidade do estabelecimento²³⁴. Além do mais, como veremos adiante, aquela pretensão inicial de acolhimento aos oriundos de localidades do interior da Província se tornaria um dos principais obstáculos durante a existência do asilo, gerando inclusive conflitos com a autoridade policial.

A Polícia e sua participação nos confinamentos

Segundo afirmou a historiadora Yonissa Marmitt Wadi em **Palácio para guardar doidos**, a documentação disponível não nos permite inferir, “com absoluta clareza, quais critérios norteavam o recolhimento dos alienados à Santa Casa de Misericórdia ou à Cadeia Civil. Em alguns [documentos], à primeira cabiam os ‘alienados mansos’ e à segunda, os ‘perigosos’. Outros referem, que na Cadeia Civil ficavam os ‘alienados excedentes’, quando a Santa Casa não tinha mais compartimentos disponíveis para recolhê-los”²³⁵. Essa observação abre espaço para verificarmos a participação da Polícia e seus critérios no recolhimento e confinamento dos alienados.

Magali Engel apontou a importância do Código Penal de 1830 no que dizia respeito ao amparo legal sobre o qual as autoridades embasavam suas disposições acerca dos alienados. Os artigos 10 e 11 daquele conjunto jurídico isentavam os loucos de punição pelos crimes, exceto se estivessem em intervalos de lucidez. O artigo seguinte do mesmo código facultava à conveniência do juiz responsável pelo caso remeter os alienados delituosos para casas propriamente destinadas ou entregá-los às suas famílias. Magali Engel especulou que a conduta desses indivíduos que circulavam pela cidade os tornava passivos de enquadramento nas extensas designações dos crimes de caráter público, particular e policial que compunham

²³² TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia...**, *op. cit.*, p. 183.

²³³ RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província..., 1864, p. 38.

²³⁴ SCHIAVONI, Alexandre. **A institucionalização...**, *op. cit.*, p. 86.

²³⁵ WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para...**, *op. cit.*, p. 43.

o Código Penal. Crimes de ofensa moral e em relação aos bons costumes, a vadiagem e a mendicância “podem tê-los conduzido, eventualmente, à prisão”²³⁶.

O policiamento ostensivo em Porto Alegre foi objeto de regulamentação em vários anos: 1841, 1855, 1857, 1860, 1866, 1869, 1873, 1882 e 1888. Paulo Moreira identificou a amplitude das atribuições ordinárias e habituais do serviço policial conforme constavam no artigo 24 do regulamento de 1860. Faziam parte dessas prerrogativas, dentre outras, “rondar e patrulhar as ruas, praças, travessas, estradas e todos os lugares públicos ou terrenos particulares que forem suspeitos, na forma da legislação em vigor”; “examinar e pesquisar as pessoas suspeitas, ou que se tornarem tais, por qualquer razão ou princípio, em uma ou mais épocas, para que estejam sempre sob sua vigilância”; “prender os que forem encontrados em flagrante delito ou perseguidos pelo clamor público, como perpetradores de algum crime”; “prestar socorros a qualquer indivíduo que estiver ferido ou for atacado de moléstias [sic] ou perseguido por vadios, turbulentos ou malfeitores, e pôr em boa forma os cadáveres encontrados nos caminhos ou nos campos, dando logo parte à autoridade competente”; “capturar os escravos fugidos”; “velar na execução das leis policiais e posturas da Câmara Municipal e prevenir as contravenções, dando conta da existência desta à autoridade competente”; “vigiar sobre a prevenção dos crimes e da tranquilidade pública, lançando mão de todos os meios que a prudência aconselhar, a fim de evitar as rixas e desordens, fazendo recolher aos corpos de guarda e postos militares, os embriagados que encontram vagando ou deitados nas estradas e ruas, com ofensas à moral e bons costumes”; “destruir os quilombos dos escravos e capturar estes quando fugidos”²³⁷.

O estatuto que outorgava uma atuação arbitrária ao chefe de polícia e aos seus nomeados aparece recorrentemente quando analisamos as fontes policiais referentes à Província de São Pedro. Nos casos em que apareciam intervenções da força pública temos muitas vezes a confirmação do entendimento e do enquadramento dos alienados em conjunto com aqueles considerados desordeiros. Permanecer na rua fora de horas, beber, perturbar a paz pública com agressões ou algazarras e resistir à autoridade aproximava as atitudes dos alienados em relação aquelas dos considerados meramente desocupados, especialmente se estas atitudes implicassem em afronta explícita, o que ocorria no mais das vezes. As prisões

²³⁶ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op.cit.*, p. 184-185.

²³⁷ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina**. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, 1993. p. 20-22.

por arruaças e ameaças se davam por razões idênticas àquelas realizadas em virtude de uma suposta alienação mental.

“Encontrado vagando pelas ruas fazendo desordem”, Modesto Fernandes dos Santos foi remetido pela Chefia de Polícia à Santa Casa de Misericórdia em 17 de novembro de 1853²³⁸. Também por andar pelas ruas da capital “fóra de horas”, foi preso o alienado que dizia se chamar Antônio do Amaral, sem que houvesse informações sobre a sua família ou circunstâncias de sua situação²³⁹. Se Antônio se dizia chamar assim, na noite de 15 de novembro de 1864, foi recolhida ao Quartel do Corpo Policial uma “preta alienada cujo nome não quer declarar”. De imediato foi enviada pelo Chefe de Polícia ao Asylo de Alienados²⁴⁰.

A parda forra Maria Ignácia da Conceição foi presa em 16 de fevereiro de 1859 “por estar embriagada na rua das 8 para as 9 horas da noite, e insultar uma família com palavras injuriosas”²⁴¹. Proferir palavras indecentes na frente de famílias consideradas honestas acabou motivando a prisão do pardo Onofre, escravo de João Simeão, do preto Pedro, escravo de João Baptista, e do forro José Cipriano da Silva²⁴². Embriagar-se e fazer “motim” levou a preta forra Catharina Bernarda a ser presa na rua da Olaria²⁴³. Também por estar embriagado e dirigindo insultos às pessoas que passavam pela rua do Arvoredo, foi preso o pardo Antônio Francisco da Silva. Para complicar a situação, ele estava armado com uma faca de ponta. Ao resistir a ordem de prisão, foi alvo da intervenção policial. Resultou ficar levemente ferido na cabeça e no peito. Junto com a faca foi enviado ao Chefe de Polícia, que o remeteu à cadeia.²⁴⁴ Também resistiu a voz de prisão o preto Francisco, escravo de João Baptista de Figueiredo, que embriagado, insultou a patrulha da rua da Ponte com palavras injuriosas. Conforme consta, “meio violento” foi empregado para a sua detenção.²⁴⁵

Os policiais tendiam a aplicar a sua autoridade de forma a atender aos pressupostos básicos de manutenção de ordem, mesmo que fosse ameaçada por alguém “doente”. Thomas Holloway afirmou, em relação à Polícia do Rio de Janeiro, mas de modo também aplicável às

²³⁸ AHRS – Polícia – Códice 243 – p. 10 – 17/11/1853.

²³⁹ AHRS – Polícia – Códice 245 – p. 40v. – 12/11/1862.

²⁴⁰ AHRS – Polícia – Códice 246 – p. 66 – 15/11/1864.

²⁴¹ AHRS – Corpo Policial – 16/2/1859.

²⁴² AHRS – Corpo Policial – 23/9/1859, 19/12/1859, 30/1/1860.

²⁴³ AHRS – Corpo Policial – 12/10/1859.

²⁴⁴ AHRS – Corpo Policial – 30/4/1859.

²⁴⁵ AHRS – Corpo Policial – 8/5/1860.

suas congêneres provinciais, que o grosso da atuação policial acabava se concentrando “na manutenção da hierarquia de subordinação e dominação”²⁴⁶. Conforme o autor:

Era importante disciplinar os que incidiam em conduta desordeira ou desacato à autoridade, pois esse comportamento era o primeiro passo para a ruptura da ordem social. A vadiagem, assim como a conduta desordeira, era definida na prática pelo discernimento do policial que executava a prisão.

[...] Os insultos dirigidos de público por um negro livre a um branco representavam claramente uma ameaça articulada à hierarquia de dominação.²⁴⁷

Em 7 de janeiro de 1860 foi detido o forro Antônio Ribeiro, “por estar embriagado perturbando o divertimento do Bumba meu boi”. No mesmo dia, por ordem do Chefe de Polícia, o mesmo se deu com o crioulo Anastácio, escravo de Lourenço Sapateiro “por andar embriagado correndo a cavallo, em cavallo alheio, e proferindo palavras indecentes entre o povo na festa do Menino Deus”²⁴⁸. Essa festa era a mesma de caráter popular ocorrida entre o Caminho da Azenha e o rio que no ano anterior o cronista *O Estudante* referira nas páginas do jornal **O Mercantil**, apontando-a como a antítese da festa promovida nos interiores da Santa Casa de Misericórdia.

O cronista, aliás, a despeito de reconhecer o aspecto mais espontâneo das manifestações populares como a da festa do Menino Deus, não deixava de apontar o que considerava o abuso do comportamento dos negros durante o período do entrudo e o afrouxamento da atuação policial:

O espectáculo mais animado era o dos negros, porque a minha Sra. policia não quiz seguir os conselhos do Sr. Mercantil, dando providencias a respeito. Os negros não deixavão os outros carregar agua, nem andar em recados, nem fazer serviço nenhum na rua. Eu vi uma negra com o barril na cabeça e de facão mão, ameaçando brincar o entrudo tragicamente; um meu visinho não podendo conseguir um barril de agua para casa, apesar de ter dous escravos na rua, pegou n’um estoque e foi acompanhando o seu escravo ao rio, e de volta até casa. Bem bonito seria se o entrudo tivesse acabado por matar meia duzia de negros; cabeças quebradas as houve por duzias; e dizem-me que um

²⁴⁶ HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio...**, *op. cit.*, p. 85.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 86-87.

²⁴⁸ AHRs – Corpo Policial – 7/1/1860.

braço; as patrulhas de policia vião tudo isto a rir: são muito risonhos estes meos policiaes.²⁴⁹

Não é de se estranhar que o espaço das ruas e das festas tenham sido privilegiados para que os comportamentos considerados anômalos emergissem, fazendo saltar aos olhos da população o contraste social existente entre os tipos humanos que a compunham. Nesse âmbito se desenvolvia uma parte significativa da vida das camadas sociais menos favorecidas. Constituíam-se o diálogo nem sempre pacífico com os demais grupos sociais e com o poder político que organizava a vida pública.²⁵⁰ De igual modo, assinalar a importância das datas comemorativas significa reconhecê-las como o auge de uma sociabilidade cuja dinâmica era construída diariamente, mas que nessas ocasiões encontrava “as grandes explosões” às quais se referiu Maria Cristina Wissenbach, amparada nos conceitos de Mikhail Bakhtin:

As festas, atividades coletivas, estavam ligadas à ruptura da vida rotineira e simbolizavam momentos especiais em que a hierarquia social era ora cimentada, ora destruída; a partir dessa observação, a historiografia tem acentuado a íntima relação entre a festa e a explosão popular, como momento de intensa socialização que ressonava na quebra de normas e convenções sociais. Na cidade de feições coloniais, provinciana e entediante, eram as festividades religiosas acontecimentos particularmente esperados e cuidadosamente preparados. Os memorialistas e cronistas salientaram o clima que precedia essas comemorações [...] acompanhadas, como demonstra a documentação, pela convocação de patrulhas destinadas a sanear a cidade das inevitáveis desordens; simplesmente porque às festas imbricavam-se o vislumbre dos notáveis, ordenados em suas hierarquias, com a participação desregrada do povo.²⁵¹

Por vezes os considerados alienados não atentavam apenas à moralidade pública, mas investiam contra as pessoas e as propriedades. A patrulha do 1º. Quarto das ruas Olaria e Figueira prendeu o pardo Manoel, “por estar alienado e querer espancar a sua [mãe ou mulher, ilegível]”²⁵². A preta mina Florinda foi entregue pela Chefia de Polícia à Santa Casa em 15 de fevereiro de 1867, pois sendo considerada alienada não podia “continuar a flagelar os moradores da Rua Clara com seus desatinos”²⁵³. Contudo, essas manifestações de agressividade não eram identificadas apenas nos alienados negros. O Chefe de Polícia

²⁴⁹ CHRONICA..., *op. cit.*, v.21, 2ª. época, 9ª. remessa, p. 95.

²⁵⁰ WISSENBACH, Maria Cristina C. **Sonhos africanos...**, *op. cit.*, p. 184-187.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 201-202.

²⁵² AHRS – Corpo Policial – 6/2/1860

²⁵³ AHRS – Polícia – Códice 247 – 15/2/1867 e 22/2/1867.

apresentava o indivíduo José Maria Manoel d'Oliveira como “verdadeiramente mentecapto”. Segundo a correspondência oficial, a polícia recebia queixas constantes contra José, que tornava-se “perigoso andando solto pelas ruas da cidade, tendo invadido por diversas vezes algumas casas”²⁵⁴.

A participação da Polícia nos processos de alienação mental se estendia às relações que estabelecidas entre a Cadeia Pública e a Santa Casa. Cabia a esta última atender aos detidos correccionais e sentenciados que estivessem enfermos, ainda que os problemas em receber essa demanda não deixassem de se fazer sentir. Como ocorrera em outubro de 1855, quando a partir de um ofício do Presidente da Província, à época o Barão de Muritiba, o Chefe de Polícia Francisco Coelho Borges solicitou à Santa Casa que removesse de volta para a Cadeia Civil todos os presos que estivessem internados naquele hospital, até que fosse disponibilizada uma sala segura e limpa para recebê-los. O mesmo ofício determinava ainda que a Santa Casa proveesse a enfermaria da prisão com o que fosse necessário aos doentes. Ao que parece essa remoção dos encarcerados somente ocorreu em janeiro do ano seguinte, após o final da epidemia de cólera em Porto Alegre, quando foram enviados para o Hospital Militar²⁵⁵.

Espaço da punição ao desvio social, a Casa de Correção de Porto Alegre teve sua primeira seção colocada em atividade em 1855, após mais de vinte anos de polêmica sobre a necessidade de o município possuir um espaço carcerário adequado. Ainda que pela precariedade de suas instalações e pelo crescimento do número de encarcerados nunca tenha atendido a função em plenitude durante o período imperial, também serviu ao acolhimento de alienados²⁵⁶.

Antes, em maio de 1845, a Câmara Municipal dava seu aceite para o local indicado por uma comissão formada para a construção da Cadeia Civil. A escolha da Praia do Arsenal, à beira do Guaíba, próxima onde hoje permanece a Usina do Gasômetro se deu, entre outras razões, por questões sanitárias. O local era considerado de boa salubridade - arejado e com fácil acesso à fonte de água - e, especialmente, isolado, o que lhe daria isenção à progressão de epidemias.²⁵⁷ Esse isolamento, além do mais, permitiria que a cadeia servisse com eficiência ao seu intento, pois

²⁵⁴ AHRs – Polícia – Códice 247 – 23/1/1867.

²⁵⁵ AHRs – Polícia – Códice 243, 16/10/1855 e 1/1/1856.

²⁵⁶ MOREIRA, Paulo Staudt. **Entre o deboche...**, *op. cit.*, p.124-125.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 123-124.

deviam ser os presos subtraídos das vistas do público e mantidos em uma “posição desviada do movimento geral da população”. O sistema punitivo parecia exigir cada vez maior recato – primeiro foram os castigos públicos de escravos encerrados no interior dos cárceres, e agora as Casas de Correção deviam sair dos locais mais agitados da cidade, evitando as epidemias e o possível “contágio do vício”²⁵⁸

Encontrei em um relatório emitido pela presidência da Província em 1860 uma referência à necessidade de se transferir alguns dos alienados para a Cadeia da Justiça enquanto não findavam as obras do “Asylo de Alienados da Santa Casa da Misericórdia”. Conforme o documento, o problema estava em se acomodar aos internos, “por se limitar a 12 o numero das cellas que alli ha sem as condições hygienicas indispensáveis á sua conservação”²⁵⁹.

Todavia, carecendo a província de instalações penitenciárias adequadas e sendo concentrados na capital crescente número de presos oriundos do interior, avolumavam-se os pedidos das autoridades policiais para que os alienados fossem removidos para a Santa Casa²⁶⁰, cuja Provedoria por sua vez alardeava sua incapacidade em dar atendimento a tal demanda.

A inauguração do Asylo de Alienados da Santa Casa parece não ter resolvido o problema da lotação e da ausência de recursos, quase vinte anos depois da Assembléia Provincial ter tentado evitar os custos com um espaço semelhante. Os relatórios da Provedoria da Santa Casa²⁶¹ indicam que a esgotamento das vagas disponíveis para os alienados remetidos ao asilo ocorrera desde o início. Em 1867, a capacidade de 43 internos estava plenamente tomada, não havendo mais lugar algum para os receber²⁶². Por essa razão, no ano

²⁵⁸ MOREIRA, Paulo Staudt. **Entre o deboche...**, *op. cit.*, p. 124.

²⁵⁹ RELATÓRIO apresentado á Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª. Sessão da 9ª. Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1860. p. 23. Disponível em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 4/10/2005.

²⁶⁰ RELATÓRIO apresentado á Assembléia Provincial..., 1860, p. 125.

²⁶¹ Há uma dificuldade em relação a estas fontes devido a sua remanescência lacunar. No Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CEDOP), encontram-se os relatórios referentes aos anos de 1855 a 1857, de 1867 a 1870, de 1872 a 1884 e de 1888 em diante. A melhor forma de compensar estas falhas consiste na observância dos dados enviados à Presidência da Província pela Provedoria da Santa Casa (Fundo Assuntos Religiosos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) e dos relatórios daquelas autoridades administrativas (disponíveis no Arquivo Histórico e também em *fac-simile* na internet).

²⁶² RELATÓRIO do estado da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Sul, acompanhado do balanço da receita e despeza, apresentado pelo provedor Marechal de Campo, Luiz Manoel de Lima e Silva, no anno Compromissal de 1868. Porto Alegre: Typ. de José Antônio Lessa, 1868. p. 11. ISCMPOA – CEDOP.

seguinte a provedoria pedia ao Chefe de Polícia que sustasse o envio de presos alienados que acabavam sendo lançados pelas portas da Santa Casa às suas enfermarias. Reclamava-se que aquela instituição não podia ultrapassar o limite de suas possibilidades.²⁶³

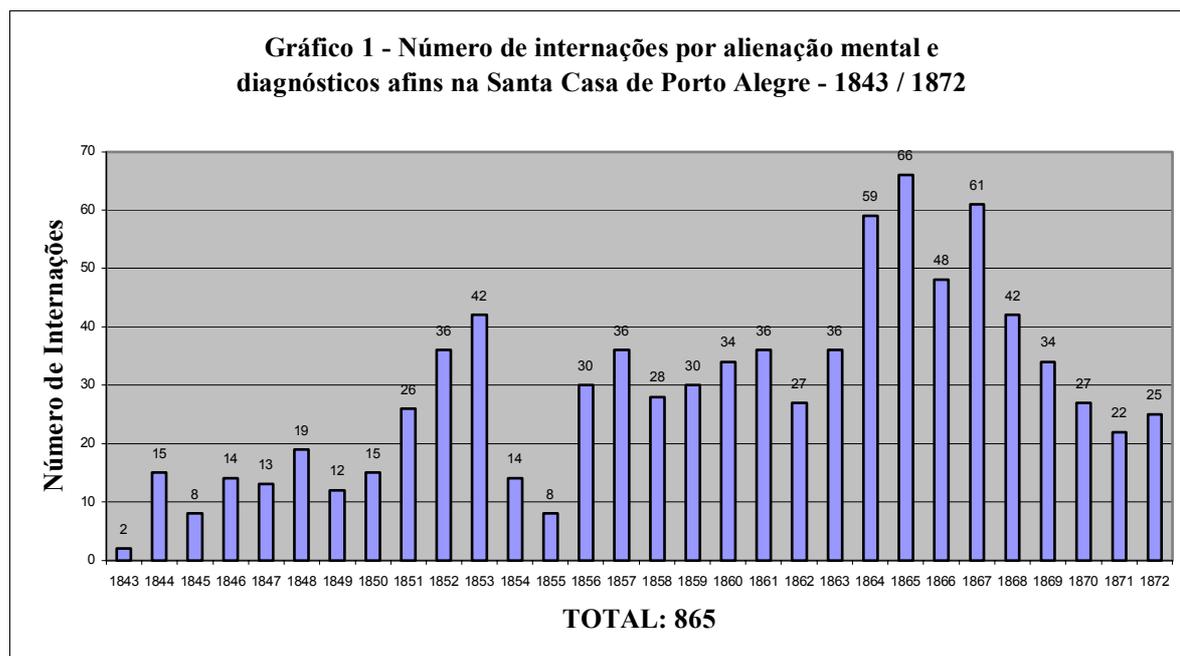
Justamente a consideração da crescente demanda pelos préstimos da Santa Casa no que dizia respeito à alienação mental enseja a identificação do perfil da população internada. É o que apresentarei a seguir.

²⁶³ RELATÓRIO do estado da Santa Casa..., 1968, p. 11.

3 – O PERFIL DOS ALIENADOS

Ao chegar ao final da primeira parte da dissertação, desenvolverei uma análise sobre o perfil quantitativo da população alienada, a partir da distribuição das internações ao longo do período recortado entre 1843 e 1872. Destacarei os confinamentos a partir do sexo e das cores dos indivíduos (negros e brancos) e verificarei as possíveis relações da dinâmica destes com o momento final do tráfico transatlântico em 1850. Também será destacado o perfil específico das detenções policiais que resultavam em detenção por alienação mental. A vinculação entre a alienação mental e a repressão ao não-trabalho será discutida considerando a idade produtiva e a ausência de profissão dos internados. Ao final abordarei os pontos que dizem respeito à pobreza, a mortalidade e a fugas dos alienados, bem como as intenções dos senhores ao internarem seus escravos. Essas informações são importantes na medida em que auxiliam no entendimento sobre as razões dos confinamentos e informam o perfil e o comportamento dos internados.

Considerando a contagem das baixas hospitalares relacionadas com alguma forma de insanidade mental, estas chegaram ao total de 865 entre os anos de 1843 e 1872, com uma esmagadora incidência de 76% dos diagnósticos indicativos de casos de alienação mental. Uma questão a ser colocada diz respeito à ocorrência de um efetivo recrudescimento do número de internações após a implantação do “Asylo de Alienados” da Santa Casa de Misericórdia em princípios da década de 1860. Vejamos, então, a variação quantitativa dos registros de entrada, conforme consta no Gráfico 1.



Fonte: Anexo 1 – Tabela - Entradas por Enfermidades na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1843 / 1872.

Por esse quadro das internações anuais, que as considera em números absolutos, posso afirmar que a inauguração do “Asylo de Alienados” da Santa Casa de Misericórdia em 1863 efetivamente permitiu a ampliação do número de internações. Afinal, temos de 1864 para 1865 um salto de 61% no total de internados.

Se excluirmos o ano de 1843, cujos registros nos livros de portaria da Santa Casa começam a ser inscritos apenas no mês de outubro, temos para os anos que vão de 1844 a 1850 uma média aritmética de 14 baixas anuais. Para o ano de 1851, o número de internações aumenta de 15 para 26, ou seja, um salto de 73%. A média continua ascendente, ainda que em ritmo bem menor, pois para o ano de 1852 foram 36 internações (+ 38%) e para o seguinte, 42 (+ 17%).

Devemos considerar que as fontes apresentam a falta de referência a outros diagnósticos anotados nos anos de 1854 e 1855 que não fossem aqueles que especificamente citassem a expressão “alienação mental”. Essa constatação explica o drástico declínio de 66% entre o ano de 1853 e o de 1854 que o gráfico acima indica.

Já para o espaço de tempo que vai de 1856 até 1863, ano da inauguração do Asilo de Alienados da Santa Casa de Misericórdia, verificou-se que as internações variaram entre 27 e 36, sendo trinta e duas por ano em média, o que expõe um número sempre bem acima daquela

média referente às internações anteriores à década de 1850. Por outro lado, o declínio de internações que se percebe a partir do final da década de 1860 talvez seja explicado pela crescente lotação do asilo e pelas tentativas de redução do fluxo de internações, especialmente daquelas que tinham por origem o interior da província.

Pareceria plausível aludir uma associação daquele primeiro recrudescimento das internações verificado no princípio da década de 1850 com o momento em que se encerrava o tráfico transatlântico de escravos. Mais adiante neste capítulo, farei uma observação sobre esse ponto. Não obstante, desde agora uma explicação mais pormenorizada sobre o número das internações torna-se necessária a partir da comparação do Gráfico 1 com uma análise ampliada que leve em conta a *cor* dos indivíduos confinados.

A representatividade dos alienados cativos, libertos e livres negros em relação aos livres brancos confinados na Santa Casa de Misericórdia pode ser mensurada. Procurando considerar todos essas tipificações, acabei me definindo pelo critério de cores frente aqueles que indicam procedência ou estatuto. Essa escolha se deveu ao fato de nem sempre a condição do indivíduo (escravo, liberto ou livre) ser apontada nas fontes, mesmo que a africanidade fosse indicada.

Partindo dessa predisposição de considerar o critério de cores, dividi o grupo de 865 indivíduos que resgatei daquelas fontes para os anos compreendidos entre 1843 e 1872 a partir das indicações das cores existentes nos livros da Matrícula Geral dos Enfermos. Contudo, ao iniciar a operação, de imediato surgiu um novo problema: a ausência de referência às cores dos internados para o período que segue de 1843 até o final do ano de 1861.

A lacuna das fontes não é algo desconhecido pela a historiografia, pois Hebe de Mattos, em seu livro **Das cores do silêncio**, ao estudar as significações da liberdade na sociedade rural escravista do interior Rio de Janeiro no final do século XIX, já apontava para um processo que indiferenciava crescentemente brancos pobres, brancos e mestiços livres. A liberdade perdia paulatinamente seu caráter “branco”. Nos diz a autora:

O sumiço da cor referia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo ‘negro’ continue sinônimo de escravo, mas também a uma desconstrução social do ideal de liberdade herdado do período colonial, ou seja, a desconstrução social de uma noção de liberdade

construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava.²⁶⁴

Por seu turno, Roberto Guedes analisou a evolução populacional da Vila de Porto Feliz em São Paulo durante a primeira metade do século XIX, quando a presença de mão-de-obra oriunda do tráfico escravo para o suprimento da produção de cana-de-açúcar e de culturas de alimentos teve grande incidência. Tendo por fonte principal as listas nominativas e os mapas de habitantes da vila para os anos de 1803, 1818, 1829 e 1843, Roberto Guedes procurou as formas de identificação das cores de livres, agregados e escravos.

Foi observado que na medida em que o número de escravos aumentava em meio à população, havia uma correspondente diminuição da presença dos pardos nas indicações de cores. A posição social dos habitantes dos domicílios, que hierarquizava os chefes de família e seus parentes, os agregados e os escravos, também estavam vinculadas às disposições de cores. Quando a observação das cores era fruto de questionamentos pontuais aos membros de uma lista nominativa, fossem pessoas ou famílias, as indicações sobre a cor de alguém poderiam ser alteradas. A caracterização da cor passava a depender daquele sujeito que realizava o registro e das auto-identificações que surgiam em meio aos questionamentos, algo que o historiador não consegue inferir pelo padrão da fonte utilizada.²⁶⁵

Designação de cor não estava necessariamente implicada na aparência da tez da pele, mas sim relacionada com a condição do denominado. Hebe Mattos afirmou que os livres de ascendência escrava poderiam ser denominados pardos ou mulatos. Enquanto os termos *negro* ou *preto* tinham uma conotação fortemente vinculada à escravidão, de modo especial à africana, a palavra *pardo* parecia distanciar a condição de cativo. Sheila Faria encontrou nas primeiras gerações de filhos de escravos nascidos livres as designações de pardos, o que marcava a ascendência cativa e os diferenciava dos brancos livres. Roberto Guedes encontrou em suas fontes diferenciação em relação às afirmações de Hebe Mattos. Pardo não se relacionava apenas aos descendentes livres de cativos, mas aos próprios forros. O autor ressaltou a necessidade de se levar em consideração que estas definições de cor podiam ser realizadas a partir das situações locais, que podiam inclusive implicar na alteração da

²⁶⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 99.

²⁶⁵ GUEDES, Roberto. Censo e classificação de cor em Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). **Anais do III Encontro Escravidão Liberdade no Brasil Meridional**. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/iiiencontro.htm>. Acessado em 18 de junho de 2007. p. 1-2.

designação de cor ao longo do tempo, não por “erro” do recenseador, mas por algo que “remete ao lugar social conforme as circunstâncias sociais”²⁶⁶.

De minha parte, apenas para exemplificar, posso afirmar que a presença de escravos entre os pardos que deram entrada na Santa Casa atingiu 16% entre 1862 e 1872, período em que a designação de cores se encontra disponível nas fontes. Penso que os registros de cores estavam vinculados às relações existentes entre diferentes indivíduos e as suas percepções, que em especial marcavam a separação dos brancos daqueles não-brancos numa sociedade cada vez mais matizada. E, especificamente para o caso que estudo, acredito que o motivo que induziu os responsáveis pela escrita da Santa Casa de Misericórdia a adotar o registro das cores passasse pela crescente necessidade de se delimitar muito claramente limites e hierarquias sociais em um espaço tão restrito como o das enfermarias. O registro de cores surgiu à época da construção do Asylo de Alienados da Santa Casa, nos primeiros anos da década de 1860. E, conforme já afirmei, o desenho daquela sessão visava tipificar e separar os internados²⁶⁷.

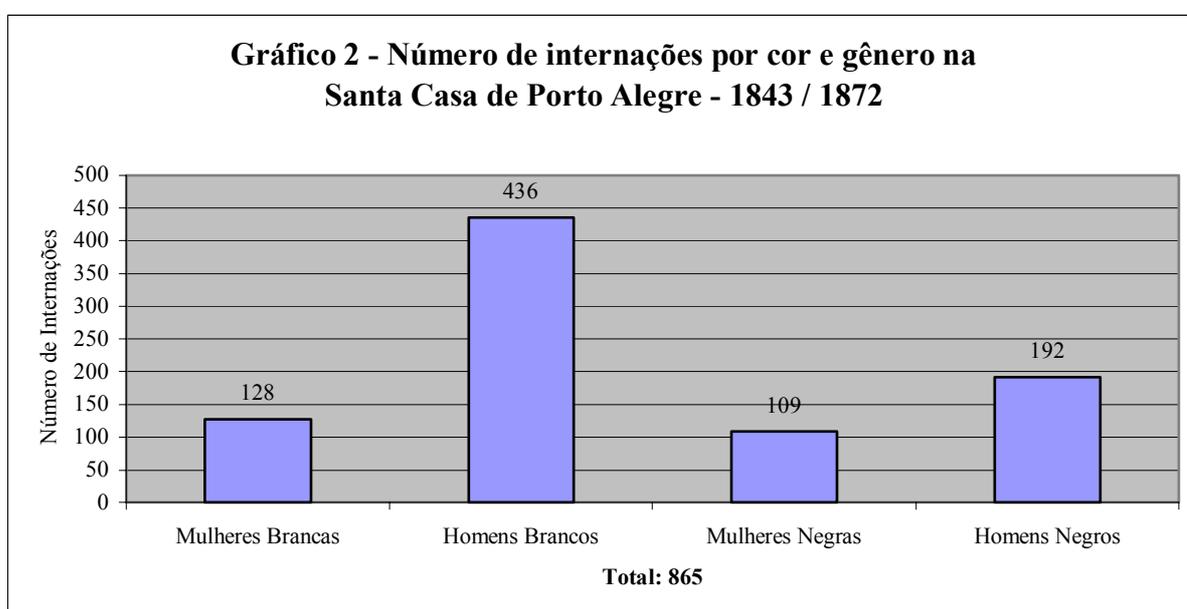
A primeira preocupação, então, é definir o mais explicitamente possível o critério de identificação que atribuirei aos indivíduos internados. Desta forma, dado que o registro de cores que dispunha era parcial, tive de agregar outras categorias a fim de unificar o critério de análise em torno das cores dos indivíduos. Essa tipificação ficou vinculada à escrituração da Matrícula Geral de Enfermos da Santa Casa. Antes de 1961, conforme já afirmei, não foi realizada a indicação das cores dos indivíduos. Contudo, a leitura daquela fonte para o período entre 1843 e 1860 permite identificar, através dos registros de origem e de identificação dos nomes dos sujeitos, aqueles que eram africanos, cativos e, muitas vezes, aqueles que haviam sido libertados.

Partindo desta constatação, estou dividindo os internados em dois grandes *grupos de cores*, o dos *brancos* e o dos *negros*. Estou entendendo por *negro* aquele sujeito de ambos os sexos referido em seu registro de entrada na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

²⁶⁶ GUEDES, Roberto. Censo e classificação de cor..., *op. cit.*, p. 8-11. Os textos das autoras citadas são: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores...**, *op. cit.*; CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Movimento, 1998; FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1750-1850). Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese para o concurso de Professor Titular.

²⁶⁷ RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros PIMENTEL, na 1ª. Sessão da 11ª. Legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1864. p. 38. Disponível em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 4/10/2005.

como de cor cabra, morena, parda ou preta. Também estou considerando da mesma forma os naturais do continente africano (cativos, libertos ou sem informação de estatuto) e os naturais de todas as províncias brasileiras designados como escravos ou forros. Não obstante, é importante deixar claro que em dois momentos a procedência africana dos indivíduos definidos como *negros* será considerada. Primeiro quando ocorrer a relação das internações com o final do tráfico de escravos. Depois, na última parte deste trabalho, quando o critério de procedência dos negros, especialmente no que concerne à naturalidade africana, tomará interesse na medida em que se projete um estudo sobre as concepções de africanos e descendentes conforme discutidas pela historiografia da diáspora.



Fonte: ANEXO 2 - Planilha - Demonstrativo de Gênero, Cor e Origem dos Internados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - 1843 / 1872.

No que se refere ao total de internações na Santa Casa, conforme pode ser observado no Gráfico 2, os indivíduos brancos possuem a maior participação no universo dos 865 internados, levando em conta a variável *cor*: 66% no total do período analisado. A rigor, o índice de 34% de negros, quando confrontado à Tabela 2 (apresentada no capítulo anterior), não me permite indicar com segurança se havia ou não uma sobre-representatividade destes em relação a sua presença no seio da população da cidade de Porto Alegre, e mesmo da Província. Conforme apontei na parte inicial deste trabalho, os dados dos censos 1858 e 1860 poderiam referir uma maior presença negra entre a população se fossem levados em conta

dentre os livres aqueles que eram não-brancos. Outrossim, se formos buscar amparo no censo de 1872, os negros da Santa Casa estariam sub-representados, chegando a apenas 71% do índice atingido pelos não-brancos que viviam em Porto Alegre.

Para tentar driblar todos esses percalços com as estatísticas, acredito que o melhor seja então comparar os dados dos quatro levantamentos demográficos com as internações realizadas na Santa Casa de Porto Alegre nos anos dos respectivos censos (1856, 1858, 1860 e 1872).

Assim, encontrei entre os alienados no ano de 1856 uma razão de 29,2% de negros presentes. No ano de 1858, 23,1%, no de 1860, 20%, e em 1872, o índice mais alto, 36%, ultrapassando inclusive a média de 34% para todo o período. Seja como for, à exceção de 1856, em nenhum destes recortes a presença negra na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre se aproxima daquela verificada na cidade nos períodos correspondentes: 29,9% (1856), 30,8% (1858), 32,5% (1860) e 47,9% (1872)²⁶⁸.

Mesmo levando em conta que Walter Fraga Filho utilizou o critério de origem e Magali Engel o de condição, enquanto eu me pauto pelas cores dos internados, algumas comparações são possíveis em relação a Bahia e ao Rio de Janeiro.

A incidência de internações sobre os negros em Porto Alegre é bem menor do que aquela apontada para os confinamentos realizados na Bahia. Walter Fraga Filho, definiu como “negros” os africanos e os crioulos, tendo encontrado entre estes uma presença de 59,1% nas internações baianas. Considerados junto aos mestiços, conforme a metodologia que aplico a este trabalho, chegaram a um contingente de 85,2% da população de internos na Santa Casa daquela província.²⁶⁹

Não obstante, o que parece indicar *a priori* para a Província de São Pedro uma menor tomada dos negros como alvos dos confinamentos por alienação mental, pode adquirir outra conotação se observarmos que a despeito de uma menor incidência do que aquela verificada para o caso baiano, ainda assim a província sulina internava por alienação mental os seus habitantes negros em quantidade semelhante àquela verificada para a capital do Império no período em que a Santa Casa do Rio Janeiro cumpria essa função, ou seja, antes da fundação do Hospício Pedro II.

²⁶⁸ Cf. Tabela 2, apresentada no primeiro capítulo.

²⁶⁹ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos...**, *op. cit.*, p. 67.

Relativamente aos escravos que viviam na Corte, e que correspondiam a mais de 40% da população, os dados apresentados por Magali Gouveia Engel apontaram para apenas 28,2% de escravos (sem que se considerassem os libertos) entre aqueles sujeitos alienados entre os anos de 1839 e 1847. Mesmo após a criação do hospital da Praia da Saudade em 1852, teria sido reduzida a quantidade de confinamentos de cativos.²⁷⁰ Em dezembro de 1867, conforme os Relatórios do Ministério do Império, apenas 4% dos internados eram escravos. Na mesma época do ano seguinte, 2%. Em meados da década de 1880, os números apresentam ínfimos 0,9% de cativos confinados no Hospício Pedro II²⁷¹.

Para Magali Engel, as drásticas reduções nos percentuais de cativos retidos por alienação mental podem ser explicadas pelas transformações verificadas na metade do século XIX, especialmente com a extinção do tráfico de africanos. A valorização da mão-de-obra escrava acabaria por justificar a sua concentração em “setores básicos ou fundamentais”. Haveria, então, uma tendência de se diminuir significativamente o contingente cativo lotado na região urbana.²⁷²

Uma possível relação entre o final do tráfico e os confinamentos

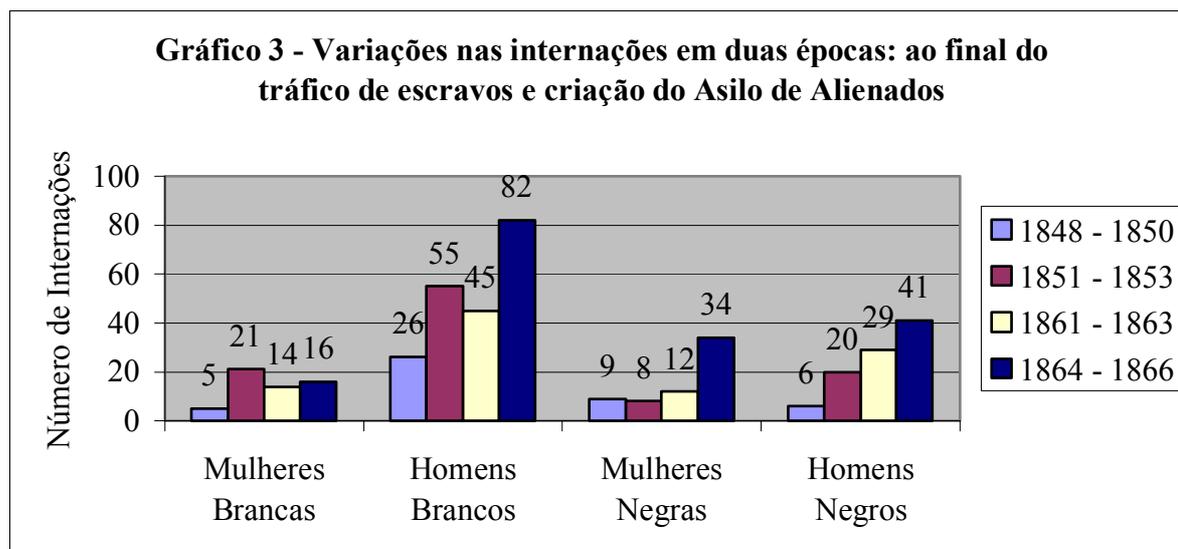
Partindo então da proposição de Magali Engel em associar o decréscimo dos confinamentos no Rio de Janeiro com o final do tráfico atlântico de cativos e levando em consideração àquela percepção inicial sobre uma variação ascendente da curva de internações ocorridas na Santa Casa de Porto Alegre em princípios da década de 1850, podemos procurar algumas definições a respeito do impacto dessa interrupção sobre o perfil das internações no que concerne a brancos e negros distintamente.

Tomando por referência o período que marca o final do tráfico transatlântico de cativos, selecionei os três anos imediatamente anteriores e os três imediatamente posteriores ao evento, a fim de mensurar as possíveis alterações no volume dos confinamentos. Discriminei ainda o *sexo* dos internados.

²⁷⁰ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 188 e 202.

²⁷¹ *Ibid.*, p. 221.

²⁷² *Ibid.*, p. 222-223.



Fonte: ANEXO 2 - Planilha - Demonstrativo de Gênero, Cor e Origem dos Internados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - 1843 / 1872.

Pode-se observar a partir do Gráfico 3 um equilíbrio no ritmo de internações de mulheres negras à época da extinção do tráfico legal de escravos. A oscilação negativa da ordem de 11% é um dado o que pode ser relativizado levando em consideração o baixo número absoluto de casos. Por outro lado, talvez a constância se explique justamente pelo recorrente controle sobre essas mulheres. Sidney Chalhoub apontou o diferencial no tratamento das escravas domésticas, “que pareciam sofrer mais freqüentemente com as violências dos senhores na cidade”²⁷³. Dessas escravas alienadas no período imediatamente anterior e posterior ao final do tráfico, 53% têm o indicativo de seus senhores no registro de internação e nenhuma é apontada como remetida do interior da província. Duas das três mulheres internadas com o registro de profissão preenchido eram domésticas.

Entre as mulheres brancas, ocorreu um salto de 320% nas internações. Quanto às suas origens, encontravam-se quatro quintos de provinciais, e entre aquelas que vieram de fora da província não se pode dizer que fossem preponderantemente de alguma localidade específica. Essa indicação pouco se altera se formos buscar as fontes referentes ao período maior que vai de 1843 a 1872, pois 71% das mulheres brancas internadas eram da província. Todavia entre as estrangeiras a predominância absoluta era tomada pelas mulheres de origem alemã.

Já entre as mulheres de cor negra, a quase totalidade (94%) provinha do continente africano, o que foi observado nos dois espaços de tempo, antes e depois do final do tráfico.

²⁷³ CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, mar. – ago. 1988, p. 83-105.

Para os homens negros, além do salto de 230% nas internações após o impedimento dos desembarques externos de escravos, o alto percentual de africanos encontrados anteriormente nas mulheres também se repete naqueles internados entre 1848 e 1853: 65%. Mas observe-se que esses índices não se sustentam, para ambos os sexos, quando se considera o período mais amplo entre 1843 e 1872, pois a origem africana recua para 54% das mulheres e 41% dos homens. Esses altos índices de presença africana nos confinamentos podem indicar a dificuldade de incorporação daqueles indivíduos pela sociedade, especialmente se associados à idéia de repressão ao não-trabalho.

Levando em consideração os homens brancos, que em números absolutos afinal concentraram mais de 50% dos confinamentos do período problematizado, observa-se que na verdade apresentaram um índice de crescimento das internações menor que o observado para os homens negros: 111% entre 1848 e 1853. Sabendo que ao longo do século XIX foi substancial a circulação pela província de estrangeiros e de indivíduos de outras regiões do império²⁷⁴, não causa espanto que entre os homens internados cerca de 36% não fossem nacionais e outros 15% viessem de outras partes do país. Para o período ampliado de 1843 a 1872, verificou-se a presença de 30% de estrangeiros e 8% de originários de outras províncias entre os indivíduos brancos o sexo masculino.

Não obstante, outro aspecto relacionado ao grupo chama a atenção de forma semelhante ao que ocorrera com as mulheres brancas: a origem de boa parte dessas pessoas. É possível perceber que entre os estrangeiros, quase metade do número de internados (48%) era formado por alemães. Ao que parece, pelo volume e regularidade de sua presença, essa população que formava as regiões coloniais da província também era alvo privilegiado dos mecanismos de confinamento. Mesmo no período ampliado (1843-72) os imigrantes alemães permanecem com participação por volta de 46% dos estrangeiros presentes na Santa Casa.

Podemos ainda considerar a partir do Gráfico 3 uma segunda série de dados, que envolve os anos anteriores e posteriores a inauguração do *Asylo de Alienados*. Assim, é possível perceber que entre os brancos houve um decréscimo no ritmo de internações até a inauguração do estabelecimento. Apenas após esse evento os homens brancos voltaram a registrar uma elevação em seu índice de confinamento. Mas essa tendência não se repetiu entre as mulheres brancas, que mantiveram um certo equilíbrio na presença.

²⁷⁴ RECENSEAMENTO do Brasil em 1872, *op. cit.*

Por sua vez o recrudescimento dos confinamentos envolvendo negros fica evidente, fazendo crer que todo o discurso que justificaria a criação do Asylo de Alienados da Santa Casa recaiu mais fortemente sobre esse grupo. Se entre os primeiros anos após o final do tráfico transatlântico de escravos houve um equilíbrio na retenção de mulheres negras, o período subsequente já permite apontar um crescimento que encontraria na inauguração do asilo suas mais agudas proporções: 183% de elevação nos confinamentos após 1863. Entre os homens negros, também se percebe um incremento de 45% entre as suas internações nos anos que vão de 1851-53 a 1861-63 e em mais 41% após o asilo passar a funcionar plenamente.

Vimos que Magali Gouveia Engel especulou haver um vínculo entre o decréscimo do número de internações de escravos e a ocorrência de liberação de mão-de-obra cativa do Rio de Janeiro ao final do período do tráfico, apesar de não apresentar indicativos sobre essa afirmação. Diferentemente, na Província de São Pedro o que se verificou foi um recrudescimento das internações de cativos em período concomitante. Para corroborar essa assertiva, o próprio perfil da exportação de cativos a partir do sul do país precisa ser levado em consideração.

É bem verdade que a história quantitativa da exportação de cativos pela Província de São Pedro após 1850 há muito merece um estudo aprofundado. São poucos os subsídios disponíveis, algumas vezes inclusive restritos a informações de segunda mão, sem comprovação empírica consistente.

Robert Conrad, ao teorizar sobre os rumos do regime escravista brasileiro após o final do tráfico transatlântico, amparou-se na documentação governamental, em publicações bibliográficas, jornais de época e nos relatos de viajantes²⁷⁵. Foi criticado por Robert Slenes por não ter se aprofundado na documentação empírica que levasse a um entendimento sobre a lógica das rotas e da movimentação do tráfico interno, confiando demasiadamente nos discursos publicados. Sobre o tráfico interno, Conrad afirmou que o afluxo de escravos da região norte para o sul do país “transformou-se numa autêntica corrente e começou sendo considerado vital para os interesses dos fazendeiros da região do café”²⁷⁶. O aumento desmedido do preço dos escravos vendidos no Rio de Janeiro imediatamente ao impedimento dos desembarques transatlânticos de cativos teria suscitado a procura por outras praças

²⁷⁵ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 65.

fornecedoras de mão-de-obra escrava, o que incluía a Província de São Pedro²⁷⁷. Embasado em relatórios ministeriais do Império, nas afirmações de Perdigão Malheiro, e nas teses de Fernando Henrique Cardoso, Conrad ponderou, em nota de rodapé, que a década de 1850 marcou um período de êxodo da escravaria do Rio Grande do Sul. Com a expansão da indústria do charque entre 1859 e 1863, a região voltaria a ser importadora, mas o sentido do comércio de cativos se inverteria novamente na década seguinte²⁷⁸.

Robert Slenes trabalhou maciçamente, conforme já vimos, com os levantamentos censitários e com as matrículas de escravos. Além destas fontes, compilou as guias e os passaportes de envios de escravos. Para o autor, a demanda determinaria o fluxo de escravos vindos de outras partes do país para as regiões cafeeiras do sudeste brasileiro. Assim, o pico dessas importações inter e intra-regionais teria se dado com o crescimento da produção em meados da década de 1870. Entre 1851 e o começo daquele período, o tráfico somente foi grande o suficiente para sustentar os volumes de café produzido ou permitir um crescimento de forma moderada, como o aferido entre 1865 e 1873²⁷⁹. Em relação ao Rio Grande do Sul, o declínio das suas exportações identificado entre 1871 e meados dos anos 1880 foi acompanhado por um significativo incremento na razão com a qual os escravos eram negociados para o centro do país.²⁸⁰

Assim, o ano de 1850 não pode ser tomado como ponto de partida de uma corrida onde imediatamente se verificasse a transferência da mão-de-obra de um lugar a outro. Pelo que fica depreendido, a razão maior em torno de todas essas interações por alienação mental vinculava-se à repressão daqueles que não trabalhavam ou que perturbavam a ordem social. Talvez nesse aspecto a ausência de mão-de-obra disponível tornasse mais interessante aos olhos dos senhores não abandonar definitivamente seus cativos mesmo que alienados ou considerados inválidos. Entretanto, veremos que os senhores abandonavam seus cativos quando isso lhes parecia necessário. E que há indicativo de que os municípios e os distritos da província, através de suas autoridades policiais, não concentravam os alienados em locais localmente designados, mas sim os remetiam em número representativo para a capital. De

²⁷⁷ CONRAD, Robert. **Os últimos anos...**, p. 65.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 65, 346 e 351. Os trabalhos citados são: PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho Marques. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social. 2v. 2ª. ed. São Paulo: 1944 e CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

²⁷⁹ SLENES, Robert Wayne. **The demography...**, *op. cit.*, p. 128.

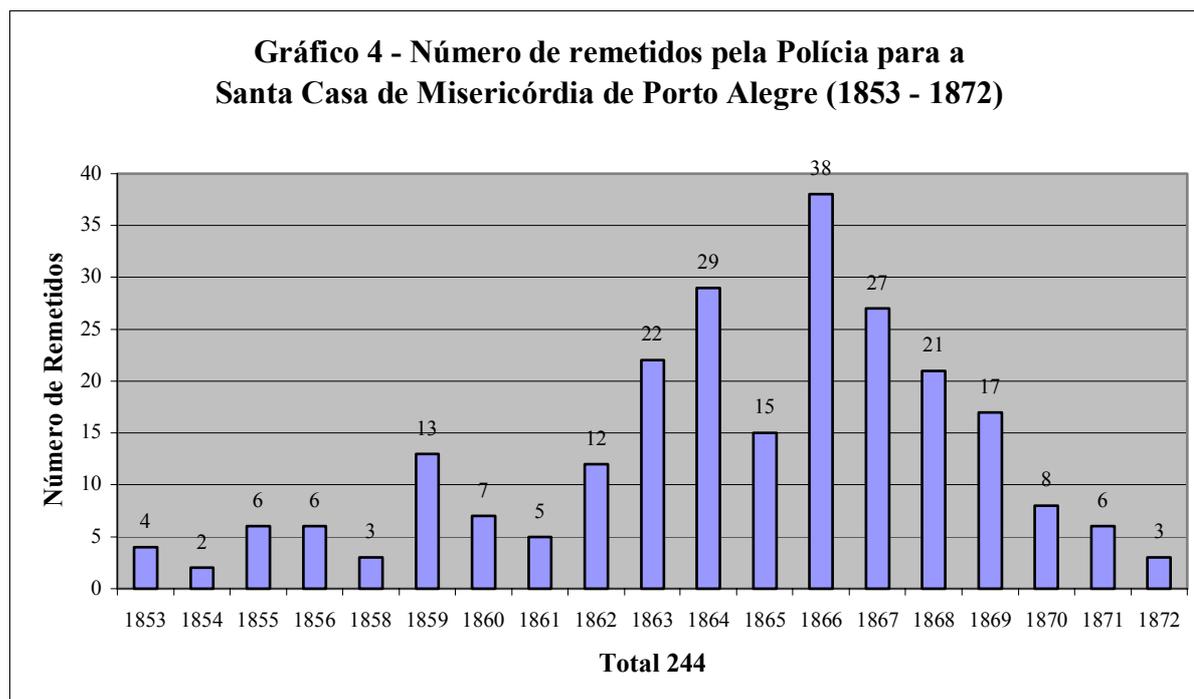
²⁸⁰ *Ibid.*, p. 186, 189 e 194. A migração interna teria sido responsável pela perda de 18.180 escravos pela Província de São Pedro entre 1873 e 1885, conforme as estimativas estatísticas das Matrículas de Escravos e do cômputo da movimentação entre os municípios. Outro cálculo indica que entre 1873 e 1887 a província transferiu 19,5% de sua escravaria entre 1 e 39 anos de idade. p. 610 e 621.

forma associada a estas políticas, os “desocupados da capital” também eram alvo preferencial dos confinamentos.

Os alienados recolhidos pela Polícia

Ao pesquisar os livros de entradas de enfermos da Santa Casa de Porto Alegre, dentre o total de 865 internações que estou considerando no período compreendido entre 1843 e 1872, encontrei registros de 70 pessoas acompanhados da observação “remetido pela Polícia” ou “remetido pelo Dr. Chefe de Polícia”. Esses registros de detidos pela polícia iniciaram no ano de 1853.

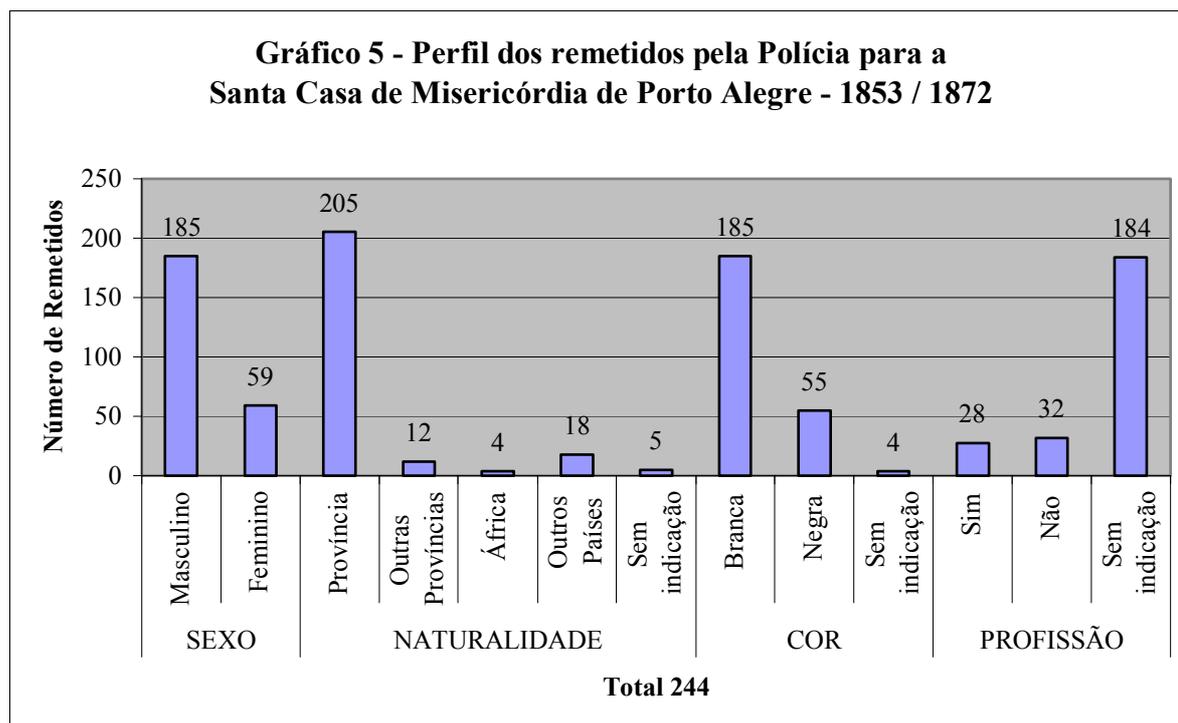
Na outra ponta do eixo que ligava a Santa Casa de Porto Alegre à Polícia, o Corpo Policial de Porto Alegre registrou para os anos de 1859 e 1860 um total de 17 prisões de alienados. Destes, seis foram enviados para a Santa Casa, cinco foram remetidos para a Cadeia Civil, três foram entregues ao Chefe de Polícia, dois foram soltos e um não possuía informação do destino que recebeu. Por seu turno, a correspondência da Chefia de Polícia apresenta um total de 160 envios de alienados para a Santa Casa entre os anos de 1853 e 1856, e, depois, entre 1862 e 1872. Estes dados explicitam um descompasso entre os registros de entrada da Santa Casa e aqueles realizados pela polícia. Todavia, a cruzamento de todas essas fontes com a Matrícula Geral de Enfermos da Santa Casa permitiu a identificação final de 244 pessoas remetidas pela polícia com a pecha de “alienados”.



Fonte: Anexo 3 – Tabela –Perfil dos Remetidos pela Polícia à Santa Casa de Misericórdia – 1853 / 1872.

Observa-se claramente no Gráfico 4 a curva que retrata a maior incidência de internações entre os anos de 1861 e 1867. Dois pontos são significativos. O primeiro se refere ao fato da concomitância com o início do funcionamento do asilo de alienados da Santa Casa. O segundo relaciona-se ao fato do Chefe de Polícia²⁸¹ da Província para a maior parte do período ser Dario Rafael Callado.

²⁸¹ Durante o império a autoridade policial, cujo principal cargo era o de Chefe de Polícia, confundia-se com a autoridade judiciária na solução de certas modalidades processuais, inclusive na pronúncia de sentenças. Cf. LIMA, Roberto Kant de. *Tradição inquisitorial...*, *op. cit.* e ELMIR, Cláudio Pereira. **A história devorada nos rastros dos crimes da rua do Arvoredo**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. p.149.

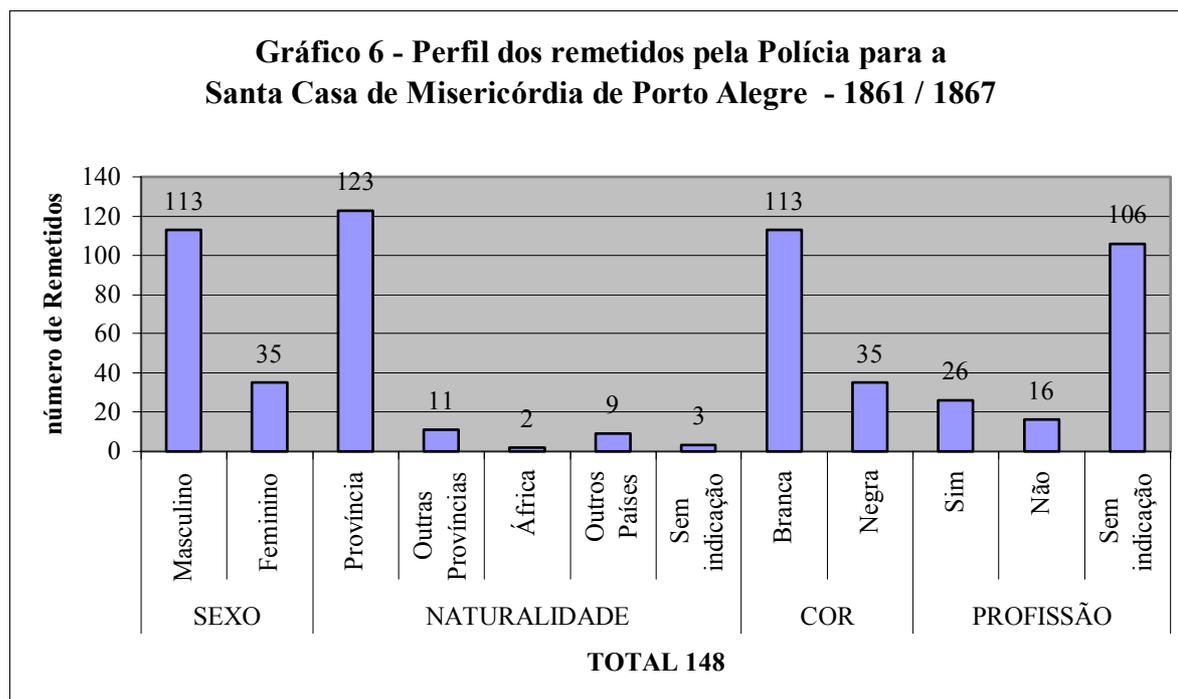


Fonte: Anexo 3 – Tabela –Perfil dos Remetidos pela Polícia à Santa Casa de Misericórdia pela Polícia – 1853/1872.

O perfil geral dos recolhidos pela Polícia, de acordo com o Gráfico 5, indica uma população eminentemente masculina e natural da província. Mais metade desses provinciais (57%) eram remetidos do interior, destacando-se os originários de Rio Pardo (7,31%), Cachoeira (4,87%), Pelotas (4,39%), Rio Grande (3,9%), Taquary (3,41%), Cruz Alta (3,41%), São Leopoldo (2,93%), Caçapava (2,93%) e Santa Maria (2,44%).

Apenas 11% possuíam alguma profissão indicada. Os negros formavam 22,5% desse contingente. Mas os referidos como escravos aparentam pouca presença. Em 5 de janeiro de 1859 um cativo alienado pertencente e evadido da Santa Casa de Misericórdia era enviado de volta. As outras duas pessoas que aparecem apontadas como escravas eram mulheres. Quatorze indivíduos eram libertos, nove eram livres e o restante não possuía indicação de seu estatuto²⁸². Sob esse aspecto, acredito que isso seja mais um indicativo de que o foco da ação policial estava direcionado justamente àqueles que não se enquadravam em alguma forma de trabalho ou sujeição.

²⁸² ISCMPOA – CEDOP – MGE – 1853 / 1872. AHRS – Corpo Policial – 1859 / 1860 e AHRS – Códices Polícia – 1853 / 1856 e 1866 / 1872.



Fonte: Anexo 3.1 – Tabela – Perfil dos Remetidos pela Polícia à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1861/ 1867.

O mesmo perfil dos indivíduos, agora recortado sobre a época de maior incidência de recolhimentos, não permite apontar uma diferença significativa do objeto da ação policial em relação ao período ampliado, ainda que o índice de *negros* tenha alcançado agora 23,7% e que os indivíduos com alguma referência de atividade laboral chegassem a 18%. De fato, o que se destaca é o recrudescimento da ação policial, pois se para todo o período de 16 anos são 244 os recolhidos, para este recorte de sete anos encontrei 148 registros, ou seja, sob o arbítrio de Dario Callado ocorreram mais de 60% dos envios de alienados pela Polícia para a Santa Casa de Porto Alegre .

Cláudio Pereira Elmir chamou atenção para o fato de Dario Callado ter permanecido no cargo de Chefe de Polícia durante sete mandatos de Presidentes de Província entre 1861 e 1864, situação incomum àquela década. O cargo de maior autoridade provincial fora ocupado por 17 pessoas e o de Chefe de Polícia tivera 7 diferentes titulares²⁸³.

Thomas Holloway, ao estudar a polícia do Rio de Janeiro durante o século XIX, chamou de período da “maturidade” aquele compreendido entre os anos de 1842 e 1865, quando foi verificada a “centralização da autoridade nas mãos do chefe de polícia nomeado”.

²⁸³ ELMIR, Cláudio Pereira. *A história devorada...*, *op. cit.*, p. 214.

Uma lei aprovada em 3 de dezembro de 1841 alterara significativamente a estrutura da polícia conforme vigorava desde 1832²⁸⁴. De acordo com o que informou o brasilianista, a funções atribuídas aos chefes de polícia os imbricaria com a autoridade judicial até o início da década de 1870:

Juntamente com a centralização da hierarquia da autoridade, o efeito mais significativo da Lei de 3 de Dezembro de 1841 foi estender formalmente poderes judiciais à polícia. Pela reforma de 1841, os chefes de polícia, delegados e subdelegados tinham plena autoridade, no âmbito das violações das posturas municipais e de todas as contravenções, para expedir mandados de busca e apreensão, efetuar prisões, incriminar formalmente, determinar fiança, conduzir audiências judiciais sumárias, pronunciar sentença e supervisionar a punição – tudo isso sem a intervenção de qualquer outra autoridade. Para todos os crimes, excetuando-se os de maior gravidade, o chefe de polícia, ou o delegado por ele nomeado no âmbito local, transformou-se em acusador, investigador, oficial de prisão e promotor, além de juiz, jurado e carcereiro.²⁸⁵

Outrossim, mesmo considerando a reforma judicial de 1871, quando a autonomia da polícia foi formalmente restringida, de fato em pouco se limitou o exercício do poder estatal contra os comportamentos considerados desviantes. A incidência sobre os indesejáveis, perturbadores e ameaçadores podia se tornar especializada e eficiente na medida em que a criação de mais cargos para juízes liberava os agentes de polícia para as atividades administrativas e de vigilância.²⁸⁶

Nesse contexto, o Relatório do Presidente da Província de S. Pedro de 1864 afirmava que em relação à polícia, continuava a “Repartição a estar sob a intelligente e activa direcção do Juiz de Direito Darie [sic] Rafael Callado”²⁸⁷. O reconhecimento em relação ao trabalho Chefe de Polícia pode ser conferido, ainda, quando de sua partida da província em junho de 1864. Os jornais da cidade reconheciam a sua atuação, afirmando para o Chefe de Polícia um sucesso em suas atividades como nenhum outro conseguira.²⁸⁸

Acredito que a prestigiada eficiência de Dario Callado, associada à inauguração do Asilo de Alienados da Santa Casa à época em que passou pela Chefia de Polícia, expliquem

²⁸⁴ HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no...**, *op. cit.*, p. 157.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 158.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 231.

²⁸⁷ RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província..., 1864, p. 18.

²⁸⁸ ELMIR, Cláudio Pereira. **A história devorada...**, *op. cit.*, p. 213.

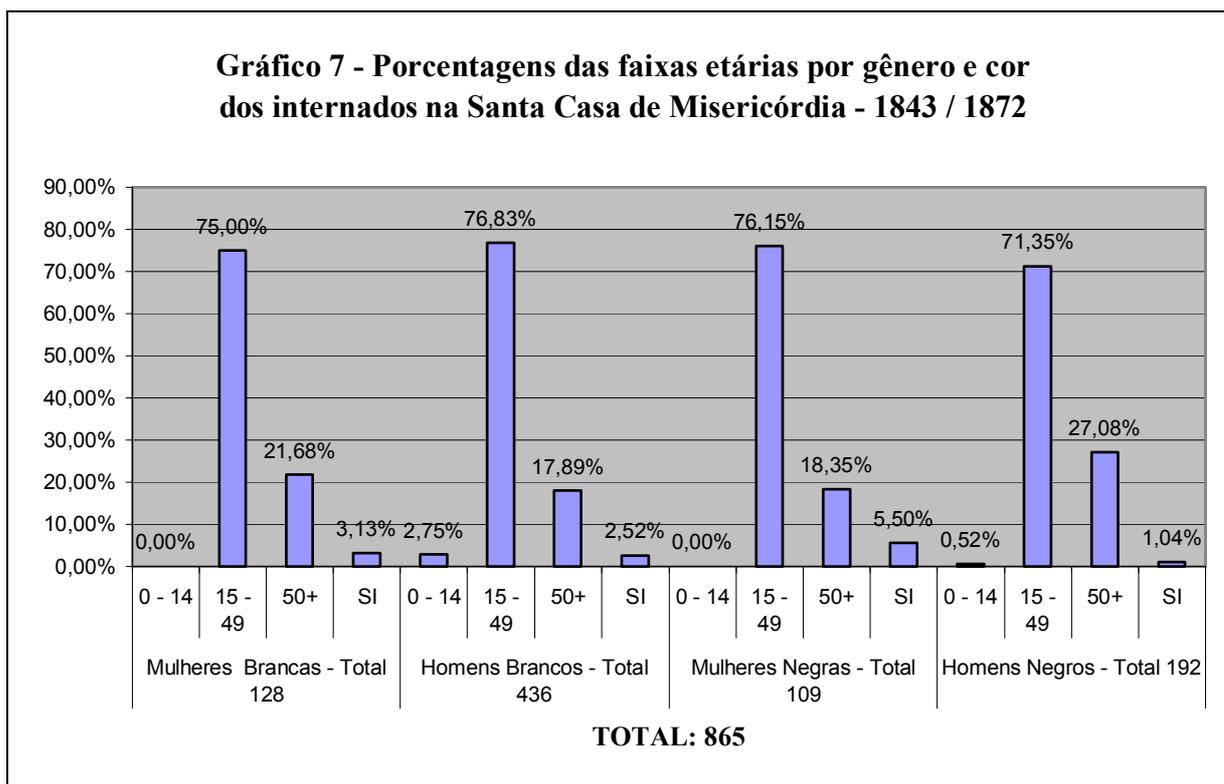
parcialmente o aumento das remessas de indivíduos àquele estabelecimento. Ao que parece, a autoridade repressiva acreditava contar com a Santa Casa como uma solução para seu problema cotidiano em relação aos indivíduos perturbadores da tranquilidade pública, ainda que a função de depositária dessas pessoas não fosse bem aceita pela Provedoria da Irmandade, tendo em vista os já citados protestos contra a lotação extrapolada que se registravam²⁸⁹.

A idade produtiva e a ausência de profissão dos alienados

Na medida em que uma relação entre as internações e o mundo do trabalho ganha ênfase neste estudo, proponho então o levantamento de maiores detalhes sobre a idade produtiva dos internados²⁹⁰. Para tanto, primeiro voltarei a trabalhar com o total de internados entre os anos de 1843 e 1872, e depois regressarei para o recorte sobre os períodos imediatamente anterior e posterior ao final do tráfico de escravos.

²⁸⁹ RELATÓRIO do estado da Santa Casa ..., 1868. p. 11. ISCMPOA – CEDOP.

²⁹⁰A idade produtiva, considerada entre os 15 e os 49 anos, está discriminada conforme nos indicam: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1982] e SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.



Fonte: ANEXO 2.2 – Planilha - Porcentagens das Faixas Etárias por Gênero e Cor dos Internados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1843 / 1872.

Podemos perceber que o Gráfico 7 indica um equilíbrio entre os sexos e as cores em relação ao perfil etário dos 865 internados em todo aquele período de 29 anos. Sejam homens ou mulheres, negros ou brancos, nunca é encontrado um índice menor que 71,35% entre aqueles entre 15 e 49 anos, ou seja, considerados em idade produtiva.

O único ponto de disparidade apontado está no fato de mais homens negros idosos serem internados que negras e brancos de ambos os sexos naquela faixa etária. Mas nem por isso essas informações que os dados apontam devem ser tomadas sem relativização. Uma observação mais atenta sobre o perfil dos indivíduos que alimentaram essas estatísticas permite perceber que 46% dos referidos com idades além daquela considerada produtiva (quarenta e nove anos), foram registrados com um tempo de vida entre 50 e 56 anos. E, além do mais, devemos admitir possíveis dificuldades, ou mesmo omissões, durante as anotações das idades dos escravos ou libertos, em especial se esses sujeitos fossem africanos, como eram a quase totalidade dos negros com pouco mais de cinquenta anos.

Stuart Schwartz afirmou, ao analisar o perfil etário dos cativos dos engenhos baianos, que a atribuição numérica das idades era baseada na suposição ou estimativa senhorial

tomando por base a aparência do indivíduo²⁹¹. Foi o que encontrei ao conhecer o caso de Pedro Lau Cândido. Entre setembro de 1860 e maio de 1863, este sapateiro de naturalidade africana, passou por cinco internações na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre com o diagnóstico de “delírio nervoso”. Sua idade à época das internações é uma incerteza, pois as anotações dos escreventes responsáveis pelos livros da Matrícula Geral dos Enfermos daquele hospital arbitravam-lhe, a cada tempo, 40, 43, 50 ou mesmo 70 anos. Apesar de ter a profissão apontada, era inscrito na categoria de paciente “pobre”, ou seja, tinha poucos recursos financeiros e seus custos eram subsidiados pela instituição. Além disso, pelo que parece, causava alguma forma de incômodo à sociedade, pois suas duas últimas internações, em janeiro e abril de 1863, deram-se por ordens da Chefia de Polícia.²⁹²

Essa inferência sobre a idade produtiva dos cativos alienados na Província de São Pedro é um diferencial em relação à mendicância baiana, pois Walter Fraga Filho encontrou uma maioria absoluta de idosos (52,1%) para aquela província. Isso apesar do discurso oficial associá-los com a questão do trabalho. Não obstante, o autor conjectura ainda para a possibilidade das fontes asilo de mendicidade na Bahia, ao destacarem a maior presença dos idosos, não permitirem uma percepção sobre os jovens que ficavam vagando com maior habilidade no esquivo dos mecanismos de repressão.²⁹³

A análise sobre o tempo de vida dos alienados nos anos anteriores e posteriores ao final do tráfico atlântico de escravos, permite indicar que a idade produtiva continuava dominando o perfil etário dos confinamentos²⁹⁴. Entre as mulheres negras, o final do tráfico transatlântico de escravos e o início do grande fluxo em direção às *plantations* do (hoje) sudeste, não alterou o grau de internações daquelas com idade entre 15 e 49 anos, que continuaram formando cerca de três quartos do total. Entre as mulheres brancas o recorte destoa em muito do período mais amplo, pois se entre 1843 e 1872 registramos 75% das internadas em idade produtiva, nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao final do tráfico de escravos esse número caiu de 60% para 48% das mulheres brancas.

Inicialmente surpreendentes são os números que se referem aos homens negros. Antes do final do tráfico, o número de alienados em idade produtiva ultrapassava quatro quintos dos internados (83,3%). Após 1850, esse número caiu drasticamente para 45% das internações.

²⁹¹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos...**, *op. cit.*, p. 288.

²⁹² ISCMPOA – MGE – Livro 2 – fl. 93, n. 507 / fl. 106, n. 295 / fl. 126, n. 274 / fl. 138, n. 60 / fl. 144, n. 263.

²⁹³ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos...**, *op. cit.*, p. 65.

²⁹⁴ ISCMPOA - CEDOP - MGE – Livro 1 (1848 / 1853).

Entretanto, mais uma vez esses números precisam ser relativizados, pois a quase totalidade dos indivíduos negros do sexo masculino mal ultrapassava a casa dos cinquenta anos, contando ainda com toda a já citada dubiedade dos registros de idade.

Os homens brancos em idade apta ao trabalho, por seu turno, registraram uma variação positiva de 73% para 80% no cômputo de seu grupo de internados. Não me parece um recrudescimento dramático, mas cruzando essa informação com aquela que indica entre os brancos um alto índice de colonos alemães, é possível reforçar a ilação sobre a maior quantidade das internações incidindo sobre as populações tomadas como mão-de-obra ou marginalizadas do processo sócio-produtivo.

Zelinda Scotti realizou um levantamento sobre os imigrantes alemães internados em Porto Alegre no Hospício São Pedro entre os anos de 1900 e 1925, destacando a presença feminina. Ainda que o seu recorte temporal seja posterior ao de minha pesquisa, e que os seus personagens transitassem já dentro de uma completa medicalização do tratamento da loucura, acredito que algumas de suas considerações auxiliem a elucidar as razões para tamanha incidência de alemães alienados já em época pregressa.

Segundo a autora, a concentração entre os internados de origem alemã se dava entre os homens com idade entre 15 e 39 anos, “justamente em um período dado como altamente produtivo no que diz respeito à força de trabalho, o mesmo se verificando entre as mulheres, apenas em menor percentual”²⁹⁵. Essas mulheres, em sua maioria casadas e com idade acima dos trinta anos, eram apresentadas como melancólicas em diversos graus, o que pode ser relacionado ao período procriativo e à resultante impossibilidade de cumprimento de parte de sua tarefa no provimento da mão-de-obra familiar²⁹⁶.

Outro fator preponderante às internações de imigrantes está relacionado à ingestão de bebidas alcoólicas. Scotti informou que a preocupação com esse vício era frequente. Citou o caso da Sociedade Germânica de Curitiba, que, fundada em 1869, previa auxílio financeiro aos seus membros que por desventura adoessem ou ficassem privados de trabalho. Contudo manifestações de indisciplina causadas por brigas ou pela embriaguez não permitiriam o gozo dos benefícios daquela sociedade²⁹⁷.

²⁹⁵ SCOTTI, Zelinda Rosa. **Loucas mulheres alemãs...**, *op. cit.*, p. 145.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 159.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 160.

Complementando o quadro estatístico da população alienada, interessa saber se é possível afirmar a relação das internações com a ausência ou perda de ocupação profissional pelos recolhidos. E a resposta, antecipo, é afirmativa.

Para o Rio de Janeiro, Magali Gouveia Engel apresentou dados referentes a 1853 e 1867. Nestes anos, respectivamente 68,3 e 41,8% dos internados não tinham profissão definida ou não era possível, por alguma razão, determiná-la. Em nenhum destes dois momentos as internações no Rio de Janeiro alcançam os índices verificados em Porto Alegre. De acordo com a Tabela 3, entre 1843 e 1872, dos 865 indivíduos internados na Santa Casa de Misericórdia, 648 (75%) não possuíam indicação de profissão arrolada ou tiveram a sua profissão informada como “desconhecida” ou “nenhuma”²⁹⁸.

Tabela 3 – Presença de indivíduos sem profissão dentre os internados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1843 / 1872

---	BRANCOS			NEGROS			TOTAIS
	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>	
Internados	436	129	565	192	108	300	865
Indivíduos Sem Profissão	302 (69%)	128 (99%)	430 (76%)	112 (58%)	106 (98%)	218 (72%)	648 (75%)

Fonte: ISCMPOA – MGE – Livros 1 a 3 (1843 – 1872).

Através da variável *gênero*, percebe-se que entre as mulheres a ausência de profissão reconhecida é quase que absoluta. Das 237 mulheres, 234 (99%) não têm profissão informada. Dentre os homens, esse quadro cai para 66% (414 em 628 indivíduos), mas ainda indica que a ausência profissional prevalecia. Pela variável de *cor*, 76% dos brancos e 72% dos negros não tiveram referência de alguma profissão.

Associando as variáveis *gênero e cor*, estes dados são matizados. Assim, tanto mulheres brancas como negras equivalem na sua falta de registro de profissão: 100% das brancas e 98% das negras.

²⁹⁸ É importante ressaltar que entre junho de 1865 e agosto de 1866 a coluna de profissões deixou de ser preenchida no livro 2 da Matrícula Geral dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia, o que pode acarretar um certo prejuízo à amostragem.

Maria Joaquina, 30 anos, umas das três negras com designação de profissão, foi registrada como atuante em “serviços domésticos” e após ser internada por alienação mental, acabou remetida para o Hospício de Pedro II no Rio de Janeiro no ano de 1857²⁹⁹. Doméstica também era a escrava Genoveva, de 30 anos, alienada em 1872³⁰⁰. Já a viúva Maria da Conceição, africana de 50 anos, era alfaiate quando foi alienada em 1860.³⁰¹

Entretanto, o fato da maioria dessas mulheres negras não terem profissão indicada não significa que podemos deixar de especular sobre o fim da extração de sobre-trabalho pelos senhores como consubstanciação às suas internações. Do ponto de vista dos proprietários, a Santa Casa podia ser considerada como o espaço possível ao acolhimento dos escravos que por insanidade perdiam sua função laboral. Das 108 mulheres negras internadas, 40 (38%) eram escravas com estatuto e senhor anotados.

Os indivíduos negros possuíam 42% (80 em 192 negros) de seu contingente de internados com alguma indicação de profissão, o que torna o grupo aquele que possui a maior percentagem de ocupações referidas. Em contraponto, os homens brancos são aqueles que possuem o segundo maior índice de registros profissionais: 31% (134 em 436 brancos).

Quando citadas, as profissões dos negros indicam atividades de baixa especialização típicas de núcleos urbanos, como as de marceneiro, sapateiro, marinheiro, pedreiro, cozinheiro, cangueiro e latoeiro. Já dentre os brancos, além desses tipos de trabalhos, os internados também eram padres, policiais, estudantes, agrimensores, tipógrafos, boticários, ourives, caixeiros, comerciantes, engenheiros e funcionários públicos. De outra parte, casos de internação de campeiros e de agricultores negros também foram verificados. Os brancos de atividade rural, além de campeiros e agricultores, eram registrados em suas internações como lavradores, criadores e mesmo estancieiros.³⁰²

Quanto aos 58% de negros que não possuíam profissão, não se pode dizer que fossem sujeitos completamente “apartados” da sociedade. Havia, entre estes 112 homens negros, 57 (51%) registrados com o estatuto de escravidão definido e o nome do senhor arrolado. Ao que

²⁹⁹ ISCMPOA – CEDOP - MGE - Livro 2 – fl. 37 – n. 670.

³⁰⁰ ISCMPOA – CEDOP – MGE - Livro 3 – fl. 173 – n. 491.

³⁰¹ ISCMPOA – CEDOP – MGE - Livro 2 – fl. 84 – n. 152.

³⁰² ISCMPOA – CEDOP – MGE - Livros 1 a 3 (1843 – 1872). No Hospício de Pedro II, em 1853 e 1867, foram classificadas entre os internos as seguintes profissões: artistas, comerciantes, lavradores, farmacêuticos, marítimos, militares, estudantes, literatos, eclesiásticos, carroceiros, empregados públicos, bacharéis, costureiras, fazendeiros e lavradores, lavadeiras, praças da armada, médicos, praças do exército, oficiais do exército e da armada, e a categoria denominada “trabalhadores”, que aparenta um dúbio trânsito entre a atividade não específica e o não-trabalho, sem que se possa defini-la, entretanto, como exercida por alguém “sem profissão”. ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 219-220.

parece a maior parte destes cativos eram internados não por uma total marginalização face às atividades de trabalho, mas por estarem inseridos nelas e, a partir de um certo momento, deixarem de cumprir seu serviço conforme era esperado.

Pobreza, mortalidade e fuga

Metade do total de 865 internados por alienação mental na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre entre 1843 e 1872 foram definidos como “pobres” na coluna do livro de matrículas onde eram registradas as “classes” dos internados. Dezoito por cento eram atendimentos particulares, pouco mais de um por cento eram presos correccionais e o restante não possuía indicação a respeito. Sendo assim, é possível considerar que a maioria dos alienados fosse pobre. Ao analisarmos apenas os enviados pela polícia, esse índice dispara, pois setenta e cinco por cento foram anotados como “pobres”³⁰³. A fim de testar a premissa caritativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, irei pormenorizar a observação sobre a classificação das internações entre os registrados como pobres ou particulares.

Se levarmos em conta a categoria *cores*, as variações são relevantes. Em relação aos brancos, 45% dos indivíduos foram considerados pobres, pouco mais de um por cento eram presos correccionais, apenas nove por cento eram particulares e quase 45% não tinham sua “classe” de internação designada. Pelo que se observa, o atendimento hospitalar da Santa Casa não era freqüentemente utilizado pelas pessoas melhor posicionadas socialmente.

Dentre os negros a característica era diferente. Mais da metade (58%) eram atendimentos realizados com a indicação de “classe pobre”. Trinta e quatro por cento eram internações particulares, um por cento eram presos correccionais e, ao contrário dos brancos, apenas seis dos negros não tinham sua “classe” informada.

Podemos perceber ainda que dentre os negros internados como “pobres” correspondiam 13% de escravos, um por cento de livres, 15% de libertos e 71% sem indicação alguma de vínculo senhorial. Em meio aqueles que tiveram a sua internação paga, mais de noventa por cento eram escravos. Isso comprova que os negros sem vínculo eram

³⁰³ ISCMPA – CEDOP – MGE – Livros 1 a 3 - 1843/1872 e AHRS – Polícia – Corpo Policial Maços 141 a 143 e Códices 243 a 250.

alvo preferencial nos confinamentos e também destaca a importância da Santa Casa em seu papel assistencial.

Certamente grande parte dos atendimentos aplicados aos cativos enfermos eram realizados em âmbito doméstico. Mas como se tratam de práticas de difícil mensuração a partir das fontes que pesquisei, ressalto a Santa Casa como um local privilegiado pelos senhores para o atendimento de seus cativos, mesmo quando não tinham condições para custear o tratamento. Ou quando alegavam não possuir tais recursos, como ocorreu com Tristão José Monteiro. Comerciante estabelecido em São Leopoldo, Monteiro teve dois de seus escravos internados por alienação mental na Santa Casa de Porto Alegre. Enquanto Florêncio sempre deu entrada como paciente particular, Lourenço, um mês após o colega de cativo, também foi alienado, porém com o registro de atendimento a um pobre³⁰⁴.

Ao analisar a composição social da população do Hospício Pedro II no Rio de Janeiro, Magali Engel encontrou predominantemente os indigentes sem recursos para arcar com o pagamento das despesas de internação. Em sua maioria eram homens livres, seguidos longinquamente pelos libertos e muito reduzidamente pelos escravos. Os chamados pensionistas de terceira classe pagavam uma pequena taxa de internação. Também poucos eram os escravos inscritos nessa categorização. Apesar disso a autora reforça a ênfase da instituição como direcionada aos pobres, dado as internações custeadas pela Província do Rio de Janeiro e aquelas pagas pelas Forças Armadas. Para Magali Engel, ainda que as informações disponíveis sejam disformes e imprecisas, parecem deixar claro o perfil social dos alienados no Hospício Pedro II. A meta prioritária da instituição era “a reclusão dos loucos pobres ou miseráveis que circulavam pelas ruas da cidade”³⁰⁵.

Acredito que as internações que ocorriam em Porto Alegre se explicam por uma lógica que permitia aos senhores considerarem, no limite das relações com seus cativos, lançar mão de um “depósito de gente”. Isso fica indicado no caso de Eduarda. Essa escrava definida como sem profissão, pertencente à Anna Joaquina da Silva, deu entrada na Santa Casa em 3 de novembro de 1863 como alienada mental. O fato ocorreu pouco antes da inauguração da ala asilar daquele hospital destinada ao seu tipo de enfermidade. Menos de dois meses depois, foi

³⁰⁴ ISCMPA – CEDOP – MGE – Livro 1 – Fl. 35; Fl. 36; Fl. 37; Fl. 106 – n. 635 e Fl. 129 – n. 652 e o inventário de seu filho, Tristão José Monteiro Filho: APRS – Taquara – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 129 – n. 93 – 1879.

³⁰⁵ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 220-221.

doado à Irmandade. Dizia a carta de doação, um dos poucos documentos avulsos daquele período remanescentes no arquivo da Santa Casa:

Havendo eu feito recolher hua Escrava minha de nome Eduarda crioula de idade de 36 annos pouco mais ou menos, ao Hospital da Santa Caza, no dia 3 do Corre. mez, por se achar um pouco affectada da razão, por que me não convenha continuar a servir me com a referida Escrava, apesar de ja se achar a mesma melhor da quelle encomodo, faço doação della para a Santa Caza de Misericordia, a fim de ser alli applicada ao serviço do Estabelecimento, ficando eu exonerada de quaes quer despezas de seo tratamento, quer anteriores quer posteriores a esta minha resolução. Digne-se portanto V. Sa. Aceitar esta offerta que espontanea e gratuitamente faço a Santa Caza. [assina à razão de D. Anna Joaquina da Silva, José Ignacio de Souza]

Talvez considerando que afinal Eduarda apenas estivera “um pouco affectada da razão”, mas já estava “melhor”, a Sessão de Mesa aprovou o recebimento da cativa em doação, mas a sua antiga proprietária não conseguiu se livrar das despesas com a saúde de Eduarda³⁰⁶.

Situação semelhante viveu João Luiz, escravo da Baronesa do Gravataí, internado por alienação mental no ano de 1871. Conforme nos informa Paulo Staudt Moreira em seu livro **Os cativos e os homens de bem**, ao retornar ao Pio Estabelecimento em 1876 por *delirium tremens*, João Luiz acabou alforriado por sua senhora. No dia seguinte a sua baixa, o agora liberto reaparecia no registro de pacientes como homem livre e pobre. Mais uma vez a falta de utilidade de um cativo tornava o asilo um repositório útil aos senhores de escravos.³⁰⁷

Mesmo em relação aos internos particulares, muitas vezes a ausência de recursos para cobrir os custos com uma internação era evidente. Noutras parecia haver má vontade em se pagar as dívidas acumuladas ou dificuldades em se efetuar a cobrança do devedor. O Relatório da Provedoria daquela Irmandade, datado de 1867, ao se referir aos mantidos no Asylo de Alienados ilustra a situação dos particulares que acabavam tendo seu custo semelhante aquele auferido pelos pobres. Reclamava ao Presidente da província o Provedor Luiz Manoel de Lima e Silva:

³⁰⁶ ISCMPOA – CEDOP – MGE – Livro 2 – fl. 152 - n. 850 / fl. 161 – n. 895; ASMP de 23 de dezembro de 1863, fl. 89 verso e Documentação Avulsa – Maço 4 – 15/12/1863 – Carta de Doação – Porto Alegre.

³⁰⁷ ISCMPOA – CEDOP – MGE – Livro 3 – fl. 108 – n.1 e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos...**, *op. cit.*, p. 207.

Tratando de taes infelizes, devo communicar-vos que em Março de 1863, teve entrada no asylo como particular o alienado José Alves Pereira, vindo de Bagé, entregando-se para as suas primeiras despezas a quantia de 200\$rs., porém, decorrendo 4 annos sem que mais dinheiro algum entrasse, tendo elle feito uma despeza de 1:573\$560rs., nem se exigisse, até que este fallecera em Março do corrente anno de cholera-morbus, e foi então que chegou ao meu conhecimento a falta do respectivo pagamento, quando o mesmo alienado tinha bens; appliquei pois os maiores esforços para que fosse cobrada semelhante divida. Que um grande descuido tinha deixado de o fazer, exigindo primeiro da pessoa que o fez recolher ao asylo, que era um irmão da Casa, e d'elle se pôde conseguir o pagamento de 1:100\$000rs., passando a officiar-se ás autoridades de Bagé á tal respeito e ao procurador do dito alienado, até que felizmente foi satisfeito o resto da divida que importava em 496\$rs. [sic], e muito me ajudou n'este recebimento o nosso digno Procurador Leandro Rodrigues Chaves, devendo muito a elle a entrada d'este dinheiro para o cofre do Estabelecimento.

Também havia uma alienada de nome Antonia Rodrigues da Rocha, que teve entrada em 1863 como particular, e nunca coisa alguma pagou, tendo feito uma despeza de 821\$000rs., até que falecendo em 1865, e tendo chegado ao meu conhecimento a divida em que os seus coherdeiros se achavão, tenho até hoje trabalhado para obter o recebimento do que deve, até que me foi comunicado pelo Dr. Chefe de Polícia que podia mandar ordens para o curador da mesma pagar a divida, passou-se procuração para Santo Antônio da Patrulha á uma pessoa do conhecimento do nosso irmão Procurador e espera-se entrar na cobrança da referida divida.³⁰⁸

Muitos se valiam da figura do fiador. Esta surgiu nos registros de entradas de enfermos da Santa Casa de Misericórdia no segundo semestre de 1869. Parece que a sua instituição justificava-se frente aos casos de “calote” no pagamento de despesas com os enfermos, o que incluía os alienados. E sobre estes, localizei doze referências de internações afiançadas por terceiros. Os negros compunham um terço desses indivíduos, sendo que dois eram escravos e outros dois não possuíam indicação de estatuto. Seria interessante um desdobramento da pesquisa para que se conhecesse a amplitude das redes de sociabilidade que envolviam essa prática, pois nenhum dos nomes de fiadores que encontrei se repetia. Além do mais, não necessariamente a função era exercida por pessoa física, pois em meio aos relacionados se encontrava a Sociedade Beneficente Alemã.

Ainda sobre a decisão dos senhores em recorrerem à Santa Casa como solução para seus escravos inválidos, parece-me pertinente levar em consideração o estudo empreendido por Nikelen Acosta Witter acerca das práticas de saúde, doença e cura em meio às relações

³⁰⁸ RELATÓRIO do estado da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Sul, acompanhado do balanço da receita e despeza, apresentado pelo provedor Marechal de Campo, Luiz Manoel de Lima e Silva, no anno Compromissal de 1867. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1867. p. 11-12.

entre proprietários, cativos, libertos no Rio Grande do Sul. A autora entende a enfermidade como experiência coletiva. Diferentemente da individualização da vivência de um “paciente” frente às práticas médicas contemporâneas – que recebe a medicação e as terapias numa relação em grande parte impessoal -, até o século XIX vigorava a ligação do enfermo com os membros de sua família ou com o grupo de suas relações mais próximas em torno dos sentimentos de incerteza e impotência frente à moléstia acometida. Esse entendimento que indica uma categoria que englobava todo um grupo de *sofredores* (sufferers) – num termo cunhado por Roy Porter – ensejava que “apenas em casos terríveis (para o doente) e extraordinários era estabelecida de forma singular” a relação entre o enfermo e os agentes da cura (curadores)³⁰⁹.

Entretanto, Nikelen Witter ressaltou uma especificidade que complementa em sentido o que tenho observado. Os senhores de escravos, mesmo que formassem de modo necessário o grupo de relações de seus cativos, não deveriam ser incluídos na categoria de sofredores. Suas articulações em busca da cura seriam antes fruto dos cálculos que computavam a relação custo/benefício no provimento da recuperação dos enfermos. Escravos com um “mau senhor” estariam sujeitos àquilo que os enfermos não almejavam: cair aos cuidados da caridade pública. A concepção vigente predicava que a boa cura se daria essencialmente na casa do enfermo e não em outros espaços³¹⁰.

Foram muitas as mortes ocorridas durante os períodos de internação. Cerca de dezenove por cento dos internados morreram nas dependências da Santa Casa. Mais da metade (55%) eram homens, entretanto a consideração da cores e do gênero dos indivíduos apresenta algumas variações. A proporção entre brancos e negros indicava para os últimos uma participação de quase dois quintos no total de mortes (39%), o que excedia a sua presença percentual no universo dos internados, que, conforme foi observado, era de trinta e quatro por cento. A idéia de um “depósito” para os senhores de escravos volta a surgir, pois se pouco mais da metade dos negros não tinham seu estatuto jurídico definido, mais de um quarto dos falecimentos de negros ocorria entre escravos e pouco mais de vinte por cento entre libertos.

A proporção entre os falecimentos de mulheres brancas e não-brancas equivaliam, enquanto entre os homens morriam mais brancos (66%) do que negros. Proporcionalmente

³⁰⁹ WITTER, Nikelen Acosta. Dos cuidados e das curas..., *op. cit.*, p. 16. A autora dividiu os envolvidos com os processos de enfermidade em três grupos: os enfermos, os cuidadores e os curadores.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 20-21.

aos homens, mais mulheres negras (65%) morriam do que mulheres brancas (35%). Os poucos registros de *causa mortis* informam que os brancos morriam de apoplexia, congestão, congestão cerebral, diarreia e hipertrofia do coração. Os negros faleciam de apoplexia, congestão cerebral, catarro crônico e um caso até fazia referência à epidemia de cólera que grassou no ano de 1867. Vera Barroso, que pesquisou os óbitos dos escravos e dos negros livres e libertos sepultados no Cemitério Extra-Muros da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre entre os anos de 1850 e 1881, afirmou em artigo que, dos 16.032 sepultamentos que envolveram estas categorias frente a um total de 32.250 mortes, poucos falecimentos de escravos ocorreram no interior da Santa Casa, enquanto que a morte naquela instituição ocorria para cerca de um terço dos negros livres e libertos. Quanto às *causa mortis*, os livros de registros de óbitos não apontam grande diferença em relação aquelas indicações que encontrei nos registros de alienados falecidos, pois se ressaltavam as doenças respiratórias e digestivas, dentre a mortalidade infantil e a senil, os afogamentos, suicídios, doenças congênitas e contagiosas³¹¹. Maria Luiza Tucci Carneiro, em seu estudo sobre o Asylo São João de Deus em Salvador, relacionado a um período imediatamente posterior ao que estudo, afirmou que os registros de “loucura” relativos aos pacientes daquele estabelecimento não explicam as suas mortes, que se davam por outras doenças que coexistiam junto às impróprias condições de salubridade do asilo³¹².

Essas explicações são apenas tangenciais, pois em relação ao meu levantamento empírico, observei que na maioria das vezes as razões que levaram os internados à morte não eram registradas nos livros de matrículas de enfermos da Santa Casa de Porto Alegre. Não estava em meus objetivos cruzar o registro dos enfermos com os livros de óbito. Entretanto reconheço que um desdobramento da análise neste sentido apontaria para um possível refinamento do conhecimento das relações entre os senhores e seus escravos. É uma pesquisa importante por fazer.

Outrossim, é possível afirmar que o desejo de regresso ao convívio social não era incomum aos confinados. Alguns pediam para sair do estabelecimento. Também os filhos, irmãos e pais dos internados solicitavam o retorno de seus parentes. Em sua maioria esses pedidos provinham dos indivíduos brancos. Poucos casos se deram com os negros. Em 6 de abril de 1869 o sapateiro pernambucano Anselmo Antunes d’Almeida, preto, 40 anos recebeu

³¹¹ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Novas fontes para a história da escravidão negra no RS / USCPM (1850 – 1900). *Estudos Ibero-Americanos*, v. XVI, n. 1-2, jul.- dez. 1990, p. 57-67.

³¹² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Negros..., *op. cit.*, p.149-150.

alta após solicitar³¹³. Através de um pedido de sua mulher, em 8 de novembro de 1864 foi liberado Ricardo Pires de Aguiar, um pedreiro africano de 50 anos de idade.³¹⁴ Também era casada a parda Laurinda Maria Leonarda de Abreu, de 31 anos, liberada nos últimos dias de 1869³¹⁵. Chama atenção a ausência de cativos como alvo desses pedidos. E que o contexto de alta solicitada por outrem não estava apenas associado aos casos de internação originados em âmbito doméstico. Maria Jeronyma, uma parda de 40 anos, teve em meados de julho de 1862 a sua alta requerida após ser encaminhada à Santa Casa pela Polícia³¹⁶.

Dentre possíveis estratégias que visassem a reversão dos confinamentos, aquelas que deixaram marcas mais evidentes foram as fugas. Cinquenta e duas evasões foram registradas frente aos 865 internados entre 1843 e 1872 (6%). Quase três quartos do total (73%) era composto por indivíduos brancos, sendo que apenas 8% eram mulheres. Pelo menos quinze por cento eram casados, o que pode indicar que possivelmente o destino seguido após a fuga fosse direcionado a um retorno para casa. A maioria dos negros foragidos (86%) não possuíam estatuto de escravidão definido e não eram libertos reconhecidos. Apenas 28% eram africanos e 7% eram mulheres. Levado à Santa Casa pela Polícia, José dos Santos Mello, 48 anos, pernambucano, pedreiro, foi alienado, mas não esperou um mês para se evadir³¹⁷. Outros, por sua vez, esperavam mais tempo, como foi o caso do africano Felipe, de 50 anos, que após quase dois anos e meio internado por alienação mental, realizou sua fuga em 29 de fevereiro de 1868³¹⁸. O único escravo identificado dentre os trãnsfugas foi o já citado Lourenço, pertencente ao comerciante Tristão José Monteiro. Todavia, não podemos dizer que todos os outros fossem desocupados, pois entre os negros evadidos sem indicação de condição (escravo, livre ou forro) estavam o já citado pedreiro, um marceneiro e um sapateiro.

Uma vez foragidos, os alienados se inseriam num quadro de novas sociabilidades e de constante possibilidade de retorno ao confinamento. A leitura da historiografia nos indica que as evasões reforçavam a existência dos grupos sociais que permaneciam na mira das políticas repressivas. Ao fazer referência às fugas de escravos registradas em Porto Alegre entre 1858 e 1888, Paulo Moreira lembrou que as aglomerações urbanas em crescimento redirecionaram as fugas de escravos, que encontraram nesses espaços, em especial nas periferias, maior chance

³¹³ ISCMPA – CEDOP - MGE3 - Fl. 70 – n. 522.

³¹⁴ ISCMPA – CEDOP - MGE2 - Fl. 178 – n. 630.

³¹⁵ ISCMPA – CEDOP - MGE3 - Fl. 85 – n. 391.

³¹⁶ ISCMPA – CEDOP - MGE2 - Fl. 127 – n. 302.

³¹⁷ ISCMPA – CEDOP - MGE2 - Fl. 143 – n. 238.

³¹⁸ ISCMPA – CEDOP - MGE2 - Fl. 208 – n. 962.

de invisibilidade frente às autoridades ao se misturarem com outros negros livres e com os pobres em geral, além de se inserirem no mercado de trabalho informal e encontrarem modos de socialização³¹⁹. Nesse sentido, não é possível isolar a história dos negros urbanos em fuga daquela vivida por outros indivíduos não-negros. A proximidade desses populares ocorria em meio à necessidade de sobreviver através de ocupações ocasionais e de baixa remuneração, e em locais onde a legalidade e a ilegalidade coexistiam, onde se ligavam “os mundos do trabalho e do prazer”: os prostíbulos, as tabernas, o cais do porto e as ruas³²⁰.

Mary Karasch em seu amplo trabalho sobre os escravos que viviam no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX fez algumas considerações a respeito das características das fugas de cativos. Entre 1826 e 1831, 80% das fugas de escravos foram efetuadas por africanos, sendo que a amostra sugere que as evasões se davam entre membros de todas as etnias. Entre 1826 e 1837, 85% dos que fugiram eram homens. Para a autora, a pouca presença de crioulos talvez se devesse ao seu maior êxito em evitar a prisão ou à sua familiaridade com as patrulhas de captura, o que os desestimularia à fuga. Quanto à baixa incidência entre as mulheres, a justificativa apontada se refere à menor mobilidade das escravas que trabalhavam em serviços domésticos. No que diz respeito às razões identificadas para fugas, sobressaía o desejo de retorno para a terra natal, o regresso para o núcleo familiar, a incidência de maus-tratos e os acordos não cumpridos pelos senhores. Mary Karasch também atribuiu ao crescimento da cidade com uma população de todas as cores uma maior facilidade para que os fugitivos encontrassem abrigo. Além do mais, muitos escondiam escravos motivados por interesses “caridosos” ou comerciais³²¹.

A polícia ao que parece era acionada a fim de recapturar os foragidos da Santa Casa de Porto Alegre. A pernambucana Florisbella Maria Joaquina, citada nas primeiras linhas desta dissertação, após várias passagens pela Santa Casa, fugiu em primeiro de dezembro de 1859. Quinze dias depois a polícia a remetia de volta³²². Também o interesse da própria instituição na captura de um confinado foragido poderia ficar evidente. Foi o que aconteceu nos primeiros dias de 1859, quando um escravo alienado pertencente e evadido da Santa Casa de Misericórdia foi enviado de volta pelo Corpo Policial³²³.

³¹⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos...**, *op. cit.*, p. 68 e 79.

³²⁰ *Ibid.*, p. 75.

³²¹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos...**, *op. cit.*, p. 399-408.

³²² ISCMPA – CEDOP – MGE2 – Fl. 76 – n. 578; Fl. 78 – n. 649.

³²³ AHRS – Polícia – Corpo Policial – Maço 141 – 5/1/1859.

Neste capítulo algumas questões inicialmente colocadas puderam ser tangenciadas a partir da análise estatística das internações. Em linhas gerais, é possível dizer que a construção do espaço do Asylo de Alienados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre serviu ao recrudescimento de uma política de confinamentos que tinha afluências e interesses diversos. O principal parecia arrazoar as internações a partir de uma tendência de combate ao não-trabalho de modo crescente após o final do tráfico transatlântico, quando a exploração mais intensiva e eficiente da mão-de-obra disponível se tornava fundamental. À repressão aos não enquadrados em atividades de trabalho eram somados aqueles que perturbavam a ordem pública de alguma forma. Estes também ficavam passíveis de formas coercitivas para as quais a internação por loucura estava associada. Nesse aspecto, as atividades dos responsáveis pelos confinamentos ficavam apontadas para alvos preferenciais: os pobres, aqueles que estavam em idade produtiva, aqueles sem profissão ou sem atividade laboral, os colonos e, obviamente, a mão-de-obra por excelência, os negros, fossem cativos, libertos ou livres. Noutra ponta, para os senhores de escravos, quando estes passavam a não mais servir aos seus interesses, o confinamento surgia como solução possível. Ainda que certo custo pudesse recair sobre esses proprietários, provavelmente fosse considerado um gasto menor do que a manutenção daqueles indivíduos sob a sua responsabilidade direta. Em síntese, os internados por alienação mental ou outras designações afins constituíam uma ampla população que, ao sabor do atendimento nas dependências da Santa Casa, muitas vezes padecia sob outras doenças além daquelas que eram apontadas nos registros de entradas de enfermos. Mas uma população que também podia ensaiar estratégias de contorno das formas repressivas, através das fugas, do acionamento de parentes ou do convencimento sobre a possibilidade de obter alta.

PARTE II - “ROGO A V. SA. SE SIRVA MANDAR RECOLHER”³²⁴

³²⁴ AHRs – Polícia – Códice 247 – p. 26v. – 17/3/1866.

4 - AS DISPUTAS PELO CONTROLE DAS ARTES DE CURAR

Na terça-feira á noite appareceu um negro morto na rua do Rosario: a policia não lhe achou sinal de ferimento, por isso o mandou para a *Santa Casa*. Em outras terras, que alegres não são, quando se acha um corpo não se lhe toca: vai-se chamar um medico, e uma autoridade de policia, pois a posição do corpo, o sitio preciso onde estava, sôem ser indícios para descobrir a causa da morte. Por cá como os policiaes todos são formados em leis, e em cirurgia, não precisam mais do que o seu parecer para decidir os negocios de mortos e achados.³²⁵

A epígrafe acima, oriunda de uma crônica publicada por *O Estudante* nas páginas do jornal **O Mercantil**, nos apresenta uma idéia bastante clara sobre as ingerências do poder policial sobre a atividade médica. É possível perceber que mesmo sendo criticados os membros do Corpo Policial que tomaram a iniciativa de remover o cadáver do escravo sem autorização superior, o cronista não deixou de admitir que além de um médico, uma autoridade policial teria condições de arrogar prerrogativa para tanto. No quarto capítulo de **Os delírios da razão**, Magali Gouveia Engel, ao tratar dos primeiros anos após a criação do Hospício Pedro II no Rio de Janeiro, chamou atenção para o fato do controle da população interna daquele estabelecimento não estar apenas nas mãos dos médicos. O processo de medicalização que se desenvolvia seria intermediado por “uma espécie de aliança entre os médicos, os administradores da Santa Casa e as autoridades policiais e judiciárias, onde nem sempre a ‘vontade médica’ se sobrepunha às demais”. A autora citou a ingerência dessas variadas instâncias de poder, além das familiares e senhoriais, sobre a decisão de entrada, permanência ou saída dos enfermos³²⁶. Acompanho em grande parte essas afirmações. Entretanto, para o contexto da Santa Casa de Porto Alegre e das autoridades da província sulina, é possível verificar que uma possível aliança pode ser entendida mais como a

³²⁵ CHRONICA..., *op. cit.*, v.2, 2^a. época, 34^a. remessa, p. 563.

³²⁶ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 233-234.

emergência de poderes que se contrapunham em relações nem sempre bem definidas, e muito menos pacíficas.

A parte inicial desta dissertação foi dedicada ao estudo do contexto social que envolvia a alienação mental em meio às relações de trabalho numa sociedade escravista. Foram consideradas a atuação das autoridades públicas, a criação de espaços para os confinamentos e o perfil da população apartada do convívio social.

Daqui por diante o foco será ajustado sobre os entendimentos nem sempre acomodados que se relacionavam aos tipos de enfermidades e aos tratamentos dispensados aos alienados. Esses aspectos complementam a primeira parte do trabalho na medida que constituíam o embasamento sobre o qual se justificavam as políticas que definiam os procedimentos adotados frente os casos de loucura. Serão contemplados os juízos construídos sobre a loucura, através das disputas entre médicos e policiais, da formação e do caráter dos diagnósticos médicos. Por outro lado, ao levar em consideração a possibilidade de outros entendimentos que transcendessem à esfera acadêmico-institucional, também receberá enfoque uma observação sobre o debate em torno da diáspora africana, em especial sobre os pontos relacionados aos entendimentos sobre a doença e a cura.

Neste quarto capítulo, discorrerei sobre o desempenho da Câmara de Porto Alegre ao regulamentar a atividade dos praticantes das artes de curar e as suas tentativas de manter uma fiscalização sobre essas atividades, o que sempre foi acompanhado da intromissão policial. Para complementar essa abordagem, farei uso da discussão bibliográfica que trata do papel da Fisicatura-mor como pioneira nessas funções. A partir dos embates entre a autoridade policial e os médicos, torna-se possível delinear os conflitos de autoridade que envolviam a detenção e confinamento daqueles definidos como loucos. Para finalizar o capítulo, começarei a delinear o perfil dos médicos responsáveis pelos diagnósticos emitidos na Santa Casa de Porto Alegre.

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre³²⁷ ao longo do segundo quarto do século XIX esteve envolvida na tentativa de regulamentação e de fiscalização das atividades que se voltavam à cura de doentes³²⁸. Dentre as prerrogativas que se lhe atribuíam, estava a

³²⁷ Dentre os edis da capital da província que exerceram seu mandato no período entre 1846 e 1852, estava o Dr. Luiz da Silva Flores, de reconhecida atuação na Santa Casa da cidade.

³²⁸ A argumentação que segue demonstra políticas diversas daquelas observadas para o período inicial da República. Conforme Beatriz Weber, sob a inspiração do Apostolado Positivista, liberdade religiosa e profissional foram dísticos dos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: “Assim, como a liberdade

autorização dos facultativos ao exercício da medicina³²⁹. O trâmite, que iniciava com a apresentação de uma solicitação para o exercício da atividade³³⁰, uma vez aprovado implicava por fim na prestação de juramento por parte do médico³³¹. O mesmo se dava em relação aos farmacêuticos e boticários³³².

Em setembro de 1839, os vereadores da capital formularam Postura regulando o exercício das atividades de médicos, cirurgiões, boticários e parteiras³³³. Dias depois essa Postura foi aprovada pela Presidência da Província em caráter provisório³³⁴. A especificação era que não se autorizasse o exercício da atividade àqueles indivíduos que não apresentassem a devida titulação expedida pelas faculdades de medicina do Rio de Janeiro ou da Bahia. E, efetivamente, nas atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre são encontrados registros seja de farmacêutico formado na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, seja de médico graduado na Escola de Medicina da Bahia³³⁵. Diferentemente, mas também demonstrando a aplicação da exigência da Câmara, foram registrados casos de indeferimento de pedidos de exercício da atividade solicitados por práticos em botica e médicos que não apresentaram a documentação devida.³³⁶ Além dos registros destes profissionais, a atividade de barbeiro

religiosa, a questão da liberdade profissional foi um dogma mantido por Borges de Medeiros ao longo de todo o período em que governou. Enfatizava que a função do positivismo era generalizar a ciência, sistematizando a ordem social, fruto da educação, que devia ser como princípio fundamental a supremacia da moral sobre a ciência, do sentimento sobre a razão. Não caberia ao Estado nenhuma ingerência sobre o exercício de quaisquer profissões, que seriam *reguladas* pelas decisões da população, esclarecida pela *ciência*. A manutenção desse princípio foi garantida ao longo de todos os governos positivistas do Rio Grande do Sul”. As propostas do positivismo religioso embasavam o modo de tratar as atividades profissionais, em especial a medicina: “Para os membros do Apostolado, a Medicina não era uma arte perfeitamente racionalizada, havia uma ‘anarquia mental’ entre os médicos, cada um com suas teorias e sua prática. Os médicos não hesitavam em acusar de charlatanismo ou ignorância tudo o que se afastasse do seu modo de ver, por exemplo, a separação entre alopatas e homeopatas, ambos oficialmente autorizados a curar. [...] Segundo os membros do Apostolado, a concessão de privilégios armaria certa classe de indivíduos com meios de oprimir seus concidadãos, porque à população caberia apenas a alternativa de ficar ao desamparo ou de aceitar só cuidados de um membro qualquer dessa classe, ainda quando preferissem se entregar a qualquer outra pessoa em cuja prática confiasse.” Após a Constituição Estadual de 1892 e o Regulamento dos Serviços de Higiene do Rio Grande do Sul, publicado em 1895, bastava para o exercício da medicina, da farmácia, da drogaria, da obstetrícia e da arte dentária um registro na Diretoria de Higiene. Ainda que devessem ser multados aqueles que praticassem sem essa inscrição, a “fiscalização era tida como letra morta, porque o cargo de delegado de higiene era honorário, exercendo-o, sem remuneração, algum médico afeiçoado ao partido governamental”. WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928**. Beatriz Teixeira Weber. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. p. 41-49.

³²⁹ AHPAMV – ASCVPA – Livro 12 - 9/5/1838.

³³⁰ AHPAMV – ASCVPA – Livro 15 - 19/4/1859.

³³¹ AHPAMV – ASCVPA – Livro 12 - 25/5/1838.

³³² AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 23/7/1839.

³³³ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 23/9/1839.

³³⁴ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 30/9/1839 e Livro 15 das Correspondências Passivas - Ofício da Presidência da Província de 26/9/1839.

³³⁵ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 15/12/1840 e 5/1/1841.

³³⁶ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 9/10/1839 e 16/7/1846.

exercida por escravos, mesmo que sob a responsabilidade de seus senhores, também deveria passar pela autorização da Câmara³³⁷. E ainda no desdobramento destas suas prerrogativas, os vereadores definiam que mesmo existindo a inspetoria de saúde, cabia à Câmara verificar a salubridade de prisões e estabelecimentos públicos. De igual modo solicitavam a presença de médicos ou farmacêuticos a fim de acompanhar os fiscais que examinavam determinados estabelecimentos, como por exemplo, aqueles que vendiam carne ao público³³⁸.

Nos anos que se seguiram parte das prerrogativas da Câmara Municipal sobre o registro dos envolvidos em práticas de cura seriam questionadas. Em 1874 a Câmara Municipal recebeu uma circular do Ministério do Império informando que desde o Decreto n. 2055, de 19 de dezembro de 1857, era atribuição da Junta de Higiene e não da Câmara Municipal permitir que se abrisse botica ou se exercitasse a farmácia aos legalmente não-habilitados.³³⁹ Note-se que àquela altura a exigência de diploma já estava atenuada em relação às disposições iniciais. O problema agora era a quem se atribuía o direito de fiscalização.

As discussões e questionamentos posteriores não obscurecem as tentativas da Câmara Municipal para manter uma atividade fiscalizadora sobre as práticas de cura. Em agosto de 1849, os vereadores receberam parecer da comissão designada para analisar o estado das cadeias e estabelecimentos de caridade, nos quais se incluía a Santa Casa³⁴⁰. Cinco anos depois a Comissão de Higiene Pública solicitaria uma lista dos Médicos, Cirurgiões e Boticários e a indicação de um Fiscal da Câmara para acompanhá-la em suas visitas³⁴¹. Essa atuação da Comissão de Higiene poderia demarcar um conflito pelas prerrogativas de fiscalização da saúde pública. Contudo, o papel da Câmara seria reforçado posteriormente, quando foi definido que mesmo existindo a inspetoria de saúde, cabia a autoridade municipal verificar a salubridade de prisões e estabelecimentos públicos, solicitando o acompanhamento de médicos ou farmacêuticos, quando fosse necessário³⁴².

Desde o início de sua atuação fiscalizadora das artes de curar, a Câmara Municipal era muitas vezes incitada por outras autoridades ou por reclamações públicas. Em 1838, por exemplo, um ofício do Chefe de Polícia pedia providências sobre o não-atendimento de um escravo com varíola na Santa Casa. Vários anos depois um fiscal informava à Câmara ter

³³⁷ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 8/4/1840, 21/4/1841 e 26/4/1841.

³³⁸ AHPAMV – ASCVPA – Livro 15 - 18/7, 2/8 e 20/8/1862.

³³⁹ AHPAMV - Livro 34 das Correspondências Passivas – 23/12/1874.

³⁴⁰ AHPAMV - Livro 20 das Correspondências Passivas – 27/8/1849.

³⁴¹ AHPAMV – ASCVPA – Livro 14 - 12/5/1854.

³⁴² AHPAMV – ASCVPA – Livro 15 - 18/7, 2/8 e 20/8/1862.

multado um boticário que despejava materiais em cano que descia para a Rua Nova³⁴³. Mas ainda que esse tipo de intervenção fosse solicitada, o cerne das reclamações se concentrava sobre as práticas de cura realizadas por indivíduos sem habilitação.

No ano de 1839 os vereadores receberam a denúncia de um boticário sobre médicos e cirurgiões que exerciam suas funções sem autorização. Como resposta, mandaram publicar um edital convocando todos os que trabalhavam com saúde pública para que apresentassem a documentação exigida para tais fins³⁴⁴. Nos meses seguintes essa solução pareceu não ter surtido maior efeito, pois as reclamações dos boticários permaneciam sendo registradas nos anais da Câmara de Vereadores³⁴⁵.

No início de 1841, o vereador Campos solicitou o reexame dos diplomas dos médicos, boticários, cirurgiões e parteiras. Após revisar algumas atas e livros de assento da casa, acreditava poder afirmar que alguns diplomas eram falsificados e outros não estavam de acordo com as exigências legais³⁴⁶. Foram formadas duas comissões. Uma se direcionava para o exame dos diplomas de medicina e cirurgia, enquanto a outra se voltava para qualidade dos remédios disponíveis nas boticas³⁴⁷. Em meados de abril de 1841, os vereadores receberam o relatório da comissão de exame dos diplomas de medicina e cirurgia e resolveram publicar um edital com o nome dos aprovados³⁴⁸. Estes viriam a público apenas depois de autorização expedida no mês de julho. Em “todos os ramos das ciências médicas”, ficavam autorizados os doutores Americo Cabral de Mello, Balthazar Pereira Guedes, Manoel José de Campos, Thomaz Antunes de Abreu, e o cirurgião formado Domingos Gonsalves Ramos. Para a cura apenas em cirurgia, Ignacio Joaquim de Paiva, Antonio José de Moraes, Luiz Antonio de Medeiros, Verissimo da Silva Roza, Manoel José Henrique da Cruz e Antonio José Ribeiro. Para o exercício de botica, Luiz Antonio de Medeiros, Francisco de Paula Cezimbra Moura, Ignacio Venceslao de Azevedo, João Napomoceno, Feliciano Antonio de Castro, André Jezoino de Oliveira Barreto, Roberto Lourenço da Silva, Francisco Rabello de Figueiredo e João de Oliveira Couto Paredes. Para este último ainda não havia decisão superior relativamente às circunstâncias do diploma que apresentara, não podendo os demais manter

³⁴³ AHPAMV – ASCVPA – Livro 12 - 25/5/1838 e Livro 15 – 17/10/1861.

³⁴⁴ AHPAMV – ASCVPA – Livro 12 - 10/4/1839.

³⁴⁵ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 3/9/1839.

³⁴⁶ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 14/1/1841.

³⁴⁷ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 3/2/1841 e 20/3/1841.

³⁴⁸ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 15/4/1841.

suas atividades por não terem apresentado seus diplomas, não satisfazendo a disposição do artigo 13 da lei de 3 de outubro de 1832³⁴⁹.

Com a publicação da referida listagem, mais uma resolução sobre os habilitados para a prática de cura era aplicada sem que o intento fosse alcançado, pois nos anos subseqüentes o tema voltaria várias vezes às reuniões do parlamento municipal. No mês de abril de 1844 os médicos da capital foram convidados a exporem à Câmara a melhor forma de se evitar enfermidades. Mas essa “deferência” à competência dos facultativos não implicava no arrefecimento das ofensivas fiscalizadoras. Em outubro do mesmo ano, em meio a nova discussão sobre os médicos, boticários e cirurgiões que praticam sem autorização, os vereadores receberam correspondência do Secretário do Governo através da qual se pedia rigor da Câmara contra aqueles que exerciam a profissão de médico e de boticário sem diplomas. Decidiu-se então consultar o Governo Central sobre a vigência da lei que proibia acúmulo das funções de médico e boticário³⁵⁰. Na prática, os vereadores ao menos recomendaram a fiscalização dos boticários inabilitados pela Câmara e que possuíam estabelecimentos, incluindo os estrangeiros³⁵¹.

A correspondência ativa e passiva da Câmara Municipal de Porto Alegre com o Governo Imperial a respeito da saúde pública não era incomum, especialmente depois de 1843, quando o Ministério do Império também passou a lidar com a fiscalização do exercício da medicina e da saúde pública. Em outubro de 1846, a Câmara recebeu novo ofício, agora do Ministério dos Negócios do Império, o qual versava sobre as habilitações que deveriam possuir os praticantes da homeopatia³⁵². Quase dois anos depois a Corte dava sinais de estar atenta ao problema dos inabilitados à cura, pois a pedido do Governo Imperial, a Presidência da Província voltava a determinar o controle rigoroso do exercício da profissão médica³⁵³. Pedido que foi reforçado no ano seguinte, quando novo aviso do Ministro do Império determinava que somente se permitisse o exercício das artes de curar aos que possuíssem título das Academias de Medicina³⁵⁴.

Na verdade as tentativas de controle das práticas de cura eram bem anteriores às prerrogativas assumidas pelas câmaras municipais. Tânia Pimenta abordou o tema a partir de

³⁴⁹ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 26/7/1841.

³⁵⁰ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 21/10/1844 e 23/10/1844.

³⁵¹ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 – 21/1/1846 e 21/4/1846.

³⁵² AHPAMV – ASCVPA – Livro 14 - 6/10/1846.

³⁵³ AHPAMV – ASCVPA – Livro 14 - 11/9/1848.

³⁵⁴ AHPAMV - Livro 20 das Correspondências Passivas – 9/9/1849.

estudo das fontes da Fisicatura-mor instalada no Brasil com a chegada da Corte portuguesa no ano de 1808, seguindo até 1828³⁵⁵, quando aquele órgão responsável pela regulamentação e fiscalização das práticas de cura foi extinto. O objeto principal da investigação da autora priorizou a “análise das relações dessa instituição e as pessoas às quais autorizava o exercício de suas atividades”³⁵⁶. O seu foco incidiu sobre a experiência dos médicos, cirurgiões e boticários que eram obrigados a obterem licença para trabalhar e serem alvos de fiscalização, especialmente nos centros urbanos³⁵⁷.

Em sua análise, a autora percebeu que a concessão das licenças de curar, que deveriam obedecer a um trâmite impessoal e regimental a partir das disposições da Fisicatura, de fato submetiam-se “às relações pessoais que se formam e se reforçam através de favores feitos uns aos outros e que deveriam ser retribuídos”. Ainda que existissem critérios técnicos para que a instituição embasasse os seus pareceres, os códigos e as hierarquias sociais imbricavam-se com a atuação da Fisicatura³⁵⁸. Desde 22 de janeiro de 1810 as atividades da Fisicatura se desenvolveram por um alvará que visava regular as atividades dos fiscais regionais e evitar os danos à saúde pública causados pela imperícia dos curadores e pelas fraudes nos medicamentos. Nos informa Tânia Pimenta:

Claro que as suas ações estavam longe das que caracterizariam mais tarde a medicina social, visando a normalização da sociedade. Mas existia uma preocupação, pelo menos no discurso, com a saúde da população, para além dos assuntos relacionados somente à medicina, e que era a justificativa para uma interferência nos assuntos relacionados à saúde, regulando desde as atividades de quem curava até a venda de medicamentos.

Boa parte desse regimento dizia respeito à fiscalização das boticas e lojas de drogas, enumerando o que deveria ser observado. Especificava as condições que deveriam ser preenchidas para alguém ser examinado e detalhava como seriam procedidos os exames para a obtenção de licença para o exercício da atividade de boticários, para avaliar médicos formados em instituições estrangeiras, cirurgiões que curavam de medicina e pessoas que curavam sem ter formação de médico ou cirurgião. Também compreendia as devassas, do que o oficial deveria verificar, das punições que deveria aplicar³⁵⁹.

³⁵⁵ Antes de 1822 sua circunscrição abrangia todo o império português.

³⁵⁶ PIMENTA, Tânia Salgado. **Artes de curar...**, *op. cit.*, p. 2.

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 4.

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 7-8.

³⁵⁹ *Ibid.*, p. 23.

Tânia Pimenta reconheceu em seu trabalho que o alcance prático da atuação da Fisicatura pudesse ser limitado, entretanto afirmou que a faculdade de aprovar ou reprovar os peticionários imbuía a instituição “de prestígio que poderia ser negociado”³⁶⁰. Com relação às devassas, essas eram tentativas da Fisicatura para garantir respeito às suas ordenações. Realizadas anualmente, obrigavam os praticantes de cura a apresentarem as suas autorizações e davam lugar para as denúncias da população sobre os inabilitados³⁶¹. Em sua pesquisa empírica, Tânia Pimenta encontrou fora da Corte um maior número de “reclamações por parte de oficiais e de pessoas que se submeteram ao processo de legalização da Fisicatura e viam outras concorrendo com elas sem ter passado pela burocracia, nem pago nada”³⁶². A autora se deparou com três categorias de praticantes das artes de curar: os médicos, aqueles que obtinham licença para a medicina prática e os curandeiros. Haveria razões práticas para essa hierarquização:

Os primeiros eram considerados os profissionais competentes por excelência; os segundos seriam capazes de substituí-los na sua ausência, porque já exerciam alguma especialidade (cirurgia ou farmácia) e tinham adquirido certo conhecimento sobre assuntos médicos de modo empírico; e os terceiros eram os menos valorizados no quadro hierárquico da Fisicatura, que se via obrigada a oficializar as suas práticas, segundo o seu discurso, principalmente em função da demanda da população, e da escassez de médicos e mesmo de cirurgiões aprovados em medicina.³⁶³

Mas voltemos ao contexto posterior a vigência das disposições da Fisicatura-mor. Destacando-se em meio a toda aquela nem sempre bem sucedida atividade fiscalizadora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, aparecem na correspondência daquele parlamento, e também nos códigos policiais, as solicitações e resoluções emitidas pela Chefia de Polícia. No ano de 1854, em resposta ao requerimento enviado pela Presidência da Província e demais membros da Comissão de Higiene Pública, o Chefe de Polícia interino, Antônio Vieira Braga, informava ter oficiado a todos os Delegados de Polícia dos Termos da Província a fim de que se tomassem providências para impedir a continuidade da venda de remédios realizada por índias peruanas³⁶⁴. Cerca de uma década depois o Chefe de Polícia interino questionava a

³⁶⁰ PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar...*, *op. cit.*, p. 27.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 31-32.

³⁶² *Ibid.*, p. 47.

³⁶³ *Ibid.*, p. 66.

³⁶⁴ AHRS – Polícia – Códice 243 - p. 42 – 24/5/1854.

Câmara Municipal sobre a titulação de “doutor” do anunciante de um gabinete de medicina, cirurgia e dentária instalado na rua da Praia, n. 471, conforme publicado no jornal **Mercantil** dos dias 21 e 22 daquele mês³⁶⁵.

A citada Comissão de Higiene Pública do Rio Grande do Sul foi formada depois de 1852 junto a congêneres no Pará, Maranhão e Pernambuco. Seguiam a orientação da Junta de Higiene sediada na Corte desde sua criação pelo Decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850 e regulamentação pelo Decreto n. 828, de 29 de setembro de 1851. Sua função era realizar a atividade fiscalizadora que as Câmaras Municipais não conseguiam satisfazer em vista de suas inúmeras atribuições. Conforme Tânia Pimenta, a operação da Junta de Higiene

agregava as atividades de avaliação e autorização, além de ter um trânsito bem mais direto com os fiscais da Câmara, que deveriam acompanhar os seus empregados na fiscalização; com a polícia, que punia os transgressores de seu regulamento; e com o Ministério do Império, ao qual estava diretamente subordinada.³⁶⁶

Em setembro e outubro de 1855, em resposta ao executivo provincial, a Santa Casa afirmou que seriam franqueadas as suas instalações para a fiscalização da Comissão de Higiene Pública³⁶⁷. Em 17 de outubro após a realização da vistoria, a Provedoria da Santa Casa enviou ao Barão de Muritiba, Presidente da Província, nova correspondência pela qual contestava as providências reclamadas pela Comissão de Higiene. Ainda assim entregava a palavra final ao chefe do executivo³⁶⁸.

De fato, para o contexto provincial parece que a autoridade da Comissão nem sempre era efetiva. Uma correspondência expedida não pelo Chefe de Polícia, mas por um subordinado, o delegado Firmino d’Azambuja Rangel, onde oficia ao Presidente da Província afirmando que não processaria os denunciados pela Comissão da Junta de Hygiene pelas práticas de cura sem habilitação durante a epidemia de cólera ocorrida no final do ano de 1855, deixa evidente a sobreposição da autoridade policial:

³⁶⁵ AHRS – Polícia – Códice 246 – p. 18v. – 26/6/1864 e AHPAMV – ASCVPA – Livro 16 - 30/6/1864.

³⁶⁶ PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade dos oitocentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, suplemento, p. 67-92, 2004, p. 84-85.

³⁶⁷ AHRS – Assuntos Religiosos – Caixa 3 – Maço 5 – 14/9/1855 e 14/10/1855.

³⁶⁸ AHRS – Assuntos Religiosos – Caixa 3 – Maço 5 – 17/10/1855.

[...] considerando que os indiciados infratores da disposição referida [...] fizeram uso da medecina nas circunstancias especiaes, em que se achou ésta capital na crise por que acaba de passar, quando os facultativos habilitados eram insufficientes para acudir aos reclamas de huma população que lutava desesperadamente com os horrores do flagello, que a assolava e sendo alem disso publica e notoriamente conhecidos, como não pode ignorar V. Exa. os serviços prestados por esses individuos ás pessoas accometidas da epidemia [...].³⁶⁹

Tânia Pimenta afirmou que em princípios de 1850 os médicos da Corte foram convocados pela Comissão Central de Saúde Pública a fim de conterem a epidemia de febre amarela que iniciara. Meses depois essa comissão resultaria na criação da Junta Central de Higiene Pública³⁷⁰. Em Porto Alegre, durante a epidemia de cólera que grassou pela Província de S. Pedro em fins de novembro de 1855, a administração das políticas públicas de combate ao problema esteve nas mãos da Chefia de Polícia, primeiro a cargo de Francisco Coelho Borges e, a partir de primeiro de dezembro, sob a responsabilidade de João Vieira Rodrigues de Carvalho Silva. Ambos trataram ações junto à Higiene Pública e aos boticários, para que estes fornecessem o material aplicado nas regiões tomadas pela doença. Na véspera do dia de Natal, a Chefia de Polícia foi assumida interinamente por Luis Alves Leite de Oliveira Bello, pois Carvalho Silva morrera subitamente. Fora ele próprio acometido pela cólera, dois dias após convocar todos os médicos da cidade para uma reunião em sua residência³⁷¹.

É certo que não apenas um período de exceção como o epidêmico determinava a ingerência policial nos assuntos que envolviam a saúde da população. Em abril de 1849, um ofício do Presidente da Província, do Dr. Chefe de Polícia, do Delegado de Polícia e do Juiz Municipal dava queixa do tratamento dispensado aos presos civis na enfermarias da Santa Casa. Tiveram de dar respostas o Dr. Amâncio Cabral de Mello, o Cirurgião Antônio José de Moraes, o Dr. Porfírio Joaquim de Macedo e o Administrador do Hospital³⁷². No final do ano o Chefe de Polícia, assinou sozinho um requerimento semelhante em que voltava à carga a partir das reclamações do carcereiro da Cadeia Civil a respeito do mau tratamento que os presos diziam receber na Santa Casa. Como resultado, a Mesa Administrativa da Irmandade nomeou uma comissão para averiguação das denúncias³⁷³.

³⁶⁹ AHRS – Polícia – Delegacia de Polícia – Porto Alegre – Maço 19 – Correspondência Expedida – 15/1/1856.

³⁷⁰ PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações..., *op. cit.*, p. 88.

³⁷¹ AHRS – Polícia – Códice 243 – novembro de 1855.

³⁷² ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 5 - 24/4/1849 – p. 191.

³⁷³ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 5 - 10/12/1849.

No que dizia respeito aos casos de loucura, ao se anteciparem à intervenção dos médicos os policiais apresentavam, explícita ou veladamente, sugestões para que a necessidade de confinamento de certos indivíduos não fosse desconsiderada ou negligenciada. Em abril de 1856 a Chefia de Polícia oficiou a Provedoria da Santa Casa, solicitando que voltasse a recolher o alienado Manoel de Vargas Escovar. Este retornara às ruas da cidade após um período internado. Recomendava-se que não fosse solto a não se que tivesse recobrado “o uso da razão”³⁷⁴. Quando outro sujeito, Antero José Fraga, foi apresentado pela Chefia de Polícia à Provedoria da Santa Casa em maio de 1866, afirmava-se já de saída que estava padecendo mentalmente e se informava que tinha um pensamento constante de assassinar o cirurgião-mor de divisão Ignácio Manoel Domingues. Para a Polícia, convinha que permanecesse “vigiado” enquanto não ficasse “bom”³⁷⁵. Em meados daquele mesmo ano, ao enviar o preto forro Lucas, vindo de Taquary, o Chefe de Polícia comunicava à Santa Casa que o mesmo tinha “lugidos intervallos” e que por isso podia muito bem ser empregado em algum serviço no Pio Estabelecimento³⁷⁶. E ainda o caso de um sujeito chamado Francisco Paula de Lima Barcellos, que fora remetido à Santa Casa após ser recolhido pela Polícia em Encruzilhada. Num primeiro momento foi informado à instituição que Francisco principiava a padecer mentalmente, mas, cerca de um mês depois, a nova queixa que solicitava a sua internação acoplava a informação de que era um indivíduo perigoso, tendo perseguido crianças e praticado obscenidades que revoltavam a “moralidade pública”³⁷⁷.

A falta de convencimento da autoridade policial a respeito do estado mental de alguém também poderia ensejar motivo para seus questionamentos. Através de ofício emitido em 30 de novembro de 1863, o vice-cônsul espanhol informava o pedido de um súdito daquele país. José Montanha, que não possuía meios para manter em casa a sua esposa, Margarida de Castro, solicitava a sua internação na Santa Casa. Dias depois, o Chefe de Polícia pedia que os médicos ali estabelecidos verificassem a alienada, “visto ocorrerem suspeitas sobre seu verdadeiro estado”³⁷⁸.

A ordem final para a soltura de alguém era prerrogativa da Chefia de Polícia, a despeito do exame pelos facultativos da Santa Casa ser apontada como lastro a essa

³⁷⁴AHRS – Polícia – Códice 243 – p. 188 – 14/4/1856.

³⁷⁵AHRS – Polícia – Códice 247 – p. 46v. – 8/5/1866.

³⁷⁶AHRS – Polícia – Códice 243 – p. 202 – 30/6/1856.

³⁷⁷AHRS – Polícia – Códice 247 – p. 79 – 19/7/1866 e p. 88v. – 7/8/1866.

³⁷⁸AHRS – Polícia – Códice 245 – p. 158 – 1/12/1863 e p. 159 – 3/1/1864.

decisão³⁷⁹. Não podemos, porém, esquecer que em fins de 1867 o Chefe de Polícia remeteu circular aos Delegados de Polícia dos Termos da Província avisando-os sobre a obrigação de consultar a Santa Casa antes do envio de alienados. Se no princípio do ano seguinte a própria autoridade policial pedia uma abertura de exceção a essa ordenação³⁸⁰, em certos casos a rejeição da Santa Casa em receber alienados era atendida. Atento às razões da mesma, a Chefia de Polícia comunicou em setembro de 1868 ter declarado ao Delegado de Polícia de Cachoeira a impossibilidade de recolher um alienado chamado Zeferino Jacintho da Silva³⁸¹.

Leviano seria, outrossim, afirmar que a autoridade dos facultativos simplesmente fosse solapada pela polícia. Seus serviços e pareceres eram constantemente procurados. Porfírio Joaquim de Macedo, por exemplo, era com freqüência indagado sobre a natureza das doenças dos presos da Cadeia Pública e do Quartel do Corpo Policial. Nesse último local inspecionava a veracidade da alienação mental dos detidos³⁸². O que parecia ocorrer muitas vezes eram casos de conflitos de autoridade. Um exemplo pôde ser observado no final de 1865, quando um ofício enviado ao Dr. Luiz Flores pela Chefia de Polícia mandava examinar um indivíduo chamado Antônio Silveira da Silva, que fora recolhido à Santa Casa por loucura. No dia seguinte a Chefia de Polícia voltava a oficiar a Santa Casa, desta vez informando que o presidente da Junta de Saúde nomeara um médico cujo parecer emitido sobre o mesmo Antonio Silva não autorizava que fosse retirado daquele local por estar padecendo de alienação mental³⁸³.

A Provedoria da Santa Casa por vezes recorria à Presidência da Província quando a Polícia insistia em suas imposições. Em 14 de setembro de 1864 um ofício do administrador da Irmandade, Manoel José de Campos, ao chefe do executivo provincial, João Marcelino de Souza Gonzaga, informava que um indivíduo recolhido no Caminho Novo não era alienado, ao contrário do que afirmara a patrulha, mas sim idiota. Por essa razão se assemelhava aqueles de igual diagnóstico que gozavam de liberdade nas dependências da Santa Casa e exerciam ali atividades condizentes com sua situação, sem a necessidade de recolhimento e grande vigilância³⁸⁴.

³⁷⁹AHRS – Polícia – Códice 246.

³⁸⁰AHRS – Polícia – Códice 248 – 7/11/1867 e 2/1/1868.

³⁸¹AHRS – Polícia – Códice 248 – 29/9/1868.

³⁸²AHRS – Polícia – Códice 248 – 15/1/1868, 21/3/1868 e 20/7/1868.

³⁸³AHRS – Polícia – Códice 246 – p. 187 – 20/12/1865 e p. 187 e 187v – 21/12/1865.

³⁸⁴ AHRS – Assuntos Religiosos – Caixa 3 - Maço 6 – Ofício do Provedor da Santa Casa Manoel José de Campos ao Presidente da Província João Marcelino de Souza Gonzaga – 14/9/1864.

O mais longo desses embates entre a Polícia e a Santa Casa que pude encontrar nos códices policiais pesquisados ocorreu por volta da metade do ano de 1868. Refiro-me à crioula Leopoldina Maria Joaquina, que desde 1862 tinha passagens pela Santa Casa de Misericórdia e pelos registros policiais. Constantemente era acusada de andar despida pelas ruas, proferindo palavras obscenas e ofendendo a moralidade pública. Em 1865 Leopoldina Maria apareceu em quatro registros de entrada³⁸⁵. Quando uma primeira correspondência a seu respeito foi enviada em 17 de março de 1866 pela Chefia da Polícia à Provedoria da Santa Casa de Misericórdia as preocupações em torno de sua figura polêmica foram explicitadas:

Rogo a V. Sa. se sirva mandar recolher ao Asylo da Santa Caza de Misericordia a crioula alienada Leopoldina Maria da Conceição que não pode continuar a andar solta por ter o costume habitual de dispir-se nas ruas e proferir palavras obscenas o que é contrário a moralidade publica.³⁸⁶

Cerca de dois meses depois desse ofício, Leopoldina, que era preta livre, foi novamente apresentada pelo Chefe de Polícia à Santa Casa. Mas parece que a Irmandade não aceitava a sua presença, pois no início do mês de julho, por ordem do Vice-Presidente da Província, conforme constava no ofício n. 475 datado do dia 5, a Chefia de Polícia reenviava ao Asylo de Alienados da Misericórdia a forra “que padece em suas faculdades intellectuaes”³⁸⁷. A resposta da Santa Casa foi encaminhada pelo Provedor General Luiz Manoel de Lima e Silva no dia seguinte a Antônio Augusto Pereira da Cunha, então presidente da Província.

O ofício afirmava que Leopoldina não padecia de alienação, apesar de ter entrado mais de vinte vezes naquele estabelecimento, sempre muito bêbada. Conforme dizia o Provedor da Santa Casa, “logo que curte a embriaguez, tem [Leopoldina] tanto juizo, como aquelles que nenhum soffrimento tem em suas faculdades”. Mas o administrador também advertia que Leopoldina possuía um instinto de ébria, e que a qualquer descuido se evadia, voltado a sua vida desregrada. Ressaltava que a Santa Casa fora constituída para o curativo dos pobres e jamais para a prisão de bêbados. E se insurgia contra o arbítrio policial. Para o Provedor, como os Cofres Públicos em nada contribuíam para o auxílio da Santa Casa, a polícia em nada

³⁸⁵ ISCMPA – CEDOP – MGE2 – fl. 124 – n. 198 – 15/4/1862; MGE2 – fl. 187 – n. 172 – 23/3/1865; MGE2 – fl. 189 – n. 226 – 23/4/1865; MGE2 – fl. 202 – n. 706 – 25/10/1865; MGE2 – fl. 205 – n. 845 – 21/11/1865; MGE3 – fl. 13 – n. 479 – 6/7/1867.

³⁸⁶ AHRS – Polícia – Códice 247 – p. 26v. – 17/3/1866.

³⁸⁷ AHRS – Polícia – Códice 247 – p. 73 – 6/7/1866.

tinha “que ver com os Regulamentos da mesma Santa Caza e sua Administração”, e não devia exigir o que não cabia em sua jurisdição. Finalizando o documento, Lima e Silva dizia que a “preta” deveria ser corrigida na Cadeia Pública e não fazer despesas no Pio Estabelecimento. Todavia, em consideração ao Presidente de Província, ainda a receberia mais uma vez para “dar-lhe os remédios contra as bebidas”, em vista que se produzissem efeitos³⁸⁸.

Parece que nem os resultados se efetivaram contra a embriaguez e muito menos aquele fora o último recolhimento de Leopoldina Maria da Conceição. Quase um ano depois, ela voltava a ser entregue aos cuidados da Santa Casa por andar pelas ruas “fazendo obscenidades contra a moralidade pública”³⁸⁹. No ano de 1868 Leopoldina continuava provocando discussões entre a Chefia de Polícia e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia a respeito de seu diagnóstico. Enquanto a polícia insistia em tratá-la como alienada, exigindo a sua internação no asilo correspondente, a Provedoria da Irmandade continuava a defender o ponto de vista de seus facultativos, que informavam ser a preta meramente “ébria”.

Em meados de junho de 1868, o Chefe de Polícia Belarmino Peregrino da Gama e Mello deu resposta a uma correspondência emitida pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia a respeito do tratamento dispensado ao caso de Leopoldina. Outras duas cartas se seguiriam no mesmo sentido. Infelizmente não consegui localizar os ofícios que saíram da Santa Casa. Ainda assim, o conteúdo dos rebates enviados pelo Chefe de Polícia permite subentender o teor do diálogo travado e o conflito que se estabeleceu entre as duas autoridades. Na sua primeira resposta ao Provedor da Santa Casa, o Chefe de Polícia justificava a crença sobre a necessidade de confinamento da liberta:

Reccebi o officio que V. Exa. se servio de transmittir-me com data de 13 do corrente, dando-me conhecimento de que a V. Exa. derigio, no dia anterior, o Dr. Delegado de Polícia desta Capital, acompanhando a preta ébria Leopoldina, a quem o referido delegado denominou de demente, exigindo a sua admissão nesse Pio Estabelecimento, onde podião ser apresentados os seus serviços. Inteirado de quanto, alem do exposto, me comunicou V. Exa. no seu citado officio, entendi-me com aquele Delegado de Polícia, sobre semelhante occorrença, e fui informado que a preta Leopoldina fora por elle remettida para a Misericórdia, por consideral-a effectivamente louca, que essa preta, é verdade tem intervallos lucidos nos quais se da a embriaguez, e que, quer neste estado, quer no de alienação, offende a moralidade pública, e o pudor das familias, e que, por consequinte, entendeo de seu dever dar-lhe o alludido destino. Como porem, V. Exa. me diz que a referida preta é

³⁸⁸ AHRS – Assuntos Religiosos – Caixa 3 – Maço 6 – 6/7/1866.

³⁸⁹ AHRS – Polícia – Códice 248 – 1/6/1867.

simplesmente ébria, e que somente por differencia áquella autoridade a recebo, cabe-me agradecer a V. Exa. essa prova de consideração, e rogar-lhe que se sirva proceder exame na dita preta, pelos médicos desse Pio Estabelecimento servindo-se outrossim, dar-me conhecimento do resultado do dito exame, para que, sob semelhante base possa a autoridade policial tomar, relativamente á ella, as providencias a seu alcance, á fim de evitar a reprodução das scenas de immoralidade praticadas pela referida Leopoldina.³⁹⁰

Parece evidente que o problema cotidiano de perturbação da ordem ocasionado pela forra Leopoldina deu margem ao seu envio até o Asylo de Alienados da Santa Casa pelo Delegado de Polícia da capital. O fato de ser considerada “demente” pela polícia não encobria que menos importava esse seu “estado mental” do que as “imoralidades” que lhe eram atribuídas. Leopoldina era antes de tudo reconhecida por ser ébria. Essa definição, certamente amparada no histórico de vida da liberta, não era questionada aos olhos das autoridades. Isso fica confirmado quando lemos que o Chefe de Polícia em seu ofício a identificou diretamente como “a preta ébria Leopoldina”. O epíteto “demente” foi anexado quando de sua apresentação pelo Delegado da capital. E esse diagnóstico, a despeito de ser contraposto por momentos considerados lúcidos, não diferenciava o comportamento de Leopoldina, que bêbada ou “efetivamente louca” seguia sendo um estorvo aos padrões morais da sociedade porto-alegrense.

É possível que essa solução pela via do confinamento de Leopoldina não fosse considerada improcedente pelo Provedor da Santa Casa. Não encontrei nenhuma informação sobre manifestação contrária quando em maio de 1863 o Delegado de Polícia de Pelotas repetiu a atitude daquele delegado da capital e remeteu à Santa Casa de Porto Alegre, via Chefia de Polícia, a alienada Ermecilda Joaquina Godoy, “com a declaração de que o desarranjo mental dessa infeliz foi motivado por excesso de embriaguez a que se dava freqüentemente”³⁹¹. O que talvez tenha levado à queixa do Provedor ao Chefe de Polícia em relação ao envio de Leopoldina fosse um conjunto de fatores que passavam pela sabida lotação do Asylo de Alienados, pela recente determinação para que as internações não fossem efetivadas sem o aceite expresso da Irmandade, e, especialmente, pelo fato de uma autoridade policial hierarquicamente inferior ter se atribuído o direito de remeter um alienado. A leitura dos códigos da polícia informa-nos que as petições para o aceite de novas baixas de alienados

³⁹⁰ AHRS – Polícia – Códice 248 – 15/6/1868.

³⁹¹ AHRS – Polícia – Códice 245 – p. 98v. – 20/5/1863.

eram discutidas diretamente pelo Chefe de Polícia e pelo Provedor. Todas as demais autoridades policiais passavam pelo intermédio da Chefia de Polícia. O problema é que Belarmino Peregrino da Gama e Mello, possivelmente ele próprio esperando uma solução para os problemas que Leopoldina causava, sublinhou o pedido para que a forra fosse examinada. A solicitação, feita depois do Provedor da Santa Casa ter asseverado que Leopoldina era “simplesmente ébria”, foi atendida, mas o resultado do exame não agradou ao Chefe Gama e Mello, que lançou dúvida sobre a certeza que envolvia o diagnóstico médico e ressaltou a abrangência do problema social em questão:

Tendo presente o officio de 3 do corrente, que V. Exa. me dirigio acompanhado de um attestado dos Medicos desse Pio Estabelecimento, que examinarão a preta Leopoldina e a declararão em pleno gozo de suas faculdades intellectuaes. = Depositando, como dito, a mais illimitada confiança no juízo dos medicos, signatarios d’aquelle attestado, todavia, pelas razões que vou expôr, seria conveniente que continuasse Leopoldina em observação, no Hospital de Caridade por algum tempo. É opinião geral em toda esta Capital, que aquella preta é alienada; e, pois, se for ella agora retirada do mesmo Hospital, e submettida ao procedimento, que deve ter a autoridade em relação aos ébrios, parecerá aquelle procedimento uma tirania relativamente á dita preta, acerca de cujo exame poderá a malediscencia até dizer, que foi feito em algum momento lucido; o que na primeira hypothese será desagradavel á autoridade, e na segunda esse Pio Estabelecimento, de quem alias, não tenho a pretensão de [ilegível] procurador, por que, com praser, reconheço q~. na pessoa de V. Exa. encontra elle um extremado zelador. – Admittindo porém o alvitre, que tenho, a honra de lembrar a V. Exa., desapparecerá todo e qualquer motivo de cençura. Me parece que as considerações que tenho de fazer poderão calar no animo de V. Exa. que, no caso contrário, resolverá como lhe parecer, sobre a consideração da dita preta no referido Estabelecimento.³⁹²

O Chefe de Polícia Belarmino Peregrino da Gama e Mello mudava o seu discurso, afirmando então a alienação de Leopoldina como algo de senso comum aos habitantes da capital. População que, na opinião do Chefe de Polícia não veria com bons olhos o tratamento que seria dispensado a uma mera bêbada arruaceira – o que, levando em consideração o que costumeiramente aparecia nos códigos da Polícia e nos registros do Corpo Policial, possivelmente seria a sua detenção na cadeia.

Ainda que denotando apreço às considerações e à decisão final saída da Santa Casa, a fala do Chefe de Polícia, ao evocar uma possível maledicência que se originaria da negativa

³⁹² AHRS – Polícia – Códice 248 – 9/7/1868.

do atendimento pelo Asylo de Alienados, procurava fazer acreditar que a responsabilidade pelo destino dado a Leopoldina e o resultado que se verificaria junto à opinião pública implicava em responsabilidade dividida entre a Polícia e o Pio Estabelecimento. Essa espécie de “chantagem” certamente levou a uma resposta dura por parte da Provedoria da Santa Casa, pois alguns dias depois o Chefe de Polícia voltava a se dirigir àquela administração nos seguintes termos:

Recebi o officio de V. Exa. de 12 do corrente, que respondo. Permitta-lhe V. Exa que lhe diga, que não comprehendo bem o que tive a honra de dizer-lhe no meo officio de 9 deste mez, no qual não falei, e nem devia fallar em novo exame na preta Leopoldina, pois não me era licito duvidar do testemunho dos medicos que a havião examinado. E como estou firme no propósito de não uma prova de desconfiança no juizo enunciado pelos medicos relaticamente áquella preta, não posso deixar de declinar do meio, que V. Exa. me suggere de manda a Santa Caza da Misericórdia uma Comissão de medicos que denovo a examinem e nem tambem mandal-a buscar para semelhante fim.³⁹³

Em meio ao oferecimento do Provedor da Santa Casa a respeito da abertura da instituição para que uma junta de médicos examinassem Leopoldina, estrategicamente o Chefe de Polícia Gama e Mello recuou e afirmou, por fim, sua confiança nos pareceres médicos. Certamente não era conveniente levar adiante uma disputa com uma instituição que normalmente não colocava obstáculos às necessidades de confinamento expostas pela autoridade policial.

Pode-se observar que o discurso externo da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre primava pela defesa dos pareceres dos facultativos da instituição. Mesmo assim chama a atenção o fato desses médicos e cirurgiões não serem os profissionais vinculados às artes de curar que percebiam os maiores salários dentre aqueles que trabalhavam para a Irmandade.

Médicos, cirurgiões e boticários

³⁹³ AHRS – Polícia – Códice 248 – 15/7/1868.

No ano de 1855 o médico Luiz da Silva Flores e o cirurgião Porfírio Joaquim de Macedo receberam, cada um, o total de 300\$000rs. em salários. Outro cirurgião, Antônio José de Moraes, recebeu oitenta por cento desse valor (240\$000rs.). Individualmente seus vencimentos eram menores do que aqueles pagos aos enfermeiros Antônio Ferreira de Lacerda (386\$400rs.) e Demenciana Flores da Fonseca (386\$000rs.). O salário de um dos cirurgiões era idêntico ao do primeiro ajudante de enfermeiro Antônio Ignácio de Oliveira Ávila e de valor pouco acima do pagamento entregue ao primeiro ajudante de botica, Ernesto de Souza Leal (216\$000rs.). Nenhum deles recebia mais do que o boticário da Santa Casa, João Nepomuceno das Chagas, que acumulava ganhos mais de três vezes acima dos salários recebidos pelos médicos (1:000\$000rs.). A crescente valorização da figura do boticário pode ser observada não apenas em comparação com outros envolvidos nas artes de curar. Em 1851, a Mesa Administrativa da Santa Casa deliberara sobre a contratação de um boticário aprovado no Rio de Janeiro por 800\$000rs³⁹⁴.

Em 1858 a situação alterou-se um pouco, mas não a ponto de inverter essa hierarquia. O médico Domingos Gonçalves Ramos recebia sessenta por cento do salário do boticário e o Dr. Porfírio Joaquim de Macedo quase a metade daquele valor, pois passara a acumular às suas atribuições o cargo de cirurgião da Casa da Roda. Apenas em 1867 há um indicativo de equilíbrio nos vencimentos de médicos e boticário. Entre salários e gratificações, os facultativos Domingos Ramos, Porfírio Macedo e Thomaz Lourenço Carvalho de Campos recebiam mensalmente 60\$000rs., o mesmo que o boticário Victor de Souza Leal. Esse equilíbrio ocorreu em detrimento do boticário, que perdeu cerca de trinta por cento de sua renda. Talvez o ensejo para essa diminuição salarial do boticário tenha ocorrido já em 1858, quando se demitiu o seu antecessor, João Nepomuceno das Chagas. Todavia, no ano de 1868, quando um novo boticário chamado Adolfo Graff apareceu arrolado na listagem de empregados da Santa Casa, outra vez os vencimentos de sua função suplantavam em dezesseis por cento os auferidos pelos médicos³⁹⁵.

São exíguas as informações sobre os médicos que trabalharam na Santa Casa durante o século XIX. E menor ainda a quantidade de informações a respeito da formação desses profissionais e sobre as práticas que aplicavam nas dependências da instituição. A historiografia não deixou de apontar isso. Yonissa Marmitt Wadi afirmou a ausência de critério médico nos procedimentos executados nas enfermarias até pelo menos 1867:

³⁹⁴ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 6 – 9/2/1851 - p. 36

³⁹⁵ ISCMPA – CEDOP – Relatórios da Provedoria – 1856, 1858, 1867, 1868 e 1872.

[...] não existem registros de observação constante ou mesmo periódica das moléstias que permitisse seu conhecimento e combate e, até 1867, não existem nos relatórios dos provedores quaisquer registro da existência de uma repartição médica. [...] o hospital assistencial não é lugar de cura, é lugar de “recolhimento”, de proteção aos miseráveis sem morada ou recursos; muito mais lugar de redenção e preparação para uma boa morte do que de esperança de vida.³⁹⁶

A leitura da autora esteve baseada nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa. Contudo, conforme apontei anteriormente, apenas algumas daquelas prestações de contas permanecem remanescentes no arquivo da Irmandade. De todo modo, ampliando a pesquisa é possível recuar a presença médica para épocas anteriores.

Para o período inicial de funcionamento da Santa Casa, as Atas da Mesa Administrativa citam os nomes dos cirurgiões Ignácio Joaquim de Paiva, Manoel Antônio de Magalhães e Manoel Antônio da Silva Paranhos. Em 1829 foi admitido o primeiro doutor em medicina, o mineiro Marciano Pereira Ribeiro³⁹⁷.

Os médicos de atuação subsequente na Santa Casa de Porto Alegre aparecem citados em fontes diversas. No edital publicado pela Câmara Municipal de Porto Alegre em 1841, dentre os autorizados ao exercício da medicina estava o Dr. Domingos Gonçalves Ramos. O mesmo documento licenciava o boticário João Nepomuceno. Em dezembro de 1844 a Câmara autorizou os trabalhos do Dr. Luiz da Silva Flores. Sobre a prática de Porfírio Joaquim de Macedo, ora referido como doutor em medicina, ora como cirurgião, consegui recolher mais informações.

Uma referência sobre a sua atuação profissional está inscrita no testamento de Leocádia Maria da Conceição. Esta preta forra nascida em Porto Alegre, ao falecer em 21 de agosto de 1866 deixou sua carta que fora lavrada no Natal de 1859. Sem filhos, nomeou por seu testamenteiro e herdeiro o Dr. Joaquim Porfírio de Macedo [*sic*]. Informava o inventário que o Dr. Macedo tinha 56 anos à época e que era nascido no Rio de Janeiro. Leocádia deixara o saldo da quantia das despesas médicas que lhe devia e “uma pequena casa na rua do Arvoredo, muito arruinada e insignificantes móveis”. Dentre as obrigações para com o médico, havia 175 visitas que o Dr. Porfírio Joaquim de Macedo fizera entre 1837 e 1854 ao

³⁹⁶ WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar...**, *op. cit.*, p. 32.

³⁹⁷ ISCMPA – CEDOP – Livro 1 – 1815 – 1828 e Livro 2 – 1828 – 1830.

falecido marido de Leocádia, Francisco Antônio Rodrigues. De igual modo havia o saldo em aberto de 250 visitas efetuadas à inventariada entre 1837 e a véspera de seu falecimento e o aluguel por quase 27 meses de uma casa situada na rua da Olaria pertencente ao mesmo médico³⁹⁸. Observa-se que nem sempre o pagamento dos médicos se dava em moeda corrente³⁹⁹ e que o acúmulo de consultas realizadas e a pagar não impediam a continuidade do atendimento. A relação próxima e longeva entre o médico e uma família de afro-descendentes fica bem evidente, inclusive levando em consideração a ausência de cobrança imediata pelos atendimentos prestados. Esse aspecto explicita a complexidade das vivências relacionadas às artes de curar. No caso de Leocádia e seu marido pode parecer que o aceite às práticas acadêmicas era o que ocorria. Mas não podemos desconsiderar a relação de proximidade e confiança entre o casal e o facultativo. É bem provável que naqueles mais de vinte anos de visitas, Porfírio Joaquim de Macedo, a partir de sua empatia pessoal, tenha mantido vínculos bastante sólidos com Leocádia e Francisco. Essa empatia poderia inclusive ultrapassar o atendimento às demandas pela cura, fosse ela procurada pelos caminhos propostos pela academia ou não. Francisco morrera em 1854 e, até a morte de Leocádia, doze anos depois, Porfírio Joaquim de Macedo continuava recebendo a confiança da forra. O próprio fato da existência do testamento que beneficiava o facultativo confirma os laços estabelecidos por tanto tempo.

Porfírio Joaquim de Macedo igualmente prestava serviços para a Polícia e para a Justiça na forma de exames de corpo de delito pelo menos desde 1847. Nesse mesmo ano fora admitido como cirurgião da Santa Casa de Porto Alegre no lugar de Joaquim de Carvalho e Souza, que falecera. Atuou no combate às duas epidemias de cólera que grassaram pela província nos anos de 1855 e 1867. Morto em agosto de 1874, pouco antes dessa data o cirurgião continuava exercendo naquela instituição a profissão que lhe ocupava em muitas atividades⁴⁰⁰.

Sua longa atuação profissional lança um pouco mais de luz sobre a consideração que indica pouca certeza sobre os critérios que pautavam as internações de alienados ora na Santa Casa ora na Casa de Correção. É certo que a autoridade dos médicos transitava pelos dois

³⁹⁸ APRS - Porto Alegre – Cartório da Provedoria e Ausentes - Maço 17 – n. 285 – 1866 - Testamento: Leocádia Maria da Conceição, citado por MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos...*, *op.cit.*, p. 344-345.

³⁹⁹ WITER, Nikelen Acosta. Dos cuidados e das curas..., *op. cit.*, p. 18.

⁴⁰⁰ AHRS – Polícia – Delegacia de Polícia – Porto Alegre – Maço 17; Secretaria de Polícia – Porto Alegre - Maço 69 - Autos de Exames; Códice 247 – 26/3/1867; APRS - Porto Alegre – Cartório da Provedoria e Ausentes - Maço 69 – n. 1925 – Estante 6 – 1875 - Testamento: Dr. Porfírio Joaquim de Macedo; ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 5 – 9/6/1847 – p. 129v. e 130.

espaços de recolhimento e que as suas opiniões eram aparentemente levadas em consideração. Em 13 de abril de 1870 o próprio doutor Porfírio Joaquim de Macedo, juntamente com Ignácio Manoel Domingues, atestava “achar-se o dito Capitão [Vicente de Paula Rios de Oliveira, retido no quartel do Corpo Policial], completamente alienado, por isso nas condições de ser recolhido a um estabelecimento em que se deva methodicamente tratar [...]”⁴⁰¹. Naquela ocasião, ainda que a ordem de internação tenha partido da Presidência da Província⁴⁰², o médico foi convocado a opinar e o militar foi recolhido à Santa Casa.

Os quatro profissionais citados – Domingos Gonçalves Ramos, João Nepomuceno, Luiz da Silva Flores e Porfírio Joaquim de Macedo – tiveram longa atuação na Santa Casa. Mas não apenas eles. Levando em consideração a presença de outros nomes nos documentos pesquisados, elaborei a seguinte tabela:

Tabela 4 – Médicos, cirurgiões e boticários atuantes na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1844 / 1874

MÉDICOS, CIRURGIÕES E BOTICÁRIOS	ANOS
Amâncio Cabral de Mello, Dr.	1849
Antônio Graff, Boticário	1868
Antônio José de Moraes, Cirurgião	1845, 1849, 1855
Domingos Gonçalves Ramos, Dr.	1858, 1867, 1868, 1872, 1874 (faleceu)
Ernesto de Souza Leal, Ajudante de Botica	1858
Francisco Antônio da Silva Rangel, Boticário	1845 (demitido)
Israel Rodrigues Barcellos Filho, Cirurgião	1872 (Casa da Roda), 1874 (Santa Casa e Casa da Roda)
João Nepomuceno das Chagas, Boticário	Admitido em 1845, 1855, 1858 (demitiu-se)
João Tristão de Moraes, Cirurgião	1844
Joaquim de Souza e Carvalho, Cirurgião	1847 (faleceu)
Joaquim Flores Rangel, Cirurgião	1846
José Bernardino da Silva Bitencourt, Dr.	1858 (Casa da Roda), 1866
José Nogueira da Silva, Dr.	1858
Luiz da Silva Flores, Dr.	1848, 1855
Manoel José de Campos, Dr.*	1858

⁴⁰¹ AHRS – Polícia – Secretaria de Polícia – Porto Alegre – Maço 69 - Autos de Exames – 13/4/1870.

⁴⁰² AHRS – Polícia – Códice 249 – 13/4/1870.

Manoel José Lourenço, Praticante de Botica	1844
Vitor de Souza Leal, Boticário**	1867
Pedro Mendonça, Boticário***	1873, 1874
Porfírio Joaquim de Macedo, Cirurgião, Dr.	1847 (nomeado), 1848, 1849, 1855, 1858 (também Casa da Roda), 1866, 1867, 1868, 1872, 1874 (faleceu)
Thomaz Lourenço Carvalho de Campos, Cirurgião	1867, 1868, 1872 (demitiu-se)

Fonte: ISCMPA – CEDOP – Relatórios da Provedoria – 1855, 1858, 1867, 1868, 1872, 1873 e 1874; ASMP – Livros 1 a 11; AHRS – Polícia – Códices 243 a 250 (1853 / 1872). *= Foi Provedor da Santa Casa no ano de 1864. **=Talvez seja Ernesto de Souza Leal, ajudante de botica em 1858.

A referência a Pedro Mendonça no Relatório da Provedoria da Santa Casa de 1873 indicava que permanecia encarregado da botica daquela instituição, o que permite inferir sua atuação em anos anteriores. Sua dedicação foi muito ressaltada nos documentos dos anos de 1873 e 1874. Afirmava-se que não apenas desempenhava os deveres de seu cargo como também auxiliava os médicos nas visitas às enfermarias, tendo se prestado à função de enfermeiro-mor, sem remuneração por isso no impedimento do titular. Muitas vezes era a primeira pessoa a atender os casos de gravidade. Conforme os relatos, tinha seu desempenho sempre aprovado pelos médicos, devido a sua longa prática nos hospitais da Santa Casa.⁴⁰³

Fora esses relatos, consegui registros acerca da formação profissional de apenas cinco dos nomes que apareceram citados na documentação. Todos eram médicos⁴⁰⁴. Joaquim de Carvalho e Souza solicitou no início de março de 1847 autorização da Provedoria da Santa Casa para seguir à Corte e completar o seu curso médico. Passados três meses, uma nova reunião dos irmãos do Pio Estabelecimento aprovava a nomeação do cirurgião Porfírio Joaquim de Macedo para o lugar do mesmo Joaquim de Carvalho e Souza, que falecera⁴⁰⁵. Em abril de 1866, Porfírio Joaquim de Macedo, que a essa altura já trabalhava há quase duas décadas na Santa Casa, e José Bernardino da Cunha Betancourt, eram ambos definidos como “doutores em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro”⁴⁰⁶. Não localizei as teses que os

⁴⁰³ ISCMPA – CEDOP – Relatório da Provedoria – 1873 – p. 5 e Relatório da Provedoria – 1874 – p. 5.

⁴⁰⁴ Sobre a importância da tradição dos boticários no Brasil do período colonial através da mediação exercida entre as culturas indígena, africana e europeia na manipulação de plantas e confecção de medicamentos: MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões**: medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

⁴⁰⁵ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 5 - 4/3/1847 – p. 116v. e 9/6/1847 – p. 129v. e 130.

⁴⁰⁶ AHRS – Polícia – Secretaria de Polícia – Porto Alegre – Maço 69 - Autos de Exames 20/4/1866. Ambos os médicos assinaram na ocasião um auto de exame de corpo de delito solicitado pela Polícia, onde a referência à sua formação acadêmica servia para indicar a capacidade dos profissionais.

dois médicos deveriam ter defendido para a obtenção do grau necessário à prática médica, conforme determinavam as já citadas disposições normativas da Câmara Municipal em vigor à época. A rigor, apenas identifiquei os trabalhos apresentados por Luiz da Silva Flores, em 1840, e Israel Rodrigues Barcellos Filho, esse defendido em 1870⁴⁰⁷. Os médicos que emitiram o laudo de sanidade mental que diagnosticou a monomania homicida do cativo Pascoal quando este foi preso e processado por uma série de agressões no ano de 1860 foram justamente Porfírio Joaquim de Macedo e Luiz da Silva Flores⁴⁰⁸. Sabemos ao menos que os pensamentos médicos vigentes na Corte eram conhecidos na Província durante o curso de nosso recorte temporal. Lamentavelmente a leitura dos inventários e testamentos desses médicos não permitiu melhor elucidação sobre as suas formações acadêmicas. Havia a expectativa de que fossem encontradas as relações dos livros guardados por esses médicos, contudo a mais próxima indicação veio do inventário de Domingos Gonçalves Ramos, que apontou entre os seus bens “uma porção de livros em mau estado” avaliados em 50\$000rs. Outrossim, ainda é possível alguma inferência, pois se os livros estavam em mau estado, e se pelo menos parte daqueles volumes tratasse de medicina, seria bem possível que a literatura médica fosse recorrentemente consultada pelo Dr. Ramos⁴⁰⁹.

Somando-se às informações obtidas, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro arquiva em sua biblioteca a tese defendida por um médico de emblemática atuação em Porto

⁴⁰⁷ FLORES, Luiz da Silva. **Influencias hygienicas da temperatura atmospherica**. Rio de Janeiro : Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1840 e BARCELLOS FILHO, Israel Rodrigues. **Iridectomia. - (Secção accessoria) Do aborto criminoso. - (Secção medica) Diagnostico differencial da febre amarella e febre biliosa dos paizes quentes. - (Secção cirurgica) Dos vomitos rebeldes na prenhez**. Rio de Janeiro : Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1870.

⁴⁰⁸ APRS - São Leopoldo – Júri – Maço 2 – n. 39 – Estante 12 – 1860. Este processo será retomado no próximo capítulo.

⁴⁰⁹ APRS - Porto Alegre - Cartório da Provedoria e Ausentes - Maço 25 – n. 436 – Estante 5 – 1875 – Dr. Domingos Gonçalves Ramos. Outro médico falecido à mesma época, Fidencio Pedroso Barreto d'Albuquerque, também possuía compêndios arrolados em seu inventário. Eram 89 volumes de livros avaliados a 500rs cada, totalizando 44\$500rs. Entretanto uma maior certeza sobre a presença de livros da área de atuação profissional dos médicos aparece em dois inventários datados da virada do século XIX para o XX. O Dr. Raymundo Caetano da Cunha, que em 1874 aparecia como irmão da Santa Casa e, ao morrer em 1897, possuía entre seus bens 39 volumes de diversas obras de medicina avaliados em 20\$000rs. E o Dr. Sebastião Affonso de Leão, médico da Polícia nos governos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, possuía 252 volumes encadernados e jornais de medicina avaliados pelo leiloeiro Francisco Soares de Almeida da Agência de Leilões Confiança (Rua 7 de Setembro, 145) em 600\$000rs. Seus bens foram vendidos em 15 e 16 de junho de 1903 a Rua da Igreja (Duque de Caxias) número 244. Incluíam ainda 3 caixinhas cirúrgicas avaliadas em 3000rs. cada, 1 lote de drogas avaliado em 2000rs., 600 volumes de folhetos, almanaques e relatórios diversos avaliados em 102\$900rs. Possuía ainda vários devedores, entre eles, o Dr. Protásio Alves, que ficara em débito por uma cloroformização realizada a 100\$000rs. Conforme: Fidencio Pedroso Barreto d'Albuquerque - APRS – São Gabriel – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 13 – Número 263 – 1873; Raymundo Caetano da Cunha (Dr.) – APRS- 3º. Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 16 – Número 290 -1897 e Sebastiao Affonso de Leao – APRS- 2º. Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 80 – Número 1390 – 1903.

Alegre durante o século XIX: José Antônio do Valle Caldre e Fião⁴¹⁰. Definindo-o como homem de vida modesta, parlamentar combativo, médico dos pobres e dos negros, a historiografia aponta a sua vinculação com a homeopatia desde a época em que estudou na Corte. Antes mesmo de freqüentar a Faculdade de Medicina, aproximou-se do grupo de seguidores da homeopatia⁴¹¹. Não encontrei ao longo da pesquisa alguma informação sobre Caldre e Fião ter medicado dentro da Santa Casa de Porto Alegre, entretanto é sabido que antes de sua ida para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi auxiliar de boticário no Pio Estabelecimento entre os anos de 1837 e 1838, quando tinha dezesseis anos⁴¹². Um indicativo de que a sua prática médica era comumente aceita, inclusive pelas autoridades, deu-se em 1867. Naquele ano, em grupo arregimentado pela Presidência da Província do qual também fazia parte Luiz da Silva Flores, Caldre e Fião atuou no combate a epidemia de cólera⁴¹³. Sabendo que seu retorno ao Rio Grande ocorreu em 1852, um ano após defender sua tese junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, é quase certo que também tenha participado dos esforços contra a epidemia de 1855. A formação de Caldre e Fião ganha ainda mais importância para este trabalho na medida que entendemos o ambiente conflituoso em que os homeopatas atuavam.

Tânia Pimenta em pesquisa sobre a presença de alopatas e homeopatas durante a epidemia de cólera de 1855 no Rio de Janeiro - que iniciou em julho, cerca de quatro meses antes de chegar à Província de S. Pedro -, afirmou que as enfermarias e postos médicos organizados pelo governo do Rio foram ocupados por médicos de acordo com o local de suas residências, e que as listagens nas quais eram divididos, além de seus endereços continham a indicação sobre o “sistema curativo” ao qual estavam vinculados, fosse a alopatia ou a homeopatia. Tal procedimento demonstraria o reconhecimento governamental a respeito da importância da homeopatia no contexto das práticas de cura, em especial aquela preferida pela parcela mais pobre da população. No entanto, a adesão às terapias estabelecidas por Hahnemann implicava em atuar num sistema sem coesão. O papel da homeopatia era questionado pelos alopatas que “constituíam a maioria da elite médica, que ocupava cargos na academia, faculdade, periódicos especializados e nos órgãos de saúde pública do governo”.

⁴¹⁰ CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. ... **I. Quaes as condições para que a agua seja potavel? Meios de reconhecer o ferro nas aguas ferruginosas. Qual o estado em que elle ahi se acha? - II. Versão e evolução espontanea. - III. Heterogenia...** Rio de Janeiro : Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1851.

⁴¹¹ PORTO ALEGRE. Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, 1976. p. 44-45 e REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. **A divina pastora**. Romance. 2ª. ed. Porto Alegre: RBS, 1992. [1847]. p. 237-253.

⁴¹² REVERBEL, Carlos. Traços biográficos..., *op. cit.*, p. 237-238.

⁴¹³ FALLA DIRIGIDA..., 1867, p. 32.

Tratava-se de uma afronta a essa elite médica que predicava o monopólio das artes de curar aos formados pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.

Conforme Tânia Pimenta, a despeito da lei de 1832 facultar a existência de cursos privados de medicina, incomodava o fato da existência da Escola Homeopática, dirigida por Benoît Mure e João Vicente Martins, que diplomava seus alunos paralelamente à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Outrossim, o próprio grupo dos médicos homeopatas não era unificado. Certos homeopatas faziam restrições à aplicação da homeopatia pela população em geral, posição que visava ampliar o espaço da terapêutica no campo médico-acadêmico em formação. Por outro lado, as críticas à homeopatia se referiam à condenação da automedicação sugerida pela popularização da terapêutica, o que se verificava nas ofertas presentes nas páginas dos jornais. Mas, em especial, questionava-se “a manutenção ou o resgate da capacidade de cada um interpretar os sinais relativos a sua saúde”, o que se relacionava com a reivindicada obrigatoriedade da formação acadêmica proposta pela elite médica.

Recordava-nos ainda Tânia Pimenta que os estudos têm demonstrado a relação da terapêutica homeopática com as práticas populares. O fato dos pobres terem acesso a gratuidade do tratamento – fato comum à homeopatia – pode auxiliar a explicar o sucesso da terapêutica, mas apenas parcialmente. Deve ser considerada a aproximação da homeopatia com as concepções populares sobre a doença e a cura, dentre elas as africanas, “ao considerar elementos não físicos em sua anamnese, diagnóstico e terapêutica”. A autora nos informa que, a estatística do consultório dos Dr. Benoît Mure e do Dr. João Vicente Martins para o período entre 1843 e 1856 registra números que superavam a cifra dos 1000 escravos atendidos anualmente⁴¹⁴.

José Antônio do Vale Caldre e Fião, em 1846, publicou no Rio de Janeiro o seu **Elementos de farmácia homeopática para uso da Escola de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro e da curiosa mocidade brasileira e portuguesa que quiser estudar esse ramo de ciência médica**. O livro havia sido dedicado justamente ao Dr. Benoît Mure, que o aprovou. Àquela época, Caldre e Fião era partícipe “do Instituto Homeopático do Brasil, fundador e membro efetivo do Liceu Médico-Homeopático, lente substituto de Farmácia da

⁴¹⁴ PIMENTA, Tânia Salgado. Homeopatia em época de cólera (Rio de Janeiro, 1855). **Anais do XI Encontro Regional de História**, Anpurj 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Tania%20Salgado%20Pimenta.doc>. Acessado em 28/9/2006.

mesma escola, [e] redator-chefe da Enciclopédia dos Conhecimentos Úteis”. Carlos Reverbel não encontrou indícios suficientes que comprovassem a frequência de Caldre e Fião junto à Escola Hahnemanniana de Medicina, fundada dois anos antes da publicação de seu livro. Acreditou ser possível que Caldre e Fião tenha recebido a sua licenciatura pelos anos de prática farmacêutica e pela obra didática, mas “não em razão de curso regular feito em escola homeopática de extração recente”⁴¹⁵. O biógrafo de Caldre e Fião, ao desconsiderar a importante inserção social da homeopatia e a força da polêmica entre seus defensores e os vinculados à alopatia, analisou essa formação de forma estanque àquela que ocorreria posteriormente. Ainda que tenha obtido em 1851 um título de medicina após cursar a Faculdade do Rio de Janeiro, nunca deixou de lado a homeopatia. Em Porto Alegre Caldre e Fião manteve um “consultorio homeopathico” em sua residência na Travessa de Paysandu, n. 33, atual Rua Caldas Júnior, na região central da cidade. Conforme anúncio publicado em edição do **Jornal do Commercio** de agosto de 1874, o Dr. Caldre e Fião podia “ser procurado todos os dias uteis das 8 ás 11 horas da manhã”⁴¹⁶.

A trajetória da formação médica de Caldre e Fião, confirma a necessidade de observarmos de forma relativa a própria pertinência de se identificar uma corporação médica unificada a emitir diagnósticos.

⁴¹⁵ REVERBEL, Carlos. Traços biográficos..., *op. cit.*, p. 239-240.

⁴¹⁶ MCSHJC – Jornal do Commercio – agosto de 1874, p. 3.

5 - A FORMAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS DOS MÉDICOS

Este capítulo está intrinsecamente vinculado ao anterior porque pormenoriza os diagnósticos médicos considerando as suas participações no percentual da população de internados. Trato aqui da formação dos médicos, das teses sobre a alienação mental e das práticas desenvolvidas no interior do asilo, sempre tendo em vista que o grupo formado pelos “facultativos” não pode ser entendido como uma corporação unificada. A parte derradeira do capítulo será dedicada ao estudo de três casos onde a aplicação do pensamento médico se dava em meio de alguns dos possíveis conflitos sociais que tangenciavam e influíam sobre processos de alienação mental, determinando maior ou menor prevalência das definições médicas. O dramaturgo Qorpo Santo, o cativo Pascoal e do forro Thimothio serão os indivíduos focalizados pela análise.

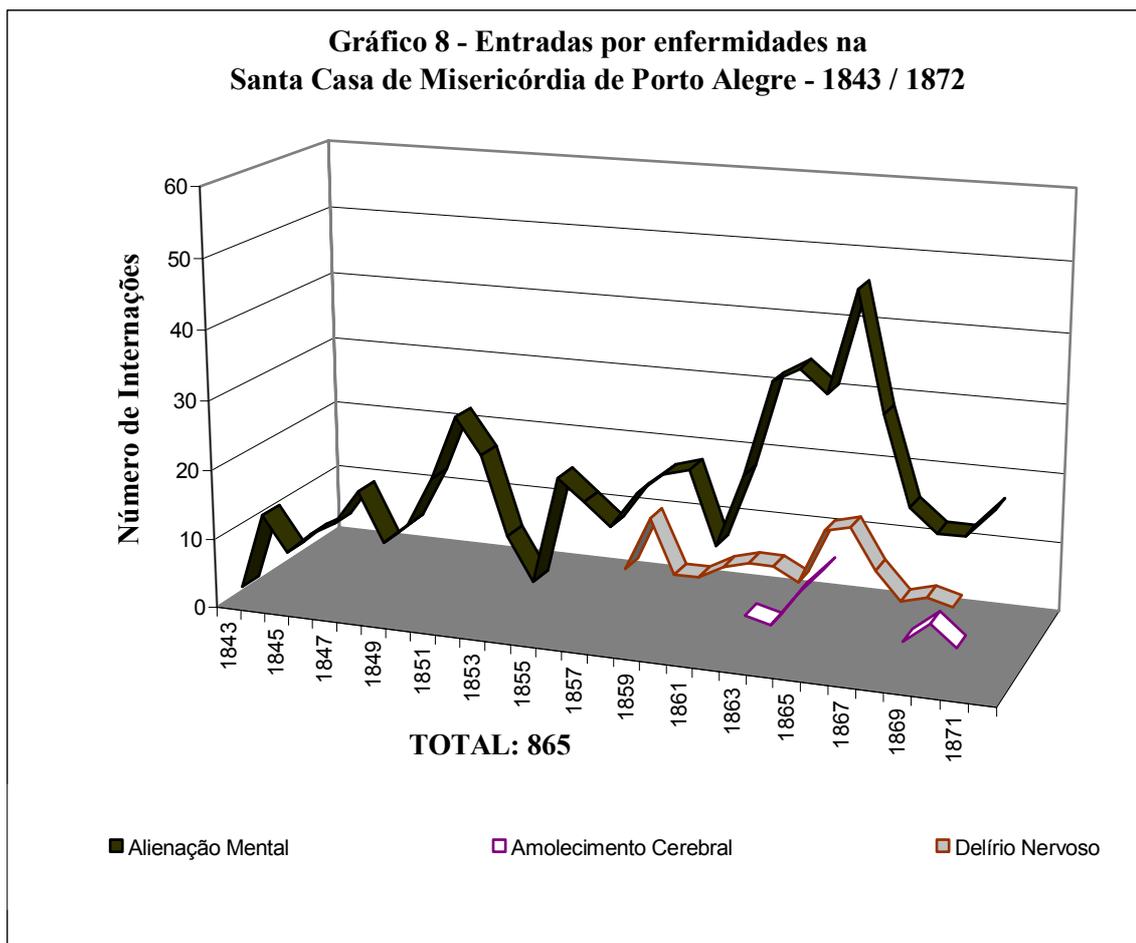
Não obstante toda a pertinência em se considerar as relações conflituosas que vigoravam entre os médicos, os artífices da cura não-habilitados, os policiais e as demais autoridades, não podemos negligenciar o fato que temos 865 anotações de internações relacionadas à alguma forma de insanidade mental registradas nos livros de portaria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, sendo que 76% desses registros faziam referência à alienação mental. Registros embasados por médicos e cirurgiões a princípio diplomados. Acompanha essa observação a questão de como essas enfermidades eram referidas na documentação institucional da Santa Casa de Misericórdia. O diálogo com o diagnóstico médico, e a sua construção teórica, faz-se necessário na medida em que essas definições ensejam o aprofundamento da análise sobre a lógica intrínseca aos comportamentos dos diagnosticados.

As formas recorrentes de identificação da incapacidade ou do desvio comportamental que citei até agora evocaram a recorrentemente expressão *alienação mental*. Difundida no século XIX essa terminologia englobava inúmeras manifestações que hoje definiríamos como “psiquiátricas e psicológicas” e que arrazoavam o apartamento social dos indivíduos. Conforme Maria Clementina Cunha, a utilização dessa expressão indica uma vinculação com o *alienismo*:

Visando inicialmente o indivíduo ‘doente’, o alienismo, que antecipou em meio século a reforma dos equipamentos de assistência pública do continente europeu, atinge, no correr do século passado [XIX], uma nova amplitude, voltada para um enfoque crescentemente social. Em meados do século, sob o marco da teoria da degenerescência [de Morel], suas preocupações estarão dirigidas, sobretudo à ‘limpeza’ e disciplinarização do meio urbano que – no mínimo – desempenha um papel fundamental na definição de seus desdobramentos teóricos e de suas tecnologias de intervenção.⁴¹⁷

A leitura das fontes da Santa Casa de Misericórdia apontam, para o período estudado, a utilização em larga escala do termo *alienação* no que tange aos internados por insanidade mental. O gráfico que apresento a seguir referencia essa afirmação.

⁴¹⁷ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho...**, *op. cit.*, p. 22.



Outros diagnósticos aparecem com participação igual ou menor do que 2%: cólica nervosa, *Delirium tremens*, demência, desarranjo mental, embriaguez, epilepsia, idiotismo, insanidade, invalidez, mania, marasmo, mentecapto, nervoso, onanismo, paralisia, preguiça, sífilis. Fonte: Anexo 1 – Tabela - Entradas por enfermidades na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – Livros 1 a 3 – 1843 / 1872.

Em nenhum momento as chamadas alienações mentais representaram menos do que 56% das internações, sendo que em muitos anos atingiam 100% dos casos que identifiquei. Entretanto, em dois momentos a amostragem ficou prejudicada. Nas anotações do livro 1 (1843-1855), a partir de fevereiro de 1854 até 1855, os registros de moléstias deixaram de ser realizados, excetuando-se os que se referem à *alienação mental*. O mesmo acontece a partir de abril de 1870 até 1872 no livro 3 (1866-1872). Fico assim impossibilitado de verificar se para essas épocas outras moléstias também são apontadas como referência para a loucura.

De qualquer forma em muitos momentos outros termos surgem. É interessante observar como a curva do gráfico demonstra, entre meados da década de 1850 e meados da década seguinte, uma menor incidência dos diagnósticos de *alienação mental*. Ao mesmo tempo se observa uma maior presença da expressão *delírio nervoso*, e, em menor quantidade,

de *amolecimento cerebral*. Chegando a um ápice de 28% de presença nos diagnósticos, *delirio nervoso* alcançou em anos subsequentes referências muitas vezes próximas a 20%, tornando-se rarefeito após 1866.

Percebi ainda, durante a coleta das fontes, a utilização de outros termos que em seu generalismo encobrem processos de “alienação”. Dentre eles, o *delirium tremens*, estado de alteração mental provocada pela abstinência após um histórico de alto grau de ingestão alcoólica, não era incomum entre os registros de enfermos. Terminologia estranha aos dias atuais, o *amolecimento cerebral*, em vários momentos aparece nos registros da Santa Casa. Trata-se de uma doença que pode ter origens diversas, sendo o alcoolismo uma das possibilidades. Em sua sintomatologia, ela se pauta pela degeneração da massa encefálica e pela perda progressiva da razão⁴¹⁸.

Verifiquei que apenas uma entrada aparece com referência explícita aos suicídios durante o período que vai de 1843 a 1872. E esse registro, envolvendo um alemão de 41 anos em dezembro de 1861, foi realizado por ter o fato acontecido dentro das dependências da instituição, em consequência do estado de distúrbio mental causado pela sífilis avançada⁴¹⁹. Outra referência a um suicídio realizado nas dependências do Pio Estabelecimento pode ser encontrada em nota publicada pelo cronista *O Estudante* nas páginas do **Mercantil**, onde informava que na noite de uma quinta-feira do ano de 1852 “um moço alienado, que estava na Santa Casa, chamado Francisco José Amorim filho”, enforcara-se com um lençol amarrado em uma grade. O periodista fora informado que “a maior loucura que um christão pode fazer” fora motivada pela monomania⁴²⁰. Sabemos ao menos que os facultativos do hospital àquela época utilizavam o conceito de monomania – que veremos adiante – e que o entendimento do suicídio podia estar imbricado com a loucura.

Mesmo que pouco referida pelas fontes, a prática do suicídio não pode ser negligenciada, sobretudo se partimos da hipótese de que pode ocorrer sob outras referências, tais como, “acidente”, “insanidade”... Efetivamente, o suicídio surge, especialmente nos códices policiais e nos noticiários dos jornais, como um “ato de desesperação”, uma perda da razão. Temática comum à psicologia e à sociologia, o suicídio foi tratado pela historiografia

⁴¹⁸ CHERNOVIZ, Pedro Luís Napoleão. **Formulario e guia medica contendo a descrição dos medicamentos, as doses, as molestias em que são empregados, as plantas medicinaes indigenas do Brasil, o compendio alfabetico das aguas mineraes, as escolhas das melhores formulas, um memorial therapeutico e muita informações uteis**. 11^a. ed. Pariz: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1884.

⁴¹⁹ ISCMPOA – CEDOP – MGE – Livro 2, fl. 118, n. 718.

⁴²⁰ CHRONICA..., *op. cit.*, v.2 – 2^a. época – 20^a. remessa – 1852 – p. 231.

tradicional da escravidão, de maneira geral, como resposta ao jugo senhorial, desconsiderando que as concepções de quem o cometia podiam ter, inclusive, explicação cultural. Sua interpretação se recusa a admitir uma passividade dócil ao escravo, mas resigna-se em restringir ao movimento extremo a percepção de uma dinâmica social. Atos individuais de desespero ganham evidência nestes escritos em detrimento das tradições, relações sociais e estratégias dos cativos de origem africana⁴²¹.

Contudo, outros estudos recuperaram informações além das primeiras percepções dos manuais médicos e dos relatos de viajantes sobre o que seria o *banzo* dos escravos e da visão da prática do suicídio como resposta à desvinculação do continente africano, ao jugo senhorial e ao abuso nos castigos recebidos. Sem reproduzir concepções essencialistas, a perspectiva dessas pesquisas é aquela que visa encontrar as significações contextuais das práticas suicidas. Levantando suas questões a partir dos registros de suicídios publicados nos relatórios das presidências provinciais, nas fontes policiais e nos processos-crime, interrogaram os limites de confiabilidade de inscrições quantitativas face a insipiência dos levantamentos estatísticos anteriores a 1872. Trataram sobre o possível acobertamento de muitos casos que poderiam ser vinculados às violências sofridas ou mesmo ao homicídio e sobre a confusão do ato suicida com algum tipo de acidente. E não deixaram de lado as concepções que vinculavam o suicídio a um grave pecado, o que tornava proibido os serviços religiosos aos que o haviam praticado.

De todo modo, além da estatística da incidência dos suicídios entre a população, são apresentadas possíveis inferências sobre o quanto o “auto-extermínio” pesava para a ordem econômica e social. E o local, o motivo (amores não correspondidos, ameaças ou castigos recebidos, vingança ao seus senhores ou desafetos, acessos de loucura, impossibilidade de obter a alforria ou medo de ser transferido, relação dos atos com as culturas ocidental e africana) e o método empregado nas tentativas e nos suicídios efetivados (enforcamento,

⁴²¹ Duas análises clássicas sobre o suicídio entre escravos encontram-se em CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo...*, *op. cit.* e em GOULART, José Alípio. **Da Fuga ao Suicídio** (Aspectos de Rebelião do Escravo no Brasil). Rio de Janeiro: Conquista, 1972, p. 15-33 e 123 – 147. Para casos ocorridos em São Paulo é referência QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra em São Paulo**. Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed. / INL, 1977, p. 128-135. O suicídio de escravos no Rio Grande do Sul é citado como consequência do modelo escravista em MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo gaúcho**. Resistência e trabalho. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1993, p. 57-59. Mesmo em trabalhos recentes, onde a experiência dos escravos é apontada como norteadora à pesquisa, pode-se perceber uma certa permanência explicativa em torno da resistência extremada contra o cativo. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos...**, *op. cit.*, p. 88-90.

utilização de armas brancas ou de fogo, ingestão de venenos ou objetos, afogamento) são aspectos também enfatizados⁴²².

Quando fracionamos os números referentes aos diagnósticos, levando em conta o gênero e cor dos indivíduos e aplicando a média aritmética sobre o período considerado, os diagnósticos de alienação mental continuam preponderantes para mulheres brancas (75%), mulheres negras (77%), homens brancos (80%) e homens negros (68%). Percentualmente, a indicação de delírio nervoso é a única a tirar participação expressiva de alienação mental, pois é encontrada em 5% das mulheres brancas, 7% dos homens brancos, 11% das mulheres negras e 9% dos homens negros. Em pelo menos dois casos, envolvendo uma mulher negra e um homem branco, o diagnóstico associa alienação mental e delírio nervoso. Envolvendo um homem negro, a alienação mental aparece imbricada em diagnóstico de *delirium tremens* e, noutro registro envolvendo um negro, delírio nervoso aparece em conjunto com a embriaguez. Ainda que majoritária, a menor percentualidade de alienação mental entre os homens negros em comparação aos demais grupos de gênero e cor pode ser explicada pela presença mais significativa de outros diagnósticos. Praticamente inexistente entre os brancos de ambos os sexos, o amolecimento cerebral aparece em 4% das mulheres e 5% dos homens negros. Entre os homens negros destaca-se ainda a epilepsia (3%)⁴²³.

Bem, mas o que significava do ponto de vista da formação dos médicos a tão genérica e recorrente expressão “alienação mental” e quais os procedimentos adotados após o seu diagnóstico? Iniciarei essa observação a partir dos manuais de medicina cuja circulação era popularizada, em especial o de Chernoviz.

À pagina quatro de uma edição do **Jornal do Commercio** de Porto Alegre datada de agosto de 1874, um anúncio oferecia a nona edição do **Formulário ou guia médico** de Chernoviz. Ao custo de 9\$000rs., o público poderia encontrá-lo a venda na casa de comércio

⁴²² FERREIRA, Jackson. **Loucos e pecadores**: suicídio na Bahia do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2004; AMOGLIA, Ana Maria Faria. **Um ar de liberdade**: o suicídio de escravos no município de Juiz de Fora (1830 – 1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2006; FERREIRA, Jackson. Por hoje se acaba a lida’: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). **Afro-Ásia**, n. 31, 2004, p. 197-234. Sobre a questão da cultura africana iorubá em sua relação com o suicídio: OLOMOLA, Isola. Suicide in Yoruba culture. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP**, n. 10, 1987, p. 52-83; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; OLIVEIRA, Saulo Vieira. Registro de suicídios entre escravos em São Paulo e na Bahia (1847 – 1888): notas de pesquisa. **Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/iiiiencontro.htm>. Acessado em 1º de julho de 2007; REIS, João José Reis. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; VENÂNCIO, Renato Pinto, LANNA, Maria Célia da Silva. Banzo: desnutrição e morte do escravo. **Revista Ciência Hoje**, n. 126, 1997, p. 45-47.

⁴²³ ISCMPA – CEDOP – MGE – Livros 1 a 3 – 1843 / 1872.

de Joaquim Alves Leite situada na Rua dos Andradas nos números 224 e 226⁴²⁴. Uma tênue - e muitas vezes permeável - fronteira que separava as concepções populares e acadêmicas sobre doença e cura no século XIX pode ser identificada plenamente na larga vigência dos manuais práticos de medicina, como aqueles editados por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, que abordavam as doenças, a confecção e aplicação de medicações e outras práticas voltadas à preservação da saúde.

Na verdade Chernoviz publicou dois compêndios diferentes. O **Formulário ou guia médico**, voltado aos iniciados em medicina, e o **Dicionário de medicina**, que teve o seu direcionamento aos leigos.

Com relação ao **Dicionário...**, tive acesso ao primeiro volume da segunda edição (lançada em 1851), que compreende os termos até a letra C, e ao segundo e terceiro volumes da terceira edição (publicada em 1862), que compreende os termos a partir da letra E⁴²⁵. Cotejando esses volumes com a décima primeira edição do **Formulário...** publicada em 1884⁴²⁶, observei que os tópicos descritivos das doenças e seus tratamentos são mais amplamente desenvolvidos nos dicionários. Em razão de seu sucesso e de seu teor descritivo voltado à população em geral, tomo o dicionário como referência daqui por diante. Sobre a popularidade das duas obras de Chernoviz – muitas vezes confundidas - nos conta Maria Regina Cotrim Guimarães:

Há vários indícios de que os manuais fizeram sucesso. O *Formulário ou guia médico* (primeira obra de Chernoviz) vendeu trezentos exemplares no primeiro dia e teve 19 edições, num intervalo de quase oitenta anos. A primeira das seis edições de outra obra do médico, o *Dicionário de medicina popular* (lançado um ano depois do Formulário) com publicações entre 1842 e 1890, vendeu três mil exemplares. O “Chernoviz” foi lido e utilizado por pessoas de diferentes categorias sociais e profissionais para as quais facilitou o entendimento da hermética ciência médica. Figuram aí os donos de botica, os patriarcas e líderes políticos e religiosos que freqüentemente cuidavam de pessoas doentes e necessitadas (dos quais o famoso padre Cícero é um exemplo), e as matriarcas da elite latifundiária do Império, que cuidavam das pessoas da casa, dos seus agregados e da escravaria. O “Chernoviz” também serviu de subsídio científico aos autodidatas e às pessoas leigas que exerciam

⁴²⁴ MCSHJC – Jornal do Commercio – julho de 1874 – p. 4.

⁴²⁵ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular em que se descrevem, em linguagem accomodada á intelligencia das pessoas estranhas á arte de curar [...]**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1851 e _____. **Diccionario de medicina popular em que se descrevem, em linguagem accomodada á intelligencia das pessoas estranhas á ciencia medica [...]**. 3^a. ed. Paris: casa do autor, 1862.

⁴²⁶ CHERNOVIZ, Pedro Luís Napoleão. **Formulario e guia medica...**, *op. cit.*, 1884.

ofícios de cura, chamados pelos médicos acadêmicos de “charlatães” ou “curiosos”.⁴²⁷

Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1881) era um polonês de Lukov que se chamava de fato Piotr Czerniewicz. Estudante de medicina na Universidade de Varsóvia, exilou-se em Paris em 1831, após apoiar um levante contra os russos. Doutorou-se em Montpellier em 1837 e foi condecorado pelo governo francês por sua atuação numa epidemia de cólera ocorrida no ano anterior. Desembarcou no Rio de Janeiro em 1840, teve seu diploma validado pela Faculdade de Medicina da Corte e ingressou como membro titular da Academia Imperial de Medicina. Colaborou com a Revista Médica Fluminense e com a Gazeta Médica da Bahia, permanecendo no país até 1855, quando regressou para a França. Manteve seu projeto editorial até o fim da vida e foi sucedido pelos filhos⁴²⁸. Maria Regina Guimarães chamou atenção para o teor pedagógico das publicações de Chernoviz, eivadas do ideal iluminista e certamente também associadas às vinculações do autor com a medicina acadêmica:

Constantemente revista e ampliada, a obra não apenas se apresenta como uma espécie de vade-mécum do saber médico estabelecido, como tem uma postura pioneira, sancionando algumas inovações pouco consensuais para a sua época.⁴²⁹

Ao tratar da “loucura, doudice ou alienação mental”, Chernoviz deixou evidente seu conhecimento sobre as práticas acadêmicas vigentes e sobre a história de implantação do Hospício de Pedro II no Rio de Janeiro, inclusive ao citar a memória escrita pelo Dr. De-Simeoni que conclamara o Imperador à construção do hospital.

Como causas da loucura, Chernoviz apontava, além do sexo feminino, “o temperamento nervoso, uma educação viciosa, o celibato, as profissões que exigem um grande esforço d’espírito, que agitação fortemente e poem em lida a vaidade, etc.”. Mas também apontava nos relatos dos médicos que escreveram sobre as causas da “doudice” uma boa parte

⁴²⁷ GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no império. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, mai. – ago. 2005, p. 501-514, p. 502. Em outro artigo a autora analisa a popularidade de Chernoviz a partir da citação de suas publicações nos enredos literários. GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Os manuais de medicina popular de Chernoviz na sociedade imperial. **Revista Cantareira**, n. 5, v. 1, ano 2, abr. – ago. 2004, p. 1-20.

⁴²⁸ GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais..., *op. cit.*, p. 504-505.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 510.

de todas as atividades humanas: “as grandes revoluções políticas, a superstição, as revoluções, os terrores religiosos, a saciedade de todos os gozos, os excessos venereos, o onanismo, os licores fortes, a leitura dos romances e dos máos livros, o ócio, a congestão cerebral freqüente”. Ordinariamente as causas da loucura se verificariam em meio ao que entedia como afecções morais vivas ou contínuas: “a colera, o susto, uma perda subita de fortuna, uma felicidade inesperada, um pesar violento, os excessos de estudos, a ambição mallograda, o amor próprio humilhado, o ciume, os acontecimentos políticos, os pezares domesticos, o amor contrariado, o fanatismo, etc.”.

A sintomatologia da loucura, de acordo com Chernoviz, poderia surgir de forma lenta ou súbita. A percepção dos sentidos poderia ser plena ou variar para confusões sobre os nomes e os sentidos das coisas. Razão e delírio poderiam se alternar. Em meio a sentimentos extremados, o alienado poderia ter uma “inclinação ao suicídio e ao homicídio”, a ilusão de estar sendo perseguido ou praticar uma ação a partir de ordens que acreditaria ter recebido de Deus ou de uma voz interior.

Chernoviz denotava estar em sintonia com as teorias européias sobre a loucura. Citou o trabalho de Pinel e dividiu os sintomas da loucura em três aspectos principais: a *monomania*, o delírio causado por uma idéia fixa que não implicaria ao indivíduo em perda do discernimento quando distraído do tema que lhe toma o pensamento; a *mania*, quando o delírio era geral e exaltado; e a *demência*, quando a uma indiferença ou “apatia moral” juntar-se-iam a inatividade, o enfraquecimento ou perturbação completa da consciência.

Ao tratar da duração e prognóstico da doença, Chernoviz afirmava que a variação do tempo da loucura era incerta. Sua assertiva sobre a possibilidade de cura, a despeito do vínculo que possuía com os cursos de medicina acadêmica, informava uma concepção que não se descolara por completo da antiga Teoria dos Humores e do equilíbrio dos fluidos corpóreos⁴³⁰. Conforme Chernoviz então afirmava, ainda que raramente ocorresse dessa maneira, a cura da loucura poderia se dar por uma secreção ou hemorragia suprimida que

⁴³⁰ A Teoria dos Humores surgiu a partir das concepções de Hipócrates de Cós. Este grego que viveu no século V antes de Cristo atribuía o aparecimento de doenças a um desequilíbrio daquilo que seriam os quatro humores (fluidos) existentes no corpo humano: o sangue, a pituíta ou fleuma, a bÍlis e a atrabile. Estes humores possuiriam “um centro regulador da sua dinâmica e para ele era atraído: o sangue, para o coração; a pituíta, para a cabeça; a bile, para o fígado; e a atrabile, para o baço”. Seriam ainda suas características as qualidades a eles imanes: sangue – quente e úmido; fleuma – fria e úmida; bile – quente e seca; e a atrabile – fria e seca. LIMA, Tânia Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 2, n. 3, nov. 1995-fev. 1996, p. 44-96, p. 47.

reaparecesse, pelos vômitos, pelas evacuações alvinas abundantes, pelos suores, pelas hemorragias espontâneas, e através da maior parte das impressões morais vivas.

Chernoviz predicava o isolamento e a vigília dos enfermos. Ressaltava que a internação provocava a cura dos loucos em maior número do que das vezes em que eram deixados aos cuidados do seio familiar. Mesmo a segurança da sociedade poderia impor a obrigação do recolhimento aos estabelecimentos públicos ou particulares. Não deveriam os confinados permanecer expostos ao suicídio e à masturbação. Os inquietos ou furiosos deveriam ser presos à camisolas ou até mesmo amarrados. Contrariedades, o avivamento das razões de seus pesares e zombarias não deveriam ser colocados aos loucos.

Com relação à terapêutica, Chernoviz reconhecia que as sangrias em abundância já estavam “em parte riscadas do tratamento da loucura”. Mesmo assim, indicava esse procedimento aos indivíduos robustos. Banhos frios, emborçações, cáusticos na nuca e purgantes eram outras aplicações recomendadas. Para os monomaniacos, a cura poderia chegar com viagens (ao campo em especial), música, distrações ou atividades de jardinagem. Algum trabalho mecânico realizado ao ar livre e que empregasse muitas horas do cotidiano aumentaria o número de curas registradas, assim como a prática dos exercícios físicos. A ginástica era apontada como vantajosa porque fazia com que o louco pensasse menos e o inclinaria ao sono, estado que era apontado como “um grande benefício para muitos doudos”.

Chernoviz não acreditava na utilidade das dietas e permitia que os alienados comessem o desejado. Entretanto, abster-se do café e das bebidas espirituosas (aquelas que contém álcool), juntamente com a tomada de banhos mornos, combateria a insônia que muitas vezes se apoderava do doido no princípio de sua loucura. Não sendo suficiente essas interdições e empregos, a falta de sono poderia ser atacada com a ingestão de uma xícara de amendoada com vinte gotas de láudano ou uma pílula de ópio de um grão. As prisões de ventres dos loucos, por sua vez, deveriam ser tratadas com clisteres de linhaça, limonada de tamarindo ou alguns purgantes⁴³¹.

Outrossim, o conhecimento produzido sobre a alienação mental não se atinha aos populares manuais de Chernoviz. Desde meados do século XVIII uma série de tratados sobre a loucura redigidos por médicos veio a público com visões distintas e mesmo conflitantes sobre a temática. No Brasil, três médicos que participaram do grupo que fundou a Academia

⁴³¹ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário...**, *op. cit.*, p. 555-558.

Imperial de Medicina também foram os pioneiros na proposição de um hospício no Rio Janeiro e nos escritos a respeito da loucura. Em 1835, J. F. Sigaud publicou suas **Reflexões acerca do trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro**. Entretanto os primeiros textos brasileiros que davam especificidade à qualificação da loucura como doença mental foram **Considerações gerais sobre a alienação mental**, tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e publicada por Antônio Luiz da Silva Peixoto, em 1837, e **Importância e necessidade da criação de uma manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados**, escrito dois anos depois por Luiz Vicente De-Simoni.

Magali Engel, seguindo o que já fora escrito por Michel Foucault e Robert Castel, apontou nesses estudos uma ruptura que passaria a conferir à loucura a concepção de uma doença, “buscando-se, desse modo, transformá-la em objeto de conhecimento e intervenção exclusivos do médico”. Para Magali Engel a noção de doença mental que paulatinamente se constituía definia limites que ampliavam os sintomas que somente seriam percebidos pelos médicos formalmente habilitados. A idéia de *doença mental* se distanciaria da tradicional concepção de *loucura*, que associada geralmente à visibilidade do delírio, seria apenas mais uma das tipificações atribuídas à doença mental⁴³².

Roberto Machado, na terceira parte de **(Da)nação da norma**, intitulada *A medicina do comportamento*, constituiu a sua argumentação justamente contrapondo as antigas concepções de delírio herdadas da teoria dos humores frente a ascendente concepção moral que cercaria a doença mental ao longo do século XIX e que se fazia presente nas teses e artigos médicos. O autor fez alusão ao tratado médico escrito por Simão Pinheiro Morão no século XVIII. Sua idéia ao fazer esse resgate era caracterizar uma concepção antiga de medicina, baseada no modelo hipocrático-galênico, em contraponto às teses médicas que seriam defendidas após a formação dos primeiros cursos superiores⁴³³.

Para Simão Morão, a loucura era entendida em sua manifestação na forma de delírio, causado pelos vapores do interior do corpo que se encontrariam corrompidos e atingiriam o cérebro. Os humores poderiam ser gerados na própria cabeça ou se levantariam de outras

⁴³² ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 117-119.

⁴³³ MORÃO, Simão Pinheiro. Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitâneas se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes. Circa 1677. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. In: MACHADO, Roberto et. al. **(Da)nação...**, *op. cit.*, p. 404.

partes do corpo. As variedades das manifestações delirantes seriam produto dos tipos de humores que coordenariam o funcionamento corporal⁴³⁴. Nas palavras de Morão:

[...] porque se for sangue na maior parte faz os delírios risonhos, pronunciando os enfermos coisas ridículas, e engraçadas; e se for cólera o humor que sobe faz delírios iracundos, terríveis e agastados, e se for fleima o humor que sobe faz os delírios calados, suspensos, e os doentes sonolentos; e finalmente se for o humor que sobre melancolia, fez os delírios medonhos, tristes e solitários.⁴³⁵

Sangrias, purgativos e banhos deveriam ser aplicados junto às três ênfases curativas, que ateriam à evacuação dos vapores, ao desvio da cabeça quando se originassem os humores, e ao conforto que deveria ser dado à cabeça e ao cérebro para se evitar nova recepção dos vapores humorais. Para Roberto Machado, essas terapias permaneceriam sendo utilizadas até o século XIX, entretanto o fundamento físico sobre a loucura presente nos escritos de Morão cederia espaço às discussões médico-acadêmicas que visavam “constituir uma síntese de aspectos orgânicos, intelectuais, morais e sociais que a loucura parece prometer-lhes” em relação ao homem⁴³⁶.

Quando abordou os pioneiros médicos da academia brasileira que teorizaram sobre a alienação mental, Roberto Machado citou Antônio Luiz da Silva Peixoto. Publicada em 1837, a sua tese era definida como explicitamente inspirada nos conceitos expostos por J. E. D. Esquirol no livro **Des maladies mentales**. Para aquele autor francês, a loucura não era um fenômeno homogêneo. As formas de loucura delirantes, como a lipemania, a monomania e a mania seriam passíveis de discussão, enquanto que a demência e a idiotia solapariam a inteligência e seriam incuráveis. Lipemania e monomania, ainda que distintas, caracterizariam-se pelo predomínio de uma paixão, um delírio parcial que se opunha à mania, um delírio geral. Seriam distúrbios que apenas temporariamente perturbariam a inteligência. A razão estaria presente ainda que desordenada. O delirante apresentaria idéias múltiplas, rápidas e incoerentes, mas seria curável. O delírio poderia ser parcial, delimitado, focado, o que permitiria a coexistência no indivíduo do normal e do patológico. Enquanto na monomania predominaria uma paixão de caráter alegre e expansivo, na lipemania a paixão seria triste e depressiva. Em ambos os casos o nível de entendimento não se afetaria. Para

⁴³⁴ MACHADO, Roberto et. al. **(Da)nação...**, *op. cit.*, p. 404-406.

⁴³⁵ *Ibid.*, p. 407.

⁴³⁶ *Ibid.*, p. 409.

Esquirol essa ilusão dos sentidos e não da inteligência era um fenômeno de cunho moral caracterizado pela perversão. Mas a monomania poderia ainda ser “raciocinante ou afetiva” ou “instintiva”. A primeira variante não afetaria de nenhum modo a inteligência, sequer parcialmente. Verificar-se-ia um distúrbio de hábitos, caráter, ações e paixões que não causariam mal-estar ao alienado, que poderia inclusive argumentar a favor de seus atos. Já a monomania instintiva causaria a compulsão para a realização de atos sem uma vontade manifesta.

Apesar da referida inspiração, no escrito de Antônio Peixoto a alienação mental era apresentada como uma moléstia que pervertia e aniquilava o que havia de mais precioso à espécie humana, a ação fisiológica da inteligência. Ainda que a natureza da loucura fosse incerta, tratava-se de uma doença que atingia a inteligência. Suas definições para alienação mental e suas classificações eram estas:

[*alienação mental*] moléstia apirítica do cérebro, ordinariamente de longa duração, com perturbação contínua ou intermitente das faculdades intelectuais e afetivas, algumas vezes parcial, com ou sem lesão das sensações e dos movimentos voluntários, e sem desordens profundas e duráveis das funções orgânicas. [...] *mania* delírio geral com agitação, irascibilidade e furor; *monomania*, delírio parcial, com abatimento, morosidade e inclinação à desesperação [...]; *demência*, obliteração accidental das faculdades intelectuais [...]; *idiotismo*, obliteração ou debilidade congênita da inteligência.⁴³⁷

Manifestação da perturbação, o delírio ativaría e não destruiria a inteligência. O que se encontraria fora de controle seria a atividade da inteligência. Para Antônio Peixoto o delírio parcial se associava aos afetos. Não eliminada, a razão poderia ser corrigida pela intervenção, pelo tratamento moral⁴³⁸. Para outro autor, Geraldo Carneiro Leão, a loucura permitiria ao estudioso prescrever os limites da normalidade, que implicaria num ajustamento entre a razão e a vontade. Deveria-se, pois, interrogar não a tipologia do delírio, mas o tipo de conduta. Considerar a moral auxiliaria a balizar o normal e o patológico, ainda que manifestações intermediárias pudessem por vezes embotar o diagnóstico:

⁴³⁷ PEIXOTO, Luiz Antônio da Silva. Considerações gerais sobre a alienação mental. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tip. Revista dos Tribunaes, 1837. p. 1-2. In: MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação...**, *op. cit.*, p. 393.

⁴³⁸ MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação...**, *op. cit.*, p. 394-395.

em cada indivíduo [se apresentam] graus infinitos de força ou de fraqueza, de harmonia ou desarmonia, que até certo ponto permanecem no estado normal e ordinário da existência intelectual e moral, ou constituem as diversas variedades da alienação mental, sem que nos seja fácil em muitos casos determinar onde acaba o normal e o sadio para começar o anormal e doentio.⁴³⁹

Numa tese defendida na Faculdade de Medicina da Bahia, Freitas Albuquerque definiu a monomania como delírio parcial caracterizado pela presença de uma idéia fixa que não descontinua a atividade intelectual do sujeito a não ser pelo ponto em que sua mente se concentra. Nas monomanias ditas “raciocinantes”, a inteligência do sujeito em delírio motivaria o ato de vontade. De outra forma, nas monomanias “instintivas” ocorreria a insubmissão a qualquer razão que se opusesse ao ato de vontade. Em ambas as formas a razão seria afastada:

na monomania homicida instintiva os doentes matam sem motivos, sem paixão, por uma tendência inexplicável, invencível; enquanto que na raciocinante eles cometem o assassinato com premeditação, sentem todo o horror que lhes inspira a idéia delirante; há uma verdadeira luta em seu espírito, mas a sua vontade é vencida, e são finalmente levados a executá-lo.⁴⁴⁰

Esse entendimento constava no parecer emitido em fins de julho de 1860 pelo Dr. Luiz da Silva Flores e pelo cirurgião Porfírio Joaquim de Macedo a respeito da sanidade mental do escravo Pascoal, que cometera uma agressão em série contra vários moradores de São Leopoldo. Informava o laudo que o cativo era alienado mental, mas que sofria a perturbação apenas parcialmente, sendo, portanto, uma monomania homicida que permitia intervalos lúcidos⁴⁴¹.

Freitas de Albuquerque acentuou a dificuldade em se distinguir o normal do patológico em pessoas que poderiam manter um convívio social sem que jamais se suspeitasse de sua condição. Por ser a forma da loucura mais difícil de ser diagnosticada, impossibilitaria ao médico precisar o limite do estado de enfermidade com o de razão. Não se opondo à razão,

⁴³⁹ LEÃO, Geraldo Carneiro de. As analogias entre o homem são e o alienado e em particular sobre a monomania. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1842. p. 8. In: MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação...**, *op. cit.*, p. 397.

⁴⁴⁰ ALBUQUERQUE, F. J. Freitas de. Dissertação sobre a monomania. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1858. p. 1. In: MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação...**, *op. cit.*, p. 401.

⁴⁴¹ APRS - Processo-crime - São Leopoldo - Juri - Maço 2 - n. 39 - Estante 12 - 1860.

mas se confundindo com ela, as características da monomania deveriam ser entendidas, por outro lado, como oposição à norma. A questão da conduta dos homens se reforçava sobre a medicina. A monomania seria medida não por uma abordagem orgânica, anatômica, mas pelo aspecto moral e social:

Onde está pois o limite que separa a razão da loucura? Com que sinais pode o médico reconhecer e provar o desarranjo intelectual de maneira a não ser o ludíbrio daqueles que pretendem atenuar ou iludir a justiça sob pretexto de loucura; e destarte poder asseverar à autoridade, à sociedade, à família, que estão suspensas em sua decisão, que um tal desarranjo existe ou não?⁴⁴²

Certamente seria impertinente desprezar o levantamento que Roberto Machado realizou sobre as teses médicas publicadas, conquanto seja a fim de realizar uma nova leitura que sirva de trampolim para uma posterior confrontação do dito saber médico em relação às práticas não-acadêmicas. Os argumentos do autor devem ser relativizados a partir das observações já realizadas na introdução desta dissertação e que criticam a sua evocação dos sujeitos históricos de modo conceitual, não se referenciando na existência concreta dos homens e mulheres sobre os quais deveriam incidir as teorizações e políticas que os médicos predicavam. Além do mais, em Roberto Machado as formulações médicas ganham homogeneidade, desconsiderando as divergências que limitavam o entendimento da academia enquanto corporação. Em contraponto a esse modelo explicativo, as mediações possíveis entre conjuntos de concepções estanques vêm sendo apontadas pela historiografia.

Durante o período de atuação da Fisicatura-mor após a sua instalação no Brasil (1808-1828), no Rio de Janeiro e na Bahia começaram a ser organizadas as escolas de ensino que passariam a educar os profissionais das artes de curar. Formadoras de cirurgiões em sua fase inicial, somente em 1826 as academias puderam emitir diplomas daquela especialidade sem a chancela da Fisicatura. Até aquele momento os cursos ainda não possuíam o monopólio do ensino do ofício, que continuava livre para cirurgiões e boticários, desde que o aprendizado fosse acompanhado por profissionais que tivessem aprovação junto à Fisicatura⁴⁴³. Para Tânia Pimenta, os médicos que atuavam antes das primeiras formaturas em território brasileiro não podem ser tomados como um grupo homogêneo, posto serem oriundos de diferentes escolas européias, nas quais, entre o final do século XVIII e o início do XIX, uma diversidade de

⁴⁴² MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação...**, *op. cit.*, p. 402-403.

⁴⁴³ PIMENTA, Tânia Salgado. **Artes de curar...**, *op. cit.*, p. 51-53.

teorias se antagonizavam⁴⁴⁴. No que diz respeito aos boticários, a autora tratou de analisá-los em conjunto com os médicos, tendo em vista que

embora não houvesse um curso específico para a sua formação, baseavam-se em livros e manuais e atendiam às necessidades e orientações dos médicos e cirurgiões. Já os conhecedores das plantas nativas, em geral, baseavam-se em sua experiência ou do seu mestre e eles mesmos prescreviam os remédios.

O trabalho do médico ou do cirurgião dependia dos boticários, já que sua competência era considerada fundamental para o sucesso do tratamento prescrito. Por isso, os boticários constituíam uma especialidade muito visada pela Fisicatura.⁴⁴⁵

Em 1829, um ano depois da extinção da Fisicatura-mor, foi criada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1832 a Academia Médico-Cirúrgica fora transformada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e naquele mesmo ano surgiram os primeiros médicos diplomados pelas Faculdades da Bahia e da Corte. De acordo com Tânia Pimenta, a linha que se divisava definiria uma categorização hierárquica que viria em detrimento dos não-habilitados. À sombra do monopólio oficial dos médicos sobre as artes de curar aqueles que não possuísem um diploma reconhecido passaram a ser desqualificados ou se tornaram dependentes da academia⁴⁴⁶.

A historiografia tem refletido sobre os limites da homogeneidade da academia médica. Flávio Edler recuperou as controvérsias entre a Academia Imperial de Medicina e a faculdade estabelecida na Bahia acerca da etiologia e patologia de uma doença denominada *hipoemia intertropical ou ancilostomíase* (uma espécie de anemia), que “opôs grupos rivais, afetando as vias por onde circulavam as inovações científicas, bem como as regras de produção, controle e validação de fatos médicos”. A polêmica surgiu quando a Academia Imperial de Medicina foi refutada após colocar em xeque as hipóteses científicas sobre aquela enfermidade apresentada pelo grupo de médicos que tinha por liderança Otto Wucherer. Ao historiar essa disputa, Flávio Edler afirmou a necessidade de entender os envolvidos no episódio como “movidos por interesses e racionalidades específicas em luta por espaços institucionais com recursos materiais e simbólicos limitados”. As contendas entre os médicos transcendiam a

⁴⁴⁴ PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar...*, *op. cit.*, p. 56.

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 59.

⁴⁴⁶ PIMENTA, Tânia Salgado. *Transformações...*, *op. cit.*, p. 71.

argumentação conceitual, pois entravam em disputa “o modo de produção, validação e arbitragem de conhecimentos científicos postulados pela medicina anatomoclínica, bem como a imagem pública das instituições e a autoridade científica e profissional dos personagens envolvidos”. Não se tratava de um jogo de idiosincrasias e de mero descredenciamento do outro, mas de uma “rede de constrangimentos” que exigia dos pretendentes ao reconhecimento científico uma sustentação eficiente de suas afirmações em termos aceitos pelo grupo profissional. Num campo de crescente especialização formal a geração de conflitos e negociações “se apresentaria como uma luta entre representações voltadas ao reconhecimento social de identidades sócio-profissionais distintas”. Conflitos estes que chegavam a redefinição da própria linguagem em que se dava o debate e dos espaços de poder, como a Academia Imperial de Medicina⁴⁴⁷.

O corte histórico que Roberto Machado identificou ao contrapor o entendimento da loucura baseado no modelo hipocrático-galênico àquele erigido nas academias ao longo do século XIX, fortemente direcionado a um viés moralizante, também é um ponto a ser relativizado. A doutrina hipocrática não foi simplesmente abandonada. Em moldes diferenciados, sua herança permaneceu vigente ao longo do XIX, mesmo no pensamento de médicos de importância basilar à academia. Este foi o caso de José Martins da Cruz Jobim, conforme o estudo desenvolvido por Lorelai Kury.

Médico de grande influência no Império, senador vitalício, Cruz Jobim foi membro da Academia Imperial de Medicina, da Faculdade de Medicina, chefe de uma das enfermarias da Santa Casa de Misericórdia da Corte e médico da família do Imperador Dom Pedro II. Lorelai Kury afirma que mesmo sendo politicamente conservador, Cruz Jobim formou-se na França, onde foi aluno de Broussais, “cujas teorias aliavam os elementos climatéricos das teorias de Hipócrates e o localismo típico da Faculdade de Medicina de Paris”⁴⁴⁸. Apartando-se das explicações sobrenaturais, supra-físicas, Cruz Jobim adotou o neo-hipocratismo, doutrina de forte presença em fins do século XVIII e na primeira metade do XIX, que seria a base do higienismo, e a medicina fisiológica, que se voltava para a observação direta da parte do corpo onde se originava a doença. Cruz Jobim associava os desequilíbrios do organismo ao

⁴⁴⁷ EDLER, Flávio Coelho. Uma controvérsia científica no império. A Escola Tropicalista baiana desafia a Academia Imperial de Medicina. **XI Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Flavio%20Coelho%20Edler.doc>. Acessado em 28/9/2006.

⁴⁴⁸ KURY, Lorelai. Um médico no império: Cruz Jobim interpreta a ciência européia. **X Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/anais2002/comunicacoes/kury%20lorelai.doc>. Acessado em 27/9/2006.

clima, a dieta e aos hábitos, os três eixos do hipocratismo. Trata-se de uma percepção que entende as doenças e também a conformação moral como derivadas das relações do corpo humano com o ambiente onde está inserido. Para Lorelai Kury, mesmo que os termos que identificam diretamente a Teoria dos Humores não sejam utilizados no período estudado, a presença do modelo seria flagrante na medicina. Sobre a permanência dessas idéias, Lorelai Kury lembrou que em discurso proferido em 1862 na Faculdade Medicina do Rio de Janeiro, trinta e quatro anos depois de obter o grau médico em Paris, Cruz Jobim demonstrava fidelidade às suas convicções.

Extrapolando mesmo a linha de pensamento questionadora da homogeneidade da corporação e do pensamento dos médicos, Magali Engel advertiu que na verdade o início da construção da noção de doença mental não se dissociava de todo das concepções oriundas de saberes não-especializados e inclusive daqueles de domínio popular. Recordou que a tese defendida em 1839 por Luiz Vicente De-Simoni apontava o estado de fúria “como o primeiro e único sinal revelador do enlouquecimento”. Essa observação seria típica das constatações leigas que associavam a loucura à violência. Além do mais, ainda que as teses da Faculdade de Medicina fossem inspiradas nas teses de Pinel, Esquirol e Dubois e reivindicassem o isolamento dos loucos, segundo Magali Engel não existia articulação entre as faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, o que se estenderia ao cotidiano das instituições asilares. Diferia da Europa, onde o ensino que constituía o saber acadêmico se encontrava associado ao asilo.

A partir da década de 1860, as noções que vinculavam a alienação mental às questões de caráter moral passariam a encontrar questionadores em médicos como José Luiz da Costa, que definia uma fundamental anormalidade física do cérebro como origem da inquietação mental. Nesse contexto se dava a influência do **Tratado das degenerescências** de Auguste Morel, publicado em 1857, e que apresentava um entrelaçamento entre hereditariedade, ambiente e declínio racial. Era a chamada “segunda psiquiatria”, que se diferenciaria da época em que a loucura era concebida em relação às condições de inteligibilidade (Pinel) ou como desvio de comportamento (as monomanias). A noção degenerescência levaria ao diagnóstico da doença mais pelas suas causalidades ocultas e menos pela sintomatologia. Um novo entendimento seria dado com essas noções que “enfatizariam a perversidade do louco, redimensionando o sentido de sua periculosidade, a partir do estabelecimento de uma estreita associação entre criminalidade e loucura”⁴⁴⁹.

⁴⁴⁹ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 122-132.

Poucas são as informações disponíveis sobre o tratamento cotidiano dado aos internados na Santa Casa de Porto Alegre. O Relatório da Provedoria da Irmandade publicado em 1867 afirmava que os alienados de ambos os sexos eram “velados cuidadosamente, lavados todas as semanas, [tinham] cortados os cabellos e mudadas as roupas amiudadas vezes para a conservação do seu necessario asseio, estando entregue aos cuidados dos seus bons enfermeiros”[grifo meu]⁴⁵⁰. Sete anos depois, quando o contexto já era o da reivindicação por uma nova instituição que cuidasse com exclusividade do problema dos alienados, o Relatório da Provedoria afirmava que os alienados viviam confinados em 38 compartimentos lotados, sem distração e tolhidos da liberdade⁴⁵¹. Entretanto, como essas informações são realmente precárias, vou me valer das observações de Magali Engel sobre o contexto da Corte para tentar compreender o que se idealizava e o que se realizava de fato em relação ao tratamento dos alienados.

No que dizia respeito aos cuidados que deveriam ser aplicados aos alienados, junto ao escrito do Dr. De-Simoni que em 1839 reclamava a construção de um hospício no Rio de Janeiro, era citada a ineficácia dos meios terapêuticos empregados na Santa Casa, como as lancetas, bichas, visicatórios e remédios de botica. Reivindicava-se um tratamento físico e moral que compreendesse o trabalho, a distração, o exercício ao ar livre e os banhos. Outras práticas também eram criticadas, como a intervenção de facultativos generalistas em detrimento do emprego de especialistas e a adoção de castigos físicos aos considerados furiosos. Para De-Simoni os enfermeiros dos alienados deveriam conjugar uma presença firme com o entendimento caridoso sobre os indivíduos que permaneciam a seu trato, assim como deveriam ter um mínimo de envergadura intelectual e moral a fim de melhor cumprir seus deveres e compreender médicos e doentes. Já no seu pioneiro tratado de 1835, o Dr. Sigaud questionava impossibilidade de se aplicar um bom tratamento quando ocorria a superlotação dos quartos da Santa Casa do Rio de Janeiro, o que impedia a separação dos idiotas, furiosos, melancólicos e convulsionários. Essa forma de separação era defendida por Esquirol, que também predicava a separação dos sexos e das camadas sociais, não apenas para a melhor atuação dos facultativos, mas também para que a influência externa de familiares e autoridades públicas como a polícia e a justiça não prejudicassem a autonomia médica. Sigaud reclamava inclusive contra o tratamento que os alienados recebiam em casa. Para o

⁴⁵⁰ ISCMPA – CEDOP – Relatório da Provedoria – 1867 – p. 11-12.

⁴⁵¹ ISCMPA – CEDOP – Relatório da Provedoria – 1873 – p. 6.

autor a reclusão familiar era precária e ineficiente, pois não contava com o necessário senso médico⁴⁵².

Quando da inauguração do Hospício Pedro II no Rio de Janeiro em 1852, não existiam médicos especializados em alienação mental e muito menos o número de generalistas disponíveis era suficiente para atender à demanda. A formação não especializada se estenderia de fato até pelo menos a promulgação do Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, quando a disciplina de clínica psiquiátrica foi incluída nos currículos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A formação dos médicos que tratavam dos alienados se daria até então na lida cotidiana com aqueles enfermos e na leitura dos tratados estrangeiros.

O trabalho desempenhado pelos enfermeiros no Hospício Pedro II era muito criticado. Não serviam a contento e não se lhes depositava confiança. Vigilância, punição e afastamento eram soluções apontadas para aqueles que eram reconhecidos como socialmente inferiores por aceitarem tal serviço pela quantia paga, 24\$000rs. mensais. Esse conceito em relação aos enfermeiros não se restringia ao Hospício Pedro II. Conforme Russell-Wood, a primeira referência à existência de uma equipe médica na Santa Casa de Misericórdia da Bahia é de 1645 com a nomeação de um cirurgião. A enfermaria da instituição, que também atendia os loucos, era simples e grosseira. Um enfermeiro foi demitido em 1650 por abandonar pacientes para jogar com soldados da guarnição⁴⁵³. Sobre a presença dos enfermeiros no Hospício Velho de São Paulo, escreveu Maria Clementina Pereira Cunha:

Os funcionários encarregados do trabalho de vigilância são considerados, pela unanimidade dos cronistas, como indivíduos de ‘má procedência’: tratava-se possivelmente de um trabalho considerado aviltante e visto com repugnância pela maior parte dos trabalhadores urbanos. Assim, a grande maioria dos funcionários do hospício era constituída de negros libertos - o setor menos “qualificado” da força de trabalho – e alguns egressos das prisões. Ademais, tratava-se de um trabalho extremamente mal-remunerado – o que chegou a motivar, desde os primeiros anos, ameaças de greve e de abandono coletivo do emprego⁴⁵⁴.

Por outro lado eram elogiados os trabalhos que as irmãs de caridade desempenhavam no Hospício Pedro II, pois “eram vistas como uma espécie de braço direito dos médicos,

⁴⁵² ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 192-196.

⁴⁵³ RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos...**, *op. cit.*, p. 73.

⁴⁵⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho...**, *op. cit.*, p. 59.

auxiliando-os de forma competente não apenas no tratamento dos alienados internados, mas também na vigilância destes últimos e de todo o pessoal subalterno”⁴⁵⁵. Magali Engel advertiu inclusive para a ascendência das irmãs de caridade sobre os médicos, pois elas permaneciam dia e noite no estabelecimento, enquanto que os médicos não eram residentes. De igual modo, o poder coercitivo dos enfermeiros sobre os doentes implicava em certa autonomia frente aos médicos⁴⁵⁶.

Na Santa Casa de Porto Alegre parece que o papel dos enfermeiros era mais valorizado. Cheguei anteriormente a grifar a frase “estando entregue aos cuidados dos seus bons enfermeiros”, escrita no Relatório de Provedoria de 1867. Em 1858 os enfermeiros das alas masculina e feminina da Santa Casa recebiam salários melhores do que os pagos aos médicos e cirurgiões. Provavelmente era a presença constante dos enfermeiros que garantia a funcionalidade da instituição asilar.

Esse melhor conceito em relação aos trabalhadores da Santa Casa não impedia que se ressaltasse a ausência de distração disponível aos alienados que nela viviam, conforme já observamos no Relatório da Provedoria publicado em 1858. Vimos que até a década de 1880, no Hospício Pedro II do Rio de Janeiro a concepção terapêutica vigente levava em conta a noção da alienação como doença moral. Para a sua atenuação, considerava-se a aplicação de atividades laborais. Na rotina do hospício, o trabalho facultativo se destinava aos pobres em condições. As mulheres, predominantes nessas atividades, eram alocadas para a confecção de produtos consumidos na própria instituição ou vendidos, enquanto que os homens eram enquadrados em serviços de manutenção. Os meios farmacológicos deveriam ser empregados quando a anormalidade era física ou acidental, a fim de se evitar as fases mais avançadas da doença. Nas teses e memoriais dos médicos é apontada uma série de medicamentos utilizados no hospício: água-de-louro cerejo, acetato de amônia, ópio, purgativo e digitális, em anotações da década de 1850, e brometo de potasso, iodo de potasso, cloral, clorohidrato de morfina e a espelina em apontamentos da década de 1870⁴⁵⁷. É possível que esse tipo de medicação fosse aplicada também em Porto Alegre, até porque durante muito tempo as drogas utilizadas na botica da Santa Casa de Misericórdia foram adquiridas junto a casa comercial Rocha & Vieira Braga, no Rio de Janeiro⁴⁵⁸.

⁴⁵⁵ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 210 -212.

⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 228 -229.

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 212-217.

⁴⁵⁸ ISCMPA – CEDOP – ASMP.

Magali Engel, conforme vimos anteriormente, apontou uma desconexão entre os cursos de medicina do Rio e da Bahia, e destes em relação ao cotidiano do asilo. Podemos tentar verificar alguma outra forma de ligação entre o Asylo de Alienados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e as práticas do Hospício Pedro II que fosse além da formação de parte de seus facultativos pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, aspecto que já observamos.

Maria Luiza Tucci Carneiro apontou a transferência de alienados confinados na Bahia para o Hospício Pedro II⁴⁵⁹. Ao que parece isso foi comum em relação às províncias, pois Yonissa Marmitt Wadi identificou os envios realizados pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e a circular com data de 4 de setembro de 1854 enviada ao Presidente da Província de S. Pedro, João Luiz Vieira Cansansão de Sinimbu, pelo Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Tratava-se de ordem do Imperador para que se suspendesse as remessas de alienados para o Rio de Janeiro, pois o hospício não auferia renda suficiente para dar conta dos custos de manutenção daqueles indivíduos. O Presidente da Província oficiou primeiro as Santas Casas de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande e depois o Comandante de Armas, determinando que fosse cumprida a circular⁴⁶⁰. De minha parte, encontrei ainda em fins de 1858 cinco envios de alienados para o Hospício Pedro II Rio de Janeiro, o que contrariava aquelas determinações vindas da Corte. Eram três homens brancos - sendo um imigrante alemão -, uma mulher branca e outra negra⁴⁶¹.

Uma vez tangenciada a formação médico-acadêmica que deveria pautar os diagnósticos dos alienados, torna-se pertinente confrontar a aplicação das teses médicas com o cotidiano dos confinamentos, operação que nos permite observar o limite das orientações conceituais dos médicos frente a interesses de outra ordem. Para tanto, vou resgatar os casos que envolveram um branco e dois negros. O primeiro se refere ao dramaturgo, professor e jornalista José Joaquim de Campos Leão, conhecido pelo epíteto Qorpo Santo. Já os outros dois episódios envolveram Thimothio, que era liberto, e o escravo Pascoal.

Qorpo Santo

⁴⁵⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Negros...*, *op. cit.*, p. 148.

⁴⁶⁰ WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio...**, *op. cit.*, p. 35-37.

⁴⁶¹ ISCMPA – CEDOP – MGE - Livro 2 – fl. 27 – n. 285, fl. 37 – n. 670, fl. 54 - n. 528, fl. 54 – n. 532 e fl. 56 – n. 616.

Na segunda parte da década de 1860, o dramaturgo Qorpo Santo⁴⁶² foi interdito judicialmente por ser considerado alienado mental a partir de um diagnóstico de monomania. A posição social e profissional de Qorpo Santo, diferenciada em comparação aos demais alienados ensejou que os elementos que compunham o seu processo de interdição judicial fossem preservados em maiores detalhes, sendo inclusive publicados pelo próprio escritor. Se levarmos em conta que não existem subsídios além dos registros das fugas dos confinados, quando elas ocorriam⁴⁶³, as informações sobre Qorpo Santo enriquecem a nossa leitura sobre os comportamentos considerados insanos, sobre os conflitos que pautavam a construção dos diagnósticos e os sobre efeitos que esses pareceres causavam nos indivíduos, incluindo possíveis reações e estratégias que visassem a liberação do confinamento.

Em estudo sobre Qorpo Santo, onde pontua “o que era e o que não devia ser” em relação àquele dramaturgo, Guilhermino Cesar recolheu algumas das idéias que podem ter condicionado a sua escrita. Qorpo Santo afirmava não serem naturais as relações sexuais fora do casamento, mas deixava em aberto a possibilidade de divórcio consentido após sete anos de relacionamento e a realização de um segundo e definitivo casamento. Condenava o celibato clerical que impedia a plena realização dos ministros religiosos, realização esta encontrada no convívio no grupo familiar. Para Guilhermino Cesar, Qorpo Santo, dava “a impressão de que o sexo falava nele muito mais alto do que o coração, circunstância que não admira, pois o extraordinário Qorpo-Santo desdenhava soberanamente a chorosa grei romântica”⁴⁶⁴. Essas idéias, ao proporem a quebra de alguns dos mais caros tabus de uma sociedade conservadora, certamente deram motivo ao caráter “maldito” que se atribuiu a Qorpo Santo. Eis a observação de Guilhermino Cesar a esse respeito:

⁴⁶² Nascido na Vila do Triunfo em 19 de abril de 1819 e falecido em Porto Alegre em 1º. de maio de 1883, Qorpo Santo assim explicou a razão do apelido: “Se a palavra corpo-santo foi-me infiltrada em tempo que vivi completamente separado do mundo das mulheres, posteriormente, pelo uso da mesma palavra hei sido impellido para esse mundo.” LEÃO, José Joaquim de Campos. Enciclopédia, ou seis meses de uma enfermidade. Volume II. Porto Alegre: Tip. Qorpo Santo, 1877. p. 16. In: QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais e outras comédias**. Fixação do texto, estudo crítico e notas por Guilhermino Cesar. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora Movimento / Instituto Estadual do Livro / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1976. p. 13.

⁴⁶³ Conforme já aponte anteriormente, entre os 865 registros de internação considerados, há a informação de 52 fugas (6%), sendo que destes evadidos, 27% eram negros.

⁴⁶⁴ QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais...**, *op. cit.*, p. 23.

Sim. Porque a literatura e o sexo foram os pólos de sua vida. Sua obra, toda ela uma lancinante confissão, expelida sem os costumeiros disfarces em tantos pontos capitais, busca motivação e moldura no erotismo. Pressionado pelos tabus, pelas praxes sexuais, pelos cânones morais da sociedade brasileira, escravocrata e latifundiária, de meados do XIX, o mestre-escola de Porto Alegre fez de sua obra de dramaturgo o estuário em que os conflitos de sua geração se encontram reunidos, como em nenhuma obra do gênero, dentro de nossa dramaturgia, naquele período. De modo confuso e tumultuário quase sempre, Qorpo-Santo compôs por isso mesmo uma obra muito ilustrativa. Ninguém fora tão longe, antes dele, no seu impulso confessional. Na generalidade, os homens da mesma época, como nos álbuns de família bem arrumadinhos na sala de vistas, oferecem ao público um retrato convencional de si mesmos. Na imprensa, na ficção, na poesia, no teatro, a boa norma era o delírio idealizado e idealizador, com muito sentimentalismo no recheio. Fora daí não havia lugar para o recorte das paixões elementares, para as exigências do instinto e sua satisfação, conforme as regras secretas da sociedade patriarcal. [grifo meu]⁴⁶⁵

Qorpo Santo somente no primeiro semestre de 1866 escreveu dezessete peças teatrais dos mais variados gêneros, mas cujas encenações apenas ocorreriam na segunda metade do século XX. Guilhermino Cesar acreditava que o autor sentia uma necessidade de dar vazão à agressividade que o tomara, ainda que essa vazão se desse por linhas desconexas. Enquanto Qorpo Santo era envolvido pelo escândalo e pelos risos causados à população porto-alegrense, sua família não sabia como “impedir ou atenuar aquela grafomania caudalosa e incontrolável”⁴⁶⁶. A solução fora encontrada, então, no processo de interdição judicial. Na sentença, o diagnóstico medido, ainda que pormenorizado, era mais uma vez sobrepujado por uma esfera de poder que parecia alheia às teorias alienistas.

Em julho de 1876, Qorpo Santo escreveu um breve perfil autobiográfico no qual constam as informações acerca de suas atividades comerciais, como professor de letras e de suas participações como mestre maçônico, eleitor, e, quando morador do Alegrete, vereador e subdelegado de polícia. Antes das dificuldades que enfrentou com as autoridades, podia ser considerado um cidadão bem inserido socialmente. Entretanto, já no início do escrito auto-referencial aparece a descrição do episódio de assédio que Guilhermino Cesar qualificou como um “profundo choque moral”:

⁴⁶⁵ QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais...**, *op. cit.*, p. 51.

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 43.

Tinha eu três anos pouco mais ou menos de idade [...], quando vi-me entre uma mulher casada e um transgressor do Nono preceito da Base de todas as nossas leis.

Não posso afirmar se por acaso ou de propósito tal aconteceu. O que é verdade porém é que a mulher repeliu o indivíduo com palavras, cujo som, conquanto eu não as percebesse bem, fez-me olhar para o mesmo – repassado de indignação; este, fitando-me a vista disse à mulher: - Até outra ocasião.

E retirou-se.

Nunca mais o vi na mesma casa, senão vinte e dois anos depois – inutilizado – por doente.

É para mim problemático – se meu corpo até esse momento era pura carne animada de um pouco de espírito, ou se já nele existia o Santo que na idade de trinta e quatro anos subiu ao Céu; o qual ao som de palavras que o feriram começou a desenvolver-se guiando meus passos.⁴⁶⁷

Mais adiante, no mesmo relato, acentuou a perseguição que denunciava ter sofrido ao longo dos anos:

[...] julho de 1862; época em que – atos de violento de que fui vítima, alguns dos quais ignorei por espaço de dois anos (com que cortaram-me todos os recursos à subsistência) – levaram-me à vila do Triunfo no 1^o de janeiro de 1863.

Foi exatamente quando começaram tais atos violentos que e comecei também a tomar notas para nesta data escrever a *Enciclopédia*.

Hei escrito ainda que pouco para jornais desde 1852 até 1873, ano que cessei para voltar ao comércio, porque nenhum pensamento de reconhecida utilidade pública mandava imprimir, que não fosse qualificado – crime! e pelo qual – não houvesse de sofrer alguma pena!⁴⁶⁸

Qorpo Santo parecia se acreditar santificado. Numa de suas peças, **Hoje sou um; e amanhã outro**, escrita em 1866, no auge da disputa em que se envolvera junto aos médicos e a Justiça, o autor daria vazão a essa auto-compreensão em meio a história de um caso de dupla personalidade. No final do primeiro ato, o enredo segue com o diálogo entre um monarca que acredita estar sendo vítima de uma conspiração e seu ministro. O rei é informado que na capital da Província de S. Pedro existe um homem predestinado. O caráter autobiográfico e “messiânico” fica evidente na descrição que Qorpo Santo imprime ao profeta porto-alegrense (ANEXO 4). Ao final da peça, o Rei assina uma carta aos Presidentes das

⁴⁶⁷ QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. *As relações naturais...*, *op. cit.*, p. 9-10.

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 11.

Províncias, onde externa o seu agradecimento pelo combate aos traidores. A assinatura do documento revela que o próprio Rei é o profeta. E que as iniciais do nome desse rei remetem ao exterior da obra teatral, ao signatário⁴⁶⁹.

É difícil dizer se Qorpo Santo realmente se entendia como um predestinado, por quanto tempo esse entendimento manteve efetividade, ou se o texto dramaturgico era uma ironia que parodiava as maledicências que acreditava sofrer. Não é minha intenção entrar aqui numa discussão acerca de quanto o autor e a sua obra se influenciam mutuamente⁴⁷⁰. Interessa saber as condições históricas sob as quais pôde emergir o discurso de Qorpo Santo. Roy Porter discorreu sobre o discurso dos alienados ao investigar “as vidas de cerca de duas dezenas de ‘pessoas loucas’, como elas próprias se autodenominaram” em seus escritos. Para o historiador, os testemunhos dos ditos loucos “são eloqüentes a respeito de seus temores e esperanças, das injustiças que sofreram, acima de tudo do que é ser louco ou considerado louco”. Em seu estudo preocupou-se em como os “loucos” buscaram explicar seus comportamentos para eles próprios e para os outros a partir da linguagem que lhes era disponível. Tipicamente incompreendidos ou mal-apreendidos, para Roy Porter os escritos dos “loucos” quando analisados com acuidade indicam a existência de um método. A lógica interna destes textos é despertada quando pesquisados “como produtos de sua situação e de seu tempo”⁴⁷¹.

Em 9 de março de 1867, a mando da Justiça da Província, Qorpo Santo foi examinado na casa do Juiz de Órfãos e Ausentes, Dr. Augusto César de Pádua Fleury, a partir do que se emitiu um laudo acerca de seu estado mental. O Dr. Dionísio de Oliveira Silveira, que juntamente com o Dr. Manuel José de Campos já havia examinado Qorpo Santo em julho de 1864, reafirmou o seu julgamento,

afirmando que o suplicado estava no gozo de perfeita saúde, e por conseqüência apto para voltar ao magistério, ou ao que mais lhe conviesse; e que tendo praticado numerosas vezes de então para cá com o mesmo, sempre foi e é de sua opinião que ele nenhuma alteração há sofrido em sua razão ou faculdades mentais.

⁴⁶⁹ QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais...**, *op. cit.*, p. 110-113.

⁴⁷⁰ Um exemplo clássico desse tipo de preocupação pode ser encontrado em FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, s/d. [199-?].

⁴⁷¹ PORTER, Roy. **Uma história...**, *op. cit.*, p. 7-8.

Por sua vez, o Dr. Carlos Benjamin Petراسي, que também havia examinado Qorpo Santo anteriormente, voltou a julgá-lo como estando “no gozo perfeito de suas faculdades mentais”. Para o médico nenhum fato justificava a sua mudança de opinião⁴⁷².

Em 26 de março de 1867 o Juiz de Órfãos e Ausentes proferiu sentença corroborando as afirmações dos médicos. Contudo, em abril de 1868, Qorpo Santo foi pelo mesmo juizado encaminhado para exame no Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro. Naquele estabelecimento, no dia 20, foi novamente passivo de um auto de exame de sanidade. Sendo realizado na presença do Juiz de Órfãos, Dom Luís de Assis Mascarenhas, e a cargo médico dos Drs. José Joaquim Ludovino da Silva e Inácio Francisco Goulart, o atestado médico era feito sob o juramento dos Santos Evangelhos e com a promessa de que fosse realizado “sem dolo nem malícia”. Os facultativos afirmaram não terem encontrado em Qorpo Santo “o produto mórbido da monomania”.⁴⁷³

Devemos atentar para o fato que no interregno entre os dois pareceres até agora apresentados, uma terceira análise foi realizada em Porto Alegre. Qorpo Santo fora na ocasião definido como monomaniaco. Mais adiante veremos o conflito que deu ensejo para o seu envio ao Rio de Janeiro.

A partir dos exames aos quais o teatrólogo se submeteu na Corte, pela primeira vez temos um relato da metodologia aplicada nas perícias de sanidade mental. Qorpo Santo passou por uma “observação química”, observação essa cujo teor, é bem verdade, não foi especificado. Respondeu a interrogatórios, que pelo depreendido eram semelhantes em seu formato ao efetuado em Porto Alegre, pois se deram na presença de um juiz de órfãos. E ainda teve a leitura de seus manuscritos realizada pelos médicos, que apenas constataram no internado uma vivacidade e uma rapidez de pensamento⁴⁷⁴.

Essas observações médicas não foram suficientes para garantir plena liberdade à Qorpo Santo, pois em cinco de maio de 1868 o mordomo do Hospício Pedro II foi oficiado pelo Juiz de Órfãos Dom Luís de Assis Mascarenhas afim de que liberasse o dramaturgo para que fosse enviado para uma casa de saúde. O estabelecimento escolhido foi o do Doutor Eiras. Dias depois o advogado José Joaquim Peçanha Povoas recorreu ao magistrado e solicitou que se fizessem valer os pareceres enunciados pelos médicos do Hospício Pedro II e da Casa de

⁴⁷² QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais...**, *op. cit.*, p. 14-15.

⁴⁷³ *Ibid.*, p. 15-17.

⁴⁷⁴ *Loc. cit.*

Saúde do Dr. Eiras, pois não podia o suplicante Qorpo Santo se sujeitar por mais tempo a uma observação que seria eternizada “com gravame de sua saúde; seus interesses; e finalmente sua reputação; violentadas assim todas as normas de direito, violentados assim os mais sãos e caros princípios da humanidade”. O advogado pedia ao juiz a garantia dos direitos de Qorpo Santo, “remédio que as leis dá aos males que sofre”, para que o mesmo pudesse “julgar da sorte que o aguarda até agora à mercê dos vai-vens originários de suposta loucura”⁴⁷⁵.

Naquele local, passou por novos exames sob as ordens do renomado Dr. João Vicente Torres Homem, “*primus inter paris*, professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Corte, [e que] encarnava o próprio método” acadêmico⁴⁷⁶. Suas observações resultaram num parecer datado de 19 de maio de 1868 que contrariava uma possível gravidade para o caso e solicitava a liberação do confinado. Em relação a Qorpo Santo, dizia o médico, que também era membro titular da Academia Imperial de Medicina, sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, facultativo do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, e da casa de saúde de N. S. d’Ajuda:

a não ser alguma exaltação cerebral com pequenos e raros desvios da inteligência sobre certos assuntos, nada indica em seu organismo um estado mórbido. A desordem que segundo penso existe no órgão principal do aparelho da inervação, conquanto traduzida por fenômenos significativos, todavia exige para ser bem apreciada, de aturado exame dos atos do Sr. Corpo-santo, e de prolongada conversação com ele entretida e habilmente dirigida. – Atesto também que, longe de haver vantagem de qualquer ordem que seja, na conservação deste Sr. em um – estabelecimento de saúde – pelo contrário a privação de sua liberdade, as contrariedades porque tem passado, e sobretudo a idéia que tanto o compunge de que o conservam recluso porque o julgam um louco nocivo, são causas muito poderosas que podem agravar o seu incômodo, o qual, no grau em que está, não o priva de cuidar em sua família, nos seus negócios e interesses, utilmente aproveitando a sua inteligência e educação, bastante aproveitáveis.[grifos meus]⁴⁷⁷

Não obstante, ainda que pleiteasse a libertação de internado, o Dr. Torres Homem dava margem para dúvidas acerca do estado de saúde do suplicante, pois ainda que afirmasse que a sua inteligência e educação eram bem “aproveitáveis”, o médico observara em Qorpo

⁴⁷⁵ QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais...**, *op. cit.*, p. 18.

⁴⁷⁶ EDLER, Flávio Coelho. Uma controvérsia científica no Império..., *op. cit.*

⁴⁷⁷ QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais...**, *op. cit.*, p. 19.

Santo uma exaltação cerebral, uma desordem das inervações e um incômodo que por ocorrer em menor grau não o impedia ao convívio social.

O fato é que o Juiz de Órfãos Dom Luís de Assis Mascarenhas convocou os Drs. José Joaquim Ludovino da Silva, João Vicente Torres Homem e Inácio Francisco Goulart para jurarem perante o livro dos Santos Evangelhos sobre o estado definitivo de Qorpo Santo. Pela primeira vez era apresentado àqueles médicos o exame de sanidade realizado em Porto Alegre que resultou no envio de Qorpo Santo para o Rio de Janeiro. Era um documento assinado pelos médicos Roberto Landell e Joaquim Pedro Soares. Roberto Landell atestara que Qorpo Santo sofria de monomania, enquanto que Joaquim Pedro Soares não concordara com a definição. Todos os médicos presentes à sessão de juramento perante a Justiça da Corte discordam da opinião emitida por Roberto Landell, julgando o paciente “no estado de poder reger sua pessoa e bens”. Em 16 de junho de 1868, Qorpo Santo recebeu um salvo-conduto da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro e retornou para Porto Alegre. Mas em seu regresso não recobrou o sossego. Cerca de um mês depois o Juiz de Órfãos Suplente Antônio Correia de Oliveira nomeou os Drs. Luís da Silva Flores e Manoel José de Campos, médicos da Santa Casa de Misericórdia, para que procedessem a novo exame no escritor⁴⁷⁸. Em ofício remetido à autoridade, Qorpo Santo argumentou sua recusa em atender àquela demanda judicial, tendo em vista os pareceres dos médicos da Corte que possuía em mãos, e que eram considerados por ele mais competentes na determinação de seu estado de saúde. Afirmava ainda que não iria se expor a um novo “crime” que se praticasse contra a sua pessoa e contra os seus bens por gente mal intencionada⁴⁷⁹.

Em vista dessa recusa, em 1º de agosto, o Juiz Correia de Oliveira emitiu nova ordem para que dali a uma semana fosse realizado o exame de sanidade. Desta vez substituía-se a convocação do Dr. Flores pela do Dr. Porfírio Joaquim de Macedo, que, sabemos, também era facultativo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre⁴⁸⁰. Talvez esta substituição tenha sido motivada pelas acusações de Qorpo Santo, que acreditava ter sido perseguido por Luís da Silva Flores⁴⁸¹. Novamente Qorpo Santo justificava sua recusa em aceitar uma convocação para prestar exame de sanidade:

⁴⁷⁸ QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais...**, *op. cit.*, p.19-21.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 21.

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 21-22.

⁴⁸¹ *Ibid.*, p. 13.

E porque meu juízo, já por vezes exarado e documentado tem sido em autos, respectivamente à pessoa do Sr. Bacharel Antônio Correia de Oliveira, e apoiado na opinião de 9 médicos dos mais acreditados desta capital, e da do Império; e nas sentenças de autoridades, que têm por maior honra cumprir fielmente seu dever; não pode sofrer a menor alteração em vista dos repetidos ataques, que evidentemente provam o grau da horrível enfermidade, que há quatro anos padece, a que chamam – *monomania* – pelo incessante esforço que há igual tempo há feito para desgraçar uma família inteira, cavando continuamente a ruína de seu chefe: segunda vez declaro a V.S. que não se faz mister comparecer eu a tal exame.⁴⁸²

A argumentação de Qorpo Santo, a despeito de ser respaldada em laudos médicos e decisões judiciais anteriores, não foi considerada pela Justiça local. Pelo contrário, em 17 de agosto de 1868, o Juiz de Órfãos Correia de Oliveira determinou a interdição judicial de José Joaquim de Campos Leão, o Qorpo Santo⁴⁸³. Quinze anos depois faleceria. A leitura de seu inventário deixa em aberto a denúncia de que suas propriedades estavam sendo ameaçadas por “pretextos frívolos”. Entre bens de raiz, móveis e dinheiro, seu patrimônio estava próximo dos quarenta contos de réis⁴⁸⁴.

A disputa médico-judicial envolvendo Qorpo Santo evidencia mais uma vez nestas linhas que o diagnóstico médico não garantia o seu efeito frente à autoridade pública. Além disso, contendas entre os próprios médicos provinciais responsáveis pelos diagnósticos ficam salientadas na discordância entre Roberto Landell e Joaquim Pedro Soares a respeito de indicação de monomania atribuída a Qorpo Santo.

É certo que Landell se envolvia freqüentemente em muitas polêmicas. Na década de 1840, época em que era o responsável pelos trabalhos de vacinação na capital, o médico viveu atritos com a Câmara Municipal. Em 1856 foi preso sob a acusação de tentativa de homicídio contra o Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba. E no segundo semestre de 1866 foi constantemente insultado por um alienado ao andar pelas ruas da cidade⁴⁸⁵. Contudo, parece plausível que a gênese das discordâncias entre os médicos estivesse no tipo de formação de Roberto Landell, questionada por muitos dos seus colegas. Roberto Landell era dono de botica em Porto Alegre e médico homeopata⁴⁸⁶. Não tenho uma evidência direta sobre essa

⁴⁸² QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais...**, *op. cit.*, p. 23.

⁴⁸³ *Loc. cit.*

⁴⁸⁴ José Joaquim de Campos Leão - APRS – Porto Alegre – 2º. Cartório Cível – Maço 16 – n. 500 – Estante 1 – 1883.

⁴⁸⁵ AHPAMV – ASCVPA - 14/6, 17/6 e 25/11/1841; AHRS - Polícia - Subdelegacia de Polícia – 1º. Distrito de Porto Alegre - Maço 50 – 1856 e AHRS – Polícia – Códice 247 – 1866.

⁴⁸⁶ AHRS – Polícia – Códice 249 – 1870.

inferência. Entretanto, a já aludida discussão acerca da legitimidade da terapêutica homeopata frente à alopata ocorrida à época da epidemia de cólera pode nos orientar a percepção nesse sentido.

Thimothio e o subdelegado Sarmiento

O episódio que envolveu o liberto Thimothio demonstra, em relação ao caso protagonizado por Qorpo Santo, uma profunda diferença do tratamento dispensado ao “alienado”. Thimothio era um liberto que cometera agressões e um crime de morte sob a custódia da Polícia. O relato do caso permite perceber que a gestão sobre a loucura podia ser considerada por lógicas que não se associavam diretamente com os ditames da medicina.

Conforme o memorial escrito em 16 de abril de 1856 por André Machado de Moraes Sarmiento, Subdelegado de Polícia do 3º. Distrito da Aldeia do Anjos (hoje Gravataí)⁴⁸⁷, por volta de oito ou nove horas do dia 4 de fevereiro daquele mesmo ano, o crioulo Thimothio lhe foi apresentado pelo cabo da Guarda Nacional Henrique de Oliveira. O liberto havia sido preso no dia anterior na povoação de Pinhal, em Capela de Santa Cristina, pelo inspetor daquele quarteirão, a fim de que se tomassem providências a seu respeito. Estava nu e falando muito, razões pelas quais foi apontado como “doido”. O Subdelegado indagou ao Guarda Nacional sobre a “qualidade da loucura” de Thimothio. Teve por resposta a informação de que se tratava de um indivíduo miserável de recursos, mas manso em sua postura, pois “não fazia mal a nada”. Apenas andava nu, caminhando sem destino, gritando palavras desacertadas, mas que não eram ofensivas.

Ao interpelar pessoalmente “o intitulado doido”, o Subdelegado certificou-se “que com efeito parecia estar fora de seu juízo”. Mas convencido de que não era furioso, resolveu acompanhar-se de Thimothio “e ver meios de o admetir na S. Casa de Caridade, pa. ali ser tratado”. Compadecido em relação ao liberto, resolveu não metê-lo no xadrez, mas sim deixá-lo próximo de algumas árvores existentes em frente a sua própria casa. Deu-lhe algo para comer e o tratou com “umanidade”.

⁴⁸⁷ APRS - Porto Alegre – Sumários do Júri – Maço 32 – n. 940 – 1857. Agradeço à historiadora Nikelen Acosta Witter pela gentil indicação deste processo-crime.

Thimothio permaneceu por ali até as cinco horas do dia seguinte, pois o Subdelegado não pôde seguir para Porto Alegre conforme planejara. De qualquer maneira, o comportamento do “doido” não causava maior preocupação, pois ficava “só de vez em qdo. gemendo, ou falando cousas a toa, e sem dar o menor indicio de furioso”. Mesmo quando foi à casa de seu vizinho Alexandre Pahim de Souza, o Subdelegado Moraes Sarmiento continuou sem prestar maior precaução à figura de Thimothio.

Todavia, poucos minutos depois dessa saída do policial, “penciou o do. doido a gritar mais alto dando pulos, e fazendo outros movimentos q. athe ali não fazia”. Assustada, a mulher do Subdelegado Moraes Sarmiento mandou fechar a porta da frente da casa, o que parece ter alterado ainda mais o comportamento de Thimothio, que avançou em poder de um pedaço de madeira e de um machado, forçando e arrombando a porta. No interior da residência, as pessoas que lá estavam correram “em borbotões” para a varanda, anunciando aos gritos a presença do “ensandecido”. Thimothio, já dentro da casa, foi quebrando cadeiras e tudo mais que encontrou pela sala, passando por um corredor até a cozinha, sem deixar naquele cômodo “nem uma panela sã, bem como chaleiras, chicolateiras⁴⁸⁸, e athe um forno e barris de carregar água”.

Por esquecimento ou pressa, “uma mulatinha” de 8 meses e alguns dias, que estava deitada sobre uma cama, fora deixada para trás durante a fuga da casa. Foi morta a pauladas, tendo a “cabessa esmagada a ponto de estarem saindo os miolos”. Destino semelhante teve um porco encontrado caído do lado de fora da habitação, próximo de um pedaço de madeira ensangüentada que foi apontado como sendo o mesmo que Thimothio carregava ao iniciar as agressões.

Assim que recebeu a notícia do que ocorria, o Subdelegado retornou depressa para casa, acompanhado de seu cunhado José Carvalho de Oliveira. Juntamente com o crioulo forro João Manoel, trataram de encontrar Thimothio, que se evadira. O próprio Moraes Sarmiento o achou debaixo de um laranjal, já outra vez tomando a direção da residência em altos gritos.

Thimothio não ofereceu resistência. Obedeceu ao grito dado pelo Subdelegado e entregou o porrete que carregava. Em seu informe, o policial demonstrava espanto com o fato do crioulo forro não ter fugido em definitivo, pois teria tempo e meios para isso. Com o auxílio dos outros perseguidores, Thimothio foi atado e conduzido até a casa do vizinho

⁴⁸⁸ Uma espécie de predecessora das chaleiras.

Alexandre Pahim de Souza. Enviado ao Delegado de Polícia de Porto Alegre, Thimothio passou um tempo na Santa Casa de Misericórdia e acabou na Cadeia Pública à espera da definição de seu caso⁴⁸⁹.

Quase dois meses após o relato e quatro meses após o incidente, as testemunhas foram ouvidas. Foram argüidos aqueles indivíduos que dentro da casa presenciaram o ocorrido e aqueles que saíram na busca de Thimothio. Seus depoimentos em pouco diferiram do informe do Subdelegado André Machado de Moraes Sarmiento. Ao final daquela sua narrativa, o policial afirmara que já detido provisoriamente na casa de Alexandre Pahim de Souza, Thimothio relatara o ocorrido com lucidez e em detalhes. O vizinho e Manoel Américo Correia também destacariam este ponto em seus depoimentos. No mais, a maioria das falas dava ênfase aos objetos quebrados pelo forro. As painéis e os barris de carregar água eram invariavelmente lembrados.

Apenas variaram um pouco os depoimentos de dois dos pretos que acompanharam o caso em fevereiro de 1856. José Joaquim da Silva foi o único a se referir à criança assassinada não com o expressão “a mulatinha”, mas pelo nome “Mariazinha”. E Domingos, que na hora do ocorrido capinava ao lado da casa, afirmou ter sentido medo de Thimothio, chegando a recusar a ordem da senhora para que ajudasse a amarrá-lo quando houve a invasão.

Por último, no dia 7 de junho de 1856, foi anotado o depoimento do crioulo forro, que disse se chamar Thimothio Aurélio de Souza, nascido na Aldeia dos Anjos, e que vivia sem morada, andando por “muita parte”. Perguntado sobre o arrombamento, sobre os danos materiais causados na casa do Subdelegado de Aldeia dos Anjos e sobre o assassinato de Mariazinha, assumiu a autoria de tudo. Perguntado se tinha algo a alegar sobre a sua inocência, respondeu que “tinha muito a dizer”. Mas as perguntas cessaram e não ficamos sabendo mais sobre as possíveis razões de Thimothio.

Em 21 de julho de 1856, a Subdelegacia de Polícia de Aldeia dos Anjos estava sendo substituída por Geraldo Antônio Maciel, posto que André Machado de Moraes Sarmiento declarara seu impedimento em relação ao julgamento, pois era “o ofendido e prejudicado”. Recebendo daquela repartição as informações cabíveis, o Dr. Chefe de Polícia Luís Alves

⁴⁸⁹ Em fins de maio de 1956 Thimothio encontrava-se internado na Santa Casa de Misericórdia. Teve, àquela época, a sua presença solicitada pelo Chefe de Polícia, sendo devolvido em 9 de junho, “visto ser doide”. Em dezembro do mesmo ano estava detido na Cadeia Pública, conforme indica o seu processo-crime. AHRS – Polícia – Códice 243 – 29/5/1856 – p. 196 e 9/6/1856 – p. 198; APRS - Porto Alegre – Sumários do Júri – Maço 32 – n. 940 – 1857.

Leite de Oliveira Bello definiu pela instauração do devido processo criminal, encaminhando o caso ao Tribunal do Júri “a quem compete conhecer se o do. crioulo é doido ou criminoso”. No prosseguimento, o libelo acusatório da promotoria elaborado em março de 1857 acolheu o fato como sendo criminoso. Por fim foi determinado que Thimothio fosse a júri popular, a partir do processo instaurado na 1^a. Vara Criminal de Porto Alegre no dia 16 de abril de 1857.

Durante a sessão, e já sobre a curadoria de João de Moura Braga, Thimothio voltou a ser interrogado “livre de ferros e sem coação alguma”. Desta vez surgiram algumas variações. Declarou ser Thimothio Theodoro de Souza e não Thimothio Aurélio. Analfabeto, desconhecia a sua idade, mas diferentemente do depoimento anterior também afirmava desconhecer sua origem. Se antes seu caráter andarilho era afirmado, agora surgia a informação de que trabalhava nas roças. De acordo com o relatado, respondeu as perguntas “desvairadamente”, pois ainda que tenha reconhecido ter matado a menina disse “que tinha dinheiro para pagar e que não se lembrava qual lugar em que estava a dita molatinha”. Seguindo o padrão da vez anterior, o depoimento de Thimothio foi caracterizado pela rapidez. Parece que pouco interessavam as suas alegações.

Sabemos que o conselho de sentença reuniu-se e chegou a uma conclusão, mas, lamentavelmente, a sentença proferida não consta dos autos do processo-crime e mesmo no material da polícia não encontrei referência à definição do episódio.

Com o desenvolver dos acontecimentos, parece que o essencial para a polícia não foi ter de discutir o caráter da loucura de Thimothio, que, conforme observamos em relação às teses médicas, bem poderia ser definido como monomaniaca. Subentende-se, isto sim, a necessidade de resolução do problema que se originou a partir do fato do subdelegado não ter considerado os possíveis desdobramentos do tratamento que dispensava ao forro.

Desde o início a enunciada alteração mental de Thimothio ficou patenteada pela própria autoridade policial a partir de um senso comum sobre a loucura. No relatório que escreveu a respeito dos fatos ocorridos em sua casa, Moraes Sarmento informou ter indagado ao Guarda Nacional que detivera Thimothio sobre o tipo, sobre a “qualidade da loucura” do forro. O Guarda afirmou que Thimothio falava muito, gritava palavras desacertadas, mas inofensivas. Foi ao interpelar pessoalmente “o intitulado doido” que o Subdelegado reconheceu o liberto como “fora de seu juízo”. Pessoalmente convencido da loucura e da mansidão do negro, planejou interná-lo para tratamento na Santa Casa da capital. Lembremos que anteriormente às observações acadêmicas sobre a alienação mental, vigorava uma

concepção hipocrática sobre a loucura que a associava às atitudes sem sentido, comportamento atribuído a Thimothio. O senso comum do Subdelegado Moraes Sarmiento parecia reproduzir essa concepção, desconhecendo ou não levando em conta as teorias médico-acadêmicas.

Não sabemos se a idéia “humanitária” de recolher Thimothio à Santa Casa de Porto Alegre efetivamente ocorreu antes do incidente. Talvez ela tenha realmente partido da necessidade de se definir um espaço apropriado ao confinamento do liberto, que já havia sido previamente definido como louco. Ou talvez a afirmação sobre uma intenção inicial de buscar o auxílio da Santa Casa tenha surgido para justificar o que o Subdelegado não fez de imediato a fim de manter Thimothio sob maior controle. Esse mesmo viés de teor justificativo que pode ser atribuído ao relatório do Subdelegado vale para a alegada falta de indícios de fúria observáveis após a detenção de Thimothio. De todo modo, o processo não contém manifestações de censura ao procedimento do Subdelegado.

Há um nome citado no processo de Thimothio que merece ser observado mais atentamente. Trata-se de Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, ex-presidente da Província e Chefe de Polícia. Sua atuação policial é mais uma que se vincula ao arbítrio não-médico sobre o estado de alienação mental.

Vimos que Oliveira Bello emitiu um parecer sobre a continuidade do processo judicial no qual Thimothio era réu. Afirmou à época que ao Tribunal do Júri competia conhecer se o crioulo era doido ou criminoso. Pois três anos depois do caso de Thimothio, o Dr. Bello enviou um requerimento à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no qual afirmava ter em sua casa um preto forro chamado Protazio, que considerava ser “doido, e pobre”. Por essa razão solicitava que fosse recolhido para tratamento naquela instituição. No mesmo documento consta uma anotação realizada dois dias depois, onde Domingos Joaquim Duarte e J. Domingos de Souza atestavam que Protazio era “doido, e pobre”. Repetiam literalmente as palavras do requerimento inicial do Dr. Bello.

Mas na verdade um outro documento em anexo ao dito requerimento é mais elucidativo. Protazio passara à categoria de pobre desvalido há pouco tempo. Fora alforriado depois que se decidiu enviá-lo à Santa Casa. Em 25 de outubro de 1853, na localidade de Borba Negra, sua proprietária e parente do Dr. Bello, Leonarda Leite de Oliveira Salgado assinou a carta de alforria de Protazio. A carta foi lavrada no tabelionato no mesmo dia em

que o Dr. Bello enviou à Santa Casa o requerimento solicitando a internação de Protazio⁴⁹⁰. Além de mais um exemplo do uso da Santa Casa como “depósito de gente”, o fato é que a autoridade pública do Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello foi sultimente instrumentalizada a favor de um interesse senhorial no procedimento que visou internar Protazio.

Pascoal

O incidente envolvendo o cativo Pascoal, além de evidenciar num mesmo processo concepções acadêmicas e populares sobre a loucura, também deixa explícito que interesses relacionados à propriedade de escravos pautavam os destinos dos casos de alienação mental.

O exame de corpo de delito anexado junto ao processo judicial informava que no dia 21 de julho de 1860 o Sargento Antônio Joaquim de Oliveira levava golpes que atravessaram o seu crânio a partir da parte frontal da cabeça e outros sobre os dedos da mão esquerda. Nenhuma daquelas primeiras agressões foi mortal, tanto é que dias depois um novo laudo de saúde liberava o militar para que retornasse ao seu serviço em menos de um mês.

Outras três pessoas também foram periciadas. João Soares de Souza Amorim fora ferido na parte superior da escápula esquerda, o menor Germano Feldmann sofrera uma contusão no peito e o Tenente José Francisco de Vargas Dias tivera dois ferimentos na cabeça realizados com instrumento cortante. Pascoal, escravo do Capitão João Lourenço Torres, morador do 4º. Distrito da Vila de São Leopoldo, era o acusado pelas agressões. Detido a muito custo, foi transferido para a Cadeia de Porto Alegre. Naquele estabelecimento, em 26 de julho, dois facultativos da Santa Casa de Misericórdia da capital, o Dr. Luiz da Silva Flores e o cirurgião Porfírio Joaquim de Macedo realizaram um exame de sanidade no referido escravo, acompanhados por testemunhas. Afirmaram que o preto sofria de alienação mental e que a sua insanidade não era contínua, mas intercalada por momentos de lucidez, sendo então considerada parcial. Quanto à espécie ou gênero da alienação, responderam ser monomania homicida. Declararam ainda a ausência de recordação por parte de Pascoal em relação aos

⁴⁹⁰ ISCMPA – CEDOP – Documentação Avulsa – Maço 4 – 1853 – Requerimento e Carta de Alforria – Porto Alegre - Tabelaio Bento José Farias – Livro de Notas n. 64 – Folha 37 – 7/11/1853.

fatos ocorridos, o que lhes parecia explicar o motivo dos mesmos por um acesso de alienação mental. No momento daquele exame, Pascoal se encontrava lúcido⁴⁹¹.

Tendo em vista os resultados dos exames de corpo de delito realizados no escravo Pascoal, em 6 de agosto o Chefe de Polícia Eduardo Pindahiba de Mattos determinou o prosseguimento do processo. No dia 21 daquele mesmo mês o senhor do escravo, alegando não poder comparecer à formação de culpa do mesmo, nomeou Lucio Schreiner por seu procurador. Pascoal acabaria incluído no rol dos culpados e passaria a ser considerado réu. Sob essa designação transitaria pelos códigos dos procedimentos judiciais.

No que diz respeito aos trâmites processuais envolvendo escravos no período imperial brasileiro, estes, quando indiciados, apesar de legalmente reconhecidos como incapazes, na prática possuíam uma certa personalidade jurídica perante os tribunais, não deixando de receber as penas que lhes eram aplicadas. Uma vez inscritos como réus, deveriam ser acompanhados desde o início dos depoimentos por curadores juramentados que prestavam contas do processo ao senhor. Arrolados como testemunhas, os escravos tinham as suas declarações avaliadas, pois eram comparadas aquelas prestadas por menores ou por parentes próximos dos envolvidos⁴⁹².

Passado cerca de um mês do fato que ensejou o processo-crime, ocorreu a oitiva de seis testemunhas: Francisco Ferreira Gomes, João Lambert Samuel, Lino de Bragança, Manoel dos Reis Nunes, Joaquim José Ferreira Vilaça e João Gomes dos Santos. A narrativa a partir dos seus depoimentos indica que na manhã do dia 21 de julho de 1860 o preto Pascoal estava recolhido à cadeia da vila. Na ocasião teria mostrado indícios de alienação mental e fúria. Manoel Nunes supôs que aquilo fosse fingimento, “para evitar o castigo que lhe queria mandar fazer o seu senhor”. Resolveu então pedir ao Capitão João Torres que não mandasse fazer o castigo e soltasse Pascoal da prisão. O Capitão Torres anuiu com o pedido e Manoel dos Reis Nunes levou o escravo para a sua moradia.

Chegando em casa, Nunes reconheceu que o preto “com efeito não estava em seu juízo pelos factos que logo praticou, ora ameaçando a sua escrava, ora dizendo palavras sem nexos, e só próprias de um homem louco”. Supondo que afinal Pascoal não romperia em excessos, Nunes conservou o dito “entretendo-se no seu quintal”. Pascoal por diversas vezes foi aos

⁴⁹¹ APRS - São Leopoldo – Júri – Maço 2 – n. 39 – Estante 12 – 1860. Agradeço ao historiador Vinícius Pereira de Oliveira pela informação sobre esse processo-crime e pela cessão de uma primeira transcrição do mesmo.

⁴⁹² WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos...**, *op. cit.*, p. 38-39.

fundos da residência, de onde dirigiu palavras desrespeitosas a mulher de João Lambert Samuel que se encontrava em sua casa vizinha, sendo replicado por aquela mulher. Numa das vezes Pascoal retornou empunhando uma espada. Depois colocou uma coruja [?] das filhas de Manoel Nunes sobre a cabeça. Por volta de três horas da tarde, Manoel dos Reis Nunes foi informado por uma escrava sua que Pascoal havia entrado para dentro da casa. Não conseguindo vê-lo, Nunes supôs que tivesse ido para a rua, mas ao chegar até a porta viu que o cativo estava trepado numa janela armado com uma espada. Gritou para que ele a largasse. Pascoal saltou para dentro da casa enquanto Nunes se dirigiu para o portão de seu pátio, onde estava a sua escrava acompanhada de seus filhos pequenos. Mandou-os sair e foi para a porta de Francisco Jorge de Souza. A essa altura o escândalo já era público. Na porta da aula de meninos apareceu o professor interino João Soares de Souza Amorim. Repentinamente para ele se dirigiu Pascoal, descarregando um golpe sobre o seu ombro. Manoel Nunes voltou então a ordenar que Pascoal largasse a espada, o que não surtiu efeito, pois o cativo passou a perseguir a ele e a João Amorim pela rua. Tiveram então de correr e entrar na casa de Joaquim José Ferreira Vilaça. O menino de nome Germano não conseguiu acompanhá-los. Sendo alcançado por Pascoal, recebeu uma pancada com a espada. Em frente àquela moradia Pascoal postou-se junto de um esteio, dando-lhe golpes e pontações. Retornou depois para a casa do Capitão Paranhos. Entrou pela frente, saiu pelos fundos e foi para os lados do Quartel e da Cadeia. Tentou forçar entrada na casa de Dona Generosa de tal e foi interceptado pelo Sargento Antônio Joaquim de Oliveira que disparou um tiro que não o acertou. Avançando sobre o sargento, Pascoal lhe deu os golpes que constam do exame de corpo de delito. Ao receber uma pancada do Tenente José Francisco de Vargas Dias, o escravo deixou de bater no sargento e se virou para o primeiro descarregando-lhe também diversos golpes. O sargento conseguiu agarrar o cativo pelas pernas e o deitar ao chão, quando foi então subjugado e preso.

Durante o depoimentos das testemunhas, diferentemente da versão de Manoel dos Reis Nunes, que disse ter levado Pascoal da Cadeia para a sua casa, Lino de Bragança afirmou que Pascoal teve uma passagem pela sua casa antes de ser levado para a casa de Manoel Nunes. Aos sessenta anos de idade, casado e jornalista, Lino de Bragança era preto forro e natural da Costa da África. Contou que naquele dia estava fora de sua residência quando lá esteve o preto Pascoal, permanecendo um tempo com sua mulher. Quando chegou em casa, viu que o preto se achava fora de seu juízo “em razão do desconcerto de suas conversas, e das asneiras que fazia”. Com medo do escravo, levou-o para a casa de Manoel dos Reis Nunes, “aonde

parava o dito preto”. Algum tempo depois de ter se retirado de volta para a sua casa, Lino de Bragança estava trabalhando em seu quintal quando ouviu sua mulher gritar que o preto estava louco. Viu Pascoal tendo diversas pessoas correndo adiante de si, “e este atrás com uma espada”.

Algumas considerações devem ser feitas. Pascoal além dos atos de violência que praticou fez uso de uma simbologia cujo sentido não era novo para a sociedade escravista. O fato de Pascoal ter se apossado de uma espada e a utilizado acintosamente evocava uma afronta a uma interdição, pois o porte daquele tipo de arma era proibido aos escravos desde pelo menos o século XVIII, uma disposição que foi afrouxada para os brancos pobres, mas que nunca foi revogada para os negros⁴⁹³.

Fica também evidente que, diferentemente do episódio envolvendo o forro Thimothio, o caso de Pascoal ameaçava a perda de uma propriedade produtiva. Pascoal era lavrador na fazenda do Capitão Paranhos e parece que possuía alguma mobilidade na Vila de São Leopoldo, pois foi recebido pela mulher do forro Lino de Bragança e recolhido por Manoel dos Reis Nunes.

Durante os depoimentos das testemunhas dos fatos, era dada a palavra ao procurador do senhor de Pascoal, Lucio Schreiner para que contestasse a testemunha. Em suas intervenções apenas ressaltou a loucura do preto quando dos atos ocorridos. O próprio Pascoal ao depor entregou sua defesa às alegações do curador. Essa linha de defesa foi levada adiante em todas as inquirições. Maria Cristina Wissenbach já pontuou a disposição dos proprietários em sair na defesa de seus escravos transgressores quando ameaçados de punição fora do domínio senhorial:

Exemplos reiterados demonstram que a investigação de tais crimes, ou a aplicação do texto da lei, resvalava-se na intenção dos donos dos escravos em salvaguardar, a todo custo, sua propriedade. Assim, foram comuns os senhores que evitaram a apresentação de seus escravos delituosos – enviando-os logo após aos crimes para lugares inacessíveis às autoridades policiais, ou ainda vendendo-os rapidamente – ou que no correr dos processos e através de procuradores procuravam camuflar circunstâncias do crime. Burlando a aplicação da íntegra da lei, procuravam acima de tudo a comutação das penalidades na de açoites, uma vez que nessa combinavam-se táticas privadas e públicas de punição, como também possibilitavam – ao

⁴⁹³ RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos...**, *op. cit.*, p. 193.

contrário das penas de prisão ou de galés – um reaproveitamento quase que imediato do escravo infrator.⁴⁹⁴

Quanto ao veredito, o júri decidiu pela culpa do escravo Pascoal em relação ao crime. Mas como “o réu estava doido quando cometeu os atos”, foram consideradas as circunstâncias atenuantes justamente em virtude da alienação mental. Absolvido das imputações, no dia seguinte foi passado o alvará de soltura de Pascoal.

Uma semelhança evidente em relação aos casos de Thimothio e Pascoal está no fato de Manoel dos Reis Nunes ter acreditado na mansidão de Pascoal e tê-lo levado para a sua casa. Algo similar ao que ocorrera com o Subdelegado Moraes Sarmento, que também levou o forro Thimothio para a sua residência. Mesmo que às vezes Pascoal ameaçasse a escrava de Manoel Nunes, o fato de falar muitas palavras sem nexos não preocupava aquele senhor, que conservou o cativo em seu quintal. O Subdelegado Moares Sarmento também não se assustava com os gemidos e falas sem sentido de Thimothio ao conservá-lo sob uma árvore próxima de sua residência.

Parece-me que da mesma maneira que ocorrera antes do surto de Thimothio, dominava a respeito do estado de Pascoal uma percepção de senso comum. Uma permanência sobre a idéia de associar a loucura às atitudes sem sentido conforme o modelo hipocrático e da Teoria dos Humores. Se após as agressões, os facultativos da Santa Casa de Porto Alegre, Luiz da Silva Flores e Porfirio Joaquim de Macedo, atestaram que Pascoal sofrera um acesso de alienação mental tipificado como monomania homicida, antes a suposição das testemunhas da Vila de São Leopoldo era baseada nas palavras sem sentido de Pascoal. Ao testemunhar, Francisco Ferreira Gomes foi questionado sobre a razão ou motivo que julgava ter levado Pascoal a realizar os “barulhos e desordens” que fez, e se isso tudo ocorrera por que Pascoal era malvado, estava ébrio ou louco. Respondeu supor que o preto estivesse doido ao praticar tais atos. A própria inquirição já associava a falta de “ordem” a um possível estado de loucura. Joaquim José Ferreira Vilaça afirmou por sua vez que o preto lhe parecia louco, pelos atos que praticou e também por ouvir dizer que naquela manhã o mesmo havia apresentado “indícios de loucura” na Cadeia. Foi ainda “em razão do desconcerto de suas conversas, e das asneiras que fazia”, que Lino de Bragança, um africano forro, quando chegou em casa, viu que o preto Pascoal se achava fora de seu juízo.

⁴⁹⁴ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos...**, *op. cit.*, p. 58.

A despeito da vigência das teorias médico-acadêmicas sobre a alienação mental, os processos envolvendo Thimothio e Pascoal, assim como as informações sobre a naturalidade africana de boa parte da população alienada na Santa Casa de Porto Alegre, ensejam a observação sobre outras possibilidades de compreensão sobre a doença e a cura. E é isso o que apresentarei ao leitor na parte final dessa dissertação.

6 – DOENÇA, CURA E OS AFRICANOS

Até o presente momento apresentei ponderações acerca dos confinamentos por alienação mental a partir de uma perspectiva que privilegiava o entendimento das autoridades públicas, das instituições, dos médicos, dos familiares, dos responsáveis legais e dos senhores de escravos. Neste último capítulo, para tentar me aproximar da resposta à questão inicialmente colocada acerca dos comportamentos dos alienados, proponho uma especulação em sentido oposto. Quero pensar como a doença e a cura poderiam ser consideradas de outra forma ao longo dos mesmos processos históricos que descrevi. Em virtude de sua representatividade e do caráter escravista da sociedade sulina, meu recorte incidiu sobre as possíveis compreensões que poderiam fazer parte da vida dos africanos e de seus descendentes.

Ao fazer referência ao tratamento de escravos alienados na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Mary Karasch afirmou que o hospital era evitado pelos escravos em virtude de serem acorrentados durante a internação, isso quando não tinham suas enfermidades simplesmente desconsideradas por seus senhores. Prefeririam então o atendimento realizado pelos curandeiros que “poderiam curá-los de ‘feitiçaria’ e maus espíritos”⁴⁹⁵. Isso não parece improvável, especialmente se levarmos em consideração a historiografia que vem tratando da presença dos curandeiros na sociedade escravista brasileira. Em minhas pesquisas não me deparei com a intervenção de curandeiros em casos de loucura, algo que talvez surgisse a partir de uma pesquisa seriada sobre os processos-crime. Entretanto, observamos que era relevante o número de negros tratados de alienação mental e diagnósticos afins no interior da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. E, veremos nesta parte final, que além de acolhidos como doentes, os negros também estavam envolvidos nos processos de cura no Pio

⁴⁹⁵ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos...**, *op. cit.*, p. 246.

Estabelecimento. Essa percepção induz à necessidade de uma observação ao menos panorâmica sobre as percepções africanas sobre a doença e cura. Para isso conto com a apropriação da historiografia que trata das características da diáspora africana no que diz respeito à discussão sobre os limites da transposição das crenças religiosas, fundamentalmente vinculadas às idéias que os africanos cultivavam sobre a doença e a cura.

A análise dos indivíduos internados foi pautada ao longo dessa investigação pela indicação de cor em detrimento daquelas que privilegiam a procedência ou a condição livre, escrava ou liberta dos indivíduos. Entretanto, para esta parte final, pretendo levantar algumas especulações tangenciais acerca das percepções sobre doença e cura a partir da naturalidade africana dos internados e também daqueles que estavam envolvidos nas práticas de cura. Sendo assim, o critério de análise sofrerá uma alteração que levará em conta a origem desses sujeitos.

Antes de qualquer coisa é preciso tentar identificar a naturalidade dos escravos desembarcados na Província de São Pedro. E mais uma vez surge a dificuldade em relação às informações disponíveis. Não existem estudos que abarquem de forma sistemática a origem africana dos escravos provinciais para o período que centraliza o interesse deste trabalho (décadas de 1840 a 1870). Vou me valer portanto das especulações possíveis a partir da leitura do trabalho de Gabriel Santos Berute.

Em sua pesquisa sobre a rota interna do tráfico transatlântico de escravos, o autor apontou para o período compreendido entre 1788 e 1802, identificado como um período de estabilidade do tráfico, a presença de 88% de africanos contrastados aos crioulos que somavam 12% entre aqueles que tiveram as suas origens informadas. No período considerado como de aceleração do tráfico, compreendido entre 1809 e 1824, Gabriel Berute identificou uma presença ainda mais significativa dos africanos, que chegaram a ordem de 95% dos desembarques.

Gabriel Berute comparou os números do tráfico com os inventários analisados por Helen Osório, que indicavam entre a escravaria rio-grandense um equilíbrio entre africanos e crioulos, sendo que estes apontavam uma pequena predominância. Em comparação à Bahia, as informações de Stuart Schwartz indicavam a presença de 68,5% de africanos entre a população escrava entre os anos de 1790 e 1827. Berute atribuiu esse elevado número ao fato dos plantéis baianos terem sido abastecidos diretamente pelo tráfico atlântico, enquanto que

para a população escrava rio-grandense a dinâmica interna permitiria um certo grau de reprodução natural⁴⁹⁶.

Observa-se para o período a predominância da importação de africanos novos, ou seja, aqueles recém desembarcados e sem conhecimento da língua portuguesa (72% entre 1788-1802 e 81 % entre 1809-1824). Para o abastecimento de mão-de-obra o mercado interno de escravos também era um recurso utilizado, entretanto os números indicam que os senhores rio-grandenses recorreram de forma crescente ao mercado atlântico⁴⁹⁷.

Com relação aos portos de origem, a maior parte dos traficados saíram do Rio de Janeiro (88%). O restante dos envios partiu da Bahia (6%), Santa Catarina (4%) e do Recife (2%). Gabriel Berute apontou o forte vínculo comercial que havia entre o Rio Grande e o Rio de Janeiro e a distância entre as capitanias como explicação à pequena participação do porto de Salvador no embarque de escravos para o sul da colônia. A partir da pesquisa de Stuart Schwartz sobre o recôncavo baiano, Berute também destacou a necessidade de suprimento de mão-de-obra para o interior da própria Bahia e das regiões mineradoras. Entretanto, a partir da década de 1760 verificou-se uma tendência de crescimento da importância da participação do porto baiano no envio de escravos para o Rio Grande. Entre 1811 e 1820, o Rio Grande recebeu mais cativos traficados desde a Bahia (7%) do que o Rio de Janeiro (4,6) e São Paulo (1,4%)⁴⁹⁸.

A procedência além-mar dos desembarcados no Continente de São Pedro entre 1788 e 1802, aponta para um predomínio esmagador daqueles que vinham da África Central Atlântica (aproximadamente 97%), especialmente dos denominados “benguela” (45%) e “angola” (35%). A Costa Ocidental participava com apenas 3% dos cativos desembarcados, especialmente compostos por “minas”, mas também minimamente por “nagôs” e “gêges”. A participação da África Oriental (Moçambique) era ínfima (0,29%). A predominância congolana no tráfico interno para o Rio Grande era reflexo do fato daquela região africana ser a principal abastecedora do porto do Rio de Janeiro, que por sua vez era o principal abastecedor

⁴⁹⁶ BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. p. 100. p. 50-52. Os trabalhos citados são: OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825*. **XIX Jornadas de historia económica**. Asociación Argentina de Historia Económica/Universidad Nacional del Comahue. San Martín de los Andes, Neuquén, 13, 14 y 15 de octubre de 2004, p. 7 e SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos...**, *op. cit.*

⁴⁹⁷ BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos...**, *op. cit.*, p. 54.

⁴⁹⁸ *Ibid.*, p. 67-70.

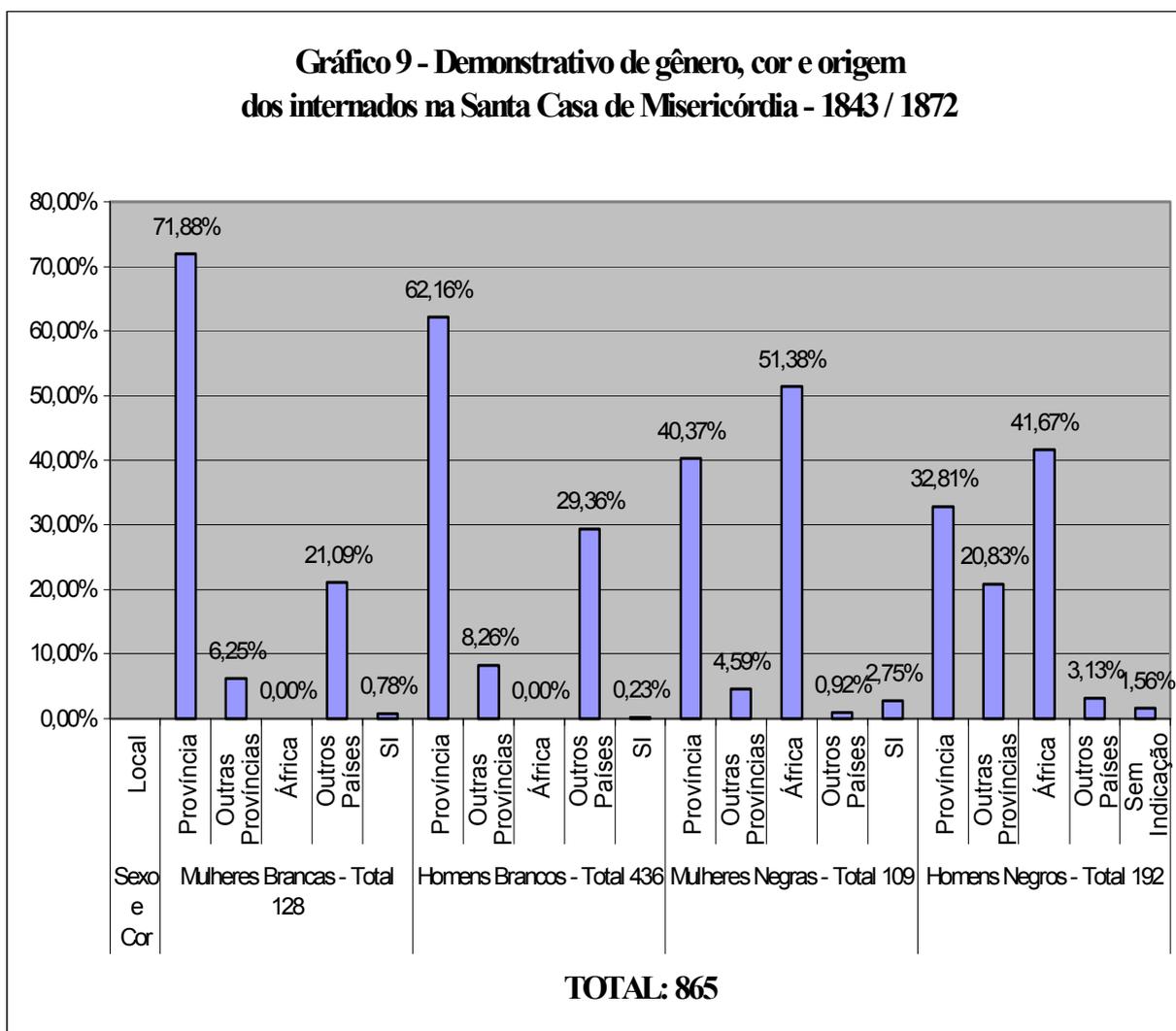
das demandas sulinas. Entretanto, Gabriel Berute ressaltou que essa liderança foi efetiva na virada do século XVIII para o XIX, sendo que a partir de então “provinha da Costa da Mina importante parcela dos escravos africanos desembarcados no Rio de Janeiro”. Para o período de aceleração do tráfico (1809-1824), dificuldades em relação às fontes não permitem precisar, pois apenas 17% dos registros de desembarques realizados no Rio Grande oriundos do Rio de Janeiro possuem indicação dos portos de origem. Entretanto, ainda que de forma indicativa, Gabriel Berute afirmou a predominância dos oriundos da África Central-Atlântica, ainda que sua presença tenha decaído de 97% para cerca de 74%. Entre as especificações, os escravos denominados benguela tinham presença de 19%, os cabinda e os angola se igualavam em 13% cada e os congo constituíam 11% daquela população. Houve ainda um substancial aumento 3% para 10% de participação da África Ocidental, efeito verificado com maior intensidade ainda em relação aos africanos orientais, que dos 0,29% de presença verificada no período anterior, chegavam aos 17% de presença na época de aceleração do tráfico. A pressão inglesa pelo final do tráfico atlântico e as dificuldades da zona congo-angola em suprir a demanda podem explicar o fato dos escravos denominados Moçambique se tornarem o segundo contingente a desembarcar no Rio Grande, sendo apenas superados pelos Benguela.

Ao confrontar esses dados com o perfil da população cativa do Rio Grande, mais uma vez levando em consideração a compilação dos inventários realizada por Helen Osório, Gabriel Berute informou que entre 1765 e 1825 a presença de escravos importados da África Ocidental atingia 26% de participação frente aos 71% de africanos centro-ocidentais, o que pode indicar um fluxo comercial com a Bahia em intensidade maior do que o tradicionalmente apresentado⁴⁹⁹.

Em síntese, todas essas informações dão conta que o aporte de escravos na província no período colonial tardio foi eminentemente africano e que a presença desses africanos no contingente populacional escravo era equilibrado em relação aos de origem crioula. Nos anos finais desse período e nos primeiros após a independência política do Brasil, a predominância dos desembarques no Rio de Grande de cativos da África Central-Africana sempre foi predominante, ainda que em participação decrescente em relação aos desembarques provenientes da África Ocidental e, especialmente, Oriental.

⁴⁹⁹ BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos...**, *op. cit.*, p. 70-76.

Com relação à procedência dos internados na Santa Casa de Misericórdia cuja cor foi definida como negra, conforme se observa no Gráfico 9, a africanidade foi da ordem 45%⁵⁰⁰. A divisão por gênero indica que entre as mulheres, pouco mais da metade veio do continente africano e cerca de 40% nasceram na província. Para os homens, a africanidade recua para 42% e a origem provincial para 32%. Em compensação, 21% dos negros têm sua origem em outras províncias. Quatro vezes mais o que se verifica entre as negras (4,59%).



Fonte: ANEXO 2 – Planilha - Demonstrativo de Gênero Cor e Origem dos Internados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - 1843 / 1872.

É certo que os números que identifiquei sobre africanidade dos internados não atingem os números encontrados por Gabriel Berute para os desembarques de cativos no Rio Grande.

⁵⁰⁰ É importante observar que, se excluíssemos do grupo “negros” aqueles definidos pelas fontes como “pardos”, o índice de africanidade se elevaria para 58,44%, o que pode reforçar a ideia de dificuldade de incorporação daquela população.

Entretanto, o índice confirma aquela assertiva sobre um certo equilíbrio entre africanos e crioulos, com pequena vantagem para esses últimos, conforme foi referido por Helen Osório em relação aos escravos registrados nos inventários.

Ora, confirmar que a africanidade dos internados na Santa Casa era condizente com a média de sua inserção na sociedade rio-grandense não nos informa muito se não tentarmos identificar a procedência original destes africanos. E é neste ponto que as dificuldades se tornam gritantes. Walter Fraga Filho observou nas internações baianas a presença de 33,8% de jejes, 13,5% de nagôs e o restante dos africanos distribuídos entre as outras nações. A partir disso, o autor pôde atentar para o fato de que os nagôs, apesar de serem maioria na população africana da Bahia entre 1831 e 1854, eram minoritários entre os internados frente aos jejes, que haviam predominado entre 1811 e 1830⁵⁰¹. Infelizmente, no que diz respeito aos africanos, é impossível a partir das fontes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre uma especificação quantitativa dessa natureza.

As fontes da Santa Casa e da Polícia que pesquisei raramente dão a entender a “nação” dos sujeitos. Encontrei apenas referência a um João Congo, a um Manoel Congo, a uma Maria Nagô, a um preto de “nação Mina” e a outro de “nação Cabinda” (este último teve sua oferta de doação arquivada pela Mesa Administrativa da Santa Casa)⁵⁰². Referências que indicam a presença de africanos centro-ocidentais e ocidentais entre os internados⁵⁰³. Outra informação diz respeito à escrituração da Matrícula Geral dos Enfermos da Santa Casa de Porto Alegre. Até o final do ano de 1853, os cativos e libertos de origem africana internados eram anotados nas colunas dos livros que se referiam à naturalidade com a expressão “da Costa” ou “Costa”, sendo a partir de então registrados unicamente com a palavra “África”. Não consegui informações que explicassem as razões dessa alteração. Talvez a crescente participação da costa ocidental da África nos desembarques do tráfico atlântico destinados ao Rio Grande desse um entendimento generalista sobre a origem de todos os que não fossem crioulos. E

⁵⁰¹ BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos...**, *op. cit.*, p. 73.

⁵⁰² ISCMPA – CEDOP – MGE – Livro 1 – Fl. 48 – 27/8/1847; MGE – Livro 1 – Fl. 49 – 5/10/1847; MGE – Livro 3 – Fl. 46 – n. 774 – 27/7/1867; ASMP – Livro 5 – 24/4/1850 – p. 236v. e AHRs – Polícia – Códice 247 – 15/2/1867.

⁵⁰³ John Thornton lembrou que mesmo sendo menor a quantidade de membros de uma nação, “grupos maiores de nações vizinhas, nações que certamente tinham muita intercomunicação antes de suas escravização, continuariam essa comunicação na América”. Mariza Soares ressaltou a necessidade de levar em consideração as procedências mesmo quando minoritárias. Se as designações de indivíduos pouco representados não deixava de ser realizada, isso deve ser reconhecido como importante componente de diferenciação e reconhecimento. THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 277 e SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro. Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000. p.113.

talvez o final do tráfico e uma possível diminuição da preocupação com a especificação da origem dos africanos também tenham contribuído para a nova alteração em torno do genérico termo “África”. Uma interpretação mais pertinente talvez encontre lugar na lembrança do já referido episódio que sucedeu após o último desembarque clandestino de cativos africanos registrado nas proximidades de Tramandaí no ano de 1852, e que culminou com o envio à Santa Casa de Porto Alegre do grupo de africanos que foram considerados livres, mas conforme a lei vigente condicionados ao serviço em instituição de caráter público. Os africanos livres a serviço da Santa Casa de Porto Alegre eram oriundos basicamente da rota de tráfico da região da África Central Atlântica (banto)⁵⁰⁴ e não da costa ocidental.

De qualquer modo, a tomada da designação da nação dos escravos e libertos deve ser feita de forma relativizada. Essas designações encampavam sob o mesmo termo etnias diversas. Conforme Mariza Soares, a palavra nação dizia respeito aos povos de um país ou de uma região com língua, leis e governo próprio, podendo também corresponder à raça, casta ou espécie. O reconhecimento da nação se daria pelo reconhecimento da “possibilidade de partilhar um território associado a interesses, costumes e, freqüentemente, uma língua comum”⁵⁰⁵. A atribuição de uma nação aos escravizados não explicita a etnia ou a sociedade de origem dos embarcados em solo africano, mas designações atribuídas durante o processo de tráfico, especialmente no momento imediatamente anterior à travessia atlântica, quando eram batizados. A autora lembra que o proprietário do escravo desembarcado da África

⁵⁰⁴ OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **De Manoel Congo...**, *op. cit.*, p. 129. Conforme o autor, em 1º. de julho de 1962, os africanos a serviço do Pio Estabelecimento estavam assim distribuídos em relação às suas origens: Congo – 15 (45,45%), Cabinda – 6 (18,18%), Moçambique – 6 (18,18%), Benguela – 5 (15,15%), Monjolo – 1 (3,03%).

⁵⁰⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor...**, *op. cit.*, p. 103. Sobre a cultura dos povos africanos e a diáspora ao Novo Mundo a bibliografia é bem mais extensa que a citada: CONIFF, Michael L. Contracorrentes na diáspora: negros coloniais e caribenhos na América Central. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 28, out. 1995, p. 141-153; KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos...**, *op. cit.*, p. 35-66; LOVEJOY, Paul E. Identidade e a miragem da etnicidade. A jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas. **Afro-Ásia**, n. 27. 2002, p. 9-39; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **África no Brasil**. Mapa de uma área em expansão. Mimeo.; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que ‘o preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. **Afro-Ásia**, n. 24, 2000, p. 71-95; MILLER, Joseph C. Angola central e sul por volta de 1840. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, dez. 1997, p. 7-54; OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. Quem eram os ‘negros da guiné’? A origem dos africanos da Bahia. **Afro-Ásia**, n. 19-20, 1997, p. 37-73; RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780 – 1860). São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 45-95; SEGATO, Rita. Género, política e hibridismo en la transnacionalización de la cultura Yoruba. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 2, 2003, p. 333-363; SERRANO, Carlos. Tráfico e mudança do poder tradicional no Reino Ngoyo (Cabinda no século XIX). **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, dez. 1997, p. 97-108; SLENES, Robert W. Malungu, ngoma vem!: África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, 1991, p. 48-67; SLENES, Robert W. Thre great porpoise-skull strike: central african water spirits and slave identity in early-nineteenth-century Rio de Janeiro. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). **Central africans and cultural transformations in the american diaspora**. Cambridge: University Press, 2002. p. 183-208; THORNTON, John As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, dez. 1997, p. 55-74.

poderia mudar, mas a designação que lhe fora atribuída ainda no continente o acompanha pela vida à fora, mesmo após uma possível alforria⁵⁰⁶. Ainda de acordo com Mariza Soares, ao final do século XVIII o termo *nação* substituiu o termo *gentio* (associado aos povos a catequizar) na designação dos africanos. O discurso referente ao tráfico se secularizava, deixando de fazer referência ao processo de expansão cristã no continente africano. O uso da categoria *nação* relacionava-se às alterações do trato dos portugueses com as populações africanas e indicava a importância do indivíduo “no quadro dos conflitos intertribais e das rotas e portos de embarque do tráfico negreiro”⁵⁰⁷.

Mariza Soares apresentou uma posição definida sobre a organização do que chama *grupos de procedência*. A autora discordou das abordagens de Nina Rodrigues e do antropólogo estadunidense Melville Herkovits. O pioneiro autor brasileiro procurou reconstituir a procedência dos negros africanos através de relatos de seus descendentes recolhidos em Salvador. Herkovits também visou identificar a procedência exata dos africanos desembarcados no continente americano. Conforme Mariza Soares, frente à dificuldade em se reconstituir a trajetória das populações africanas deslocadas

esses autores recorrem a um artifício metodológico que permite a comparação entre os traços culturais de um grupo de escravos do Novo Mundo com outros de grupos africanos. Assim, através das similaridades culturais são estabelecidos nexos entre as culturas africanas e suas perpetuações no Novo Mundo.⁵⁰⁸

A crítica estabelecida por Mariza Soares dizia respeito não apenas à exigüidade das fontes disponíveis para as comparações entre as tradições africanas e as deslocadas, mas à concepção que desconsidera “as condições e as transformações por que passam segmentos de grupos étnicos ‘transplantados’, de forma violenta, de um continente para outro”. Sob esse pressuposto, ponderou que o grupo reorganizado no solo do cativeiro em nova condição poderia ou não reconstruir suas antigas organizações culturais, políticas ou sociais, que de todo modo nunca seriam uma reprodução do contexto africano passado. Criticou ainda os

⁵⁰⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor...**, *op. cit.*, p. 104 -105 e 116.

⁵⁰⁷ *Ibid.*, p. 108. Para John Thornton primariamente “a nação era reconhecida pela linguagem, como esclarece o longo inventário de Alonso de Sandoval sobre a situação lingüística na África na costa do Atlântico, mas também inclui outras marcas de identidade grupal, como as escarificações”. THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos...*, *op. cit.*

⁵⁰⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor...**, *op. cit.*, p. 114.

princípios a partir dos quais seguiram as pesquisas à época de Nina Rodrigues, balizadas pelo conceito de raça que serviriam para explicar o presente dos negros baianos pelo reconhecimento de seu passado tribal⁵⁰⁹.

Levando em conta as possibilidades de reorganização sob as condições de cativo, Mariza Soares propôs então a noção de grupos de procedência, que, se não elimina “a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial do deslocamento, privilegia sua reorganização no ponto de chegada”⁵¹⁰. Para a autora os critérios de filiação a um ou outro grupo se definiriam no cotidiano posterior ao desembarque e não na experiência africana. A idéia de resgate de traços culturais originais cede espaço. Grupos definidos pela mesma designação de *nação* poderiam então se diferir em virtude de suas vivências sob condições diversas:

Tais diferenças são consequência dos diferentes arranjos entre os pequenos grupos étnicos no interior de cada nação, em cada cidade, em cada época, em cada situação específica. Por isso, mais que etnias (no sentido de grupos originais), trata-se aqui de configurações étnicas em permanente processo de redefinição. Por outro lado, as diferentes possibilidades de apropriação, por parte dos grupos étnicos de tradições culturais de outros grupos no interior de uma mesma nação, ou mesmo no conjunto de diferentes nações, tornam a delimitação étnica ainda mais difícil do ponto de vista da cultura. É, portanto, em função dessas constantes transferências que é importante ter clara a distinção entre nação e grupo étnico porque apenas dessa forma é possível compreender os mecanismos que, efetivamente, identificam e diferenciam a população escrava.⁵¹¹

Seguindo a mesma linha, Flávio dos Santos Gomes também observou os grupos de procedência da escravaria carioca nas primeiras décadas do XIX a partir das definições étnicas que recolheu nos registros policiais e nas páginas dos periódicos. O autor pensou as formas de “reinvenção” das “nações” africanas para além da proposição que as classifica

⁵⁰⁹ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor...**, *op. cit.*, p. 115.

⁵¹⁰ *Ibid.*, p. 116. A autora reconhece que a noção de grupo de procedência se aproxima das idéias do antropólogo norueguês Fredrik Barth a respeito da seleção dos aspectos culturais mais significativos levado a cabo pelos grupos étnicos. Em seu clássico artigo, Barth desenvolveu uma noção interpretativa que considerou a heterogeneidade das formas organizativas dos grupos sociais. Para o autor as relações sociais se pautam pela incerteza sobre ações concomitantes ou reações. Os comportamentos deixam de serem vistos como reflexos de um conjunto de normas, perdendo o caráter automático. Assim, por exemplo, dois comportamentos iguais podem ter origens diversas e dois comportamentos diversos podem ter uma mesma origem. Além disso, os comportamentos dependem da margem de manobra de quem escolhe ou decide, ainda que essa margem seja limitada. BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [c1969]. In: PONTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 187-227.

⁵¹¹ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor...**, p. 116-117.

basicamente como de origem centro-ocidental, ocidental ou oriental⁵¹², entendendo que o comércio transatlântico abria e fechava áreas de tráfico o que tornava mais complexo os impactos demográficos e transétnicos que se reordenavam na diáspora. Misturados nas embarcações, aqueles homens aprisionados “produziram outras ‘nações’ e novas ‘misturas’ identitárias, étnicas e culturais”⁵¹³. Para exemplificar, Flávio Gomes evocou as tatuagens aplicadas pelos africanos, que, mais do que reminiscências das tribos originais africanas, tinham associação com as reconstruções engendradas na diáspora a partir de lógicas que eram próprias aos traficados⁵¹⁴.

Naquilo que definiu como o “processo histórico de invenção das ‘nações’ africanas” que produziria identidades que não eram fixas nem definitivas, Flávio Gomes indicou a necessidade de serem avaliados diversos fatores: os parentescos, as irmandades, os compadrios, os rituais de enterramento, o mercado de trabalho, as moradias, as práticas religiosas, a indumentária, os cortes de cabelo, etc.⁵¹⁵ Mesmo os grupos minoritários devem ser considerados ainda que desaparecessem ou se dissolvessem em grupos cuja representação fosse maior⁵¹⁶. A crítica fundamental do autor se assentou no rechaço a uma visão naturalizada da “herança africana” e das identidades étnicas dos povos que sofreram a diáspora:

Cabindas, angolas, congos, minas e outros tantos construíram “nações” e significados entorno delas, diferentes entre si, em contextos rurais e urbanos em partes diversas do Brasil e das Américas. Um nagô de Porto Alegre era diferente de um nagô de Salvador, a despeito de sua migração intensa na década de 1830. Assim seria com os minas do Rio de Janeiro e aqueles de São Luís do Maranhão. Os cenários rurais tinham inclusive outras paisagens para a formação dessas comunidades africanas e crioulas transétnicas.⁵¹⁷

Para Flávio Gomes, ainda que as construções étnicas africanas originais devam ser levadas em conta, as situações próprias das relações no cativeiro devem ser destacadas, assim

⁵¹² Esse modelo de classificação pode ser encontrado em KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos...**, *op. cit.*, p. 35-66.

⁵¹³ FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 23-25.

⁵¹⁴ *Ibid.*, p. 31.

⁵¹⁵ *Ibid.*, p. 39.

⁵¹⁶ *Ibid.*, p. 43.

⁵¹⁷ *Ibid.*, p. 51.

como as transformações ocorridas no continente africano, em áreas afetadas ou não pelas atividades do tráfico:

Histórias e experiências africanas – aparentemente fragmentadas ou supostamente rompidas – eram, na verdade, reconectadas. Africanos recém-chegados podiam conhecer vários caminhos, visando, ao mesmo tempo, à sua “integração” nas sociedades escravistas no Novo Mundo e à sua inserção étnica, agenciando novos espaços de vida, trabalho e identidade. Entre essas identidades havia aquelas oriundas da ótica senhorial e as produzidas pelas comunidades escravas em contextos específicos.⁵¹⁸

Não obstante, a historiografia tem se apropriado de uma concepção que reconhece a reorganização cultural dos africanos transplantados já no processo que antecipava a travessia atlântica. Sob essa concepção as respostas para as práticas dos negros cativos estão não somente no processo de aculturação, mas na manutenção de sua experiência e/ou herança africana, que mesmo sofrendo a pressão do desenraizamento forçado, não devem ser desconsideradas no processo de ressocialização, que incluía inclusive a introjeção da atribuição de nação como atributo que no espaço do cativo seria diferenciador frente aos brancos, crioulos e demais grupos étnicos.

Robert Slenes, em seu já clássico artigo **Malungu, ngoma vem!** percebeu a dificuldade dos brancos em decifrar o mundo cultural dos negros. Já em relação aos africanos escravizados, estes “aprenderam a mover-se com certa desenvoltura no mundo dos dominantes”⁵¹⁹. O autor identificou uma língua franca bantu falada pelos africanos escravizados no Vale do Paraíba durante as décadas de 1830 e 40. A identidade africana estudada a partir das línguas faladas pelos escravizados, se originava muito antes do cativo no Brasil. Esse processo de identificação se iniciaria

não na experiência compartilhada da terrível travessia para a América, mas antes disso, no suplício da viagem para a costa; e começou pela descoberta de que a comunicação com os companheiros dessa viagem não era impossível. A continuação ou rompimento desse processo, contudo, teria dependido da experiência dos escravos no Novo Mundo, e das suas

⁵¹⁸ FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Libano; GOMES, Flávio dos Santos. **No labirinto...**, *op. cit.*, p.52-53.

⁵¹⁹ SLENES, Robert W. ‘Malungu, ngoma vem!’..., *op. cit.*, p. 49-50.

possibilidades de encontrar outras afinidades entre si, para além da comunidade da palavra.⁵²⁰

É sob a luz dessas identidades que muitos comportamentos dos escravos podem ser interpretados. Assim, em outro artigo de Slenes, por exemplo, a permanência da cultura religiosa africana determina conotações culturais às percepções e reações dos cativos sobre seu entorno. Uma análise de fatos envolvendo escravos e libertos não pode deixar de levar em conta os resquícios de sua cultura pregressa ou ancestral, pois ela

reveals the importance of examining shared cultural assumptions in order to comprehend behavior. It makes it clear, if anyone was in doubt, that African Slaves used their past to make sense of their present and that their cosmology gave them resources to act conjointly and decisively. [...] it suggests that a common cultural heritage existed for a substantial proportion of Central Africans in Brazil, and raises the possibility that this heritage could be articulated as a basis for unity among people of diverse origins, and thus ultimately as a platform for resistance.⁵²¹

Centradas mais no processo de escravidão e nos laços constituídos nos convívios da travessia atlântica ou no reprocessamento cultural no espaço do cativo, essas teorizações de todo modo devem em muito às discussões que trabalho de Sidney Mintz e Richard Price sobre **The birth of african-american culture** suscitou desde a sua publicação original em 1976, quatro anos após ser redigido.

Ao proporem o cruzamento da história com antropologia no entendimento das chamadas culturas afro-americanas, o passado para os autores era entendido como circunstância condicionadora do presente. Não seria possível a explicação das relações das formas contemporâneas sem que o passado fosse referido. A experiência com o escravismo, assim, constitui-se elemento fundamental para a compreensão das culturas afro-americanas. Valores, instituições e formações culturais próprias aos cativos devem ser consideradas. Por outro lado, a colonização européia do Novo Mundo formou um conjunto de instituições cujo acesso às populações africanas e descendentes era restringido ou simplesmente negado.

Sidney Mintz e Richard Price, ainda que não rechassem a herança cultural compartilhada pelos africanos, defenderam a heterogeneidade das culturas das populações que abasteceram o comércio de escravos transatlântico. Para os autores, o que havia de comum

⁵²⁰ SLENES, Robert W. 'Malungu, ngoma vem!' ..., *op. cit.*, p. 55.

⁵²¹ SLENES, Robert W. The great porpoise-skull strike..., *op. cit.*, p. 207.

aos africanos não seria diretamente associado às manifestações culturais, mas a um princípio gramatical que seria inconsciente e às orientações de nível cognitivo. O traslado atlântico, sob esse pressuposto, deve ser entendido como um processo que obstaculizou as permanências culturais. Num primeiro momento, no qual a travessia ceifava laços com o continente africano, novas relações eram estabelecidas entre indivíduos de culturas semelhantes ou não, favorecendo novas formações culturais no espaço do cativo americano. A cultura afro-americana, noutro estágio, seria constituída a partir da rotina e do enfrentamento dentro do cativo, o que contrapunha em diferentes níveis – da negociação à revolta – os escravos aos seus senhores. De todo modo, Mintz e Price deixaram claro que a cultura dos africanos transportados compulsoriamente para a América era permeável à dinâmica das relações que se moldavam no Novo Mundo, mas não era estanque às orientações mais intensas herdadas do passado africano⁵²².

O chamado “modelo de Mintz & Price” foi criticado por John Thornton. Apoiado na idéia de que os africanos tiveram uma participação ativa no comércio africano inclusive de cativos e como escravos no Novo Mundo, este autor publicou **A África e os africanos na formação do mundo atlântico** originalmente em 1992. Em sua análise ficou ressaltada a influência européia na vida africana. Cristianismo, dialeto crioulo e a moda já existiriam com frequência na África antes de sua transferência para a América. O aceite à influência européia teria ocorrido não obrigatoriamente pelo domínio da escravidão e, nesse sentido, analisou “como a cultura africana mudou a seu modo e como ela incorporou as influências estrangeiras para mostrar um funcionamento muito dinâmico na África que seria desencadeado nas Américas”⁵²³.

No que se refere aos grupos culturais africanos, John Thornton reconheceu ser possível avaliar a diversidade cultural tendo por ponto de partida a diversidade lingüística. Mas ponderou que existe um risco em se exagerar a importância dessa variedade. Ainda que cada língua ou nação possa ser considerada uma nova cultura, e que a África ocidental e central apresentasse uma diversidade de mais de cinquenta línguas

poucos especialistas afirmariam que cada unidade lingüística ou nação na costa da África ocidental possuía uma cultura inteiramente diferente da de

⁵²² MINTZ, Sidney W., PRICE, Richard. **The birth of african-american cultura**. An antropological perspective. Boston: Beacon Press, 1992.

⁵²³ THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos...**, *op. cit.*, p. 49.

seus vizinhos, e havia similaridades básicas em uma área razoavelmente grande.⁵²⁴

John Thornton entendeu que a linguagem não pode ser tomada como mediador exclusivo da cultura. Lembrou que muitos povos de grupos lingüísticos diversos que habitavam as áreas ocidental e central da África interagiam ou mantinham relações de comércio que poderiam ensejar a troca de noções culturais mesmo que a linguagem não fosse comum: “podiam compartilhar idéias religiosas ou princípios estéticos, pois possuíam uma religião comum ou uma herança artística, a despeito da diversidade lingüística”. Ainda que não tenha seguido a proposta de Melville Herskovits sobre uma uniformidade, John Thornton não compartilhou a noção de “miscelânea cultural”⁵²⁵. De fato algumas nações africanas eram mais aparentadas étnica e lingüisticamente do que outras, mas os fatores econômicos tenderiam a aproximar sociedades cujas culturas fossem diversas através dos contatos que disseminavam o entendimento das diversas línguas. Outro aspecto que facilitava o entendimento era a religião e o compartilhamento de amplos conceitos filosóficos⁵²⁶.

Uma forte crítica à argumentação de Mintz & Price acerca das barreiras para a transmissão da cultura africana que os escravos teriam encontrado ao desembarcarem no Novo Mundo foi empreendida por John Thornton, que não acreditou que os cativos tivessem recomeçado “uma cultura africana no Novo Mundo”. Por outro lado Thornton reconheceu que linguagem e cultura não se mantiveram intactas. As relações forjadas no continente americano, incluindo inclusive aspectos da cultura européia, teriam composto uma cultura mais homogênea até do que as culturas vividas na África. Para a compreensão desse processo seria necessário compreender a dinâmica cultural, onde o parentesco, a estrutura política, a linguagem e a literatura, as artes, a música, a dança e a religião não podem ser entendidos como elementos estáticos. Algumas dessas categorias variariam com maior rapidez do que outras. Se os sistemas de parentesco não são fixos, as línguas apresentam alteração com maior lentidão.⁵²⁷

Com relação à religião, John Thornton procurou identificar as aproximações possíveis entre as concepções africanas e européias que permitiram que os habitantes da África identificassem elementos de sua própria cultura e adotassem uma forma de catolicismo

⁵²⁴ THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos...**, *op. cit.*, p. 253.

⁵²⁵ *Ibid.*, p. 253-254.

⁵²⁶ *Ibid.*, p. 257-263.

⁵²⁷ *Ibid.*, p. 279-282.

sincrético. Percebeu que tanto para africanos e europeus durante os séculos XVI e XVII a compreensão do cosmos dividia-os num mundo material, tangível aos sentidos humanos, e noutra imaterial. Este seria imperceptível aos que não tivessem dons especiais para tanto. Além disso, por ser governante das coisas do mundo material, deveria ser entendido como um nível superior.

Os relatos de viajantes indicam a crença dos africanos num ser supremo a governar o mundo e na atribuição da ação a poderes superiores aos quais prestavam sacrifícios, pediam desculpas e suplicavam o perdão⁵²⁸. A forma de comunicação entre um e outro mundo por meio de pessoas ou de formas indiretas (sonhos ou presságios), ocorreria em revelações que em suas formas mais drásticas se manifestariam por visões ou vozes através da possessão:

A revelação é uma informação sobre o outro mundo, sua natureza ou suas intenções perceptíveis para as pessoas deste mundo, por meio de um ou outro canal. As revelações fornecessem a este mundo uma janela para o outro. As informações assim reunidas constituem, então, dados fundamentais para a construção de uma compreensão geral da natureza do outro mundo e de seus habitantes (uma filosofia), uma percepção clara de seus desejos e intenções para que as pessoas obedeam (uma religião), e um quadro mais amplo dos trabalhos e da história de ambos os mundos (uma cosmologia). É então através de revelações que as religiões são formadas, e também é por meio delas que sofrem modificações.⁵²⁹

Nos rituais de possessão onde seres de outro mundo incorporam em médiuns a partir do quais surgem as revelações, o papel do transe como estado alterado de consciência tem papel fundamental na facilitação da comunicação, podendo “ser induzido por drogas ou danças, cantos ou tambores hipnóticos”. A mediunidade, que servia de intermédio para a obtenção de respostas sobre a morte, a perda ou a doença, teria inclusive um papel importante na fusão cultural africana quando indicava aos participantes dos rituais a adoção de práticas cristãs⁵³⁰.

Comum aos cristãos e aos africanos, para os primeiros as revelações serviram de base para a ortodoxia da religião, mas não para os outros. De todo modo, essa ausência de ortodoxia entre os africanos e o aceite a idéia de revelação contida na base do cristianismo

⁵²⁸ THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos...**, *op. cit.*, p. 313-314.

⁵²⁹ *Ibid.*, p. 316.

⁵³⁰ *Ibid.*, p. 321-322.

teria facilitado a conversão. John Thornton apontou duas razões para a ausência de ortodoxia religiosa na África:

A primeira era a ausência relativa de poder do sacerdócio, que não tinha meios de forçar toda a população a aceitar uma cosmologia uniforme. O segundo motivo é que os africanos recebiam continuamente revelações e, sem um sacerdócio forte que reforçasse um determinado tipo de interpretação, as cosmologias ou filosofias rígidas não podiam sobreviver ao acréscimo constante de novos dados.⁵³¹

Uma necessidade fundamental é entender a validade dessas concepções religiosas no tempo e no espaço. John Thornton recordou que “os estudiosos das religiões na África moderna encontram grandes semelhanças entre as cosmologias do século XVII e do século XX”. Conforme John Thornton, o antropólogo Wyatt MacGaffey identificou a mesma base da estrutura religiosa da África central (Congo) nos relatos de missionários de 1500 e dos literatos de 1900 em comparação às suas observações de campo:

Existiam, e existem, quatro categorias de seres do outro mundo: ancestrais (almas daqueles que viveram anteriormente); divindades territoriais (que informantes modernos acreditam terem sido seres que já viveram, mas há tanto tempo que não possuem nenhum grupo específico de descendentes), chefiados por Nzambi Mpungu, o ‘primeiro homem’ de quem todos descendem; espíritos menos elevados que podem ser capturados em magias; e espíritos perigosos que vagam em lugares fora do caminho (fantasmas).⁵³²

Mary Karasch observou as permanências e adaptações das religiões africanas frente ao catolicismo no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. A autora partiu da constatação de que a maioria dos escravos existentes no período na Corte carioca vinham da África Centro-Ocidental, o que aproximaria o entendimento geral da religiosidade daquela população com os paradigmas propostos por Craemer, Vansina e Fox. Aqueles autores em artigo sobre os movimentos religiosos na África Central afirmaram que as culturas da região congoleza comportavam a reorganização das formas e práticas religiosas relacionadas à prevenção do infortúnio e à obtenção da boa sorte (complexo fortuna – infortúnio) através do

⁵³¹ THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos...**, *op. cit.*, p. 325.

⁵³² *Ibid.*, p. 331.

“talento” de líderes carismáticos⁵³³. Segundo Mary Karasch os centro-africanos escravizados no Rio se pautariam pela ausência de conservadorismo no que tange à religião:

Com efeito, era “tradicional” entre os centro-africanos formar novos grupos religiosos e aceitar novos rituais, símbolos, crenças e mitos. Portanto, eles não tinham de abandonar sua religião quando escolhiam venerar a imagem de um santo católico. Como na África, simplesmente adotavam a estátua como um símbolo novo. É essa flexibilidade, em comparação com a tradição conservadora iorubá, que caracterizava as religiões centro-africanas no passado e que ainda predomina na umbanda moderna.⁵³⁴

Outros autores têm investigado a criação dos estereótipos acerca da diferenciação de africanos ocidentais (a chamada cultura *iorubás*) e centro-ocidentais (a chamada cultura *banto*). Ao analisar a construção do discurso sobre o que seria uma maior fidelidade e “pureza” da cultura iorubá em detrimento das demais culturas africanas, Stefania Capone⁵³⁵ observou que aos iorubás se atribuiu uma religião coesa, enquanto aos bantos foi indicado uma suscetibilidade à influências externas. Dentre os autores brasileiros, esse tipo de concepção teórica teve um forte defensor em Roger Bastide, para quem os bantos não constituíram sistemas religiosos bem organizados, o que os identificaria com práticas inferiores, como a magia e o sincretismo. Na definição de Roger Bastide, essa variação em relação aos iorubas definiria uma “hierarquia” étnica⁵³⁶.

A valorização da cultura iorubá, de acordo com Stefania Capone, estaria diretamente relacionada aos movimentos voltados à revalorização do passado africano, de forte presença no Brasil e no Estados Unidos, e que reinterpretaram a história dos escravos a partir de sua resistência, termo que passou a ser identificado aos iorubas em detrimento dos bantos, considerados assimilados pela cultura dos brancos⁵³⁷.

Ao completar cerca de trinta décadas, o debate iniciado por Mintz & Price teve mais um episódio quando Richard Price buscou esclarecer algumas questões frente às críticas

⁵³³ CRAEMER, Willy de, VANSINA, Jan, FOX, Renée C. Religious movements in Central Africa: a theoretical study. **Comparative studies in society and history**. An international quarterly, v. 18, n. 4, oct. 1976, p. 458-475.

⁵³⁴ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos...**, *op. cit.*, p. 355. A autora reconhece a existência de outras religiões africanas no Rio de Janeiro anterior a 1850, ainda que minoritárias, como o islamismo (minas muçulmanos) e o candomblé (iorubas-jeje). p. 375.

⁵³⁵ CAPONE, Stefania. Entre Yoruba et Bantu: l'influence des stéréotypes raciaux dans les études afro-américaines. **Cahiers d'Études Africaines**, XL (1), 157, 2000, p. 55-77. p. 55.

⁵³⁶ *Ibid.*, p. 67-69.

⁵³⁷ *Ibid.*, p. 71

recebidas e sugerir formas do aproveitamento do chamado “modelo de Mintz & Price” na exploração do passado africano-americano⁵³⁸.

Richard Price recuperou então as questões dos historiadores norte-americanos a respeito da homogeneidade / heterogeneidade das etnias dos africanos escravizados aportados em locais específicos. Em sua análise ressaltou as conseqüências culturais advindas, os processos de transformação cultural que tornaram esses africanos em africanos-americanos, a velocidade destes, as formas que os desembarcados escolheram e conseguiram manter a fim de continuar pensamentos e práticas africanas, e os incentivos ou inibições recebidos a partir das condições sociais e demográficas encontradas em vários momentos no Novo Mundo. Além disso, Richard Price retomou as preocupações encontradas em trabalhos como os do antropólogo jamaicano David Scott, que propôs ao invés da busca e corroboração do que seria o autêntico passado africano remanescente na experiência americana, a leitura dos discursos e das realidades criadas pelos africanos-americanos em referência a um passado⁵³⁹.

A resposta de Richard Price ao que chamou de “retórica afrocêntrica” passou inicialmente por uma crítica às polarizações e posições inflamadas, à criação de “escolas” e às distorções com que foram tomados seus escritos em parceria com Sidney Mintz. O que pode ser tomado por um (pseudo) debate inclusive estaria presente no carreirismo que opõe por vezes africanistas e americanistas ou historiadores e antropólogos “ou, o que é mais importante, nas ideologias e *partis pris* subjacentes (que mal chegaram a ser reconhecidos e, com certeza, ainda não foram analisados por escrito)”⁵⁴⁰. Ao citar as contraposições de John Thornton acerca da diversificação cultural dos africanos transladados às Américas, Price afirmou em sua resposta que nem ele nem Mintz “jamais imaginaram ter havido uma ‘confusão cultural’, tampouco qualquer deles jamais viu a diversidade como uma ‘barreira’” em relação ao desenvolvimento de uma cultura americana de bases africanas. Price reconheceu que há muito tempo não se defende a possibilidade da cultura dos africanos no Novo Mundo ter “partido do zero”. De todo modo, Richard Price reclamou sobre o fato de muitos afrocentristas tenderem “a desconhecer, sistematicamente, a massa de dados contrários que continuam a se acumular em todas as Américas”. Segundo o autor, o texto que escreveu em 1972 com Sidney Mintz teve por objetivo primordial a proposta de uma *abordagem* que

⁵³⁸ PRICE, Richard. O milagre da criouliização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 3, 2003, p. 383-419, p. 385-386.

⁵³⁹ *Ibid.*, p. 386-387.

⁵⁴⁰ *Ibid.*, p. 389 e 393.

servisse para o estudo do passado africano-americano⁵⁴¹. Suas palavras procuraram dirimir quaisquer dúvidas acerca do “modelo de Mintz & Price”:

Para o estudo da escravidão nas Américas, ele tentou expor o tipo de constantes (por exemplo, as realidades das diferenças de poder) e do tipo de variáveis (por exemplo, demográficas, culturais, geográficas) que mereceriam a atenção dos estudiosos. Presumiu que, apesar de alguns traços comuns baseados nas relações de poder, a escravidão na Virgínia oitocentista, por exemplo, teria sido, em aspectos significativos, uma instituição diferente da escravidão no México seicentista ou na São Domingos setecentista, e tentou apontar os tipos de processos que acarretariam essas diferenças. O toque de clarim do ensaio de M&P consistiu na historização e na contextualização [...]. No entanto, ao expor sua tese, o ensaio de M&P parece ter dado a alguns leitores a impressão de que os processos de crioulização relativamente serenos, rápidos e irreversíveis foram, necessariamente, a norma em todas as Américas.⁵⁴²

A presença de indivíduos de cor negra a serviço da Santa Casa de Porto Alegre foi desde o início importante. Lembremos que o primeiro Compromisso da Santa Casa afirmava que os cativos poderiam constituir o seu patrimônio. Aliás, aquele regimento, reprodução do Compromisso de Lisboa, admitia nos quadros funcionais do Pio Estabelecimento a existência de sangradores, além de médicos, cirurgiões, enfermeiros e carcereiros⁵⁴³. E em relação às atividades envolvendo a assistência e a cura dos internados, as suas presenças aparecem registradas já no primeiro dos livros que contém os registros das discussões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Porto Alegre, datado de 1827. Uma ata de fevereiro daquele ano citava um escravo alugado para serviço na Botica⁵⁴⁴.

Esse tipo de demanda para as atividades das enfermarias da Santa Casa foi assunto recorrente nos encontros dos Irmãos. Em 1829 foi apresentada uma representação pela compra de um escravo que auxiliasse como servente de enfermeiro e de uma escrava para a enfermaria de mulheres. Em 1832 uma nova representação solicitava a venda de uma escrava que trabalhava como auxiliar da enfermaria - apontada como de má qualidade - e a compra de outra⁵⁴⁵.

⁵⁴¹ PRICE, Richard. O milagre da crioulização..., *op. cit.*, p. 391-393.

⁵⁴² *Ibid.*, p. 393-394.

⁵⁴³ ISCMPA – CEDOP – Compromisso de 1827 (Reprodução do Compromisso de Lisboa de 1818) - cap. XXIII.

⁵⁴⁴ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 1 - 11/2/1827 – fl. 83.

⁵⁴⁵ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 2 - 20/12/1829 – fl. 65v. e Livro 3 - 28/3/1832 – fl. 69.

A eliminação de escravos inconvenientes era prática comum nas deliberações dos irmãos provedores da Santa Casa de Porto Alegre desde o início das atividades das primeiras enfermarias do Pio Estabelecimento. Em 1827 foi vendido o escravo José, que conforme as afirmações registradas procedera mal, com manhas e vícios⁵⁴⁶. Ser “doente e vicioso” justificou a venda de um escravo e a solicitação da venda de outro em 1833⁵⁴⁷. Mas ao que tudo indica o mau-comportamento era mesmo o principal motivo para a exclusão de cativos do serviço e dos quadros da instituição. Em 1851 os Irmãos resolveram pelo leilão dos escravos da Santa Casa de mau comportamento, que para serem conservados precisavam ser mantidos em ferros⁵⁴⁸. Um ano depois o Mordomo do Cemitério oficiava a Mesa Administrativa acerca da necessidade de providências quanto a dois escravos a seu serviço, por serem considerados desobedientes e perversos⁵⁴⁹. Noutra ocasião foi deliberada a venda de quatro escravos também considerados perversos, que deveriam ser enviados para o Rio de Janeiro. Dentre eles estava incluído Paulo, empregado das enfermarias⁵⁵⁰.

Mas não apenas os cativos eram passíveis de manifestação de insatisfação por parte dos administradores da Santa Casa. Em reunião de 22 de setembro de 1833 o então boticário foi demitido por se ausentar do serviço e delegá-lo a um negro que o próprio acusara de ser pouco confiável⁵⁵¹. A atitude que justificara a demissão do boticário era inclusive uma preocupação comum. O código de posturas não permitia que escravos fossem deixados trabalhando em tabernas, botequins e bodegas e em boticas – onde manipulassem e vendessem remédios - sem a presença do proprietário do estabelecimento⁵⁵². Havia um medo recorrente de que os escravos praticassem envenenamentos propositais⁵⁵³.

Além do atendimento geral nas enfermarias, parece que a outra atividade para a qual se contava com a presença de cativos era a de barbeiro e de prático em botica. No segundo semestre de 1833 a Mesa Administrativa da Santa Casa deliberou pela compra de um escravo barbeiro. O Rio de Janeiro parecia ser a fonte principal desse tipo de especialista, pois em

⁵⁴⁶ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 1 - 27/12/1827 – fl. 91.

⁵⁴⁷ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 3 - 23/2/1833 – fl. 111v.

⁵⁴⁸ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 6 - 7/12/1851 – fl. 130v.

⁵⁴⁹ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 6 - 18/7/1852 – fl. 166v.

⁵⁵⁰ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 7 - fl. 22.

⁵⁵¹ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 3 - 22/9/1833 – fl. 136.

⁵⁵² AHPA – Porto Alegre - 1º. Livro de Registro das Posturas Municipais de 1829 até 1888

⁵⁵³ Sobre escravos envenenadores: SILVA, Roger Costa da. **Muzungas...**, *op. cit.*; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Feiticeiros, venenos e batuques...**, *op. cit.*; WITTER, Nikele Acosta. **Dizem que...**, *op. cit.* e WITTER, Nikelen Acosta. **Dos cuidados e das curas...**, *op. cit.*

janeiro do ano seguinte foi autorizado que um escravo barbeiro fosse buscado na Corte⁵⁵⁴. O circuito do tráfico atendia essa demanda. Gabriel Berute encontrou entre os 1.326 registros no livro de impostos (sizas) auferidos com a transação de escravos na Vila do Rio Grande entre 1812 e 1822 apenas 69 cativos com a informação de ocupação (pouco mais de 5%). Dentre estes, dois eram barbeiros, sendo um africano e outro não determinado, e um outro africano era oficial de barbeiro⁵⁵⁵.

Russell-Wood identificou a presença de barbeiros na Misericórdia da Bahia durante o período colonial: “geralmente uma pessoa de cor, com conhecimentos rudimentares de seu ofício”. O autor afirmou que “a arte de sangrar” era a atividade exercida e incluiu a figura dos barbeiros numa espécie de apêndice menos instruído da cultura médica européia⁵⁵⁶, não se ocupando em desenvolver possíveis associações destes com a tradição africana.

Na capital da Província de S. Pedro a presença de escravos barbeiros era comum. A Câmara Municipal de Porto Alegre comumente autorizava o exercício da atividade de barbeiros, sob a responsabilidade dos senhores dos cativos. Em 1841, por exemplo, foi o que aconteceu com Francisco, cuja loja se localizaria na Rua da Praia⁵⁵⁷.

Quanto aos negros trabalhadores na botica da Santa Casa, em fevereiro de 1844 o Irmão José Antônio ofereceu ao Pio Estabelecimento por 750\$000rs. um preto escravo entendido de botica. O mesmo já estava a serviço da instituição⁵⁵⁸. Em 8 de julho de 1845 Anna Languinete, de “Nação Italiana”, doou à Santa Casa um escravo pardo de nome Firmino, de 17 anos. Vinte dias depois era registrado em ata que o cativo “mulatinho” doado por Anna Languinete devia servir apenas na Botica⁵⁵⁹. Cheguei a imaginar que a presença de negros na botica da Santa Casa fosse característica anterior à presença de um corpo médico de formação acadêmica. Entretanto, na década de 1850 quando os médicos formados no Rio de Janeiro já clinicavam na Santa Casa, a presença de escravos na botica continuava evidente. Por duas vezes o Mordomo da Botica fez solicitações envolvendo seus comandados no final de 1853. Em outubro solicitou um jornal aos escravos empregados naquela repartição e em dezembro reiterou seu pedido, dizendo julgar conveniente que os escravos e demais

⁵⁵⁴ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 3 - 21/7/1833 – fl. 128 e 128v. e Livro 4 - 5/1/1834 – fl. 8.

⁵⁵⁵ BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos...**, *op. cit.*, p. 100.

⁵⁵⁶ Russell-Wood, A.J.R. **Fidalgos...**, *op. cit.*, p. 220.

⁵⁵⁷ AHPAMV – ASCVPA – Livro 13 - 8/4/1840; Livro 13 - 21/4/1841 e Livro 13 - 26/4/1841.

⁵⁵⁸ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 5 - 16/2/1844 – p. 20v.

⁵⁵⁹ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 5 - 8/7/1845 – p. 63 e Livro 5 - 28/7/1845 – p. 65v.

domésticos tivessem seu sustento e vestuário supridos pela Santa Casa⁵⁶⁰. Um ano depois, suspeito de desvio de objetos da Botica, o pardo Firmino, doado nove anos antes pela italiana Anna Languinte, reapareceu nos registros dos irmãos da Santa Casa. Em resposta à reclamação, Firmino foi transferido para o serviço das enfermarias⁵⁶¹. Assim, os seus préstimos continuaram envolvidos com as práticas de cura.

Em 1856 os africanos livres incorporados ao serviço da Santa Casa permaneciam trabalhando nas enfermarias e na botica empregados como serventes⁵⁶². O relatório da Provedoria de 1867 informava que o servente dos alienados era o escravo Simão e que também cinco “idiotas pacatos” eram serventes sob a gratificação de 10\$000rs. No relatório do ano seguinte esse número diminuía para quatro e suas gratificações também eram menores, ficando na casa dos 8\$000rs⁵⁶³.

Sabemos também que o africano livre Manoel Congo, remetido para a Santa Casa pelo Chefe de Polícia em 24 de novembro de 1861 após quase dez anos de escravização ilegal em São Leopoldo, foi empregado no serviço da botica daquele hospital. E que era barbeiro o benguela Filipe, um africano livre a serviço da Santa Casa desde 1851, quando foi remetido com mais vinte outros indivíduos. Empregado nas enfermarias do hospital da Santa Casa, Filipe passou a beber exageradamente de acordo com um ofício enviado à Presidência da Província pela Provedoria da Santa Casa. Conforme o relato, a administração da Santa Casa tentou mantê-lo sob reclusão, mas Filipe exigia a sua liberdade. Seus serviços foram então concedidos a um barbeiro chamado Antônio Porto⁵⁶⁴.

Tânia Pimenta, ao fazer referência ao período de atuação da Físicatura-mor (até 1828), afirmou que nas localidades nas quais a autoridade do físico-mor e do cirurgião-mor não chegava, os praticantes da cura não se atinham necessariamente às suas regras e aos valores defendidos pelas concepções européias e acadêmicas. Em sua pesquisa sobre os processos da Físicatura, observou a condição social dos terapeutas de extrato popular, que se não eram miseráveis em sua totalidade, “não pertenciam aos grupos sociais mais privilegiados”, sendo em sua maioria escravos, forros e livres pobres. Encontrou uma proporção menor de pedidos de oficialização das atuações desses curadores em relação aos médicos, boticários e

⁵⁶⁰ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 7 - 23/10/1853 – fl. 52 e Livro 7 - 11/12/1853 – fl. 58 v.

⁵⁶¹ ISCMPA – CEDOP – ASMP – Livro 7 - 15/10/1854 – fls. 98 e 98v.

⁵⁶² ISCMPA – CEDOP – Relatório Provedoria – 1856 - p. 9.

⁵⁶³ ISCMPA – CEDOP – Relatórios da Provedoria – 1867 e 1868.

⁵⁶⁴ AHRS – Assuntos Religiosos – Caixa 3 – Maço 6 – 1861-1888.

cirurgiões. Entretanto para a autora as terapias populares eram aquelas que mais se desenvolviam na sociedade, a despeito da exigüidade de registros de suas atuações⁵⁶⁵.

Para o nosso caso é altamente relevante a afirmação de Tânia Pimenta acerca das ligações entre a medicina acadêmica e a medicina popular. Nesse sentido não pode ser considerada apenas a imposição da medicina dos acadêmicos em contraponto à resistência das artes de curar populares. A imbricação dessas práticas fica ressaltada:

Alguns medicamentos preconizados pelos médicos acadêmicos podiam ser utilizados pelos praticantes da medicina popular, e certamente, o oposto também ocorria. Além disso, pessoas da classe dominante recorriam a tratamentos da medicina popular, prescritos por quem pertencia a esses setores da população, não só pela falta de médicos como por sua reconhecida competência, ainda que nessa questão não possamos falar de reciprocidade porque a população em geral não tinha condições de recorrer à medicina oficial.⁵⁶⁶

Essa ligação entre práticas acadêmicas e populares também foi ressaltada por Maria Cristina Wissenbach ao refletir sobre o contexto dimensional do mundo atlântico, sobretudo do século XVIII. Seu mote eram as “interações históricas entre saber médico e questões relativas ao trato e ao comércio de escravos”. A autora perscrutou a elaboração “de conhecimentos associados às dinâmicas da escravidão”. Os tratados de medicina prática circulantes no mundo colonial destinados “ao uso doméstico de populações mal assistidas” analisados apresentavam além da descrição das doenças identificadas “procedimentos terapêuticos em que vinham misturadas sem nenhum constrangimento, tradições de diversas origens”. As experiências do mundo colonial seriam responsáveis pela reelaboração dos conhecimentos de origem ibérica frente à experiência indígena e aquela oriunda do tráfico atlântico:

[...] físicos, cirurgiões e boticários deveriam estar atentos aos medicamentos locais recolhidos dos ensinamentos transmitidos pelos colonos mais antigos, em seu contato com as coisas do sertão. Como também, prestar atenção aos receituários que eram veiculados nos trajetos oceânicos entre África e Brasil, a bordo dos negreiros e provenientes, muitas vezes, de uma antiga

⁵⁶⁵ PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar...*, *op. cit.*, p. 82-85.

⁵⁶⁶ *Ibid.*, p. 86.

experiência portuguesa nos territórios africanos do ultramar, nos encontros com as sociedades autóctones.⁵⁶⁷

Certamente para o nosso contexto a situação era um pouco diferente. Não a respeito das trocas entre a medicina acadêmica e a popular, mas porque com a instituição da Santa Casa de Porto Alegre a população desvalida passou a contar com um espaço de atendimento. O que chama a atenção é o fato de num período avançado em relação ao trabalhado por Tânia Pimenta, e ainda que certamente em menor número do que o existente nos primeiros tempos, encontrarmos no atendimento da Santa Casa a convivência de médicos e barbeiros.

Lamentavelmente as fontes que pesquisei não permitem uma observação mais pormenorizada e precisa sobre as relações entre médicos e barbeiros, mas a partir da bibliografia posso me aproximar das funções e prerrogativas que os barbeiros-sangradores costumavam assumir em suas atividades. Vou me valer essencialmente dos trabalhos de Tânia Pimenta e Jaime Rodrigues, sendo que este último aponta para a desenvoltura dos terapeutas negros, que poderiam ser aceitos por pacientes de diversas origens no continente africano.

Conforme Tânia Pimenta era relativamente comum encontrar junto às petições e atestados emitidos pela Fisicatura-mor a aparição em conjuntos dos termos “barbeiro-sangrador”. Ainda que as atividades fossem distintas os ofícios estavam com frequência a cargo da mesma pessoa. A Fisicatura nunca emitia a palavra “barbeiro” em suas autorizações. A arte da sangria e a atividade dos barbeiros ficavam distinguidas, pois estes últimos eram identificados com práticas mais populares “cujos agentes faziam parte de um extrato social mais baixo, enquanto o termo sangrador era designado para se referir a uma arte que, apesar de menor, fazia parte da cirurgia”⁵⁶⁸. Tânia Pimenta, na falta de explicações contidas na documentação da Fisicatura sobre as práticas terapêuticas, recolheu trechos das observações sobre o cotidiano brasileiro anotados por Thomas Ewbank e R. Walsh nas décadas de 1840 e 1820, respectivamente. Nesses trechos as atividades envolvendo o sarjar, as aplicações de bichas, ventosas e sanguessugas aparecem indissociadas e a atuação dos negros é destacada:

⁵⁶⁷ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos. Séculos XVIII e XIX. **Anais do XII Encontro Estadual de História**, Anpuhrj, 2006. Disponível em www.uff.br/ichf/anpuhrj/Anais/2006. Acessado em 4/6/2007.

⁵⁶⁸ PIMENTA, Tânia Salgado. **Artes de curar...**, *op. cit.*, p. 86-87.

O negócio de sanguessugas está em mãos dos barbeiros. (...) entramos certa vez numa barbearia para ver as caixas de madeira grossa, de três pés de comprimento, cheias de argila, em que os vermes são importados, e na qual se enterram até serem retirados para ser usados. Algumas sanguessugas são de dimensões enormes. O preço usual é de vinte centavos de dólar para cada uma que o barbeiro aplica.⁵⁶⁹

Para as dores reumáticas eles usam de maneira singular as ventosas, que geralmente são aplicadas por um negro. Um dia, ao passar pela rua detrás do Palácio, vi um médico negro aplicando esse tratamento em alguns pacientes sentados na escadaria de uma igreja. Ele amarra o braço e o ombro de uma mulher que parecia sentir dores terríveis, e fazendo pequenas escarificações em vários pontos com um pedaço de lâmina de navalha, começou a bater levemente nesses locais com a parte plana da lâmina até que o sangue surgisse. Em seguida colocou pequenas ventosas feitas de chifres sobre elas e aplicando sua boca numa abertura situada na extremidade, habilmente extraiu o ar de seu interior e fechou a abertura com argila, deixando-a firmemente presa à pele. Fazendo a mesma coisa, ele fixou mais sete ventosas do cotovelo ao ombro, onde elas tinham uma aparência muito estranha. Quando foram removidas, o braço estava coberto de sangue e a mulher disse que sentia um grande alívio.⁵⁷⁰

De acordo com Maria Cristina Wissenbach o mercador de escravos holandês William Bosman, atuante no início do século XVIII, chamou atenção para a habilidade das africanas “na aplicação das ventosas, nos rituais de escarificações, bem como sua responsabilidade na transmissão dos conhecimentos relativos à farmacopéia vegetal e animal”⁵⁷¹.

Sangradores que fossem pessoas livres no mais das vezes eram habilitados para essa atividade e depois para a de cirurgião ou obtinham ao mesmo tempo as duas permissões. Contudo, escravos e forros não ascendiam ao nível de cirurgião, o que fica comprovado pelo fato de indivíduos nestas condições jurídicas representarem 84% dos pedidos para a arte da sangria. Ainda que não pudesse afirmar que todos os sangradores também fossem barbeiros, Tânia Pimenta lembrou que em muitos pedidos de licença para sangrar o termo auto-referido pelo suplicante era o de barbeiro⁵⁷².

⁵⁶⁹ EWBANK, Thomas. A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. Rio de Janeiro: Conquista, p. 189. v. 1. citado por PIMENTA, Tânia Salgado. **As artes de curar...**, *op. cit.*, p. 87.

⁵⁷⁰ WALSH, R. Notícias do Brasil. (1828 – 1829). Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, p. 88, v. 1. citado por PIMENTA, Tânia Salgado. **As artes de curar...**, *op. cit.*, p. 87- 88. Segundo Mary Karasch a tradição do uso de ventosas para “chupar” enfermidades” pode ser acompanhada até a África Ocidental. KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos...**, *op. cit.*, p. 354.

⁵⁷¹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercadores..., *op. cit.*

⁵⁷² PIMENTA, Tânia Salgado. **As artes de curar...**, *op. cit.*, p. 88-89.

Com relação ao espaço de atuação dos sangradores, Tânia Pimenta afirmou que os ambulantes cobravam menos por seus serviços do que aqueles estabelecidos em lojas, e, além disso, tendiam a não se oficializar. A fiscalização incidiria com maior presteza sobre as lojas, muitas vezes pertencentes a libertos que empregavam escravos, ensejando que obtivessem aprendizado no ofício⁵⁷³. Lembro que em Porto Alegre, já no período que cabia à Câmara Municipal a licença e fiscalização dos ofícios, os pedidos de escravos para o exercício da atividade de barbeiro apareciam vinculados ao seu emprego em lojas apropriadas, e que a cedência de cativo para o exercício em barbearia foi praticado inclusive pela Santa Casa.

É importante deixar claro que o ofício de barbeiro ou sangrador não era algo necessariamente vinculado à experiência africana dos praticantes. Muitos escravos apenas depois de desembarcados no Brasil eram treinados para essas atividades, que poderiam auferir lucros aos senhores e também possibilitar que os próprios cativos acumulassem o pecúlio necessário para a compra de suas liberdades⁵⁷⁴. Entretanto, Tânia Pimenta especulou sobre a possibilidade de uma tradição européia como a da sangria ser reinterpretada a partir das concepções africanas sobre a doença e a cura. Ewbank, conforme citação, relatou que a prática da sangria entre os africanos estava associada à extração dos espíritos malignos ao invés dos humores em excesso conforme era justificado pela tradição dos terapeutas brancos. E Mary Karasch reconhecia no emprego de sangrias com ventosas tradições de povos do oeste da África⁵⁷⁵.

Na documentação pesquisada por Tânia Pimenta, os sangradores muitas vezes apareciam com autorizações a fim de que praticassem em embarcações envolvidas no tráfico transatlântico. Em sua maioria eram provenientes da África Centro-Occidental (52,2%), mas também em boa parte do oeste africano (45,6%)⁵⁷⁶. Seguindo a linha de raciocínio desenvolvida por Robert Slenes acerca da capacidade dos africanos centro-ocidentais desembarcados no Brasil em se articularem lingüisticamente, a autora argumenta que essa articulação também se aplicaria para o compartilhamento de

partes de seu complexo cultural como pressuposições básicas sobre o parentesco e visões cosmológicas. Entre elas a de que a idéia de que o desequilíbrio, o infortúnio e a doença seriam causados pela ação malévola de

⁵⁷³ PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar...*, *op. cit.*, p. 94.

⁵⁷⁴ *Ibid.*, p. 92-94.

⁵⁷⁵ *Ibid.*, p. 97.

⁵⁷⁶ *Ibid.*, p. 99-103.

espíritos ou de pessoas, freqüentemente através da bruxaria ou da feitiçaria⁵⁷⁷.

Jaime Rodrigues, em **De costa a costa**, tinha por problema principal as relações sociais existentes no tráfico transatlântico de escravos. Especialmente importante para o autor era o papel dos intermediários no processo de escravização. E por intermediários eram tomados aqueles que formavam a rede de funcionamento do tráfico: comerciantes, feirantes, autoridades administrativas, colonos, oficiais e marinheiros comuns. Todos atuantes entre Angola e o Rio de Janeiro de fins do século XVIII até meados do XIX⁵⁷⁸. Saber como estes agiam e as experiências que recolhiam para as suas vidas era o que movia a pesquisa. Inserido em sua argumentação, a questão do tratamento sobre a saúde e a doença dos escravos se amparava, então, na observação das relações sociais em torno do tráfico, quando se articulavam diferentes sujeitos com diferentes interesses em jogo. Desse modo, a investigação se voltou ao diálogo entre percepções culturais próprias:

Durante a pesquisa, lidando com a literatura escrita por médicos que atuaram entre fins do século XVIII e meados do XIX e com outras fontes do período, pude constatar que a medicina encontrou formas de tratamento para doenças que tinha enorme incidência nos navios negreiros. Varíola, escorbuto, lepra, cólera, febre amarela, disenteria e distúrbios digestivos em geral, entre outras moléstias, mereceram atenção de diversos médicos. Entretanto, consultando outras fontes do período – como os processos de apreensão de navios negreiros contrabandistas – pude constatar que esses conhecimentos raramente eram utilizados no tráfico. Assim, procurei encontrar, na prática daqueles que cuidavam da saúde (médicos, cirurgiões, barbeiros e sangradores), elementos oriundos das culturas que se cruzavam no trânsito dos navios negreiros e pude constatar que, se a medicina ensinada nas universidades estava relativamente ausente das embarcações, outras práticas médicas encontraram ali um lugar para serem exercidas. Esse cruzamento cultural era o produto de conhecimentos que iam da terra para o mar e deste para outras terras, num processo animado pelas constantes viagens e deslocamentos de homens que deixaram sua marca ao buscarem soluções para a cura dos doentes contando com recursos limitados.⁵⁷⁹

Não se atendo às idéias contidas nos tratados médicos, Rodrigues buscou a incidência ou não destas na rotina de navegação da costa africana e da travessia ultramarina. O grande interesse de Jaime Rodrigues em relação à saúde e à doença voltou-se para a “interseção entre

⁵⁷⁷ PIMENTA, Tânia Salgado. **Artes de curar...**, *op. cit.*, p. 104.

⁵⁷⁸ RODRIGUES, Jaime. **De costa...**, *op. cit.*, p. 30-31.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, p. 40-41.

a medicina européia dos séculos XVIII e XIX, as práticas médicas populares e a experiência dos embarcações⁵⁸⁰.

Diferenças de percepções entre médicos e marinheiros conflitavam as prescrições de uns com as crenças de outros. As fontes trazem poucas informações sobre os procedimentos e os medicamentos aplicados a bordo dos barcos, mas a análise da grafia das cartas médicas indica que os práticos transitavam entre a academia e os tratamentos populares. Pode-se especular sobre a circulação da literatura médica, mas é fato que mais cedo ou mais tarde os manuais médicos ocidentais se municiavam com o conhecimento dos práticos, dos marinheiros e dos escravizados, como ocorreu com os compêndios de Langaard e Chernoviz.⁵⁸¹

A análise dos envolvidos nos tratamentos de saúde realizada por Rodrigues apontou para a dificuldade em se identificar profissionais específicos. Muitas vezes as suas citações eram apenas burocráticas, pois o fato de serem relacionados à uma atividade não implicava que não realizassem outras. Além disso, as viagens ensejavam contatos entre praticas de cura de origem diferente. Rodrigues notou, em sua quantificação dos profissionais de saúde que puderam ser identificados como curadores nos documentos sobre as embarcações, a presença de negros, escravos ou forros. Se entre os cirurgiões predominavam os portugueses, entre os barbeiros e sangradores os negros mina proliferavam. Essa origem é apontada em virtude das rotas entre a Bahia e a Costa da Mina ou pelo reconhecimento das habilidades curativas dos minas por outras etnias.⁵⁸²

Em relação à visão de mundo da população escravizada, reforça-se a tese de que para os povos africanos as doenças decorriam das violações dos ritos e tabus⁵⁸³ e que o aceite à prática de cura tendia a ser dado aos procedimentos que se aproximassem da tradição cultural envolvida:

Quando os negros de Angola recusavam os remédios europeus e confiavam apenas em “feiticeiros” de sua comunidade – que tratavam também de homens brancos que ali viviam –, os curandeiros locais comprovavam sua

⁵⁸⁰ RODRIGUES, Jaime. **De costa...**, *op. cit.*, p. 254.

⁵⁸¹ Rodrigues nos informa que Theodor Langaard já em 1865 advertia para o uso das frutas cítricas como prevenção ao escorbuto nas embarcações, prática comum entre os africanos. Chernoviz, cujo manual fora identificado entre os pertences de ao menos um tumbeiro apreendido, incluiu tal ponderação em seu manual somente na edição de 1878. RODRIGUES, Jaime. **De costa...**, *op. cit.*, p. 268-269.

⁵⁸² RODRIGUES, Jaime. **De costa...**, *op. cit.*, p. 271-280.

⁵⁸³ *Ibid.*, p. 281.

eficácia e conquistavam reconhecimento. A ação deles não parece ter sido transformada de acordo com o desejo de alguns colonizadores portugueses. Assim, os africanos que embarcavam em navios negreiros nos portos angolanos e se deparavam com sangradores e barbeiros (ainda que minas), de alguma forma poderiam identificar esses homens, suas práticas e seus medicamentos aos rituais existentes em sua cultura e sentir-se mais seguros do que quando entregues aos cuidados de cirurgiões ou médicos brancos. Afinal, havia casos em que, mesmo com uma botica de bordo bem fornida, a mortalidade entre os africanos era imensa.⁵⁸⁴

O leitor pôde observar que as informações apontadas neste capítulo corroboram, para além de suas presenças na condição de internados, a participação dos negros (muitos vindo da África) na rotina de atendimento aos doentes internados na Santa Casa de Porto Alegre. Lamentavelmente as fontes que me foram disponíveis não permitiram medir os graus e os ritmos das permanências e transformações da cultura africana relacionada à doença e a cura entre africanos e seus descendentes em Porto Alegre e no restante da Província de São Pedro. Nenhuma fonte que pesquisei indicou factualmente a permanência de uma cosmologia africana em contraponto às teorizações e práticas da medicina acadêmica. Contudo, mesmo que as informações tenham um caráter parcial e que muitas e variadas influências devam ser consideradas no tocante à transformação cultural dos africanos vitimados pela diáspora, acredito, amparado na leitura da historiografia apresentada, que efetivamente a cultura dos africanos reprocessada em terras de cativeiro não tenha “partido do zero”.

No dia-a-dia das enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, em que poucos eram os médicos a atender diretamente uma população formada em grande parte por pobres, escravos e libertos, é bem possível que o caráter do entendimento entre curadores e sofredores se desse em termos próprios de reconhecimento das práticas aceitas. Vocabulário e recursos inteligíveis contidos na tradição e no costume destes indivíduos certamente valiam muito nas horas em que o alívio dos males era solicitado, indicando que a relação entre o curador e o enfermo devesse ser de bom entendimento e aceitação.

⁵⁸⁴ RODRIGUES, Jaime. *De costa...*, *op. cit.*, p. 282.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o contexto sobre o qual se estabeleciam as relações sociais, em especial aquelas relacionadas ao trabalho, parece essencial se levamos em conta o caminho percorrido por esta dissertação. A complexidade da sociedade em questão, escravista e hierarquizada, ainda que marcadamente não-branca, obrigou que a análise dos processos que envolviam a alienação mental levasse em conta as significações e os embates que em torno dela se constituíam. Lógicas diferentes sobre a forma de conduzir o controle dos indivíduos se desnudaram ao longo do texto apresentado. Caridade e repressão muitas vezes se imbricavam nas atuações da Santa Casa de Misericórdia e dos poderes públicos, em especial a atuação policial. Isso se dava pela crescente necessidade de acionamento de mecanismos voltados para o controle das parcelas subordinadas da sociedade, dentro das quais pobres e negros tornavam-se alvos preferenciais. E, nestes grupos, certamente mendigos, velhos e inválidos, entre eles os loucos, eram ainda mais visados pelas formas de detenção e confinamento, dada a dificuldade das autoridades em diferenciar os verdadeiramente necessitados daqueles que mesmo capacitados se apartavam do trabalho.

O papel do estado, então, dividia-se entre o fomento à atuação coercitiva da polícia e o auxílio às instituições de caridade que confinassem aqueles não-inseridos. Destacava-se a atuação da Santa Casa de Misericórdia, que, herdeira da tradição das instituições assistenciais européias e dominada pelas elites locais, cumpria suas funções ligadas aos confinamentos mesmo que a doença dos internados fosse incerta e pautada pelo arbítrio da autoridade ou daquele sujeito instituído de poder sobre os destinos do alienado. Nessa perspectiva, a Polícia encontrou resguardo para muitos perturbadores da ordem pública e muitos senhores encontraram acólito para seus escravos já sem capacidade de atender as necessidades da lida diária. “Curados”, estes indivíduos poderiam voltar à sua rotina, mas quando definitivamente condenados ao confinamento pela impossibilidade de melhora, a Santa Casa confundia sua

finalidade com aquela da Cadeia Pública, transfigurando-se num “depósito de gente”. A superlotação do estabelecimento bem que motivava recorrentes pedidos pela diminuição dos envios de alienados, em especial aqueles originados do interior da Província. Contudo, em muitos casos a imposição das internações se dava pela intervenção arbitrária da autoridade policial sobre os diagnósticos dos facultativos dos Pio Estabelecimento. Para a Polícia a loucura não se diferenciava em muito de outras formas de arruaças e ameaças às pessoas e à propriedade, em especial aquelas originadas das camadas menos favorecidas e verificadas no cotidiano de sua atividade pelos espaços da cidade e da Província. Concentrando uma recrudescente movimentação de internações desde que foi inaugurado em 1863, o Asylo de Alienados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre muito cedo demonstrou ser insuficiente para atender a sua demanda, o que acarretou ainda maior tensão entre as autoridades envolvidas em todas as etapas que iam do recolhimento à internação.

No concernente ao público alvo dos confinamentos, ainda que por vezes menos incidente que a presença no seio da população citadina e provincial, os negros eram em quantidades crescentes alocados nos espaços reservados aos alienados, em especial após o final do tráfico transatlântico de cativos, algo que diferenciava a dinâmica local daquela verificada em meio às internações realizadas na Corte e que registravam índices decrescentes de escravos alienados. Na Província de São Pedro, as internações se voltavam essencialmente sobre aqueles que perturbavam a tranqüilidade pública ou não se enquadravam em atividades laborais. A ausência ou perda de ocupação por parte dos internados era um aspecto recorrente.

Com relação aos diagnósticos médicos, podemos igualmente observar a ingerência do poder público, quando os policiais se antecipavam e apresentavam sugestões sobre a maneira como deveriam ser resolvidos os problemas com os alienados, quando não se sentiam convencidos sobre os pareceres dos facultativos e por deterem muitas vezes a palavra final sobre a libertação ou não dos confinados por loucura. É certo que não se pode inferir a invalidade da autoridade médica. Entretanto, os conflitos eram recorrentes e indicavam que para além da medicina empenhos de outras proporções se faziam valer no cômputo das decisões sobre os alienados. E, além do mais, não apenas no cruzamento de interesses entre médicos, policiais e juizes se dava o problema, pois no seio da própria medicina acadêmica, as divergências nos posicionamentos teóricos e práticos dos facultativos não permitem tomar a idéia de uma corporação médica unificada.

No que se relacionava com as práticas sobre a cura dos alienados, nem sempre os facultativos graduados eram aqueles melhor considerados e nem sempre podemos entender a incidência dos pressupostos médico-acadêmicos como a única origem do entendimento sobre a loucura. Ainda que de forma especulativa, pois a cosmologia dos negros não ficou manifestada nas fontes pesquisadas, podemos nos amparar nas grandes discussões que se desenvolveram a partir dos escritos sobre os limites da crioulização das populações atingidas pela diáspora africana e partir do pressuposto teórico que entre uma população internada cuja importante parcela era não-branca, em especial africana, outras concepções, consideráveis de senso comum, mas arraigadas em tradições culturais dinamizadas, pudessem encontrar validade dentro dos espaços nos quais se praticava a cura.

Na parte introdutória da dissertação afirmei que dois momentos que me pareciam fulcrais condicionariam o limite temporal de meu trabalho: o período de alteração das perspectivas de tratamento da alienação mental a partir das propostas de construção de um hospital específico para tanto e aquele momento posterior à Lei do Ventre Livre, que ensejou alterações substanciais nas relações com a mão-de-obra no Brasil imperial. O entendimento sobre esses momentos melhora a compreensão sobre as alterações contextuais da lida com boas parte das populações envolvidas nos episódios de alienação mental.

Na década de 1870 as reclamações sobre a lotação do asilo de alienados da Santa Casa se avolumariam, arazoadas justamente pela impossibilidade material em se levar a bom termo a idéia inicial de atendimento aos alienados vindos do interior. A ausência de recursos para a manutenção do asilo seria minuciosamente explicada junto às descrições sobre a miséria das condições dos alienados, muitas vezes abandonados por seus responsáveis. Essa era a tônica das palavras contidas no relatório do Marechal de Campo Luiz Manoel de Lima e Silva, Provedor da Santa Casa no ano compromissal de 1872:

O asylo continua repleto de alienados de ambos os sexos e se maior fosse não chegaria para tantos infelizes, pois de todas as partes da provincia se reclama entrada de novos.

É este o maior onus que peza sobre a Santa Casa, tão desprotegida e abandonada aos seus próprios recursos, cuja receita repito, já não alcança ás avultadas despesas que é obrigada a fazer.

Estes pensionistas vitalícios, são os mais pezados para o pio estabelecimento pelas despesas que fazem, e o incommodo que dão.

As roupas que estragão todos os annos e os utensilios que destróem, bem caro custão, sem que aquelles que os atirão no asylo jamais procurem por elles, nem tratem os mesmos de mandar-lhes com que cubrão o corpo, e se não encontrassem a caridade desse pio estabelecimento da capital da provincia, vagarião cobertos de andrajos pelos lugares de onde vierão; porém a Divina Providencia a quem a Santa Casa só desse sua conservação vella por elles, e pelos indigentes que procurão este pio estabelecimento, onde encontrão linitivo ás suas dôres e a seus males. [...]

As antigas reclusões do pavimento térreo estão occupadas com alienados immundos.⁵⁸⁵

Todas essas observações não se atinham apenas à questão dos alienados, recaindo também sobre o custo que os expostos impunham ao chamado Pio Estabelecimento:

O anno que findou foi abundante de expostos lançados na Roda e alguns destes de cor preta, que attribuo a serem filhos de escravas [...] e não repetirei o que tenho dito sobre os paes immoraes que entregão a caridade official o fruto de seus crimes [...] se continuar a abundancia de lançamentos, incluindo os filhos de escravas, não sei como pagar-se as criadeiras com os escassos meios decretados[...].⁵⁸⁶

No ano seguinte, o então Provedor José Antônio Coelho Júnior, ao fazer uma nova descrição da situação penuriosa do asilo de alienados, cobrava a ausência de caridade por parte da sociedade, que parecia abdicar da possibilidade de cura, preferindo punir os alienados ao deixá-los fazer num ambiente inadequado:

Os pavimentos baixos deste edificio unicos em que se póde collocar os loucos mais furiosos, são xadrezes escuros, frios e humidos, são verdadeiras masmorras, mais proprios por certo para fazer perder o juizo a quem o tiver, do que para nellas recuperal-o.

Ao ver-se esses infelizes sepultados nesses humidas e sombrias enxovias parece que a sociedade não quer cural-os nem mesmo atenuar-lhes os seus soffrimentos, e sim que considera um crime a sua desgraça e que os quer punir por isso.

Os outros compartimentos no pavimento superior, destinados para os loucos que não são furiosos, não tem também nenhuma das acomodações e das

⁵⁸⁵ RELATÓRIO do estado da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Sul, acompanhado do balanço da receita e despeza, apresentado pelo provedor Marechal de Campo, Luiz Manoel de Lima e Silva, no anno Compromissal de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1872. p. 7. ISCMPA – CEDOP.

⁵⁸⁶ *Loc. cit.*

condições higienicas apropriadas para tratamento dessa horrível enfermidade.

A Santa Casa vê o estado desses infelizes, mas nada pôde fazer a bem de seu tratamento por que ainda mesmo que tivesse recursos pecuniários, o edificio não tem accomodações apropriadas para um asylo de alienados.⁵⁸⁷

Além de demonstrar a decadência de um espaço que surgira como tentativa de solução para um problema tão decantado, esse tipo de argumento serviria como impulso à reivindicação sobre a construção de um hospício definitivo. Em 1873 a Provedoria da Santa Casa de Porto Alegre solicitava à Assembléia Provincial a dotação de verba específica para a construção de um Hospício de Alienados⁵⁸⁸. Para tanto se amparava na ausência de acomodações adequadas para a continuidade do tratamento destinado aos enfermos. Servia-se o Pio Estabelecimento de justificativa semelhante às pioneiras solicitações que incentivaram a publicação do decreto de criação Hospício Pedro II no Rio de Janeiro em 1841.

A pretensão médica pelo exercício do poder dentro do hospital era algo que se apresentava. Uma vez questionados ou ameaçados em sua autoridade, os facultativos não deixavam de fazer valer as suas posições, que, entretanto, não eram as únicas que entravam naquele campo de disputas. Além do mais, diferentemente do Rio de Janeiro, onde as tratativas para a inauguração do Hospício Pedro II basearam-se numa perspectiva filantrópica que tinha por programa substituir a obra de misericórdia pela assistência médica⁵⁸⁹, em Porto Alegre a perspectiva asilar parece ter sido a tônica, pelo menos até aqueles primeiros anos da década de 1870, quando tomaria corpo a discussão pela criação de um hospício de alienados fora da Santa Casa.

Em sua longa análise sobre a documentação institucional na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Yonissa Wadi também apontou as preocupações a respeito dos alienados após a inauguração do asilo nas instalações da Santa Casa de Misericórdia, as quais norteariam os seus administradores até a implantação do Hospício São Pedro em fins do século XIX. As palavras lançadas à época diziam que:

- o asilo está repleto de alienados de ambos os sexos;

⁵⁸⁷ RELATÓRIO que a presidencia da Província dirigiu o provedor da Santa Casa José Antônio Coelho Júnior em 7 de fevereiro de 1873. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1873. p. 11. ISCMPA – CEDOP.

⁵⁸⁸ RELATÓRIO que a presidencia da Província..., 1873, p. 12.

⁵⁸⁹ ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios...**, *op. cit.*, p. 191 e 200.

- os pedidos para a internação vêm de todas as partes da Província e se avolumam;
- os alienados se tornam, na maior parte das vezes, pensionistas vitalícios pois aqueles que os atiram no asilo jamais procuram por eles, nem tratam de mandar-lhes algo com que cubram o corpo;
- as despesas com comida, utensílios, vestuário crescem a cada dia...⁵⁹⁰

Não obstante, para Alexandre Schiavoni, a implantação do hospício se justificaria à sua época pelo fato de que a Província de São Pedro entrava em um processo de “medicalização” a partir da segunda metade do século XIX. A insanidade mental então seria institucionalizada e a medicalização da loucura principiada em traços de cientificidade.

Isso, em outros termos, significa que os insanos deixam de transitar livremente pelas ruas; significa que aos poucos delinea-se o gesto acusativo da insanidade e que vão se intensificando, cada vez mais, a claridade das luzes sobre as condutas e comportamentos sinistros e destros; significa que lentamente se vai definindo um espaço onde a loucura, sem muito esforço, deverá identificar como sendo o seu nicho: o asilo.⁵⁹¹

O discurso se deslocava da filantropia caritativa para a filantropia higiênica.

Estava aberto o caminho para que dois movimentos estratégicos, neste momento ainda não interligados se anunciassem: 1.º) o movimento por uma “nova internação”, a institucionalização específica do louco com a construção do hospício; 2.º) o domínio deste novo espaço de reclusão – o hospício –, pelo saber médico: a marca do surgimento da psiquiatria no Rio Grande do Sul.⁵⁹²

Deste ano de 1873 em diante, a demanda interna da Santa Casa de Misericórdia passaria a ser pela construção de um hospital de alienados, algo que já existia na capital do Império desde 1852 e que somente se efetivaria na Província sulina com a inauguração do Hospício São Pedro em 1884.

⁵⁹⁰ WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para...**, *op. cit.*, p. 40.

⁵⁹¹ SCHIAVONI, Alexandre Giovanni da Costa. **A institucionalização...**, *op. cit.*, p. 89.

⁵⁹² WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para...**, *op. cit.*, p. 45.

Por lado, na segunda parte do XIX a reordenação das relações de trabalho dava o ensejo para que as políticas coercitivas incidissem de forma crescente sobre a parcela da população que paulatinamente se marginalizava do processo produtivo.

Um momento em que esse temor contra os pobres transitou para formas de hierarquização social pôde ser vislumbrado quando entre fins da década de 1860 e início da posterior as questões do chamado “elemento servil” e da Lei do Ventre Livre ganhavam as tribunas e não apenas esses recintos. Conforme bem nos lembra Gabriela Sampaio, de abrangência mais ampla que a esfera da política dos gabinetes, dos bacharéis do império, esses temas tiveram “envolvimento dos mais diferentes setores sociais, que exerceram pressão e participaram do processo de várias maneiras”⁵⁹³.

Com a admissão de uma futura abolição da escravidão, a divisão social tomava marcas hierárquicas cada vez mais atribuídas pelo discurso racista que se erigia ao fim do XIX em benefício dos grupos sociais detentores de poder econômico. Inferiores e superiores eram definidos e mesmo a certa tolerabilidade aos hábitos culturais dos negros – cada vez mais vistos com temor por sua presença e difusão na sociedade - regrida através da repressão. Variando em relação aos caracteres coercitivos contidos nas relações paternalistas em sua prática - onde as relações eram personalizadas e baseadas em trocas de obrigações e favores -, a repressão agora, e especialmente a partir da década de 80, tornava-se institucionalizada e policializada⁵⁹⁴.

Mas o que talvez melhor explique essa preocupação e as políticas do Estado e dos proprietários seja a necessidade de defesa do patrimônio ameaçado pela crescente pressão contra o regime. A evocação da liberdade dos escravos era apresentada como algo que deveria ser proporcionado de forma necessariamente lenta, tendo em vista que os africanos e seus descendentes não estariam preparados para usufruí-la. Essa tônica foi constante até a assinatura da Lei Áurea, que se daria num momento em que o sistema simplesmente ruía com o recrudescimento abolicionista e as fugas em massa, e que ainda assim era rejeitada por setores que afirmavam ser o processo de extinção da escravidão irreversível, pois com o fim do tráfico e as leis anteriores, não haveria a necessidade de atropelos.

⁵⁹³ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **A história do feiticeiro Juca Rosa**. Cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Unicamp, 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2000. p. 148-149.

⁵⁹⁴ *Ibid.*, p. 150 e 184.

FONTES

I - Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

- Atas das sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre – Livros 12 a 18 (1836 – 1872)
- Livros das Correspondências Passivas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre – Livros 15 a 34 (1839 – 1874)
- 1º. Livro de Registro das Posturas Municipais - 1829 até 1888

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

- Polícia - Correspondências Diversas – Códices 243 a 250 (1853 – 1872)
- Polícia - Delegacia de Polícia, Secretaria de Polícia, Corpo Policial e Diversos – Maços 17 a 151
- Assuntos Religiosos – Maços 4 (1825 - 1850), 5 (1851 – 1860), 6 (1861 – 1868) e 7 (1872 – 1893)

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

- Processo-crime - Porto Alegre – Sumários do Júri – Maço 32 – n. 940 – 1856 - Thimothio
- Processo-crime - São Leopoldo – Júri – Maço 2 – n. 39 – Estante 12 – 1860 – Pascoal

- Inventário - Dr. Domingos Gonçalves Ramos - APRS - Porto Alegre - Cartório da Provedoria e Ausentes - Maço 25 – n. 436 – Estante 5 – 1875
- Inventário - Dr. Luis da Silva Flores – APRS - Porto Alegre – 2º. Cartório Cível – Maço 17 – n. 539 – Estante 1 – 1889
- Inventário – Dr. Raymundo Caetano da Cunha – 3º. Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 16 – n. 290 -1897
- Inventário - Fidêncio Pedroso Barreto d'Albuquerque -São Gabriel – Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 13 – n. 263 – 1873
- Inventário - José Antonio do Valle Caldre Fião – APRS - Porto Alegre - Cartório da Provedoria - Maço 483 – n. 27 – 1877
- Inventário - José Joaquim de Campos Leão - APRS – Porto Alegre – 2º. Cartório Cível – Maço 16 – n. 500 – Estante 1 – 1883
- Inventário - Sebastião Affonso de Leão – 2º. Cartório de Órfãos e Ausentes – Maço 80 – n.1390 – 1903
- Testamento - Dr. Domingos Gonçalves Ramos – APRS - Porto Alegre –Cartório da Provedoria e Ausentes - Maço 69 – n. 1910 – Estante 6 – 1875
- Testamento - Dr. Porfírio Joaquim de Macedo – APRS - Porto Alegre –Cartório da Provedoria e Ausentes - Maço 69 – n. 1925 – Estante 6 –1875
- Testamento - José Antônio do Valle Caldre Fião – Cartório da Provedoria – Maço 69 – n. 1941 – 1876

Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre / Centro de Documentação e Pesquisa

- Matrícula Geral dos Enfermos – Livros 1 a 3 (1843 – 1872)
- Atas das Sessões de Mesa da Provedoria – Livros 1 a 9 (1815 – 1875)
- Compromisso da Santa Caza da Misericórdia de Porto Alegre - 1827 [Apensado ao Compromisso da Misericordia de Lisboa de 1818. Impresso.]
- Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre - 1857
- Documentação Avulsa – Maço 4 – 30/4/1853 – Carta de Alforria
- Documentação Avulsa – Maço 4 – 1853 – Requerimento e Carta de Alforria

- Documentação Avulsa – Maço 4 – 1853 – Carta de Liberdade
- Documentação Avulsa – Maço 4 – 15/12/1863 – Carta de Doação – Porto Alegre

II - Fontes impressas

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

- CHRONICA de Porto Alegre. Coleção de artigos críticos sobre costumes e fatos locais publicados semanalmente no Mercantil, pelo colaborador O Estudante (1852 – 1859) 3v. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, s/d.

Biblioteca Irmão José Otão / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular em que se descrevem, em linguagem accomodada á intelligencia das pessoas estranhas á arte de curar [...].** 2^a. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1851.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular em que se descrevem, em linguagem accomodada á intelligencia das pessoas estranhas á ciencia medica [...].** 3^a. ed. Paris: casa do autor, 1862.

Biblioteca do Departamento de Botânica / Universidade Federal do Rio Grande do Sul

- CHERNOVIZ, Pedro Luís Napoleão. **Formulario e guia medica contendo a descrição dos medicamentos, as doses, as molestias em que são empregados, as plantas medicinaes indigenas do Brasil, o compendio alphabetico das aguas mineraes, as escolha das melhores formulas, um memorial therapeutico e muita informações uteis.** 11^a. ed. Pariz: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1884.

Biblioteca Central / Universidade do Vale do Rio dos Sinos

- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul**. 2v. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre / Centro de Documentação e Pesquisa

- Relatórios da Provedoria – 1856, 1858, 1867, 1868, 1872, 1873, 1874

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

- O Mercantil – 20/11/1852
- Correio do Sul – 15 a 17/10/1852; 19/10/1852; 11 a 14/11/1852; 16 a 19/11/1852; 24 a 28/11/1852; 29 a 31/12/1852; 1/1/1853; 28/7/1860; 6/2/1861; 4/8/1868; 1874
- Jornal do Commercio – agosto de 1874; abril de 1875
- Rio-Grandense – 6/11/1866

III – Fontes disponibilizadas através da internet

- Relatórios da Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1844 a 1874, disponíveis em *fac-simile* em: <http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>. Acessado em 4/10/2005.
- Recenseamento do Brasil em 1872 – Rio Grande do Sul, disponível em *fac-simile* em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado em 30/1/2007.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon, Ordem social e desordem mental. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (Coord.). **Sociedade e doença mental**. Rio de Janeiro: Campos, 1978.

AMOGLIA, Ana Maria Faria. **Um ar de liberdade**: o suicídio de escravos no município de Juiz de Fora (1830 – 1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2006.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Novas fontes para a história da escravidão negra no RS / USCPM (1850 – 1900). **Estudos Ibero-Americanos**, v. XVI, n. 1-2, jul.- dez. 1990, p. 57-67.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [c1969]. In: PONTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 187-227.

BAUMANN, Thereza de B. Da iconografia, da loucura, da história. **Revista de História Regional**, v. 2, n. 1, 1997, p. 69-113.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BORGES, Viviane Trindade. A loucura herda um espaço deixado pela lepra: fragmentos de história oral com os pacientes-moradores do Hospital Colônia Itapuã. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 99-105.

BORGES, Viviane Trindade. Câmbio final: exercícios de história oral com pacientes portadores de sofrimento psíquico internados no centro agrícola de reabilitação de Viamão / RS. **História em Revista**, Pelotas, v. 11, dez. 2005, p. 99-134.

BORGES, Viviane Trindade. **Loucos (nem sempre) mansos da estância**. Controle e resistência no Centro Agrícola de Reabilitação. Viamão / RS, 1972 – 1982. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BOSCHI, Caio C. As misericórdias e a assistência à pobreza nas Minas Gerais setecentistas. **Revista de Ciências Históricas**, n. XI, 1996, p. 77-78.

CABRAL, Dilma. Lepra, morfêia ou elefantíase-dos-gregos: a singularização de uma doença na primeira metade do século XIX. **História Unisinos**, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 35-44.

CALAINHO, Daniela Buono. Médicos e curandeiros no Brasil colonial. **XI Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrj/Anais/2004/Mesas/Daniela%20Buono%20Calainho.doc>. Acessado em 27/9/2006.

CALDAS, Glícia. Doença – Castigo de Deus? Doenças e curas na escravaria carioca oitocentista. **XI Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Glicia%20Caldas.doc>. Acessado em: 28/9/2006.

CAPONE, Stefania. Entre Yoruba et Bantu: l'influence des stéréotypes raciaux dans les études afro-américaines. **Cahiers d'Études Africaines**, XL (1), 157, 2000, p. 55-77.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 2^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Negros, loucos negros. **Revista USP**, n. 18, jun.-ago. 1993, p. 144-151.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura**: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro / São Paulo: Eduerj / Edusp, 1998.

CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro da psiquiatria**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, mar. – ago. 1988, p. 83-105.

CHAMMÉ, Sebastião Jorge. Doença mental e contágio social. In: D' INCAO, Maria Angela (Org.). **Doença mental e sociedade**. Uma discussão interdisciplinar. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 197-00.

CONIFF, Michael L. Contracorrentes na diáspora: negros coloniais e caribenhos na América Central. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 28, out. 1995, p. 141-153.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CRAEMER, Willy de, VANSINA, Jan, FOX, Renée C. Religious movements in Central Africa: a theoretical study. **Comparative studies in society and history**. An international quarterly, v. 18, n. 4, oct. 1976, p. 458-475.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**. Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DAUMARD, Adeline. Cidade e sociedade no século XIX. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Curitiba, n. 15, 1998, p. 103-112.

DE PROVÍNCIA de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803 – 1850. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos de cólera. Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 355-385.

EDLER, Flávio Coelho. Uma controvérsia científica no Império. A Escola Tropicalista baiana desafia a Academia Imperial de Medicina. **XI Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Flavio%20Coelho%20Edler.doc>. Acessado em 28/9/2006.

EDLER, Flávio Coelho. O debate em tono da medicina experimental no segundo reinado. **História, Ciências Sociais, Saúde – Manguinhos**, ano III, v. 2, jul.-out. 1996, p. 284-299.

ELMIR, Cláudio Pereira. **A história devorada nos rastros dos crimes da rua do Arvoredo**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. p.149.

ENGEL, Magali Gouveia. As fronteiras da “anormalidade”: psiquiatria e controle social. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, nov. 1998 – fev. 1999, p. 547-563.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios** (Rio de Janeiro 1830 – 1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

EUGÊNIO, Alisson. As doenças dos escravos como problema médico em Minas Gerais no final do século das luzes. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 23, jul. 2000, p. 154-163.

FALCI, Miridan, Britto K. Doenças dos escravos. **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica Anais da XVII Reunião**, São Paulo, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Movimento, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1750-1850). Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese para o concurso de Professor Titular.

FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FERREIRA, Jackson. ‘Por hoje se acaba a lida’: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). **Afro-Ásia**, n. 31, 2004, p. 197 – 234.

FERREIRA, Jackson. **Loucos e pecadores: suicídio na Bahia do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2004.

FIGUEIREDO, Betânia G. **A arte de curar**. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975 [1962].

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982 [1973].

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978 [1961].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980 [1963].

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. v.2. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, s/d. [199-?].

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo / Salvador: Hucitec / EDUFBA, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. **Santa Casa: 200 anos**. Caridade e ciência. Porto Alegre; Ed. da ISCMPA, 2003.

GERTZA, Jurema Mazuhy. **Infância em perigo**. Assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre. Porto Alegre: PUCRS, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1990.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1989. p. 179-202.

GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. In: _____. **Manicômios, prisões, conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOFFMAN, Erving. Sintomas mentais e ordem pública. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (Coord.). **Sociedade e doença mental**. Rio de Janeiro: Campos, 1978.

GOULART, José Alípio. **Da Fuga ao Suicídio** (Aspectos de Rebeldia do Escravo no Brasil). Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GRENIER, Jean-Yves. A história quantitativa ainda é necessária?. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos**. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GUEDES, Roberto. Censo e classificação de cor em Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). **Anais do III Encontro Escravidão Liberdade no Brasil Meridional**, 2007. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/iiiencontro.htm>. Acessado em 18 de junho de 2007. p. 1-2.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no império. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, mai. – ago. 2005, p. 501-514.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Os manuais de medicina popular de Chernoviz na sociedade imperial. **Revista Cantareira**, n. 5, v. 1, ano 2, abr. – ago. 2004, p. 1-20.

HEREDIA, Isidro; FARIA, Tasso Vieira de. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. In: FRANCO, Álvaro e RAMOS, Sinhorina M. (Orgs.) **Panteão médico riograndense**. Síntese cultural e histórica. Progresso e evolução da medicina no Rio Grande do Sul. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.

HIRANO, Sedi. Sociologia e doença mental. In: D’ INCAO, Maria Angela (Org.). **Doença mental e sociedade**. Uma discussão interdisciplinar. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 289-298.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000 [1987].

KURY, Lorelai. Um médico no império: Cruz Jobim interpreta a ciência europeia. **X Encontro Regional de História**, Anpuhrj, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrj/anais2002/comunicacoes/kury%20lorelai.doc>. Acessado em 27/9/2006.

LIMA, Roberto Kant de. Tradição inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: da devassa ao inquérito policial. **Religião e Sociedade**, v. 16, n. 1 / 2, 1992, p. 94-113.

LIMA, Tânia Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 2, n. 3, p. 44-96, Nov. 1995 – Fev. 1996.

LOVEJOY, Paul E. Identidade e a miragem da etnicidade. A jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas. **Afro-Ásia**, n. 27, 2002, p. 9-39.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968.

MACHADO, Roberto, LOUREIRO, Ângela, LUZ, Rogério, MURICY, Kátia. **(Da)nação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo gaúcho**. Resistência e trabalho. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1993.

MAGGIE, Yvone. **Medo do feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **África no Brasil**. Mapa de uma área em expansão. Mimeo. Texto já publicado.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que ‘o preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. **Afro-Ásia**, n. 24, 2000, p. 71-95.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 127-128, ago. – dez. 1992 a jan. – jul. 1993.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões**: medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660 – 1860. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1982].

MILLER, Joseph C. Angola central e sul por volta de 1840. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, dez. 1997, p. 7-54.

MINTZ, Sidney W., PRICE, Richard. **The birth of african-american cultura**. An anthropological perspective. Boston: Beacon Press, 1992 [1976].

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina**. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, 1993.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Feiticeiros, venenos e batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre – século XIX). In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2004.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre, 1858 – 1888. Porto Alegre: Est Editores, 2003.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, jan.-jun. 1989, p. 85-96.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; OLIVEIRA, Saulo Vieira. Registro de suicídios entre escravos em São Paulo e na Bahia (1847 – 1888): notas de pesquisa. **Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/iiiencontro.htm>. Acessado em 1º. de julho de 2007.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. Quem eram os ‘negros da guiné’? A origem dos africanos da Bahia. **Afro-Ásia**, n. 19-20, 1997, p. 37-73.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula**. Um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: Est Edições, 2006.

OLOMOLA, Isola. Suicide in Yoruba culture. **África: Revista do Centro de estudos Africanos da USP**, n. 10, 1987, p. 52-83.

PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho Marques. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social. 2v. 2ª. ed. São Paulo: 1944.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**. Vida e trabalho. 1880 – 1920. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Artes de curar**. Um estudo a partir dos documentos da Físicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Campinas: Unicamp, 1997.153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PIMENTA, Tânia Salgado. Homeopatia em época de cólera (Rio de Janeiro, 1855). **Anais do XI Encontro Regional de História**, Anpurj 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Tania%20Salgado%20Pimenta.doc>. Acessado em 28/9/2006.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney, et. al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 307-330.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade dos oitocentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, suplemento, p. 67-92, 2004.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

PORTER, Roy. **Uma história social da loucura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

PORTO ALEGRE. Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, 1976.

PÔRTO, Ângela. A saúde dos escravos na historiografia brasileira. **XII Encontro Regional de História**, Anpuhrij, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2006/Simposios%20Tematicos/Angela%20Porto.doc>. Acessado em 15/3/2007.

PÔRTO, Ângela. O pensamento médico de Alexandre Rodrigues Ferreira. **XI Encontro Regional de História**, Anpuhrij, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Angela%20Porto.doc>. Acessado em 28/9/2006.

PÔRTO, ÂNGELA. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 4, p. 1019-1027, 2006.

PRICE, Richard. O milagre da crioulização: retrospectiva. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, 2003, p. 383 – 419.

QORPO-SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **As relações naturais e outras comédias**.

Fixação do texto, estudo crítico e notas por Guilhermino Cesar. 2^a. ed. Porto Alegre: Editora Movimento / Instituto Estadual do Livro / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1976.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra em São Paulo**. Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed. / INL, 1977.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, Revista de Sociologia USP, São Paulo, v.7, n. 1–2, outubro de 1995, p. 67-82, p. 68.

REIS, João José Reis. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; SILVEIRA, Natália Cristana. Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso da prática médica nas Minas Gerais oitocentista. **História Unisinos**, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 5-13.

REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. **A divina pastora**. Romance. 2^a. ed. Porto Alegre: RBS, 1992. [1847].

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780 – 1860). São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia. 1550-1755. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981 [1968].

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **A história do feiticeiro Juca Rosa**. Cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Unicamp, 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura** - As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp / CECULT-IFCH, 2002.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios. Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUN, Sidney, et. al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 387-426.

SANTA CASA de Porto Alegre. **Publicação comemorativa do centenário da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre organizada pela atual mesa administrativa (1826 – 1926)**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1926.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. 2v. São Paulo: HUCITEC / Edusp, 1991 [1976].

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul**. Século XVIII. Cia. Editora Nacional, 1984.

SANTOS, Nádía Maria Weber. **A tênue fronteira entre a saúde e a doença mental**: um estudo de casos psiquiátricos à luz da nova história cultural. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SANTOS, Nádía Maria Weber. **Histórias de sensibilidades: espaços e narrativas da loucura em três tempos**. Brasil 1905 / 1920 / 1937. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 763 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SANTOS, Nádía Maria Weber. **Histórias de vidas ausentes**: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

SANTOS, Nádía Maria Weber. Nas 'entrelinhas' da história: sensibilidade e exclusão em narrativas da loucura. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 80-90.

SCHIAVONI, Alexandre Giovanni da Costa. Corpo e loucura na Porto Alegre do final do século XIX. In: LEAL, Ondina Fachel (Org.). **Corpo e significado**. Ensaios de Antropologia social. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2001. p. 323-342.

SCHIAVONI, Alexandre Giovanni da Costa. O corpo insano. **Saúde**. Revista do NIPESC, v. 1, 1996, p. 29-42.

SCHIAVONI, Alexandre. **A institucionalização da loucura no Rio Grande do Sul**: o Hospício São Pedro e a Faculdade de Medicina. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SCOTTI, Zelinda Rosa. **Loucas mulheres alemãs**. A loucura visitada no hospício São Pedro (1900 – 1925). Porto Alegre: PUCRS, 2002. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

SEGATO, Rita. Género, política e hibridismo en la transnacionalización de la cultura Yoruba. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 2, 2003, p. 333-363.

SERRANO, Carlos. Tráfico e mudança do poder tradicional no Reino Ngoyo (Cabinda no século XIX). **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, dez. 1997, p. 97-108.

SILVA, Roger Costa da. **Muzungas**. Consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828 – 1888). Pelotas: Editora da Universidade Católica, 2001.

SLENES, Robert W. Malungu, ngoma vem!: África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, 1991, p. 48-67.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações da família escrava. Brasil sudeste século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert W. Thre great porpoise-skull strike: central african water spirits and slave

identity in early-nineteenth-century Rio de Janeiro. HEYWOOD, Linda M. (org.). **Central africans and cultural transformations in the american diaspora**. Cambridge: University Press, 2002. p. 183-208.

SLENES, Robert Wayne. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, jan.-abr. 1983.

SLENES, Robert Wayne. **The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Tese (Doutorado em História) - Standford University, 1976.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro. Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

SPALDING, Walter. **A Beneficência Portuguesa**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha, 1954.

SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1967.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THORNTON, John As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, dez. 1997, p. 55-74.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: A irmandade da Santa Casa de Pelotas - RS (1847 - 1952)**. Porto Alegre: PUCRS, 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

VENÂNCIO, Ana Teresa A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, . 3, set.- dez. 2003, p. 883-900.

VENÂNCIO, Renato Pinto, LANNA, Maria Célia da Silva. Banzo: desnutrição e morte do escravo. **Revista Ciência Hoje**, n. 126, 1997, p. 45-47.

VIANA, Nildo. Cérebro e ideologia. **Estudos Goiânia**, v. 29, n. 3, mai.-jun. 2002, p. 837-866.

WADI, Yonissa Marmitt. Aos loucos, os médicos: a luta pela medicalização do hospício e construção da psiquiatria no Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 6, n. 3, nov. 1999 – fev. 2000, p. 659-679.

WADI, Yonissa Marmitt. **Louca pela vida**: a história de Pierina. São Paulo: PUCSP, 2002. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos**. Uma história das lutas pela constituição do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996. 302 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos**. Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. 256p.

WADI, Yonissa Marmitt. “Um lugar todo seu?” Paradoxos do viver em uma instituição psiquiátrica. **Varia Historia**, n. 32, jul. 2004, p. 75-101.

WADI, Yonissa Marmitt. Um palácio para guardar doidos: a construção do Hospício São Pedro e o surgimento da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Mauch, Cláudia *et alii*. **Porto Alegre na virada do século XIX**. Cultura e sociedade. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Canoas: Editora da Universidade Luterana do Brasil, São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio do Sinos, 1994, p. 43-62.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Código de Posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 1992. 167f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

WHITAKER, Dulce C. A. Cultura e doença mental. In: D' INCAO, Maria Angela (Org.). **Doença mental e sociedade**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p 177-196.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos. Séculos XVIII e XIX. **Anais do XII Encontro Estadual de História**, Anpuhrj, 2006. Disponível em www.uff.br/ichf/anpuhrj/Anais/2006. Acessado em 4/6/2007.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

WITTER, Nikele Acosta. **Dizem que foi feitiço**. As práticas de cura no sul do Brasil. 1845-1880. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

WITTER, Nikelen Acosta. Dos cuidados e das curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos (Rio Grande do Sul, século XIX). **História Unisinos**, v. 10, n. 1, jan. – abr. 2006, p. 14-25.

XAVIER, Regina Célia Lima. Dos males e de suas curas. Práticas médicas na Campinas oitocentista. In: CHALHOUB, Sidney, et. al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 331-354.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Tito de Camargo Andrade**: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista. Campinas: Unicamp, 2002. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2002.

**ANEXO 1 - Tabela - ENTRADAS POR ENFERMIDADES
NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - 1843 / 1872**

<i>Enfermidade / Ano</i>	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857
Alienação Mental	2	13	8	11	13	18	11	14	21	30	25	14	8	23	20
Amolecimento Cerebral														1	
Cólica Nervosa								1	1	1	1				2
Delírio Nervoso											1			2	10
Delírio Tremens															
Demência											2				
Desarranjo Mental															
Embriaguez										1	1				
Epilepsia											3				2
Idiotismo															1
Insanidade															
Invalidez															
Mania									3	2	7			2	
Marasmo															
Mentecapto											1				
Nervoso										1					
Onanismo															1
Paralisia							1			1				2	
Preguiça						1									
Sífilis Constitucional		2		3					1		1				
TOTAL POR ANO	2	15	8	14	13	19	12	15	26	36	42	14	8	30	36

Continuação

<i>Enfermidade / Ano</i>	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872
Alienação Mental	17	22	25	26	16	26	39	41	38	52	36	24	21	21	25
Amolecimento Cerebral					2	1	6	10			1	4	1		
Cólica Nervosa	2	1	1	2	2				1	1			1		
Delírio Nervoso	2	2	4	5	5	3	11	12	6	2	3	2			
Delírio Tremens									1	1		3	1		
Demência															
Desarranjo Mental	3	1		1		1		1		1					
Embriaguez															
Epilepsia	1	2	1			5	2			1		1	2		
Idiotismo	1		3					1	1	2					
Insanidade				1	1										
Invalidez									1	1	1				
Mania	1	2													
Marasmo								1							
Mentecapto Nervoso															
Onanismo					1										
Paralisia	1						1								
Preguiça															
Sífilis Constitucional				1							1		1	1	
TOTAL POR ANO	28	30	34	36	27	36	59	66	48	61	42	34	27	22	25

TOTAL: 865

Fonte: ISCMPOA - CEDOP - MGE - Livros 1 a 3 (1843 / 1872).

ANEXO 2 - Planilha - Demonstrativo de Gênero Cor e Origem dos Internados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - 1843 / 1872.

Sexo e Cor	Mulheres Brancas				
Local	Província	Outras	África	Outros	SI
Sub-Total	92	8	0	27	1
%	71,88%	6,25%	0,00%	21,09%	0,78%
Total	128				
Sexo e Cor	Mulheres Negras				
Local	Província	Outras	África	Outros	SI
Sub-Total	44	5	56	1	3
%	40,37%	4,59%	51,38%	0,92%	2,75%
Total	109				
Sexo e Cor	Homens Brancos				
Local	Província	Outras	África	Outros	SI
Sub-Total	271	36	0	128	1
%	62,16%	8,26%	0,00%	29,36%	0,23%
Total	436				
Sexo e Cor	Homens Negros				
Local	Província	Outras	África	Outros	SI
Sub-Total	63	40	80	6	3
%	32,81%	20,83%	41,67%	3,13%	1,56%
Total	192				

TOTAL : 865

SI = Sem indicação

Fonte: ISCMPOA - CEDOP - MGE - Livros 1 a 3 (1843 / 1872).

ANEXO 2.1 – Planilha – Porcentagens dos Estatutos de Cativos, Libertos e Livres Internados por Gênero na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1843 / 1872.

TOTAL: 301	Mulheres Negras				Homens Negros			
Estatuto	Escravo	Liberto	Livre	SI	Escravo	Liberto	Livre	SI
Sub-Total	41	11	1	56	88	16	1	87
%	37,61%	10,09%	0,92%	51,38%	45,83%	8,33%	0,52%	45,31%
Total	109				192			

SI = Sem identificação

Fonte: ISCMPOA - CEDOP - MGE - Livros 1 a 3 (1843 / 1872).

ANEXO 2.2 – Planilha - Porcentagens das Faixas Etárias por Gênero e Cor dos Internados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1843 / 1872

Sexo e Cor	Mulheres Brancas				Homens Brancos			
Idade	0 - 14	15 - 49	50+	SI	0 - 14	15 - 49	50+	SI
Sub-Total	0	96	28	4	12	335	78	11
%	0,00%	75,00%	21,88%	3,13%	2,75%	76,83%	17,89%	2,52%
Total	128				436			
Sexo e Cor	Mulheres Negras				Homens Negros			
Idade	0 - 14	15 - 49	50+	SI	0 - 14	15 - 49	50+	SI
Sub-Total	0	83	20	6	1	137	52	2
%	0,00%	76,15%	18,35%	5,50%	0,52%	71,35%	27,08%	1,04%
Total	109				192			

TOTAL: 865

SI = Sem identificação

Fonte: ISCMPOA - CEDOP - MGE - Livros 1 a 3 (1843 / 1872).

ANEXO 2.3 – Planilha – Internados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – Porcentagens de Casados, Solteiros e Viúvos por Gênero e Cor – 1843 / 1872

Sexo e Cor	Mulheres Brancas				Homens Brancos			
Estado	Casado	Solteiro	Viúvo	SI	Casado	Solteiro	Viúvo	SI
Sub-Total	21	91	15	1	68	345	6	17
%	16,41%	71,09%	11,72%	0,78%	15,60%	79,13%	1,38%	3,90%
Total	128				436			
Sexo e Cor	Mulheres Negras				Homens Negros			
Estado	Casado	Solteiro	Viúvo	SI	Casado	Solteiro	Viúvo	SI
Sub-Total	22	70	3	14	14	166	2	10
%	20,18%	64,22%	2,75%	12,84%	7,29%	86,46%	1,04%	5,21%
Total	109				192			

TOTAL: 865

SI = Sem identificação

Fonte: ISCMPOA - CEDOP - MGE - Livros 1 a 3 (1843 / 1872).

ANEXO 3 - Tabela - PERFIL DOS REMETIDOS PELA POLÍCIA

À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - 1853 / 1872

ANO	INTERNADOS	SEXO		NATURALIDADE					COR			PROFISSÃO		
		M	F	P	P2	A	O	SI	Bo	No	SI	S	N	SI
1853	4	4		3				1	4					4
1854	2	2		2					2					2
1855	6	5	1	6					5	1				6
1856	6	6		5			1		4	2			1	5
1858	3	2	1	2		1			2	1			3	
1859	13	9	4	12	1				7	6			2	11
1860	7	4	3	6			1		5	2			1	6
1861	5	5		3	1		1		5			4	1	
1862	12	11	1	11				1	11	1		4	3	5
1863	22	19	3	16	2	2	1	1	13	9		5	3	14
1864	29	19	10	20	4		4	1	20	9		3	6	20
1865	15	9	6	15					12	3		1		14
1866	38	32	6	33	4		1		31	7		4		34
1867	27	18	9	25			2		21	6		5	3	19
1868	21	16	5	15		1	5		17	4			3	18
1869	17	13	4	16				1	12	1	4		1	16
1870	8	3	5	8					6	2		2		6
1871	6	5	1	5			1		5	1			2	4
1872	3	3		2			1		3				3	
Sub-Total		185	59	205	12	4	18	5	185	55	4	28	32	184
TOTAL	244	244		244					244			244		

M = Masculino, F = Feminino

P = Província, P2 = Outras províncias, A = África, O = Outros países

Bo = Branco, No = Negro

S = Sim, N = Não

SI = Sem identificação

Fonte: ISCMPOA - CEDOP - MGE - Livro 1 a 3 (1843 / 1872)

e AHRS - Polícia, Corpo Policial e Códice Polícia.

ANEXO 4

HOJE SOU UM; E AMANHÃ OUTRO (Peça Teatral de Qorpo Santo – 1866 – Trecho)

- Ministro: Não temais, Senhor... Todo o Povo vos ama, e a Nação vos estima; mas desejo que aprendais a conhecer-vos, a aos outros... homens. E o que é o corpo e a alma de um ente qualquer da espécie humana: isto é, que os corpos são verdadeiramente habitações daquelas almas que a Deus apraz fazer habita-los, e que por isso mesmo todos são iguais perante Deus!

- O Rei: Mas quem foi no Império do Brasil o autor da descoberta, que tanto ilustra, moraliza e felicita – honrando!?

- Ministro: Um homem, Senhor, predestinado sem dúvida pelo Onipotente para derramar esta luz divina por todos os habitantes do Globo que habitamos.

- O Rei: Mais quais os seus princípios, ou os de sua vida?

- Ministro: É filho de um professor de primeiras letras; seguiu por algum tempo o comércio; estudou depois, e e seguiu por alguns anos a profissão de seu Pai, roubado-lhe pela morte, quando contava apenas de 9 a 10 anos de idade. Durante o tempo do seu magistério empregou-se sempre no estudo da História Universal; da Geografia; da Filosofia; da Retórica – e de todas as outras ciências e artes que o podiam ilustrar. Estudou também [*sic*] um pouco de Francês, e do Inglês; não tendo podido estudar também – Latim, conquanto a isso desse começo, por causa de uma enfermidade que em seus princípios o assaltou. Lia constantemente as melhores produções dos Poetas mais célebres de todos os tempos; dos Oradores mais profundos; dos Filósofos mais sábios e dos Retóricos mais brilhantes ou distintos pela escolha de suas belezas; de suas figuras oratórias. Foi esta a sua vida até a idade de trinta anos.

- O Rei: E nessa idade o que aconteceu? Pelo que dizes reconheço que não é um homem vulgar.

- Ministro: Nessa idade, informaram-me... isto é, deixou o exercício do Magistério para começar a produzir de todos os modos; e a profetizar!

- O Rei: Então também foi ou é profeta!?

- Ministro: Sim, Senhor. Tudo quanto disse que havia acontecer, tem acontecido; e se espera que acontecerá!

- O Rei: Como se chama esse homem!?

- Ministro: Ainda não vos disse, Senhor, - que esse homem viveu em um retiro por espaço de um ano ou mais, onde produziu numerosos trabalhos sobre todas as ciências, compondo uma obra de

mais de 400 páginas em quarto, a que denomina E... ou E... de... E aí acrescentam que tomou o título de Dr. C... s... – por não poder usar o nome de que usava – Q... L..., ou J... J... de Q... L..., ao interpretar diversos tópicos do Novo Testamento de N.S. Jesus Cristo, que até aos próprios Padres ou sacerdotes pareciam contraditórios!

- O Rei: Estou espantado de tão importante revelação!

- Ministro: Ainda não é tudo, Senhor; Esse homem era durante esse tempo de jejum, estudo e oração – alimentado pelos Reis do Universo, com exceção dos de palha! A sua cabeça era como um centro, donde saíam pensamentos, que voavam às dos Reis de se alimentava, e destes recebia outros. Era como o coração do mundo, espalhando sangue por todas as suas veias, e assim alimentando-o e fortificando-o, e refluindo quando necessário o seu centro! Assim como acontece a respeito do coração humano, e do corpo em que se acha. Assim é que tem podido levar a todo o mundo habitado sem auxílio de tipo – tudo quanto há querido!

- O Rei: Cada vez fico mais espantado com o que ouço de teus lábios!

- Ministro: É verdade quanto vos refiro! Não vos minto! E ainda não é tudo: Esse homem tem composto, e continua a compor, numerosas obras: Tragédias; Comédias; poesias sobre todo e qualquer assunto; finalmente, bem se pode dizer – que é um desses raros talentos que só se admiram de séculos em séculos!

- O Rei: Poderíamos obter um retrato desse ente a meu ver tão grande ou maior que o próprio Jesus Cristo!?

- Ministro: Eu não possuo algum; mas pode se encontrar ao nosso Cônsul na cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Sul, em que tem habitado, e creio que ainda vive.

- O Rei: Pois serás já quem fará essa encomenda!

- Ministro: Aqui mesmo na presença de V.M. o farei. (*Chega-se a uma mesa, pega em uma pena e papel, e escreve:*)

“Sr, Cônsul de...

De ordem de Nosso Monarca, tenho a determinar a V.As. que no primeiro correio envie a esta Corte um retrato do Dr. Q... S..., do maior tamanho, e mais perfeito que houver.

Sendo indiferente o preço.

O primeiro Ministro

Dr. Sá e Brito

Corte de..., maio 9 de 1866.